



Serviço Social na História:
diálogos entre países europeus e de Nuestra América



**Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro Rio de Janeiro – maio/ago. 2025 – n. 59, v. 23, p. 1-257
ISSN 2238-3786 (Versão online)**

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gulnar Azevedo e Silva

Reitora

Antonio Soares da Silva

Pró-reitoria de Graduação – PR1

Elizabeth Fernandes de Macedo

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa – PR2

Ana Maria de Almeida Santiago

Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PR3

Renato dos Santos Veloso

Diretor do Centro de Ciências Sociais



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Ana Paula Procópio da Silva- **Diretora**

Simone Lessa - **Vice-diretora**

Rosângela Nair de Carvalho Barbosa - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Ney Luiz Teixeira de Almeida - **Coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Diego Martins Dória Paulo, Graziela Scheffer, Juan Pablo Sierra Tapiro, Marilda Villela Iamamoto, Monica de Jesus Cesar e Ney Luiz Teixeira de Almeida.

Editora Responsável: Monica de Jesus Cesar

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Bolsista de extensão: Rafaela Bezerra da Silva

Bolsista de estágio interno complementar: Emanuelle de Almeida Alexandre

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Zeppelini Publishers

Foto de capa: Igor Freitas Lima

Fotografias: Igor Freitas Lima

Agradecimentos: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Alzira Maria Baptista Lewgoy, Cláudia Mônica dos Santos, Elziane (Ziza) Olina Dourado, Inez Rocha Zacarias, Isaura Gomes de Carvalho Aquino, João Paulo da Silva Valdo, Juan Pablo Sierra-Tapiro, Kathiúscia Aparecida Freitas Pereira Coelho, Leidy Alexandra Torres-Romero, Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Fernanda Escurra, Maria Helena Elpídio, Maria Lúcia Duriguetto, Maria Rosângela Batistoni, Miguel Ángel Oliver, Nora Liliana Guevara-Peña, Rosana de Matos Silveira, Sandra Regina Vaz da Silva, Sergio Andrés Quintero-Londoño e Virginia Alves Carrara.

APOIO: PROEX-CAPEs, FAPERJ



ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001 - Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ– Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

E-mail: revistaempauta.uerj@gmail.com. Telefones: 2334-0299; 2334-0291– ramal 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

CATALOGAÇÃO NA FONTE: UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/A

E58 Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea [recurso eletrônico] – V. 23, n. 59 (2025) – Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Serviço Social, 2025 – v.: il.

Quadrimestral.

Modo de acesso: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/index> >

e- ISSN: 2238-3786.

Descrição baseada em conteúdo acessado em: 26 maio 2023.

Edição impressa: Ano 1 (1993) – Ano 21 (2014): ISSN 1414-8609.

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Ciências Sociais – Periódicos. 3. Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social

CDU 36(05)



ISSN 2238-3786 (Versão online)

maio/ago. 2025 – n. 59, v. 23

EQUIPE EDITORIAL

Diego Martins Dória Paulo

Elziane Olina Dourado

Graziela Scheffer

Juan Pablo Sierra Tapiro

Marilda Villela Iamamoto

Monica de Jesus Cesar

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Valeria Lucília Forti

Editora Responsável: Monica de Jesus Cesar

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta — Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download. Está também indexada e/ou resumida em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

DIADORIM

EBSCO

CAPES - Portal de Periódicos

CENGAGE Learning

LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas

Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

OAJI - Open Academic Journals Index

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atílio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP-Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montañó (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio No-gueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Mengat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Sílvia Gerschman (ENSP/ FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).

PRODUÇÃO EDITORIAL



ZEPPELINI
PUBLISHERS

SUMÁRIO

Editorial

Serviço Social na história: diálogos entre países europeus e de *Nuestra América*10

Graziela Scheffer, Marilda Villela Iamamoto, Juan Tapiro

Artigos Dossiê Temático

A formação profissional de assistentes sociais em Portugal pós-Bolonha (2024).....20

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Alzira Maria Baptista Lewgoy,

Cláudia Mônica dos Santos, Kathiúscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

Política social y servicios sociales: debates y propuestas en los congresos de Trabajo

Social en la década de los años 80 en España50

Virginia Alves Carrara, Rosana de Matos-Silveira, Miguel Ángel Oliver

Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social

na realidade paulistana..... 65

Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, Maria Rosângela Batistoni

A questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social: apontamentos e desafios.....84

Maria Helena Elpídio, Sandra Regina Vaz da Silva, João Paulo da Silva Valdo

Reflexões sobre os fundamentos do Serviço Social com base na teoria social de Marx.....100

Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Inez Rocha Zacarias, María Fernanda Escurra,

Elziane (Ziza) Olina Dourado

20 años del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia (2004-2024):

Compromiso y dignidad.....113

Juan Pablo Sierra-Tapiro, Nora Liliana Guevara-Peña, Sergio Andrés Quintero-Londoño,

Leidy Alexandra Torres-Romero

Artigos Tema Livre

R-existência Quilombola no Brasil: colonialidade do poder, racismo e questão ambiental129

Patrick Almeida Soares, Marianna Carvalho Martins Albergaria

A tragédia Yanomami, a covid-19 e a determinação social da saúde144

David da Silva Monsorens, Aline Possa Silva Anjos, Jéssica Barreto dos Santos, Gil Sevalho

Os Centros de Referência da Assistência Social no Brasil: notas sobre sua distribuição espacial e força de trabalho..... 159

Adriana de Andrade Mesquita, Cristiano Luís Turbino de França e Silva, Rita de Cássia Santos Freitas, Mônica de Castro Maia Senna

Classe, raça e gênero na Reforma Psiquiátrica: particularidades da formação social brasileira 173

Tahiana Meneses Alves

A maconha frente ao flagelo do proibicionismo 188

Marcílio Dantas Brandão, Luzania Barreto Rodrigues, Paulo Fraga

A (des)proteção de mulheres usuárias de substâncias psicoativas no Brasil..... 203

Indira Aragão, Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Entrevista

A internacionalização e os programas de pós-graduação em Serviço Social 218

Valeria Forti

Resenha

Previdência Social e a luta por direitos: um século de história para contar..... 230

Monica de Jesus Cesar

O “passado que foi, mas não se foi”: uma reflexão sobre a herança escravocrata e a desigualdade racial no Brasil 236

Keila Oliveira

Homenagem de Vida

“Femenagem” a Leila Lima Santos 241

Maria Inês Souza Bravo

Mostra Fotográfica

Da Baixada a Buenos Aires: olhar político sobre os territórios que habito..... 247

Igor Freitas Lima

CONTENTS

Editorial

Social Service in History: Dialogues between European Countries and Nuestra América..... 15

Graziela Scheffer, Marilda Villela Iamamoto, Juan Tapiro

Thematic Dossier Articles

The professional training of social workers in post-Bologna Process Portugal (2024)..... 35

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Alzira Maria Baptista Lewgoy,
Cláudia Mônica dos Santos, Kathiúscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

**Social policy and social services: debates and proposals at Social Work congresses
in the 1980s in Spain 50**

Virginia Alves Carrara, Rosana de Matos-Silveira, Miguel Ángel Oliver

**Struggles of the working class and their relationship with the union organization
of Social Work in the reality of São Paulo 65**

Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, Maria Rosângela Batistoni

The ethnic-racial issue in Social Work curricula: notes and challenges 84

Maria Helena Elpídio, Sandra Regina Vaz da Silva, João Paulo da Silva Valdo

Reflections on the foundations of Social Work based on Marx's social theory.....100

Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Inez Rocha Zacarias, María Fernanda Escurra,
Elziane (Ziza) Olina Dourado

**20 Years of the Colombian Critical Social Work Collective (2004-2024):
Commitment and Dignity 113**

Juan Pablo Sierra-Tapiro, Nora Liliana Guevara-Peña, Sergio Andrés Quintero-Londoño,
Leidy Alexandra Torres-Romero

Free Theme Articles

Quilombola R-existence in Brazil: coloniality of power, racism and the environmental question 129

Patrick Almeida Soares, Marianna Carvalho Martins Albergaria

The Yanomami tragedy, covid-19 and the social determination of health 144

David da Silva Monsores, Aline Possa Silva Anjos, Jéssica Barreto dos Santos, Gil Sevalho

Social Assistance Reference Centers in Brazil: notes on their spatial distribution and workforce	159
Adriana de Andrade Mesquita, Cristiano Luís Turbino de França e Silva, Rita de Cássia Santos Freitas, Mônica de Castro Maia Senna	
Class, race and gender in Psychiatric Reform: particularities of brazilian social formation.....	173
Tahiana Meneses Alves	
Marijuana in the face of the scourge of prohibitionism	188
Marcílio Dantas Brandão, Luzania Barreto Rodrigues, Paulo Fraga	
The (de)protection of women users of psychoactive substances in Brazil.....	203
Indira Aragão, Sofia Laurentino Barbosa Pereira	

Interview

The internationalization and postgraduate programs in Social Work.....	218
Valeria Forti	

Reviews

Social Security and the fight for rights: a century of history to tell.....	230
Monica de Jesus Cesar	
The “past that was, but is not gone”: a reflection on the legacy of slavery and racial inequality in Brazil	236
Keila Oliveira	

Homage

“Femage” to Leila Lima Santos	241
Maria Inês Souza Bravo	

Photography Exhibition

From Baixada to Buenos Aires: a political look at the territories I inhabit.....	247
Igor Freitas Lima	

Serviço Social na história: diálogos entre países europeus e de *Nuestra América*

*Social Service in History: Dialogues between
European Countries and Nuestra América*

Graziela Scheffer* 

Marilda Villela Iamamoto** 

Juan Tapiro*** 

A *Em Pauta. Teoria social e realidade contemporânea* tem a satisfação de abrir o seu número 59 retomando o eixo temático o *Serviço Social na História*, no diálogo entre países europeus e de *Nuestra América* referente ao Serviço Social. Este número contribui para ampliar o conhecimento do Serviço Social no cenário mundial, na esteira do movimento internacionalista do mundo do trabalho, enriquecendo o debate com resultados parciais inéditos de pesquisas. Busca-se atribuir visibilidade ao Serviço Social internacional como unidade de diferenças historicamente dadas, o que permite destacar tanto a universalidade dessa especialização do trabalho e simultaneamente as feições particulares que assume nos países considerados, em função de suas formações históricas.

A mundialização do capital sob o comando das finanças tem sido acompanhada de crises periódicas. Elas se revelam indissociáveis de disputas pelo poder econômico e militar - com guerras e estratégias de sujeição / destruição de territórios e segmentos populacionais ali residentes e visceral agressão aos direitos humanos - e na luta pela hegemonia política entre países centrais e da periferia dos núcleos do poder, aprofundando relações de dependência mediante a expansão de formas de exploração, dominação e opressão de trabalhadores/as que criam riquezas nutrindo a acumulação de capital nos países centrais. A construção do multilateralismo no enfrentamento do poder mundial, mediante articulação de blocos de países, vem matizando esse cenário.

No multifacetado processo de internacionalização, o Serviço Social brasileiro, mediante orientações democrática e emancipatórias

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91724>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: graziela.uerj@gmail.com.

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mvihamamoto@uol.com.br.

***Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Correo electrónico: jptapiro@gmail.com.

Como citar: SCHEFER, G.; IAMAMOTO, M. V.; TAPIRO, J. P. S. Serviço Social na história: diálogos entre países europeus e de *Nuestra América*. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 10-14, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91724>

Recebido em 24 de abril de 2025.

Aprovado para publicação em 30 de abril de 2025.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

coletivamente construídas nas últimas seis décadas, tem buscado fortalecer-se mediante a articulação de pesquisas e mediante a produção científica, a expansão de intercâmbios acadêmicos entre docentes e discentes apoiados por universidades parceiras e por organismos oficiais de fomento e formas de associativismo; congressos e simpósios vêm enriquecendo o debate e o aperfeiçoamento da formação acadêmico-profissional nos níveis de graduação e pós-graduação.

O dossiê deste número publica resultados parciais da pesquisa internacional em rede, *Serviço Social na História*, balizada pela historicidade dessa especialização do trabalho e pela reconstrução da memória social de sua trajetória nos países. Em sua primeira etapa, voltou-se ao movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980). Desde seu nascedouro esse projeto de investigação foi sediado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Uerj, sob a coordenação de Marilda V. Iamamoto (Uerj) e Cláudia Mônica dos Santos (UFJF), reunindo oito universidades executoras brasileiras e 11 universidades colaboradoras estrangeiras, da Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido), da África (Angola) e da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia).

Em seu atual momento, sob a direção de uma coordenação colegiada interinstitucional (Uerj, Unifesp, Ufes, UFJF, UFRGS e Univ. de Caldas na Colômbia) esse projeto se consolida e se amplia, agregando atualmente 80 pesquisadores da Europa (Espanha, Portugal e Reino Unido), da África (Angola) e da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai). Subprojetos reunidos em rede vêm explorando fonte documentais e depoimentos orais, com inéditos resultados. Eles também têm permitido reunir acervos de dados que podem alimentar centros de documentação e memória de acesso público, a serem disponibilizados a pesquisadores e interessados. Muitos têm permitido atribuir visibilidade às iniciativas de trabalhadores/as, sujeitos invisibilizados pelo esquecimento. Ao reconstruir a memória da profissão de Serviço Social busca-se trazer à luz os sujeitos com quem se trabalha em sua vida cotidiana, em seus movimentos, formas de organização e projetos sociais que se nutrem da esperança de livrar-se da alienação - seus fardos e sofrimentos, em favor de horizontes emancipatórios.

Este número da *Em Pauta* abre-se com o debate sobre o Serviço Social em Portugal, abrangendo a formação profissional de assistentes sociais na atualidade, no período após-Bolonha. Apresenta uma contextualização sócio-histórica da inserção de Portugal na União Europeia como caminho para adesão ao “Processo de Bolonha”, e analisa suas repercussões no ensino superior e também limitações à uma formação profissional crítica. Na Espanha, o tema é a Política social e os serviços sociais, presentes em Congressos de Serviço Social da década de 1980. A partir de uma aproximação sócio-histórica, o texto problematiza a intervenção e a formação profissional em um processo de modernização

tanto do país quanto da profissão. Na Colômbia, salienta-se duas décadas da construção do coletivo de Serviço Social crítico nesse país, tanto uma aproximação histórica a esse processo quanto um balanço parcial desse movimento, salientando desafios para uma renovação crítica da profissão. No Brasil, três artigos abordam temas diversos. O primeiro trata das lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical no Serviço Social na realidade paulistana na década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, partindo de uma reflexão sobre o movimento sindical, os movimentos sociais e as lutas de classe. Ele analisa as determinações sócio-políticas-históricas para a *virada* profissional na emergência de um novo projeto profissional emancipador. O segundo texto aborda a questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social, propondo uma reflexão sobre a relação entre os fundamentos da profissão e a questão étnico-racial em uma aproximação à sua incorporação nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social na região Leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), indicando tendências e desafios. O terceiro texto versa sobre os fundamentos do Serviço Social com base na teoria social de Marx, aproximando-se de categorias tais como indivíduo social, trabalho coletivo, relações sociais e da concepção de história, acompanhada de apontamentos sobre a inserção da profissão nesses processos.

O dossiê temático é encorpado com outras investigações realizadas no país relacionadas à questão étnico-racial focalizando negros/negras e povos indígenas e às políticas públicas, com proeminência ao debate no Serviço Social. Constam artigos versando sobre: resistência de quilombolas; classe, raça e gênero na Reforma Psiquiátrica; centros de referência de assistência social e saúde mental; a incidência da covid-19 na tragédia ao povo Yanomami. A eles alia-se à problematização sobre a maconha ante o flagelo do proibicionismo e a (des)proteção de mulheres usuárias de substâncias psicoativas no Brasil.

Abrindo a seção dos temas livres temos o artigo intitulado o artigo *R-existência Quilombola no Brasil: colonialidade do poder, racismo e questão ambiental*. O estudo recai nas experiências das comunidades quilombolas de Baía Formosa e Caveira, localizadas nos municípios de Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia, cuja ênfase abrange as condições macroestruturais bem como as lutas de resistência e organização social dos quilombolas em resposta a desafios socioambientais e territoriais. Seguindo nessa trilha étnico-racial temos o estudo *A tragédia Yanomami, a covid-19 e a determinação social da saúde*. Ele salienta o descaso do Poder Público na epidemia junto ao segmento Yanomami a partir dos conceitos de cultura e racismo, dialogando com a concepção de Jaime Breilh sobre a “dialética da determinação social da saúde” e o pensamento decolonial. Já o artigo *Os Centros de Referência da Assistência Social no Brasil: notas sobre sua distribuição espacial e força de trabalho* apresenta resultados preliminares de uma pesquisa interinstitucional e interdisciplinar composta por pesquisadoras/es das universidades federais (Ufop, Uff, UFRJ) e profissionais técnicas e gestoras no Sistema Único e Assistência Social (Suas), que

demonstram as reconfigurações atuais da política de Assistência Social no Brasil. O artigo seguinte, denominado *Classe, raça e gênero na Reforma Psiquiátrica: particularidades da formação social brasileira*, traz uma pesquisa sobre a produção de conhecimento circunscrita à temática das relações de classe, raça e gênero pautada na formação social brasileira e seus desdobramentos na Reforma Psiquiátrica no país. Sob outro ângulo, o artigo *A maconha frente ao flagelo do proibicionismo* problematiza, por meio da revisão bibliográfica e documental, a historicidade do proibicionismo da maconha na legislação brasileira e a emergência de interesses biomédicos, jurídicos, econômicos, de administração pública e de movimentos antiproibicionistas que vêm impulsionando um novo patamar na legislação. Fechando a seção dos temas livres o estudo *A (des) proteção de mulheres usuárias de substâncias psicoativas no Brasil* analisa a proteção social estatal por meio da problematização do lugar das mulheres usuárias de substâncias psicoativas, na conjuntura brasileira, entre 2016 e 2022.

O número 59 da Em Pauta se robustece com as seções Entrevista, Resenhas, Homenagem de Vida e Mostra Fotográfica, tal com o detalhado a seguir. Em nossa seção Entrevista, a Dra. Lúcia Garcia, uma referência na realização de pesquisas em cooperação internacional, compartilha sua experiência de parcerias internacionais trazendo reflexões sobre os processos e as políticas de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, especialmente nos programas de pós-graduação de Serviço Social.

Inaugurando uma inovação, a revista apresenta a resenha do *Documentário: Previdência social: 100 anos de lutas*, cuja análise é um convite aos leitores para apreciarem uma robusta pesquisa promovida pelo Curso de Graduação e pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Puc-SP, apoiada em recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior / Programa de Excelência Acadêmica (Capes/Proex) e copatrocínio dos Sindicatos de Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul (Sindsprev-RS) e o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (Sinsprev-SP). O documentário teve a direção de Bruno Rico e produção executiva da assistente social e professora da Puc-SP, Dra. Maria do Socorro Reis Cabral. O documentário proporciona aos expectadores/as imagens em movimento da história das lutas de classes no processo de constituição e desenvolvimento da Previdência Social no Brasil.

Na resenha intitulada *O passado que foi, mas não se foi: uma reflexão sobre a herança escravocrata e a desigualdade racial no Brasil*, aborda o livro *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro*, de autoria de José Amilton de Almeida, publicado em 2025 pela Dialética Editora. O livro é produto da tese de doutorado em Serviço Social na UERJ, adensado também pela militância política do autor, com importante contribuição para pensar a formação social brasileira.

A *Femenagem a Leila Lima Santos* é embalada pelos ecos comemorativos dos 60 anos do Movimento de Reconceituação e do centenário da primeira escola de Serviço Social na América Latina e Caribe, instalada no Chile, em 1925. O texto acentua as fecundas contribuições de Lelia Lima Santos que nascem no Movimento de Reconceituação, mas as ultrapassam, deixando a marca de seu legado na história do Serviço Social latino-americano até os dias atuais.

A Mostra Fotográfica de Igor Freitas Lima, fotojornalista/fotógrafo documental, *Da Baixada a Buenos Aires: olhar político sobre os territórios que habito*, apresenta fotografias realizadas em Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, e na província de Buenos Aires. Ele pretende compartilhar temas como territorialização, discussão de espaços, pauta popular, cultura e política e reconstruir a memória por meio da fotografia.

Social Service in History: Dialogues between European Countries and Nuestra América

Serviço Social na história: diálogos entre países europeus e de Nuestra América

Graziela Scheffer* 

Marilda Villela Iamamoto** 

Juan Tapiro*** 

Em Pauta: social theory and contemporary reality is pleased to open its 59th issue by resuming the theme of *social work in History*, in the dialogue between European countries and *Nuestra América* regarding social work. This issue contributes to expanding the knowledge of social work on the global stage, in the wake of the internationalist movement in the world of work, enriching the debate with previously unpublished partial results of different research studies. The aim is to give visibility to international social work as a unit of historically-given differences, which allows us to highlight both the universality of this specialization of work and simultaneously the particular features it assumes in the countries considered, according to their historical formations.

The globalization of capital under the control of finance has been accompanied by periodic crises. These crises are inseparable from disputes over economic and military power – with wars and strategies of subjugation/destruction of territories and segments of the population residing there, and visceral aggression against human rights – and in the struggle for political hegemony between central countries and those on the periphery of the centers of power, deepening relations of dependence through the expansion of forms of exploitation, domination and oppression of workers who create wealth, fueling the accumulation of capital in central countries. The construction of multilateralism in the confrontation of global power, through the articulation of blocs of countries, has been shaping this scenario.

EDITORIAL

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91724>

*Rio de Janeiro State University,
Rio de Janeiro, RJ, Brazil.
E-mail: graziela.uerj@gmail.com.

**Rio de Janeiro State University,
Rio de Janeiro, RJ, Brazil.
E-mail: mvihamamoto@uol.com.br.

***Rio de Janeiro State University,
Rio de Janeiro, RJ, Brazil.
Email: jptapiro@gmail.com.

How to cite: SCHEFER, G.;
IAMAMOTO, MV; TAPIRO, JPS.
Social Work in History: Dialogues
between European Countries and
Nuestra América. *Em Pauta: social
theory and contemporary reality*,
Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 15-19,
May/Aug 2025. Available at: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91724>

Recebido em 24 de abril de 2025.

Aprovado para publicação em 30 de abril
de 2025.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria
social e realidade contemporânea está
licenciada com uma Licença Creative
Commons Atribuição 4.0 Internacional.

In the multifaceted process of internationalization, Brazilian social work, through democratic and emancipatory guidelines collectively constructed over the last six decades, has sought to strengthen itself through the articulation of research and scientific production, the expansion of academic exchanges for professors and students supported by partner universities and official development organizations, and forms of associativism. Congresses and symposia have enriched the debate and the improvement of academic-professional training at the undergraduate and postgraduate levels.

The dossier in this issue publishes partial results of the international research network, *social work in History*, guided by the historicity of this work specialization and the reconstruction of the social memory of its trajectory in the participating countries. In its first stage, it focused on the movement to reconceptualize social work in Latin America: historical determinants, international dialogues and memory (1960-1980). Since its inception, this research project has been based in the Postgraduate Program in social work at UERJ, under the coordination of Marilda V. Iamamoto (Uerj) and Cláudia Mônica dos Santos (UFJF), bringing together eight Brazilian implementing universities and 11 foreign collaborating universities, from Europe (Spain, Portugal, and the United Kingdom), Africa (Angola) and South America (Argentina, Brazil, Chile, and Colombia).

At its current stage, under the direction of an inter-institutional collegiate coordination (UERJ, UNIFESP, UFES, UFJF, UFRGS, and Universidad de Caldas in Colombia), the project is consolidating and expanding, currently bringing together 80 researchers from Europe (Spain, Portugal, and the United Kingdom), Africa (Angola) and South America (Argentina, Brazil, Chile, Colombia, and Uruguay). Subprojects gathered in a network have been exploring documentary sources and oral testimonies, with unprecedented results. They have also made it possible to gather data collections that can feed publicly-accessible documentation and memory centers, to be made available to researchers and interested parties. Many have made it possible to give visibility to the initiatives of workers, subjects made invisible by oblivion. By reconstructing the memory of the social work profession, we seek to bring to light the subjects with whom we work in their daily lives, in their movements, forms of organization and social projects that are nourished by the hope of freeing themselves from alienation – their burdens and sufferings, in favor of emancipatory horizons.

This issue of *Em Pauta* opens with a debate on social work in Portugal, covering the professional training of social workers today, in the post-Bologna Process period. It presents a socio-historical contextualization of Portugal's insertion into the European Union as a path to joining the “Bologna Process”, and analyzes its repercussions on higher education and also limitations to critical professional training. In Spain, the theme is social policy and social work, present in social work congresses in the 1980s. Based on a socio-historical approach, the text problematizes intervention and professional training

in a process of modernization of both the country and the profession. In Colombia, it highlights two decades of the construction of the critical social work collective in that country, both a historical approach to this process and a partial assessment of this movement, highlighting challenges for a critical renewal of the profession. In Brazil, three articles address different themes. The first deals with the struggles of the working class and their relationship with union organization in social work in the reality of São Paulo in the 1970s and the first half of the 1980s, starting from a reflection on the union movement, social movements, and class struggles. It analyzes the socio-political-historical determinations for the professional *shift* in the emergence of a new emancipatory professional project. The second text addresses the ethnic-racial issue in social work curricula, proposing a reflection on the relationship between the foundations of the profession and the ethnic-racial issue in an approach to its incorporation in the Pedagogical Projects of social work courses in the Eastern region of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (Abepss), indicating trends and challenges. The third text deals with the foundations of social work based on Marx's social theory, approaching categories such as the social individual, collective work, social relations, and the conception of history, accompanied by notes on the insertion of the profession in these processes.

The thematic dossier is supplemented by other investigations carried out in the country related to the ethnic-racial issue, focusing on black men and women and indigenous peoples, and public policies, with emphasis on the debate in social work. The articles include: resistance of quilombolas; class, race, and gender in the Psychiatric Reform; reference centers for social assistance and mental health; and the incidence of COVID-19 in the tragedy of the Yanomami people. These are combined with the problematization of marijuana in the face of the scourge of prohibitionism, and the (lack of) protection of women who use psychoactive substances in Brazil.

Opening the free themes section we have the article entitled *Quilombola R-existence in Brazil: coloniality of power, racism and environmental issues*. The study focuses on the experiences of the quilombola communities of Baía Formosa and Caveira, located in the municipalities of Armação dos Búzios and São Pedro da Aldeia, whose emphasis covers the macrostructural conditions as well as the struggles of resistance and social organization of the quilombolas in response to socio-environmental and territorial challenges. Following this ethical-racial path, we have the study *The Yanomami tragedy, COVID-19, and the social determination of health*. It highlights the neglect of the public authorities in the epidemic towards the Yanomami segment based on the concepts of culture and racism, dialoguing with Jaime Breilh's conception of the "dialectic of the social determination of health" and decolonial thinking. The article *Social Assistance Reference Centers in Brazil: notes on their spatial distribution and workforce* presents preliminary results of an interinstitutional and interdisciplinary study by researchers from federal universities

(UFOP, UFFF, UFRJ) and technical and managerial professionals from the Unified Social Assistance System (Suas), which demonstrate the current reconfigurations of social assistance policy in Brazil. The following article, entitled *Class, race, and gender in the Psychiatric Reform: particularities of Brazilian social formation*, presents a study on the production of knowledge limited to the theme of class, race, and gender relations based on Brazilian social formation and its consequences in the Psychiatric Reform in the country. From another angle, the article *Marijuana in the face of the scourge of prohibitionism* problematizes, through a bibliographic and documentary review, the historicity of marijuana prohibition in Brazilian legislation and the emergence of biomedical, legal, economic, public administration interests, and anti-prohibitionist movements that have been driving a new level of legislation. Closing the free themes section, the study *The (un)protection of women users of psychoactive substances in Brazil* analyzes state social protection by problematizing the place of women users of psychoactive substances, in the Brazilian context, between 2016 and 2022.

The issue 59 of Em Pauta is strengthened with the sections Interview, Reviews, Life Tribute, and Photo Exhibition, as detailed below. In our Interview section, Dr. Lúcia Garcia, a reference in conducting research in international cooperation, shares her experience of international partnerships, bringing reflections on the processes and policies of internationalization in Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil, especially in postgraduate programs in social work.

Inaugurating an innovation, the journal presents a review of the documentary *Social Security: 100 years of struggles*, whose analysis is an invitation to readers to appreciate a robust research promoted by the undergraduate course in social work and the Postgraduate Program in Social Work at PUC-SP, supported by resources from the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel / Academic Excellence Program (Capes/Proex) and co-sponsored by the Unions of Federal Workers in Health, Labor, and Social Security in Rio Grande do Sul (SINDPREV-RS) and the Union of Workers in Health and Social Security in the State of São Paulo (SINSPREV-SP). The documentary was directed by Bruno Rico and executive produced by Dr. Maria do Socorro Reis Cabral, social worker and a professor at PUC-SP. The documentary provides viewers with moving images of the history of class struggles in the process of establishing and developing Social Security in Brazil.

The review entitled *The past that was, but is not gone: a reflection on the slave legacy and racial inequality in Brazil*, discusses the book *Land, capital, and labor in the slave mode of production: the agrarian bases of Brazilian racism*, written by José Amilton de Almeida, published in 2025 by Dialética Editora. The book is the product of the doctoral thesis in social work at UERJ, also enhanced by the author's political activism, with an important contribution to thinking about Brazilian social formation.

The *Tribute to Leila Lima Santos* is accompanied by the celebratory echoes of the 60th birthday of the Reconceptualization Movement and the centenary of the first school of social work in Latin America and the Caribbean, established in Chile in 1925. The text emphasizes the fruitful contributions of Lelia Lima Santos that were born in the Reconceptualization Movement, but surpassed it, leaving the mark of her legacy in the history of Latin American social work to the present day.

The Photographic Exhibition by Igor Freitas Lima, photojournalist/documentary photographer, *From Baixada to Buenos Aires: a political look at the territories I inhabit*, presents photographs taken in Duque de Caxias, in the state of Rio de Janeiro, and in the province of Buenos Aires, Argentina. He intends to share themes such as territorialization, discussion of spaces, popular agenda, culture, and politics, and reconstruct memory through photography.

A formação profissional de assistentes sociais em Portugal pós-Bolonha (2024)

The professional training of social workers in post-Bologna Process Portugal (2024)

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras* 

Alzira Maria Baptista Lewgoy** 

Cláudia Mônica dos Santos*** 

Kathiúscia Aparecida Freitas Pereira Coelho**** 

RESUMO

Este texto tem por objetivo expor alguns aspectos sobre a formação profissional dos assistentes sociais em Portugal na atualidade (2024), tendo como percurso metodológico e referência o processo de Bolonha e a pesquisa documental nos Planos de Estudos das 17 licenciaturas de Serviço Social no país. Compreendemos que a formação sócio-histórica portuguesa assenta como base para o desenvolvimento da profissão no país. Neste sentido, este artigo expõe aspectos desta formação, com destaque para os processos iniciados na orientação de Portugal para a Europa, com a sua adesão à Comunidade Europeia e ao Processo de Bolonha. O “ideário de harmonização” e a busca de padronização do ensino superior na formação em Serviço Social pós-Bolonha implica em limitações face às perspectivas de consolidar uma formação profissional crítica.

Palavras-Chave: Portugal; formação profissional; Serviço Social; Processo de Bolonha.

ABSTRACT

This text aims to present some aspects of the professional training of social workers in Portugal today (2024), using as a methodological framework and reference the Bologna Process and documentary research in the Study Plans of the 17 social work degrees in the country. We understand that Portuguese socio-historical training is the basis for the development of the profession in the country. In this sense, this article presents aspects of this training, highlighting the processes initiated in Portugal's orientation towards Europe, with its accession to the European Community and the Bologna Process. The “idea of harmonization” and the search for standardization of higher education in social work training post-Bologna imply limitations in the perspectives of consolidating critical professional training.

Keywords: Portugal; professional training; social work; Bologna Process.

Introdução

O artigo ora apresentado expõe resultados preliminares no âmbito do subprojeto *Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos*, da pes-

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91727>

*Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil.
E-mail: alexandra.eiras@ufjf.br.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail alzira.lewgoy@ufrgs.br.

***Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil.
E-mail: cmonicasantos@gmail.com.

****Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina/PR, Brasil.
E-mail: kathiuscia@uel.br.

Como citar: EIRAS, A. A. L. T. S.; LEWGOY, A. M. B.; SANTOS, C. M. dos; COELHO, K. A. F. P. A formação profissional de assistentes sociais em Portugal pós-Bolonha (2024). *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 20-34, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91727>.

Recebido em 31 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 17 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

quisa em rede internacional *O Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa*, em desenvolvimento. Tem por objetivo expor alguns aspectos sobre a formação profissional dos assistentes sociais em Portugal na atualidade (2024), tomando como referência o processo de Bolonha.

Em termos teórico-metodológicos analisamos aspectos sócio-históricos que contribuem para o entendimento da formação acadêmico-profissional na particularidade histórica das relações sociais capitalistas, considerada a unidade entre os processos de produção e reprodução social (Iamamoto; Carvalho, 2005) que se constituem, nesta forma de sociabilidade, em uma totalidade concreta (Eiras, 2024). Uma das premissas norteadoras deste artigo remete à configuração do Processo de Bolonha como expressão correspondente ao estágio de desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

No atual estágio da acumulação flexível (Harvey, 2000), desde meados dos anos 1960, acentua-se a tendência de aprimoramento técnico-científico e a necessidade de formação e oferta de mão de obra qualificada subsumidas à “necessidade” (do capital) de valorização e manutenção das taxas de lucro. Até os anos 1970, essa formação acadêmico-profissional esteve circunscrita às fronteiras nacionais. A nossa hipótese de trabalho indica que as exigências da acumulação flexível colocaram a necessidade de mobilidade e de conteúdos comuns na formação, facilitando o trânsito entre profissionais qualificados no território europeu, e o Processo de Bolonha¹ é uma expressão dessa particularidade histórica, condicionado à peculiaridade da Comunidade/União Europeia na dinâmica das relações sociais capitalistas.

Por sua vez, para compreender como este processo impacta a formação acadêmico-profissional em Serviço Social em Portugal, o percurso metodológico utilizado nesta etapa foi a pesquisa documental com análise preliminar dos Planos de Estudos e das Fichas de Unidade Curricular das 17 licenciaturas de Serviço Social em atividade no país, o que nos permite identificar características gerais desta formação na atualidade (2024). Para este artigo nos limitamos a apresentar dados iniciais, haja vista a pesquisa ainda estar em execução.

O desenvolvimento do artigo está dividido em quatro seções, incluindo essa primeira introdução. Na segunda seção indicamos alguns aspectos sócio-históricos com elementos significativos da inserção de Portugal na particularidade das relações sociais capitalistas. Na terceira apresentamos informações sobre a formação em Serviço Social, inscrita no Processo de Bolonha. Na quarta seção, ao final, traçamos algumas considerações para continuar a avançar com profundidade nesta pesquisa.

1 Tal processo foi forjado no movimento histórico de criação das primeiras comunidades europeias, a partir de 1950, entre as medidas econômicas e sociais de reestruturação do continente europeu, orquestradas em nível supranacional (Meirelles, 2016, p. 107-108).

Aspectos sócio-históricos da inserção de Portugal na União Europeia: caminho aberto para adesão ao “Processo de Bolonha”

A formação sócio-histórica de Portugal remonta ao século XIII, ao ano de 1297, marco da configuração do território português na Europa, com suas dimensões praticamente inalteradas até a atualidade (Hartmann, 2023)².

A visibilidade de Portugal para muito além de suas fronteiras territoriais, esteve associada ao protagonismo deste país no que foi denominado (na perspectiva dos europeus) “expansão marítima” e conquista do “novo mundo”, iniciada no século XVI, perdurando na relação de domínio de suas colônias, até o século XX.

O domínio de territórios, possibilitado pelas novas técnicas de navegação e incentivo à indústria marítima, foi extremamente funcional ao capitalismo em sua fase mercantil (Rubin, 2014), propiciando as condições para a concentração de recursos materiais (fornecimento de matéria prima, extração de metais preciosos, além de mão de obra escravizada) que iriam sustentar o desenvolvimento fabril nascente e a formação de potências industriais como a Inglaterra e a França, organizadas sob o modo de produção capitalista (Marx e Engels, 2001).

Contudo, Portugal exerceu uma posição de subordinação aos interesses das potências industriais, sobretudo em sua relação histórica com a Inglaterra. E, na relação com a Europa, também não logrou permanecer em um lugar de centralidade. Essa condição impactou historicamente o país, com uma dependência significativa das colônias para se manter enquanto tal e sem se assemelhar aos países centrais, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico e à industrialização.

Por sua vez, a relação de Portugal com a Igreja Católica foi um elemento constitutivo da sua formação sócio-histórica e permeou a estrutura do regime monárquico (absolutista e constitucional) que vigorou até 1910, permanecendo de modo incisivo na estrutura do Estado, no período de 1926 a 1974, presente em todo o período de dominação autoritária sob o regime salazarista³.

Assim, Portugal exerceu uma posição de destaque no plano internacional (em relação às relações sociais capitalistas em sua gênese) e “vivenciou” períodos diferentes com representações sociais distintas, em sua inserção no território europeu (Souza-Santos, 2011).

2 Apontamentos do curso de extensão “História moderna e contemporânea de Portugal” (estratégia de estudo deste subprojeto de pesquisa, desenvolvido de nov. 2023 a jul. 2024), ministrado pelo professor Carlos Hartmann, a quem muito agradecemos a dedicação e competência.

3 A religiosidade católica está presente na cultura portuguesa e possui capilaridade em todo o território, constituindo-se como referência nessa sociabilidade, essa condição foi essencial para a “aceitação” e submissão ao regime salazarista (Hartmann, 2023).

De acordo com Souza-Santos (2011, p. 34):

Há um Portugal no sentido amplo [em relação com a dominação das colônias – zona colonial] e um Portugal em sentido restrito. Através de Portugal e Espanha, a zona europeia criou a zona colonial, mas esses países só muito brevemente foram centrais na Europa e esta só assumiu plenamente a importância da zona colonial no século XIX, no momento em que Portugal e Espanha eram bem periféricos na zona europeia.

Continua o autor, “no caso da zona colonial, não só Portugal viveu nela fora do centro como viveu nela muito mais tempo que a Europa. A zona colonial onde viveu Portugal, além de muito vasta, durou muito mais tempo” (Souza-Santos, 2011, p. 34). Ele destaca que no momento de “aceitação de Portugal por parte dos países centrais da zona europeia as relações entre esta e a zona colonial” estavam alteradas (Souza-Santos, 2011, p. 42):

Entre o final da Segunda Guerra Mundial e o momento de aceitação, o anacronismo de Portugal na zona europeia foi duplo: enquanto ditadura [regime salazarista] numa Europa ocidental democrática e enquanto país europeu periférico que [insistia] em manter pela violência o controle sobre uma zona colonial considerada obsoleta (Souza-Santos, 2011, p. 42).

Assim o autor caracteriza a inserção de Portugal na Europa e podemos inferir que também o situa no âmbito das relações sociais capitalistas, em uma condição semiperiférica: “o caráter semiperiférico do desenvolvimento português tem uma longa duração histórica. Durante muitos séculos, Portugal foi simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa” (Souza-Santos, 2011, p. 24). Ele destaca a relação simultânea de colonizador (domínio das colônias) e colonizado, na relação periférica do país com a Inglaterra. Neste sentido, a revolução de 25 de abril de 1974 (que derrubou o regime salazarista) abrirá o caminho para a “descolonização”, criando as condições para a inserção do país na Comunidade Europeia.

A Revolução dos Cravos (1974 a 1976) deixou um legado democrático-participativo e destruiu os aparelhos repressivos utilizados pelo Estado salazarista. Desse modo, a estruturação do Estado democrático teve como horizonte a social-democracia e o “bem-estar social”, mas, em uma conjuntura desfavorável, tendo em vista a alteração na correlação de forças entre capital e trabalho, no plano internacional, sobretudo com o processo de derrocada do socialismo real, na URSS, e a ofensiva da burguesia, com a estratégia neoliberal (Eiras, 2024).

Em resumo, o caráter semiperiférico assentou-se, sobretudo, na função de Portugal na intermediação entre o “centro” do capitalismo e a “periferia”, sem consolidar um desenvolvimento tecnológico-industrial no país. Com a descolonização precipitada pela

Revolução dos Cravos, Portugal volta-se para a Europa, inserindo-se na Comunidade Europeia em uma condição subalterna, o que nos leva a indagar se a condição de país semiperiférico ainda prevalece, na atualidade⁴.

Neste sentido, a adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia, em 1986 (atualmente, União Europeia-UE), significou “voltar o olhar” para a Europa (Souza-Santos, 2011). Essa adesão configurou o caminho para que o país passasse a ser signatário dos acordos dentro do Processo de Bolonha.

Uma característica desse processo tem sido a submissão às deliberações tomadas por organismos internacionais, que passam a condicionar a formação acadêmico-profissional, conforme Afonso (2001, p. 24) os países se confrontam com a “emergência de novas organizações e instâncias de regulação supranacional (ONGs, Mercosul, Organização mundial do comércio, União Européia), cuja influência vem juntar a outras organizações que já não são recentes, mas que continuam a ser muito influentes (Banco Mundial, OCDE, FMI)”.

Coelho (2018, p. 216) afirma que “os organismos internacionais são determinantes nas novas formas de configuração da política de educação, em especial, do ensino superior em todo o mundo”, dentre eles destacam-se o Banco Mundial, FMI, Unesco, OMC. Esses organismos financiam e orientam reformas econômicas e políticas em países do “bloco periférico” do capitalismo e orientam reformas que impactam no direcionamento da educação, do ensino fundamental ao ensino superior.

Neste processo, em 1990 a UNESCO organizou a “Conferência Mundial de Educação para todos”, realizada em Jomtien, Tailândia, com o objetivo de “buscar soluções para reverter o grave problema da educação mundial, em um contexto de crise”. Em 1998, ocorreu em Paris, uma reunião dos ministros da Educação da Alemanha, Itália, França e Reino Unido, ocasião em que foi criado o Espaço Europeu do Ensino Superior e assinada a Declaração de Sorbonne, na qual estava exposta a intenção de criar o que foi denominado de “Europa do Conhecimento”. Conforme a Declaração,

A construção europeia efectuou recentemente progressos muito importantes. Mas por mais pertinentes que tenham sido esses progressos, não deveremos esquecer que a Europa que nós construímos não é apenas a Europa do Euro, dos bancos e da economia, deverá também ser uma Europa do saber. Devemos reforçar e utilizar, nesta nossa construção, as dimensões intelectuais, culturais, sociais e tecnológicas do nosso continente. Elas foram, em grande medida, moldadas pelas suas universidades, que continuam a desempenhar um papel preponderante no seu desenvolvimento (Sorbonne Declaração Conjunta, 1998, p.1)

4 Há elementos que aproximam Portugal da condição dos países considerados “periféricos” (destacamos dois: desenvolvimento tecnológico-industrial e submissão às pressões dos países centrais no plano econômico-social, inclusive na gestão das prioridades do Estado) e esta concepção de semiperiférico é, por conseguinte, questionável.

Em junho de 1999, a cidade de Bolonha/Itália acolheu 29 ministros de educação europeus. Na Declaração de Bolonha, documento resultado deste encontro, ficaram consagrados os princípios fundamentais que já haviam sido esboçados na Declaração da Sorbonne: 1) Adoção de um sistema com graus acadêmicos de fácil equivalência, também através da implementação, do Suplemento ao Diploma, para promover a empregabilidade dos cidadãos europeus e a competitividade do Sistema Europeu do Ensino Superior. 2) Adoção de um sistema baseado essencialmente em duas fases principais, a pré-licenciatura e a pós-licenciatura. O acesso à segunda fase deverá requerer a finalização com sucesso dos estudos na primeira, com a duração mínima de três anos. O grau atribuído após terminada a primeira fase deverá também ser considerado como sendo um nível de habilitações apropriado para ingressar no mercado de trabalho europeu. A segunda fase deverá conduzir ao grau de mestre e/ou doutor, como já ocorria em muitos países europeus. 3) criação de um sistema de créditos - tal como no *European Credit Transfer System* / Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) - como uma forma adequada de incentivar a mobilidade de estudantes da forma mais livre possível. Os créditos poderão também ser obtidos em contextos de ensino não-superior, incluindo aprendizagem feita ao longo da vida, contanto que sejam reconhecidos pelas Universidades participantes. 4) Incentivo à mobilidade por etapas no exercício útil que é a livre circulação, com particular atenção aos estudantes, o acesso a oportunidades de estudo e de estágio e o acesso aos serviços relacionados; aos professores, investigadores e pessoal administrativo, o reconhecimento e valorização dos períodos despendidos em ações Europeias de investigação, letivas e de formação, sem prejudicar os seus direitos estatutários. 5) Incentivo à cooperação Europeia na garantia da qualidade com o intuito de desenvolver critérios e metodologias comparáveis; 6) Promoção das necessárias dimensões a nível Europeu no campo do ensino superior, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento curricular; cooperação interinstitucional, projetos de circulação de pessoas e programas integrados de estudo, de estágio e de investigação (Declaração de Bolonha, 1999).

Coelho (2018) afirma que as conferências posteriores, ocorridas em Praga (2001), Berlim (2003) e Paris (2003), ratificam as propostas formuladas em Bolonha.

Assim, em 2009, mais 20 países foram convidados para compor o que denominaram de “Fórum político de Bolonha”, ampliando a participação para países externos ao bloco da União Europeia. Em 2010 ocorreu o lançamento oficial do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), consolidando o Processo de Bolonha, com a adesão de 47 países, em uma perspectiva estritamente neoliberal.

Segundo Boschetti (2016), o Processo de Bolonha acarretou uma alteração significativa no ensino superior, em especial, na direção de seu aligeiramento, competitividade e sujeição às demandas do mercado mundial. Para a autora, a Europa negou sua histórica produção autônoma de conhecimento para se render às recomendações dos organismos

internacionais. A partir deste processo, propôs e defendeu uma nova concepção de universidade, com um “modelo” de organização, de estrutura, de planos de ensino, pesquisa e avaliação em uma perspectiva de que uma boa universidade deve ser barata, rápida, padronizada, com financiamento autossustentável, mercantilmente adaptada para exigências de expansão e acumulação de capital. Essa análise indica que o Processo de Bolonha contribuiu para o avanço do conservadorismo no âmbito da formação e está na contramão de uma formação profissional crítica.

O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social em Portugal

Conectada a esses processos históricos, a emergência da profissão em Portugal remonta ao início do século XX, e sua gênese relaciona-se ao Estado autoritário, engendrada pelo papel, funcionalidade e significado da assistência social no regime salazarista.

Martins (2010) analisa a gênese do Serviço Social em Portugal, apreendendo o significado atribuído pelo fascismo à profissão no processo de sua institucionalização, nos anos de 1930 a 1950. Em outro artigo, Martins (2017, p. 41) identifica os processos pelos quais as assistentes sociais foram se “envolvendo em movimentos de oposição e resistência ao regime” e, como a profissão se foi distanciando do significado inicialmente atribuído a ela.

A autora analisa a participação de assistentes sociais nos movimentos pela democracia, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, destacando o engajamento na luta contra as guerras coloniais e nas disputas pelos direitos civis, políticos, sobretudo dos presos políticos, sob a ditadura salazarista que se prolongou no curto governo de Marcelo Caetano (Martins, 2017).

As alterações de posicionamento da Igreja Católica⁵ também será um campo que se abrirá, para o qual confluirão assistentes sociais, na luta contra o fascismo e pela democracia.

Assistentes sociais, através do seu envolvimento em organizações associadas aos católicos progressistas, ações políticas de oposição e resistência, e sobretudo a partir da organização coletiva sindical dos últimos anos de 1960 e primeiros de 1970, distanciaram-se da legitimidade atribuída pelo fascismo, afirmando o Serviço Social como profissão. [...] Estas vanguardas, que nestes anos encetaram um percurso tendente a constituírem-se num sujeito profissional, com a Revolução de Abril de 1974, vão envolver-se em ações e lutas coletivas em prol de uma sociedade socialista (Martins, 2017, p. 53-54).

5 O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi um marco histórico que explicitou a alteração no compromisso institucional da Igreja Católica. A partir dele se abriram novas posições teológicas que enunciaram o compromisso da igreja com o povo e com os pobres.

No período de 1979-1999 a autora evidencia um conjunto de conquistas importantes para o Serviço Social português. Após muitas mobilizações e lutas empreendidas pela profissão houve o reconhecimento da licenciatura em Serviço Social (diploma acadêmico equiparado ao nível universitário) e a criação da carreira de Serviço Social no Serviço Público português (Carreira Técnica Superior de Serviço Social - TSSS, 1991) (Martins, 2017)⁶.

Já durante os anos 2000 ocorreu a criação de cursos de mestrado e doutorado e o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento dentro da sociologia (2007) e pelas agências de fomento portuguesas (2014).

De acordo com Martins e Tomé (2019), a Declaração de Bolonha impactou de modo negativo a formação de Serviço Social, impondo-lhe retrocessos dentro deste percurso de expansão e de algumas conquistas para a profissão no país. Para elas, essa declaração

construiu o caminho e a definição de qual educação e qual formação eram necessárias para o mercado comum europeu e internacional, sob a lógica do capital [...] e o controle do mercado de trabalho. [...] A reforma do ensino superior com a Declaração de Bolonha desenvolveu-se orientada por um processo de internacionalização da classificação das áreas de educação e formação, cujo objetivo era estabelecer parâmetros de comparabilidade entre diferentes países através da compilação e avaliação das estatísticas educativas pautada pela Classificação Internacional Tipo de Educação (CITE) concebida em 1977, pela organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). (Martins; Tomé, 2019, p. 390-391).

As autoras informam que após a adesão de Portugal à Declaração de Bolonha ocorreu uma redução de 22 cursos de licenciatura em Serviço Social, em 2006, para 17 cursos, número que prevalece até o ano de 2024.

Elas consideram, ainda, o seu impacto para a formação profissional em Serviço Social, uma vez que o projeto profissional português que vinha se desenvolvendo na sequência dos anos 1990 supunha uma formação crítica mais ampla, inclusive, que contemplasse os processos históricos e as mediações pelas quais a profissão se realiza na sociedade capitalista. Com a adesão à Bolonha, essa formação foi comprometida, aligeirada e direcionada para os interesses do mercado de trabalho submetidos aos interesses político-econômicos da União Europeia.

Segundo Martins e Tomé (2019), com o fortalecimento de políticas neoliberais, registrou-se um processo de regressividade na formação e trabalho do assistente social,

6 Menciona conquistas mais recentes, almejadas desde 1997 (Martins, 2017, p. 403), como o primeiro projeto de lei (rejeitado em 2015), reapresentado, em julho de 2019 e aprovado, em agosto de 2019, no qual o Estado reconhece a Ordem de Assistentes Sociais (OAS).

tais como: crescimento do desemprego dos diplomados, desvalorização da profissão e precarização do trabalho dos Assistentes Sociais.

Nesta direção, Rodrigues e Cardoso (2024, p. 9) – em artigo sobre a supervisão de estágio – apontam que

Uma parte importante do trabalho formativo consiste em garantir a transmissão e a apropriação de uma perspectiva que reflita interrogativamente sobre a sociedade (nas suas várias expressões) e sobre o próprio agir profissional do Serviço Social. A educação de assistentes sociais, ao visar a combinação entre o ensino de como agir profissionalmente e, ao mesmo tempo, preparar e encorajar para uma reflexão crítica, torna-se uma atividade exigente também para os estudantes.

Por sua vez, em Portugal, os cursos de licenciatura podem acontecer nas universidades (públicas ou privadas) e nos institutos politécnicos. O grau de licenciado é conferido aos estudantes que forem aprovados em todas as disciplinas (unidades curriculares) que estão propostas no plano de estudos de cada curso.

O Quadro 1 demonstra como as licenciaturas de Serviço Social estão organizadas atualmente no país.

Quadro 1. Caracterização das licenciaturas de Serviço Social em Portugal (2024)

Nº	Instituições de ensino	Natureza	Tipo de ensino	Duração do curso	Regime – Diurno ou pós-laboral
1	UNIV. LUSÍADA	Privada	Universitário	3 anos	Diurno
2	ISCTE	Pública	Universitário	3 anos	Pós-laboral
3	ISCSP	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno e pós-laboral
4	Lusófona Lisboa	Privada	Universitário	3 anos	Diurno
5	Lusófona Porto	Privada	Universitário	3 anos	Diurno
6	UCP Lisboa	Privado/Confessional	Universitário	3 anos	Diurno
7	UCP Braga	Privado/Confessional	Universitário	3,5 anos	Diurno
8	ISMT	Privada	Universitário	3,5 anos	Diurno e Pós-laboral
9	UTAD	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno
10	ISSSP	Privada	Universitário	3,5 anos	Diurno
11	Univ. Coimbra	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno
12	Univ. Açores	Pública	Universitário	3,5 anos	Diurno
13	I.P. Beja	Privado	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno
14	I.P. Viseu/Lamego	Pública	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno e pós-laboral
15	I.P. Leiria	Privada	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno e pós-laboral
16	I.P. Castelo Branco	Pública	Instituto Politécnico	3 anos	Diurno
17	I.P. Portalegre	Pública	Instituto Politécnico	3 anos	Pós-laboral

Fonte: As autoras (coleta de dados realizada em 2024)

A partir da análise dos Planos de Estudos (currículo de cada curso) das licenciaturas de Serviço Social, após adequação ao Processo de Bolonha e corroborando com pesquisas anteriores de Duarte (2009), constatamos que o debate referente à adequação ao Processo de Bolonha, centrou-se na duração dos cursos, bem como na construção de um perfil profissional que atendesse às novas demandas do mercado de trabalho do assistente social, frente ao momento de crise da Europa e do país.

A organização dos currículos dos cursos de Serviço Social foi alterada e a formação passou a ser organizada em ciclos de estudos: 1º Ciclo (licenciatura), 2º Ciclo (mestrado) e 3º Ciclo (doutorado), “em uma concepção de continuidade e desvalorizando a formação” (Martins; Santos, 2016, p. 327). As orientações de Bolonha eram para que os cursos do 1º e 2º Ciclos somassem cinco anos, o que na prática resultou na transformação da formação inicial, da licenciatura recém-reconhecida (1989) em licenciatura e mestrado. Os cinco anos, que antes eram exigidos para a licenciatura, agora englobam também o mestrado. A licenciatura foi reduzida para três anos ou três anos e meio, conforme mostra o quadro 1. Nesta configuração,

[...] várias organizações de Serviço Social manifestaram-se no sentido de demonstrarem as suas posições quanto à [essa] reestruturação dos cursos. Tendo em conta esta política, constatou-se que o debate centrou-se na duração da formação, na sua relação com o perfil de formação conquistado e na sua adequação ao mercado de trabalho. Neste âmbito, foi uniforme a opinião de que para manter a qualificação e estatuto ganho pelo Serviço Social seria necessário uma duração de quatro anos (8 semestres - 240 ECTS), mantendo desta forma o perfil exigido ao Assistente Social e as competências necessárias para trabalhar em diversas áreas do mercado de trabalho. (Duarte, 2009, p. 143-144).

Considerando a argumentação de Duarte, fica patente a presença de posicionamento distinto daquele impresso pelo Processo de Bolonha. No entanto, os dados atuais expressam a adaptação da formação em Serviço Social às orientações de Bolonha.

O Quadro I demonstra que, atualmente, 53% dos cursos são ofertados em instituições privadas e/ou confessionais e 47% em instituições públicas⁷. Com relação ao período desses cursos, 65% são diurnos, 12% são pós-laboral e 23% são ofertados em ambos os períodos: diurno e pós-laboral. A exigência mínima de três anos para o 1º Ciclo, contida na Declaração de Bolonha, é assumida em Portugal como uma duração máxima para a maioria dos cursos (60%); 40% dos cursos possuem sete semestres, representando uma duração de três anos e meio. Esses cursos, cuja duração é maior, são ofertados na totalidade em universidades, nenhum curso ofertado em institutos politécnicos possui mais

7 Para o desdobramento desta pesquisa, cabe-nos entender melhor a relação entre instituições privadas e os interesses mercadológicos, presentes hoje, na área de Educação, na Europa. O que fica patente é a ausência do ensino superior público e gratuito, em Portugal, na atualidade.

de seis semestres. Também é importante mencionar que, Pós-Bolonha, nenhum curso de Serviço Social em Portugal possui carga horária de 240 ECT.

No que tange ao sistema de ensino, 70% dos cursos estão em universidades e Institutos de Ensino Superior e 30% em institutos politécnicos. Portugal possui particularidades em relação ao ensino superior, pois seu sistema binário integra universidades e institutos politécnicos. Segundo a Diretoria Geral do Ensino Superior - DGES,

O ensino universitário é orientado por uma perspectiva de promoção de investigação e de criação do saber e visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomenta o desenvolvimento das capacidades de concessão, inovação e análise crítica. O ensino politécnico é orientado por uma perspectiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos e visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais. (DGES, 2008)

É notório que as orientações do Processo de Bolonha visam estabelecer padrões comuns aos cursos no espaço europeu, voltados para o mercado de trabalho e com vistas a requisição de um novo perfil de trabalhador (Martins; Carrara; Tomé, 2015) cuja empregabilidade está associada ao nível de escolaridade que tem como prioridade a aquisição de competências e habilidades em um tempo reduzido.

Do mesmo modo, sob indicação do Processo de Bolonha, foi criada em Portugal, em 2007, por meio do Decreto-Lei n. 369/2007, a Agência de Avaliação e Acreditação de Ensino Superior (A3ES)⁸ - “com ciclos regulares sexenais de avaliação dos ciclos de estudo em funcionamento e a acreditação prévia das propostas de criação de novos cursos” (Branco, 2024, p. 317), oferecendo critérios gerais à formação do assistente social em Portugal.

No entanto, neste processo, não houve no Serviço Social uma formulação e proposição coletiva de requisitos comuns para a formação acadêmico-profissional. Conforme Duarte (2009, p.143),

Todo o processo de crescimento, desenvolvimento e qualidade da formação em Serviço Social foi iniciado pelo ensino particular universitário e posteriormente pelo ensino público. No entanto, a par deste processo de afirmação observa-se, igualmente no contexto actual, alguns riscos da sua vulnerabilização, designadamente a ausência de formas elementares de regulação da formação,

8 A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior possui natureza “de direito privado, dotada de personalidade jurídica e é reconhecida de utilidade pública, constituída por tempo indeterminado” (Coelho, 2018).

uma vez que toda esta trajetória incluindo a adequação ao Processo de Bolonha foi realizada sem regulamentação.

Neste sentido, na tentativa de estabelecer parâmetros mínimos para a formação em Serviço Social, Portugal tem buscado referenciar-se a partir de padrões internacionais, propostos por agências internacionais, como é o caso do documento *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social*, escrito pela Federação Internacional de Assistentes Sociais (FIAS) e a Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social, (AIETS), adotada em 2004 e atualizada, em 2019. Para Rodrigues e Cardoso (2024, p. 306) trata-se de

um documento aprovado com amplo consenso entre países e organizações profissionais e propõe-se como objetivos centrais: garantir a qualidade da formação, a participação de todos os envolvidos no processo formativo, a cooperação entre as várias entidades educativas e a qualidade dos recursos formativos. Tratando-se de um documento global, afirma-se concomitantemente atento à universalidade de princípios, valores e culturas, mas a par, também, da diversidade que caracteriza a profissão.

As orientações contidas no documento configuram-se em “reflexões-recomendações curriculares” e são organizadas em torno de dois eixos interdependentes, dinâmicos e concomitantes: o Serviço Social em contexto e o Serviço Social na prática. O “Serviço Social em contexto refere-se ao amplo conhecimento que é requerido com vista a uma compreensão crítica das forças sócio-legais, culturais e históricas que têm configurado o Serviço Social” (FIAS e AIESS, 2019, n.p.). O segundo eixo, “O Serviço Social na prática refere-se a um conjunto alargado de competências e conhecimento necessário para desenhar e executar intervenções efetivas, éticas e competentes” (FIAS e AIESS, 2019, n.p.). Todas essas competências, à princípio, tem como limitador o período de seis a sete semestres para a sua “construção”, conforme destacamos anteriormente.

Por fim, em termos da organização coletiva do Serviço Social para se posicionar diante desses processos, é importante destacar que a Ordem dos Assistentes Sociais - criada pela Lei 121/2019 –, ainda em vias de implantação pela Comissão Instaladora da Ordem (Cioas), é uma comissão constituída por despacho do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (entidade de tutela), em funcionamento desde 2020 até a atualidade (outubro de 2024). O Ministério previu como atribuições desta comissão, dentre outras, a de nortear a questão da formação “visada nos documentos regulamentares, quer em primeiro lugar, definindo quem pode aceder a ser membro da mesma, quer, ainda, prevendo instrumentos de aferição e interferência quanto à formação ministrada e quanto a práticas profissionais infundadas e potencialmente lesivas do interesse comum” (Rodrigues; Cardoso, 2024, p. 6).

Deste modo, está em questão quais serão os sujeitos que irão construir referências para a formação profissional em Serviço Social e a autonomia de proposição da profissão dentro desta conjuntura do Processo de Bolonha.

Considerações finais

O modelo de ensino superior proposto por Bolonha e a construção do Espaço Europeu de Ensino Superior expressam de modo exemplar, a nova face das relações sociais capitalistas, na qual as peculiaridades de cada país e sua autonomia, no âmbito da política de educação, são restringidas pela submissão aos interesses dos países “centrais” e às finalidades de valorização do capital, inclusive, tendo em vista a rentabilidade do setor de educação enquanto mercadoria.

Assim, o aligeiramento da formação com o fito de barateamento, bem como a sua vinculação direta ao mercado de trabalho, além da mobilidade da mão de obra, compondo uma reserva que garante a manutenção de baixos salários, são indicativos bem explícitos quanto aos interesses que predominam a partir de Bolonha, cabendo-nos compreender as mediações que conectam a formação profissional em Serviço Social a esse processo.

Ao considerarmos a peculiaridade da formação na área de Serviço Social, a bibliografia referenciada acima indica limitações face às perspectivas de consolidar uma formação acadêmico-profissional crítica. Por sua vez, a adesão à Bolonha tem inclinado a formação em Serviço Social em Portugal a respaldar-se a partir das orientações de entidades internacionais, como é o caso da FIAS e da AIESS.

Diante dos dados preliminarmente analisados, indagamos: tal inclinação substituirá um movimento próprio, da profissão, para consolidar a sua identidade? A implementação da Ordem dos Assistentes Sociais conseguirá estabelecer critérios e orientações que contribuam para configurar uma formação crítica em diálogo, mas não restrita à aquisição de competências e habilidades para o mercado? Como se processa (e quais os impactos para) a profissionalização na área de Serviço Social nesta conjuntura aberta pós-Bolonha? Na continuidade da pesquisa aprofundaremos essas questões.

Referências

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, ano 22, n. 75, ago. 2001.

BOSCHETTI, I. Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual. In: SANTOS, C. M., LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. *A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios*. Coletânea nova do Serviço Social. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2016.

BRANCO, F. A profissão de assistente social em Portugal. *Revista Lócus Soci@l*, Lisboa, n. 3, 2009.

COELHO, K. A. F. P. *A Formação Profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal: Encontros e Desencontros*. Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR, 2018.

BOLONHA. Declaração de Bolonha. 1999. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>>. Acesso em: 3 out. 2024.

DGES, 2008. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020/Estrategia+Lisboa.htm>. Acesso em: 05 out. 2024.

DUARTE, Telma Rosaria Freitas. Formação de 1º ciclo em serviço social após adequação ao Processo de Bolonha. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2009.

EIRAS, A. A. L. T. S. Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social. Juiz de Fora: *Revista Libertas*, v. 24, n. 1, 2024, p. 187-211.

HARTMANN, C. *Curso de extensão História Moderna e Contemporânea de Portugal*, nov. 2023 / jul. 2024.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, A. M. C. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Portugal e Brasil: Progress e Veras Editora, 2010.

MARTINS, A. M.; CARRARA, V; TOMÉ, R. A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. *Serviço Social e Sociedade* N. 121, Jan-Mar. 2015. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.015>. Acesso em: 07 abr. 2025.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.

MARTINS, A. M. C. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Revista Em Pauta*, n. 40, Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

MARTINS, A. M.C; TOMÉ, M. R. Neoliberalismo e Serviço Social Português: Impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho In: YAZBEK, M. C.;

MEIRELLES, C. M. *Reformas no ensino superior: a regulação dos docentes das universidades públicas de Portugal*. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. Cortez Editora: São Paulo, 2019.

RODRIGUES, F.; CARDOSO, J. Estágio e Supervisão na formação básica em Serviço Social e para além: o debate nas associações profissionais em Portugal. In: LEWGOY, A. M. B.; SANTOS, C. M. dos; MARTINS, A. *Estágio e Supervisão na Formação em Serviço Social: O Debate em Portugal e no Brasil*. Juiz de Fora: editora UFJF, 2024 (No prelo).

RUBIN, I. I. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.

SANTOS, C. M. dos.; MARTINS, A. M. C. Tendências críticas na formação do Assistente Social em Portugal. In: MARTINS, A. et al. (Org.). *Serviço social Portugal – Brasil: formação em tempos de crise*. Campinas: Papel Social, 2016.

SOUZA-SANTOS, B. *Portugal*. Ensaio contra a autoflagelação. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SORBORNE. Declaração de Sorborne. 1998. Disponível em: <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>. Acesso em: 19 out. 2024.

The professional training of social workers in post-Bologna Process Portugal (2024)

A formação profissional de assistentes sociais em Portugal pós-Bolonha (2024)

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras* 

Alzira Maria Baptista Lewgoy** 

Cláudia Mônica dos Santos*** 

Kathiúscia Aparecida Freitas Pereira Coelho**** 

ABSTRACT

This text aims to present some aspects of the professional training of social workers in Portugal today (2024), using as a methodological framework and reference the Bologna Process and documentary research in the Study Plans of the 17 social work degrees in the country. We understand that Portuguese socio-historical training is the basis for the development of the profession in the country. In this sense, this article presents aspects of this training, highlighting the processes initiated in Portugal's orientation towards Europe, with its accession to the European Community and the Bologna Process. The "idea of harmonization" and the search for standardization of higher education in social work training post-Bologna imply limitations in the perspectives of consolidating critical professional training.

Keywords: Portugal, professional training, social work, Bologna Process

RESUMO

Este texto tem por objetivo expor alguns aspectos sobre a formação profissional dos assistentes sociais em Portugal na atualidade (2024), tendo como percurso metodológico e referência o processo de Bolonha e a pesquisa documental nos Planos de Estudos das 17 licenciaturas de Serviço Social no país. Compreendemos que a formação sócio-histórica portuguesa assenta como base para o desenvolvimento da profissão no país. Neste sentido, este artigo expõe aspectos desta formação, com destaque para os processos iniciados na orientação de Portugal para a Europa, com a sua adesão à Comunidade Europeia e ao Processo de Bolonha. O "ideário de harmonização" e a busca de padronização do ensino superior na formação em Serviço Social pós-Bolonha implica em limitações face às perspectivas de consolidar uma formação profissional crítica.

Palavras-Chave: Portugal, formação profissional, Serviço Social, Processo de Bolonha

Introduction

This article presents preliminary results within the scope of the subproject *Historical and theoretical foundations of social work in Portugal: antecedents, memory, and contemporary challenges*, of the inter-

ARTICLE

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91727>

*Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil. E-mail: alexandra.eiras@ufjf.br.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil. E-mail alzira.lewgoy@ufrgs.br.

***Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil. E-mail: cmonicasantos@gmail.com.

****Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina/PR, Brasil. E-mail: kathiúscia@uel.br.

How to cite: EIRAS, A. A. L. T. S.; LEWGOY, A. M. B.; SANTOS, C. M. dos; COELHO, K. A. F. P. The professional training of social workers in post-Bologna Process Portugal (2024). *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 35-49, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91727>.

Received on October 31, 2024.

Approved for publication on November 17, 2024.

Responsible for final approval: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

national network research *Social work in history: social issue and social movements – Latin America and Europe*, currently in development. Its objective is to present some aspects of the professional training of social workers in Portugal today (2024), taking the Bologna Process as a reference.

In theoretical-methodological terms, we analyze socio-historical aspects that contribute to the understanding of academic-professional training in the historical particularity of capitalist social relations, considering the unity between the processes of social production and reproduction (Iamamoto; Carvalho, 2005) that constitute, in this form of sociability, a concrete totality (Eiras, 2024). One of the guiding premises of this article refers to the configuration of the Bologna Process as an expression corresponding to the development stage of capitalist social relations.

Since the mid-1960s, the current stage of flexible accumulation (Harvey, 2000) has accentuated the trend towards technical-scientific improvement and the need for training and supplying qualified labor, subsumed under the “need” (of capital) to increase labor value and maintain profit rates. Until the 1970s, this academic-professional training was limited to national borders. Our working hypothesis indicates that the demands of flexible accumulation have created the need for mobility and common content in training, facilitating the movement of qualified professionals across Europe. The Bologna Process¹ is an expression of this historical particularity, conditioned by the peculiarity of the European Community/Union in the dynamics of capitalist social relations.

In turn, to understand how this process impacts academic-professional training in social work in Portugal, the methodological approach used in this stage was documentary research with preliminary analysis of the Study Plans and Curricular Unit Forms of the 17 social work undergraduate courses currently in operation in the country, which allows us to identify general characteristics of this training at present (2024). For this article, we limit ourselves to presenting initial data, since the research is still ongoing.

The development of the article is divided into four sections, including this first introduction. In the second section, we indicate some socio-historical aspects with significant elements of Portugal’s insertion in the particularity of capitalist social relations. In the third, we present information on the training in social work, registered in the Bologna Process. In the fourth section, at the end, we outline some considerations to continue advancing in depth this research.

1 This process was forged in the historical movement of creation of the first European communities, from 1950 onwards, among the economic and social measures of restructuring the European continent, orchestrated at a supranational level (Meirelles, 2016, p. 107-108).

Socio-historical aspects of Portugal's integration into the European Union: the path to joining the “Bologna Process”

The socio-historical formation of Portugal dates back to the 13th century, in the year 1297, a milestone in the configuration of Portuguese territory in Europe, with its dimensions practically unchanged to the present day (Hartmann, 2023)².

Portugal's visibility far beyond its territorial borders was associated with this country's leading role in what was called (from the European perspective) “maritime expansion” and conquest of the “New World”, which began in the 16th century and continued in the relationship of colonial domination until the 20th century.

The control of territories, made possible by new navigation techniques and incentives for the maritime industry, was extremely functional to capitalism in its mercantile phase (Rubin, 2014), providing the conditions for the concentration of material resources (supply of raw materials, extraction of precious metals, in addition to enslaved labor) that would sustain the nascent industrial development and the formation of industrial powers such as England and France, organized under the capitalist mode of production (Marx and Engels, 2001).

However, Portugal held a position of subordination to the interests of industrial powers, especially in its historical relationship with England. And, in its relationship with Europe, it has also failed to remain in a central position. This condition has historically impacted the country, with a significant dependence on colonies to maintain itself as such and without resembling the central countries in terms of technological development and industrialization.

In turn, Portugal's relationship with the Catholic Church was a constitutive element of its socio-historical formation and permeated the structure of the monarchical regime (absolutist and constitutional) that was in force until 1910. It remained incisively in the structure of the state in the period from 1926 to 1974, present throughout the period of authoritarian domination under the Salazar regime³.

Thus, Portugal held a prominent position on the international stage (in relation to capitalist social relations in their genesis) and “experienced” different periods with distinct social representations, in its insertion in European territory (Souza-Santos, 2011).

According to Souza-Santos (2011, p. 34):

-
- 2 Notes from the extension course “Modern and contemporary history of Portugal” (study strategy for this research subproject, developed from Nov. 2023 to Jul. 2024), taught by Professor Carlos Hartmann, to whom we are very grateful for his dedication and competence.
 - 3 Catholic religiosity is present in Portuguese culture and has capillarity throughout the territory, constituting a reference in this sociability. This condition was essential for the “acceptance” and submission to the Salazar regime (Hartmann, 2023).

There is a Portugal in the broad sense [in relation to the domination of the colonies – colonial zone] and a Portugal in the narrow sense. Through Portugal and Spain, the European zone created the colonial zone, but these countries were only very briefly central to Europe and Europe only fully assumed the importance of the colonial zone in the 19th century, at a time when Portugal and Spain were quite peripheral to the European zone.

The author continues, “in the case of the colonial zone, not only did Portugal live outside the center, but it also lived there much longer than Europe. The colonial zone where Portugal lived, in addition to being very large, lasted much longer” (Souza-Santos, 2011, p. 34). He highlights that at the time of “acceptance of Portugal by the central countries of the European zone, relations between the latter and the colonial zone” had changed (Souza-Santos, 2011, p. 42):

Between the end of the Second World War and the moment of acceptance, Portugal’s anachronism in the European zone was twofold: as a dictatorship [Salazar regime] in a democratic Western Europe and as a peripheral European country that [insisted] on maintaining control through violence over a colonial zone considered obsolete (Souza-Santos, 2011, p. 42).

This is how the author characterizes Portugal’s insertion into Europe and we can infer that he also places it within the scope of capitalist social relations, in a semi-peripheral condition: “the semi-peripheral nature of Portuguese development has a long historical duration. For many centuries, Portugal was simultaneously the center of a large colonial empire and the periphery of Europe” (Souza-Santos, 2011, p. 24). He highlights the simultaneous relationship of colonizer (domination of the colonies) and colonized, in the country’s peripheral relationship with England. In this sense, the revolution of April 25, 1974 (which overthrew the Salazar regime) would pave the way for “decolonization”, creating the conditions for the country’s insertion into the European Community.

The Carnation Revolution (1974 to 1976) left a democratic-participatory legacy and destroyed the repressive apparatus used by the Salazarist state. Thus, the structuring of the democratic state had social democracy and “social welfare” as its horizon, but in an unfavorable situation, given the change in the correlation of forces between capital and labor, on the international level, especially with the process of overthrow of real socialism in the USSR and the offensive of the bourgeoisie, with the neoliberal strategy (Eiras, 2024).

In short, the semi-peripheral character was based, above all, on Portugal’s role as an intermediary between the “center” of capitalism and the “periphery”, without consolidating technological-industrial development in the country. With the decolonization precipitated by the Carnation Revolution, Portugal turned towards Europe, entering the

European Community in a subordinate condition, which leads us to ask whether the condition of a semi-peripheral country still prevails today⁴.

In this sense, Portugal's accession to the European Economic Community in 1986 (currently the European Union-EU) meant “turning its gaze” to Europe (Souza-Santos, 2011). This accession paved the way for the country to become a signatory to the agreements within the Bologna Process.

A characteristic of this process has been the submission to the deliberations taken by international organizations, which begin to condition academic-professional training. According to Afonso (2001, p. 24), countries are faced with the “emergence of new organizations and supranational regulatory bodies (NGOs, Mercosur, World Trade Organization, European Union), whose influence joins other organizations that are no longer recent, but continue to be very influential (World Bank, OECD, IMF)”.

Coelho (2018, p. 216) states that “international organizations are decisive in the new forms of configuring education policy, especially higher education, worldwide”, among which the World Bank, IMF, UNESCO, and WTO stand out. These organizations finance and guide economic and political reforms in countries of the “peripheral bloc” of capitalism and guide reforms that impact the direction of education, from elementary to higher education.

In this process, in 1990 UNESCO organized the “World Conference on Education for All”, held in Jomtien, Thailand, with the aim of “seeking solutions to reverse the serious problem of global education, in a context of crisis”. In 1998, a meeting of the Ministers of Education of Germany, Italy, France, and the United Kingdom took place in Paris, when the European Higher Education Area was created and the Sorbonne Declaration was signed, which set out the intention of creating what was called the “Europe of Knowledge”. According to the Declaration,

The European process has very recently moved some extremely important steps ahead. Relevant as they are, they should not make one forget that Europe is not only that of the Euro, of the banks and the economy: it must be a Europe of knowledge as well. We must strengthen and build upon the intellectual, cultural, social and technical dimensions of our continent. These have to a large extent been shaped by its universities, which continue to play a pivotal role for their development. (Sorbonne Joint Declaration, 1998, p. 1).

4 There are elements that bring Portugal closer to the condition of countries considered “peripheral” (we highlight two: technological-industrial development and submission to pressures from central countries in the economic-social plan, including in the management of state priorities) and this conception of semi-peripheral is, therefore, questionable.

In June 1999, the city of Bologna, Italy, welcomed 29 European education ministers. The Bologna Declaration, the document resulting from this meeting, enshrined the fundamental principles that had already been outlined in the Sorbonne Declaration. 1) Adoption of a system with easily-equivalent academic degrees, also through the implementation of the Diploma Supplement, to promote the employability of European citizens and the competitiveness of the European Higher Education System. 2) Adoption of a system based essentially on two main phases, the pre-graduate and post-graduate phases. Access to the second phase should require successful completion of studies in the first phase, lasting at least three years. The degree awarded after completion of the first phase should also be considered as an appropriate level of qualification for entry into the European job market. The second phase should lead to a master's and/or doctorate degree, as was already the case in many European countries. 3) Establishment of a credit system – such as the European Credit Transfer System (ECTS) – as an appropriate way of encouraging student mobility in the freest possible way. Credits may also be obtained in non-higher education contexts, including lifelong learning, provided that they are recognised by the participating universities. 4) Encouragement of mobility in stages in the useful exercise of free movement, with particular attention to students, access to study and internship opportunities and access to related services; for teachers, researchers and administrative staff, recognition and appreciation of periods spent in European research, teaching and training actions, without prejudice to their statutory rights. 5) Encouragement of European cooperation in quality assurance with a view to developing comparable criteria and methodologies. 6) Promotion of the necessary dimensions at European level in the field of higher education, in particular with regard to curriculum development, interinstitutional cooperation, people circulation projects, and integrated programs of study, internship, and research (Bologna Declaration, 1999).

Coelho (2018) states that subsequent conferences, held in Prague (2001), Berlin (2003) and Paris (2003), ratify the proposals formulated in Bologna.

Thus, in 2009, 20 more countries were invited to join what they called the “Bologna Political Forum”, expanding participation to countries outside the European Union bloc. In 2010, the European Higher Education Area (EHEA) was officially launched, consolidating the Bologna Process, with the accession of 47 countries, from a strictly neoliberal perspective.

According to Boschetti (2016), the Bologna Process brought about a significant change in higher education, especially in the direction of its streamlining, competitiveness, and subjection to the demands of the global market. For the author, Europe denied its historical autonomous production of knowledge in order to surrender to the recommendations of international organizations. Based on this process, it proposed and defended a new conception of university, with a “model” of organization, structure, teaching

plans, research and evaluation from the perspective that a good university should be cheap, fast, standardized, with self-sustainable financing, commercially adapted to the demands of expansion and capital accumulation. This analysis indicates that the Bologna Process contributed to the advancement of conservatism in the field of education and is contrary to critical professional education.

The Bologna Process and Social Work Training in Portugal

Connected to these historical processes, the emergence of the profession in Portugal dates back to the beginning of the 20th century, and its genesis is related to the authoritarian state, engendered by the role, functionality, and meaning of social assistance in the Salazar regime.

Martins (2010) analyzes the genesis of social work in Portugal, understanding the meaning attributed by fascism to the profession in the process of its institutionalization, in the years 1930 to 1950. In another article, Martins (2017, p. 41) identifies the processes by which social workers were “involved in movements of opposition and resistance to the regime” and how the profession distanced itself from the meaning initially attributed to it.

The author analyzes the participation of social workers in movements for democracy during the 1960s and 1970s, highlighting their engagement in the fight against colonial wars and in disputes for civil and political rights, especially for political prisoners, under the Salazar dictatorship that continued during the short government of Marcelo Caetano (Martins, 2017).

The changes in the positioning of the Catholic Church⁵ will also be a field that will open up, into which social workers will converge, in the fight against fascism and for democracy.

Social workers, through their involvement in organizations associated with progressive Catholics, political actions of opposition and resistance, and especially through the collective union organization of the late 1960s and early 1970s, distanced themselves from the legitimacy attributed by fascism, affirming social work as a profession. [...] These vanguards, which in these years began a path towards constituting themselves as a professional subject, with the April Revolution of 1974, would become involved in collective actions and struggles in favor of a socialist society (Martins, 2017, p. 53-54).

5 The Second Vatican Council (1962-1965) was a historic landmark that made explicit the change in the institutional commitment of the Catholic Church. From then on, new theological positions were opened that enunciated the church's commitment to the people and the poor.

In the period 1979-1999, the author highlights a set of important achievements for Portuguese social work. After many mobilizations and struggles undertaken by the profession, the degree in social work was recognized (an academic degree equivalent to university level) and the social work career was created in the Portuguese Public Service (Higher Social Work Technical Career – TSSS, 1991) (Martins, 2017)⁶.

During the 2000s, master's and doctoral courses were created and social work was recognized as an area of knowledge within sociology (2007) and by Portuguese funding agencies (2014).

According to Martins and Tomé (2019), the Bologna Declaration had a negative impact on the training in social work, imposing setbacks on this path of expansion and some achievements for the profession in the country. For them, this declaration

built the path and the definition of which education and training were necessary for the European and international common market, under the logic of capital [...] and control of the labor market. [...] The reform of higher education with the Bologna Declaration was developed guided by a process of internationalization of the classification of education and training areas, whose objective was to establish parameters of comparability between different countries through the compilation and evaluation of educational statistics guided by the International Standard Classification of Education (ISCED) conceived in 1977, by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). (Martins; Tomé, 2019, p. 390-391).

The authors report that after Portugal joined the Bologna Declaration, there was a reduction from 22 undergraduate courses in social work in 2006 to 17 courses, a number that remains in place until 2024.

They also consider its impact on professional training in social work, since the Portuguese professional project that was developing in the 1990s assumed a broader critical training, one that even contemplated the historical processes and mediations through which the profession is carried out in capitalist society. With the accession to Bologna, this training was compromised, streamlined, and directed towards the interests of the labor market subject to the political-economic interests of the European Union.

According to Martins and Tomé (2019), with the strengthening of neoliberal policies, a process of regressivity was recorded in the training and work of social workers, such as: growth in unemployment among graduates, devaluation of the profession, and precariousness of the work of social workers.

6 It mentions more recent achievements, sought since 1997 (Martins, 2017, p. 403), such as the first bill (rejected in 2015), resubmitted in July 2019 and approved in August 2019, in which the state recognizes the Order of Social Workers (OAS).

In this direction, Rodrigues and Cardoso (2024, p. 9) – in an article on internship supervision – point out that

An important part of the training work consists of ensuring the transmission and appropriation of a perspective that reflects questioningly on society (in its various expressions) and on the professional practice of social work itself. The education of social workers, by aiming to combine teaching how to act professionally and, at the same time, preparing and encouraging critical reflection, becomes a demanding activity for students as well.

In Portugal, undergraduate courses can be taken at universities (public or private) and polytechnic institutes. The degree of bachelor is awarded to students who pass all the subjects (course units) proposed in the study plan for each course.

Table 1 shows how social work degrees are currently organized in the country.

Table 1. Characterization of social work degrees in Portugal (2024)

No.	Educational institutions	Nature	Type of teaching	Course duration	Regime – Daytime or after-work
1	Lusíada University	Private	University	3 years	Daytime
2	ISCTE	Public	University	3 years	After-Work
3	ISCSP	Public	University	3.5 years	Daytime and After-Work
4	Lusophone Lisbon	Private	University	3 years	Daytime
5	Lusophone Porto	Private	University	3 years	Daytime
6	UCP Lisbon	Private/Confessional	University	3 years	Daytime
7	UCP Braga	Private/Confessional	University	3.5 years	Daytime
8	ISMT	Private	University	3.5 years	Daytime and After-Work
9	UTAD	Public	University	3.5 years	Daytime
10	ISSSP	Private	University	3.5 years	Daytime
11	University of Coimbra	Public	University	3.5 years	Daytime
12	University of Azores	Public	University	3.5 years	Daytime
13	IP Beja	Private	Polytechnic Institute	3 years	Daytime
14	IP Viseu/Lamego	Public	Polytechnic Institute	3 years	Daytime and After-Work
15	IP Leiria	Private	Polytechnic Institute	3 years	Daytime and After-Work
16	IP Castelo Branco	Public	Polytechnic Institute	3 years	Daytime
17	IP Portalegre	Public	Polytechnic Institute	3 years	After-Work

Source: The authors (data collection carried out in 2024)

Based on the analysis of the Study Plans (the curriculum for each course) of the social work undergraduate courses, after adaptation to the Bologna Process and corroborating previous research by Duarte (2009), we found that the debate regarding adaptation to the Bologna Process focused on the duration of the courses, as well as on the construc-

tion of a professional profile that would meet the new demands of the social worker job market, given the moment of crisis in Europe and the country.

The organization of the curricula of social work courses was changed and training began to be organized into study cycles: 1st Cycle (undergraduate degree), 2nd Cycle (master's degree) and 3rd Cycle (doctorate), “in a concept of continuity and devaluing training” (Martins; Santos, 2016, p. 327). The Bologna guidelines were for the 1st and 2nd Cycle courses to last five years, which in practice resulted in the transformation of the initial training, of the recently recognized undergraduate degree (1989) into an undergraduate and a master's degrees. The five years, which were previously required for the undergraduate degree, now also include the master's degree. The undergraduate degree was reduced to three or three and a half years, as shown in table 1. In this configuration,

[...] several social work organizations expressed their views on [this] restructuring of the courses. Taking this policy into account, it was found that the debate focused on the duration of the training, its relationship with the training profile achieved and its suitability to the job market. In this context, the opinion was uniform that in order to maintain the qualification and status gained by social work, a four-year duration (8 semesters - 240 ECTS) would be necessary, thus maintaining the profile required of social workers and the skills necessary to work in various areas of the job market. (Duarte, 2009, p. 143-144).

Considering Duarte's argument, the presence of a different position from that expressed by the Bologna Process is clear. However, current data express the adaptation of social work training to the Bologna guidelines.

Table I shows that, currently, 53% of courses are offered in private and/or religious institutions and 47% in public institutions⁷. Regarding the period in which these courses are offered, 65% are daytime, 12% are after-work, and 23% in both. The minimum requirement of three years for the 1st Cycle, contained in the Bologna Declaration, is assumed in Portugal as a maximum duration for most courses (60%); 40% of courses have seven semesters, representing a duration of three and a half years. These courses, which are longer, are offered entirely in universities; no course offered in polytechnic institutes has more than six semesters. It is also important to mention that, post-Bologna, no social work course in Portugal has a workload of 240 ECT.

Regarding the education system, 70% of courses are offered at universities and higher education institutes and 30% at polytechnic institutes. Portugal has particularities

⁷ To develop this research, we must better understand the relationship between private institutions and market interests, which are present today in the area of Education in Europe. What is clear is the absence of free public higher education in Portugal today.

in relation to higher education, as its binary system integrates universities and polytechnic institutes. According to the Directorate General of Higher Education - DGES,

University education is guided by a perspective of promoting research and knowledge creation and aims to ensure solid scientific and cultural preparation and provide technical training that qualifies students for the exercise of professional and cultural activities and fosters the development of capacities for concession, innovation, and critical analysis. Polytechnic education is guided by a perspective of applied research and development, aimed at understanding and solving specific problems and aims to provide solid cultural and technical training at a higher level, develop the capacity for innovation and critical analysis, and provide scientific knowledge of a theoretical and practical nature and its applications with a view to the exercise of professional activities. (DGES, 2008)

It is well known that the Bologna Process guidelines aim to establish common standards for courses in the European space, aimed at the job market and with a view to requiring a new worker profile (Martins; Carrara; Tomé, 2015) whose employability is associated with the level of education that prioritizes the acquisition of skills and abilities in a short time.

Likewise, under the guidance of the Bologna Process, the Agency for the Assessment and Accreditation of Higher Education (A3ES)⁸ was created in Portugal in 2007, through Decree-Law No. 369/2007 – “with regular six-yearly assessment cycles of study cycles in operation and prior accreditation of proposals for the creation of new courses” (Branco, 2024, p. 317), offering general criteria for the training of social workers in Portugal.

However, in this process, there was no collective formulation and proposition in social work of common requirements for academic-professional training. According to Duarte (2009, p.143),

The entire process of growth, development, and quality of training in social work was initiated by private university education and later by public education. However, alongside this process of affirmation, some risks of its vulnerability can also be observed in the current context, namely the absence of elementary forms of regulation of training, since this entire trajectory, including adaptation to the Bologna Process, was carried out without regulation.

In this sense, in an attempt to establish minimum parameters for training in social work, Portugal has sought to reference itself based on international standards, pro-

8 A3ES - Agency for Assessment and Accreditation of Higher Education has a nature “under private law, endowed with legal personality and is recognized as being of public utility, constituted for an indefinite period” (Coelho, 2018).

posed by international agencies, such as the document *Global Standards for Education and Training in Social Work*, written by the International Federation of Social Workers (FIAS) and the International Association of Schools of Social Work, (AIETS), adopted in 2004 and updated in 2019. For Rodrigues and Cardoso (2024, p. 306), this is

a document approved with broad consensus among countries and professional organizations and which proposes the following central objectives: ensuring the quality of training, the participation of all those involved in the training process, cooperation between the various educational entities, and the quality of training resources. As it is a global document, it simultaneously states that it is attentive to the universality of principles, values, and cultures, but also to the diversity that characterizes the profession.

The guidelines contained in the document are configured as “curricular reflections-recommendations” and are organized around two interdependent, dynamic, and concomitant axes: social work in context and social work in practice. “Social work in context refers to the broad knowledge that is required for a critical understanding of the socio-legal, cultural, and historical forces that have shaped social work” (FIAS and AIESS, 2019, n. pag.). The second axis, “social work in practice refers to a broad set of skills and knowledge necessary to design and implement effective, ethical, and competent interventions” (FIAS and AIESS, 2019, n. pag.). All these skills, in principle, are limited by the period of six to seven semesters for their “construction”, as highlighted previously.

Finally, in terms of social work’s collective organization to position itself in the face of these processes, it is important to highlight that the Order of Social Workers – created by Law 121/2019 –, still in the process of being implemented by the Order’s Installation Committee (Cioas), is a commission established by order of the Ministry of Labor, Solidarity, and Social Security (supervisory entity), in operation from 2020 to the present (October 2024). The Ministry provided for the attributions of this commission, among others, to guide the issue of training “referred to in the regulatory documents, both by defining who can be a member, and also by providing instruments for measuring and interfering with the training provided and with regard to unfounded professional practices that are potentially harmful to the common interest” (Rodrigues; Cardoso, 2024, p. 6).

Thus, it is in question who will build references for professional training in social work and the autonomy of the profession’s proposition within this context of the Bologna Process.

Final considerations

The higher education model proposed by Bologna and the construction of the European Higher Education Area express in an exemplary way the new face of capitalist

social relations, in which the peculiarities of each country and its autonomy, within the scope of education policy, are restricted by submission to the interests of the “central” countries and the purposes of capital valorization, including in view of the profitability of the education sector as a commodity.

Thus, the streamlining of training with the aim of making it cheaper, as well as linking it directly to the job market, in addition to the mobility of the workforce, creating a reserve that guarantees the maintenance of low wages, are very explicit indicators of the interests that predominate since Bologna, and it is up to us to understand the mediations that connect professional training in social work to this process.

When considering the peculiarities of training in the area of social work, the bibliography referenced above indicates limitations regarding the prospects of consolidating critical academic-professional training. In turn, adherence to Bologna has led to training in social work in Portugal being based on the guidelines of international entities, such as FIAS and AIESS.

In view of the preliminary data analyzed, we ask: will such an inclination replace a movement of the profession itself to consolidate its identity? Will the implementation of the Order of Social Workers be able to establish criteria and guidelines that contribute to configuring a critical training in dialogue, but not restricted to the acquisition of skills and abilities for the market? How is professionalization in the area of social work processed (and what are the impacts on it) in this open post-Bologna situation? In the continuation of the research, we will delve deeper into these questions.

Contributions: All authors participated in the preparation, analysis, and final version of the article.

Acknowledgements: Not applicable.

Funding agency: FAPEMIG CHE APQ 01834/22 and CNPQ process 445103/2024-8.

Ethics Committee Approval: Not applicable.

Conflict of interest: Not applicable.

References

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, ano 22, n. 75, ago. 2001.

BOSCHETTI, I. Implicações da crise do capital na política de educação superior no Brasil no contexto atual. In: SANTOS, C. M., LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Coletânea nova do Serviço Social. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2016.

BRANCO, F. A profissão de assistente social em Portugal. Revista Locus Soci@l, Lisboa, n. 3, 2009.

COELHO, K. A. F. P. A Formação Profissional em Serviço Social no Brasil e em Portugal: Encontros e Desencontros. Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina/PR, 2018.

BOLONHA. Declaração de Bolonha. 1999. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>>. Acesso em: 3 out. 2024.

DGES, 2008. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020/Estrategia+Lisboa.htm>. Acesso em: 05 out. 2024.

DUARTE, Telma Rosaria Freitas. Formação de 1º ciclo em serviço social após adequação ao Processo de Bolonha. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2009.

EIRAS, A. A. L. T. S. Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social. Juiz de Fora: Revista Libertas, v. 24, n. 1, 2024, p. 187-211.

HARTMANN, C. Curso de extensão História Moderna e Contemporânea de Portugal, nov. 2023 / jul. 2024.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, A. M. C. Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português. Portugal e Brasil: Progress e Veras Editora, 2010.

MARTINS, A. M.; CARRARA, V.; TOMÉ, R. A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. Serviço Social e Sociedade N. 121, Jan-Mar. 2015. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.015>. Acesso em: 07 abr. 2025.

MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins e Fontes, 2001.

MARTINS, A. M. C. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. Revista Em Pauta, n. 40, Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

MARTINS, A. M.C; TOMÉ, M. R. Neoliberalismo e Serviço Social Português: Impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho In: YAZBEK, M. C.;

MEIRELLES, C. M. Reformas no ensino superior: a regulação dos docentes das universidades públicas de Portugal. 2016. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. Cortez Editora: São Paulo, 2019.

RODRIGUES, F.; CARDOSO, J. Estágio e Supervisão na formação básica em Serviço Social e para além: o debate nas associações profissionais em Portugal. In: LEWGOY, A. M. B.; SANTOS, C. M. dos; MARTINS, A. Estágio e Supervisão na Formação em Serviço Social: O Debate em Portugal e no Brasil. Juiz de Fora: editora UFJF, 2024 (No prelo).

RUBIN, I. I. História do Pensamento Econômico. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.

SANTOS, C. M. dos.; MARTINS, A. M. C. Tendências críticas na formação do Assistente Social em Portugal. In: MARTINS, A. et al. (Org.). Serviço social Portugal – Brasil: formação em tempos de crise. Campinas: Papel Social, 2016.

SOUZA-SANTOS, B. Portugal. Ensaio contra a autoflagelação. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SORBORNE. Declaração de Sorborne. 1998. Disponível em: <http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>. Acesso em: 19 out. 2024.

Política social y servicios sociales: debates y propuestas en los congresos de Trabajo Social en la década de los años 80 en España

Social policy and social services: debates and proposals at Social Work congresses in the 1980s in Spain

Política social e serviços sociais: debates e propostas nos congressos de Serviço Social na década de 1980 na Espanha

Virginia Alves Carrara* 

Rosana de Matos-Silveira** 

Miguel Ángel Oliver*** 

RESUMEN

Los congresos de Trabajo Social que se realizan en la década de los años ochenta reflejan los cambios de la profesión en la historia reciente de España en el camino hacia la consecución de los derechos ciudadanos. Con el enfoque teórico metodológico socio-histórico crítico, se analizan fuentes de carácter bibliográfico-documental, destacando los contenidos de las Actas de los IV, V y VI Congresos Estatales de Asistentes Sociales. En los tres congresos - Valladolid (1980), Vizcaya (1984) y Oviedo (1988) - los debates se han centrado en el papel del Trabajo Social para la realización de una intervención cualificada, y en torno a la política social y los servicios sociales, en un marco en el que predominan los discursos sobre Bienestar Social.

Palabras-clave: Congresos; España; Trabajo Social; Política Social; Servicios Sociales.

ABSTRACT

The Social Work congresses that took place in the last decade reflect the changes in the profession in the recent history of Spain along the way towards the achievement of citizen rights. With the critical socio-historical methodological theoretical approach, sources of a bibliographic-documentary nature are analyzed, highlighting the contents of the Acts of the IV, V and VI State Congresses of Social Workers. In the three congresses - Valladolid (1980), Vizcaya (1984) and Oviedo (1988) - the debates were centered on the role of Social Work for the realization of a qualified intervention, and around social policy and social services, in a framework in which discourses on Social Welfare.

Keyword: Congresses; Spain; Social Work; Social Policy; Social Services.

RESUMO

Os congressos de Serviço Social realizados na década de 1980 refletem as mudanças da profissão na história recente da Espanha no caminho para a conquista dos direitos dos cidadãos. Com a abordagem teórico-metodológica sócio-histórica crítica, são analisadas fontes bibliográfico-documentais, com destaque para o conteúdo das Atas dos IV, V e VI Congressos Estaduais de Assistentes Sociais. Nos três congressos - Valladolid (1980), Vizcaya (1984) e Oviedo (1988) - os debates centraram-se no papel do Serviço Social na realização de uma intervenção qualificada e em torno da política social e dos serviços sociais, num quadro em que predominam os discursos sobre o Bem-estar Social.

Palavras-chave: Congressos; Espanha; Serviço Social; Política Social; Serviços Sociais.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91734>

*Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil. E-mail: vcarrara@ufop.edu.br.

**Miembro del Grupo de Investigación-Universidad de Granada SEPISE, del Colegio Oficial de Trabajo Social de Granada y de la Red Iberoamericana de Investigación en Trabajo Social, Cádiz, España. E-mail: rosanadm@ugr.es.

***Universitat de les Illes Balears (UIB), Palma, España. E-mail: mangel.oliver@uib.es. Como citar: CARRARA, V. A.; SILVEIRA, R.; M.; OLIVER, M. A. Política social y servicios sociales: debates y propuestas en los congresos de Trabajo Social en la década de los años 80 en España. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 50-64, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91734>.

Recebido em 31 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 15 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introducción

En la década de los años ochenta del siglo XX, el Trabajo Social en España tuvo avances muy significativos tanto en la formación como en el ejercicio profesional. En 1980, el Congreso de los Diputados aprobó la creación del título de diplomado en Trabajo Social y la “Ordenación de los estudios y la profesión de Asistentes Sociales”. En el año siguiente, a través del Real Decreto 1850/1981, de 20 de agosto de 1981, tiene lugar la incorporación de los estudios de asistentes sociales en las universidades como escuelas universitarias de Trabajo Social. En 1983 se aprobaron las directrices para la elaboración de planes de estudio de la Diplomatura en Trabajo Social (Hernández, 2023). Todos estos logros reflejan las luchas y resistencias de las trabajadoras sociales que estuvieron presentes en la historia. ¿Y cuál es el significado de todo esto? Que, en sus acciones, reflexiones y producciones, las trabajadoras sociales se alinearán con el movimiento de la sociedad española que buscaba modernizarse y situarse en sintonía con el resto de países que conforman una Unión Europea en proceso de construcción. En este sentido, la perspectiva teórico-metodológica de este estudio, que forma parte de una investigación en red¹, comprende la profesión como un producto histórico. El Trabajo Social es entendido como “um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (Iamamoto; Carvalho, 1982, p.71), a diferencia de la perspectiva endogenista, que explica la profesión como “evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ da ajuda” (Montaño, 2007, p.19-20).

Buscamos con este trabajo identificar, en la realidad histórica del momento, las tendencias de la profesión de Trabajo Social expresadas en los congresos. Los años ochenta en España reflejan, con la apertura del país y su incorporación - en 1986 - a la entonces denominada Comunidad Económica Europea (CCE), una sociedad que busca modernizarse en distintos ámbitos. La integración de España se llevó a cabo adoptando políticas europeas en los sectores agrario, energético y de transportes, industrial, educativo, cultural y social (España, 2024).

Modernización e integración constituyen los ejes fundamentales en este proceso, que estableció las bases para una España más abierta y plural, reforzando elementos de su formación socio-histórica como país plurinacional. Con la Constitución Española de 1978 se garantizaba el Estado de derecho bajo una monarquía constitucional, respetando la diversidad cultural de las distintas regiones, que se refleja con la existencia de cuatro lenguas oficiales: gallego, euskera, catalán y castellano.

1 Este trabajo se enmarca en un subproyecto integrado en una investigación más amplia denominada *O Serviço Social na história: questão social, movimentos e lutas sociais - América Latina e Europa (1960-2020)*, aprobado por la *Chamada Universal 2023 del CNPq*, bajo la coordinación del Dr. Maurílio de Castro Matos.

La sociedad española en esta década, al mismo tiempo que experimenta un movimiento de apertura con el reconocimiento de libertades y derechos fundamentales, que se refleja también en el ámbito de la cultura, estará asimismo marcada por la amenaza de un golpe militar que tuvo lugar el 23 de febrero de 1981, y por una presencia destacada en esos años del terrorismo nacional e internacional.

La economía y la política en España se alinean con el recetario neoliberal que impulsan el Reino Unido y los Estados Unidos, así como por las determinaciones del Banco Mundial, con las particularidades de un país que arrastra un retraso significativo en todas las áreas. El sistema autárquico en la dictadura franquista aisló a España de la Europa desarrollada, que exige ahora una reestructuración y modernización de la industria para su integración al comercio internacional. Para ello el Estado, que tenía el control de importantes sectores productivos, impulsará medidas impopulares de saneamiento de las finanzas, con nuevos métodos de organización y gestión de las empresas y reestructuración de las plantillas, produciéndose el cierre de numerosas empresas y un número elevado de despidos, lo que comportó un fuerte rechazo social. Ello llevó a los sindicatos Comisiones Obreras (CCOO) y Unión General de Trabajadores (UGT), a convocar huelgas generales, en 1985 y 1988, como respuesta a unos cambios que venían siendo exigidos desde la Comunidad Europea.

A nivel internacional, los años ochenta están marcados por los llamados “nuevos movimientos sociales”, con sus luchas ecologista, feminista, antiautoritarismo, pacifistas y de liberación sexual. Estos movimientos, aunque sin grandes victorias, dan visibilidad a diferentes asuntos, generando un debate político en la sociedad y provocando la ruptura de consensos, destacando en este sentido el referéndum que tuvo lugar sobre la entrada de España en la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN). En esta década tiene lugar en el país una notable expansión de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG), el voluntariado, y lo que más tarde fue denominado tercer sector.

En este sentido, los congresos de Trabajo Social que se realizan en la década de los años ochenta reflejan los cambios de la profesión en la historia reciente de España en el camino hacia la consecución de los derechos ciudadanos. Con el enfoque teórico metodológico socio-histórico crítico, se analizan fuentes de carácter bibliográfico-documental. El artículo se estructura en tres apartados que recogen, a partir de las Actas, los contenidos de cada uno de los tres Congresos Estatales de Asistentes Sociales que tuvieron lugar en la década de los años 80 en España: Valladolid (1980), Vizcaya (1984) y Oviedo (1988). Los debates que tuvieron lugar, se vinculan con el contexto político y social del momento. En la parte del final de este trabajo, se destacan los aspectos que reflejan las principales preocupaciones e intereses de las profesionales en este período y la evolución del Trabajo Social que, de forma progresiva, se irá dando hacia la profesionalización.

Los Congresos de Trabajo Social en la década de los años 80 en España

IV Congreso Estatal de Trabajo Social en Valladolid, 1980: Por unos Servicios Sociales para todos

La Federación Española de Asociaciones de Asistentes Sociales (FEDAAS) organizó en julio de 1980 el IV Congreso Estatal de Trabajo Social, realizado en la ciudad de Valladolid. El lema del mismo *Por unos Servicios Sociales para todos*, transmitía su esencia reivindicativa: el rechazo de las profesionales a unos servicios sociales discriminatorios y basados en una beneficencia institucional aún existente, y la lucha por la implantación de un Sistema Público de Servicio Sociales (SPSS) en España. La novedad del Congreso vino marcada por la vigencia de la Constitución de 1978 y la incorporación de las comunidades autónomas y entidades locales como ámbitos de gobierno recogidos en el Título VIII de la Carta Magna (Morán-Carrillo; Jiménez, 2016).

El fundamento jurídico expresado en la Constitución aseguraba el desarrollo de una nueva política social con avances hacia un sistema de bienestar que considerara a la ciudadanía, no como simple beneficiaria sino como sujetos de derechos (FEDAAS, 1980; Gil Parejo, 2010). Partiendo de esta garantía, las trabajadoras sociales reivindicaban la implantación de un sistema público semejante al de sanidad y educación, basado en la descentralización y en una mayor cercanía a las necesidades ciudadanas. La política social en el momento del IV Congreso se consideraba inconstitucional por ser una práctica benéfica, paternalista, al margen de financiación pública y fuera del control de los poderes públicos (Las Heras, 2000). En 1980, los servicios sociales todavía se encontraban “dispersos entre varios Departamentos Ministeriales, además de centralizados en la Administración del Estado, no habiéndose realizado todavía la transferencia de competencias a los Entes Autónomos y Administración Local” (Cortajarena; Las Heras 1980, p.355).

El tema general del Congreso se tituló *Política de Acción Social, Servicios Sociales y Trabajo Social*, siendo su objetivo

aportar un proyecto de Servicios Sociales de acuerdo con la Constitución y dentro de un marco de Entes Autonómicos y Ayuntamientos, aprovechando las experiencias y conocimiento de la realidad obtenidos en el ejercicio de la profesión y clarificando las competencias profesionales. (FEDAAS, 1980, p. V).

Los contenidos del Congreso se dividieron en 3 ejes temáticos. El primero se denominó *Análisis global de la Comunidad, por áreas de necesidad y desde los distintos niveles que la integran*. Se presentaron nueve ponencias en las cuáles se manifestaba el esfuerzo de las

profesionales en recoger, sistematizar y analizar datos objetivos a través de estudios de naturaleza cuantitativa (sondeos) sobre el ejercicio profesional. Se abordaban temas referidos a infancia, juventud o tercera edad, y problemáticas como toxicomanías no alcohólicas, salud mental y viviendas sociales, así como reflexiones sobre la práctica del Trabajo Social. Interesa destacar aquí la VI ponencia realizada por María José Furriel y Amelia Orive, ambas pertenecientes a la Comisión de los Servicios Sociales y Mujer de la FEDAAS. Esta tuvo, como punto de partida, la relación existente entre la Federación de Asistentes Sociales y la Coordinadora Estatal de Organizaciones Feministas, y defendía una mayor articulación con otros movimientos populares y organizaciones de la comunidad y, por consiguiente, entre los servicios sociales y los intereses ciudadanos. En la bibliografía de esta ponencia llama la atención el enfoque de clase social, género/capitalismo y cambio social/estructuras sociales de Engels (1970), Harrison, Seconde y Garciner (1975) y Las Heras (1979).

En el segundo eje temático titulado *Servicios Sociales y Trabajo Social en Ayuntamientos y entes autonómicos* fueron ocho las ponencias presentadas - de naturaleza más teórica en relación con el eje anterior -, y vinculadas con la organización y administración de los servicios sociales: “unos servicios sociales para todos, que respondan a las necesidades reales y en los que participen, en su gestión y control, los mismos usuarios” (Presentación, p. V). Las temáticas se centraron en aspectos como la planificación del Trabajo Social, los servicios sociales en los municipios, el Trabajo Social en el medio rural y la participación ciudadana. En la bibliografía consultada de las ponencias se constata la mención a publicaciones de autores como Ander Egg (1968) y Las Heras (1979), y a documentos sistematizados por los profesionales en sus centros de trabajo. En el último eje temático, denominado *Política Social y Servicios Sociales*, las seis ponencias presentadas han tenido como foco la política social, analizando las necesidades concretas desde sus condicionantes políticos, económicos y sociales. La perspectiva de análisis ha sido teórico-documental y se han abordado cuestiones como los servicios sociales en la administración, la articulación entre la Constitución Española y los servicios sociales, la política de acción social y los servicios sociales y el Trabajo Social. En la ponencia denominada *Los servicios sociales en la administración*, se reivindica un equilibrio entre los recursos sociales existentes y las necesidades manifestadas históricamente, la simplificación de los procesos administrativos y “una dirección global, descentralizada y participativa de la comunidad en la gestión de los Servicios Sociales” (Cortajarena; Las Heras, 1980, p. 356).

Por otro lado, y recordando que uno de los objetivos fundamentales del Congreso, era aportar conocimientos profesionales en materia de servicios sociales para el desarrollo del texto constitucional, se presentó al final un documento-evaluativo que, de forma explícita, relacionaba Trabajo Social con política social y servicios sociales, sin olvidar la articulación existente entre el ejercicio profesional y la formación. En él, las trabaja-

doras sociales - desde sus campos de trabajo, asociaciones y la FEDAAS -, expusieron varias denuncias visibilizando las deficiencias en términos de política social. Producto de un análisis diagnóstico “crítico” (dentro de los límites coyunturales de la época) se identificaron problemáticas, las correspondientes reivindicaciones y sugerencias, denominadas alternativas.

Entre otras problemáticas, se denuncia la inexistencia de una política de acción social que posibilitara el ejercicio de los derechos sociales de la ciudadanía. Se reivindicaba la aplicación de este derecho a través del compromiso gubernamental y parlamentario de referenciar esta “Política de Acción Social” en los apartados constitucionales. A partir de ahí, se propone una descentralización administrativa y económica que haga posible la planificación e implementación de un Sistema Público de Servicios Sociales que, desde los entes autonómicos, provinciales y locales, tuviese la dotación suficiente para crear en cada ente, varios “Departamentos de Servicios Sociales”.

Es importante destacar además que, uno de los logros fundamentales de este evento fue la incorporación, por primera vez, del adjetivo “Estatal” frente al pretérito “Nacional”, que contiene una connotación simbólica del régimen franquista. Desde su esencia reivindicativa el Congreso lanzó un *Manifiesto Público*² que vinculaba por primera vez “la política social y servicios sociales como parte de un todo” (Morán-Carrillo; Jiménez, 2016, p. 204), exigiendo a los poderes públicos “unos servicios sociales para todos los ciudadanos” sin discriminación.

V Congreso Estatal de trabajadores sociales /asistentes sociales en Vizcaya, 1984: Bienestar social ¿una utopía?

El Congreso de Valladolid se celebró en noviembre de 1984, organizado por el Consejo General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales y el Colegio Oficial de Vizcaya. El tono de este evento continúa con el esfuerzo de la profesión para que esta pueda aportar a la sociedad la necesidad de unos servicios sociales que superen la visión economicista que predomina en una situación de crisis económica.

El contexto de crisis mundial y la coyuntura político-económica de España, con su reciente integración en la CEE y su proceso de consolidación como Estado democrático de derecho, evidencia la tensión existente entre el avance en la garantía de los derechos sociales de los ciudadanos y la aplicación de ajustes neoliberales resultado de la modernización de su economía, y que se refleja en los debates del Congreso de Vizcaya.

De acuerdo con el Libro de Actas, se presentan 12 ponencias, organizadas en tres ejes temáticos: Política Social, Legislación y Política Económica. En el análisis de los con-

2 Manifiesto Público: Disponible en: <https://www.cgtrabajosocial.es/app/webroot/files/consejo/files/fondo%20documental/IVCONG-1.CRD>. Acceso en: 12 de mayo 2024.

tenidos del eje Política Social, se identifica la búsqueda por una fundamentación teórica sobre Bienestar Social, explicitando su concepto, finalidad, objetivos, “principios inspiradores”, y la amplia área que esta abarca: cultura, educación, salud, trabajo, urbanismo y vivienda, y servicios sociales. En la ponencia *Ejes de Política Social en un Estado de Bienestar Social* (Belis *et al.* 1984, p.37-86) se realiza un análisis crítico de la política social del momento en España y se plantean alternativas desde el reconocimiento de la situación de crisis del Estado de Bienestar. Destaca el estudio de las ideologías relevantes en ese momento como el fascismo, el liberalismo, la democracia cristiana, la socialdemocracia, el comunismo de estado, el eurocomunismo, el movimiento libertario y el ecologismo.

Especial consideración merece de este eje, en relación a los objetivos de la investigación — *identificar y analizar lo que es crítico y lo que es progresista en el material bibliográfico y documental investigado* —, como lo crítico es comprendido a partir de un análisis de la situación actual en España. Lo que se identifica como crítico es el análisis y evaluación acerca de cómo la administración del Estado no responde con una política de bienestar social progresista a la diversidad de demandas. Ello queda reflejado en la 3ª ponencia *Servicios Sociales: instrumentos para una política social de progreso* (Romero, *et al.* 1984, p.88-99). Los servicios sociales son considerados instrumentos legislativos, económicos, sociales y técnicos de los que dispone la sociedad para la atención de las necesidades. “Son instrumentos de la política social de un estado (...) instrumentos de cambio social” (Romero *et al.* 1984, p. 92).

Domènech y Colomer (1984) buscan en su ponencia expresar de forma contundente que el “Bienestar Social no es utopía”, desarrollando el concepto de política social y su relación con la opción de un modelo de gobierno y sociedad. Concluyen que “durante muchos años en el Estado Español no ha existido una política social coherente por parte del poder político, ni se ha planificado de manera global todos los sectores del bienestar social” (Domènech; Colomer, 1984, p. 190-4). Las ponentes, sin menospreciar la iniciativa privada en el sector de los servicios sociales, defienden que no se puede realizar una política social igualitaria sin que existan unos servicios sociales del sector público a los que puedan dirigirse todos los ciudadanos. Al mismo tiempo, las autoras reflexionan sobre la necesidad de una planificación de los servicios sociales en el Estado español desde los principios de universalidad, responsabilidad pública, descentralización y participación de los ciudadanos, añadiendo la importancia de la formación permanente para el personal de servicios sociales.

Con los debates que se llevan a cabo en este eje, se verifica una interlocución del Trabajo Social español con las tendencias internacionales en política social, especialmente en relación con el continente europeo. Ochotorena (1984, p.196-211), va a presentar en su ponencia *Bienestar Social en un mundo en crisis: tendencias internacionales en la política social y en acción social* un balance de los eventos mundiales y europeos del Trabajo Social

y las implicaciones y nuevos enfoques para la intervención profesional desde la crisis del Estado de Bienestar social bajo el recetario neoliberal. Temas como la discriminación positiva, privatización, desinstitucionalización, auto-ayuda, voluntariado, son debatidos en un contexto de crisis en el que se plantean alternativas que se presentan como menos costosas de protección social, al mismo tiempo que aumentan las situaciones de pobreza, la desigualdad social, y se incrementa el volumen de trabajo para las trabajadoras sociales.

Entre los autores referenciados en este eje destacan: Robert M. Mac Iver, Richard M. Titmuss (1981), J. Paraodi (1983), Demetrio Casado (1983), Patrocinio las Heras y Elvira Cortajarena (1977), Mishra (1977), M. Payne, Urrutia Boloña, Ander Egg (1976), Norberto Alayon, P. Alvarino, L. Araneda, así como legislaciones de Bienestar Social de Dinamarca, material producido por Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CE-LATS) y las referencias a materiales producidos en Latinoamérica como la Revista Humanitas y Acción Social³.

El segundo eje del Congreso tiene como tema, Legislación, con solo una ponencia que fue presentada por Elvira Cortajarena (1984). En ella, la autora destaca los avances en relación al Congreso de Valladolid, reconociendo los logros que desde las instancias de las diferentes administraciones públicas se han conseguido, apuntando asimismo a temas legislativos básicos que aún continúan pendientes de resolución. En este sentido, la centralidad de la discusión y reflexión se sitúa en el contexto actual destacando

la complejidad y dispersión legislativa, por el desarrollo constante de las necesidades sociales de las poblaciones; por su falta de concreción en el texto Constitucional, por el reparto de competencias entre las autonomías y el Gobierno Central y por la grave crisis económica que azota nuestro país desde hace diez años. (Cortajarena, 1984, p. 220).

En el tercer y último eje, cuyo tema gira en torno de la política económica, se presentan dos ponencias. La primera hace un análisis de la situación económica y su repercusión en los servicios sociales. Se pone de relieve, de forma explícita, la relación entre la economía y “lo social”, apuntando la crisis económica internacional y los fundamentos sociales y económicos del Estado de Bienestar Social en el contexto neoliberal. El autor tomado como referencia para estos análisis es Gregorio Rodríguez Cabrero (1982), si bien se cita asimismo a Ian Gough (1979). Esta ponencia busca reflexionar sobre la repercusión de la situación económica por la cual atravesaba el estado español, destacando “la necesidad de elaborar y promulgar una LEY BÁSICA DE SERVICIOS SOCIALES que cree un sistema público unificado en esta área (Pardavila, 1984, p. 256).

3 Cabe destacar que, en los tres congresos, la mayoría de las ponencias no recogen la bibliografía utilizada al final del documento; por otro lado, se citan en numerosas ocasiones autores en el texto del trabajo, sin detallar el año, la obra y ni tan siquiera el nombre completo de los mismos.

La última ponencia hace referencia al Presupuesto, considerado por Fernández (1984, p. 296) “el instrumento ineludible que capacita para desarrollar una Política Social”. La autora de esta ponencia presenta lo que considera el primer borrador del presupuesto económico para servicios sociales, considerado coherente con

la Política Social que propugna el gobierno socialista de la comunidad autónoma de Castilla y León, en virtud de su Proyecto de Presupuestos para 1984 [...] y que incorpora en sus objetivos y medidas, las denuncias, reivindicaciones y alternativas contenidas en las Conclusiones de nuestro IV Congreso Estatal de 1980. (Fernández, 1984, p. 296).

VI Congreso estatal de trabajadores sociales /asistentes sociales en Oviedo, 1988: Trabajo Social, reto de hoy

El congreso constó de tres ponencias y 14 comunicaciones vinculadas a las primeras. La trayectoria de los servicios sociales en España desde 1978, las tendencias del sistema público de servicios sociales, el papel de la iniciativa privada, los derechos y prestaciones del sistema, así como las referencias a la identidad profesional, constituyen elementos centrales del primer bloque de ponencias y comunicaciones. Modelos de intervención como el modelo ecológico, la acción comunitaria, los equipos multiprofesionales, los servicios sociales de atención primaria, los servicios educativos y sociales, la asistencia social en el ámbito de la salud, son temas centrales sobre los que trata el segundo bloque focalizado en la intervención social. Finalmente, diferentes aspectos relativos a la formación y la evolución de esta en Trabajo Social, así como la búsqueda del *status* profesional y la relación entre teoría y práctica, configuran los contenidos principales que comprende el tercer bloque de ponencias y comunicaciones.

Si los tres congresos de Trabajo Social que se realizan en la década de los años 80 reflejan los intereses, preocupaciones, y los cambios que se vienen produciendo en la profesión, en el VI Congreso destaca el enfoque “*profesionalizante*” que se inicia con este congreso - y continuará en los siguientes -, reflejando la evolución que se irá dando a partir de entonces de forma progresiva hacia la profesionalización (Morán-Carrillo; Jiménez, 2016).

El congreso pretende, también, reforzar la diferenciación existente entre los servicios sociales como sistema prestador de servicios, y la disciplina de Trabajo Social, y que se refleja en diversas comunicaciones y ponencias. En la primera ponencia *Tendencias del sistema público de servicios sociales*, advirtiendo en la misma el autor sobre “los riesgos de identificar Trabajo Social y los Servicios Sociales”, señala también en relación al primero, que este no debe encerrarse “en los límites del sistema de servicios sociales”, sino que debe

proyectarse “en cuanto disciplina y profesión hacia cualquier sistema de prestación de servicios para el Bienestar Social” (Herrero, 1988, p. 26).

Esta preocupación en diferenciar los servicios sociales y el Trabajo Social, se manifiesta también en la comunicación de las trabajadoras sociales Pepa Luisa Romero e Isabel Santana *Los trabajadores sociales en los servicios sociales de atención primaria*. Recordando las autoras la evolución paralela que han experimentado los servicios sociales y la profesión de Trabajo Social, señalan que “todavía hay quien identifica la profesión con los servicios sociales” (Romero; Santana, 1988, p. 193) y confunde “los objetivos de los profesionales con los objetivos del sistema” (Romero; Santana, 1988, p. 194).

El Trabajo Social participará en la construcción del sistema público de protección en cuestiones tan importantes como las leyes autonómicas de servicios sociales que se aprobarán en esos años en cada una de las diferentes regiones del estado español, refrendando las ideas de proximidad, descentralización y universalización que establece la Constitución Española. Acontecimientos como la aprobación de la Ley de Bases de Régimen Local, en 1985, que establece la obligatoriedad de la prestación de servicios sociales para los municipios con población superior a 20.000 habitantes, la aprobación del Plan Concertado de Prestaciones Básicas de Servicios Sociales, en 1988, que sirve para garantizar unas prestaciones mínimas a toda la población, así como la creación en el mismo año del Ministerio de Asuntos Sociales, reflejan la importancia de los avances que en materia de servicios sociales tienen lugar en la década de los años 80 en España. También, y no menos importante, el congreso aborda el papel de la iniciativa privada en la provisión de servicios sociales, que se recoge también en las distintas leyes autonómicas, si bien como señalan Subirats *et al.* (2007), lo hará sin establecer las vías de colaboración entre el Estado, el tercer sector y las entidades mercantiles.

Los contenidos de este congreso reflejan, por otro lado, y en el marco del proceso *modernizador*, el interés por desarrollar instrumentos y técnicas que contribuyan también al distanciamiento del modelo asistencialista y a la imagen de beneficencia vinculada a la profesión. La ponencia ya reseñada de García Herrero *Tendencias del sistema público de servicios sociales* apunta a aspectos como “la necesidad de la utilización de las nuevas tecnologías de la informática (...) de desarrollar en el marco del Trabajo Social métodos y técnicas de investigación y estudio, de diagnóstico y valoración, de programación y de evaluación” (Herrero, 1988, p. 61). También la comunicación *Proceso metodológico de trabajo en la sección de servicios sociales de La Paeria. Ayuntamiento de Lérida*, presentada por María Pilar Valcárcel Gómez (asistente social) y Miguel Gómez i Serra (pedagogo), destaca como tema urgente a abordar “la unificación de la metodología y documentación” (Valcárcel y Gómez, 1988, p. 179).

La importancia que tuvo en esos años en la consolidación del Trabajo social el desarrollo de instrumentos y técnicas, reconocido por autoras como Domènech (1990) o Zamanillo (1990), no puede ocultar, como también señalan Morán (2016) y Ramos Feijóo (2000), que la preocupación por los aspectos metodológicos, la prioridad en desarrollar instrumentos y habilidades profesionales, llevará a un reduccionismo del Trabajo Social con posiciones cada vez más alejadas de perspectivas ideológicas. El proceso tecnista se irá dando en este sentido, de forma paralela al abandono progresivo de perspectivas con un enfoque crítico de la intervención social.

Otro de los temas que destacan en los contenidos del congreso es el referido a la idea de interdisciplinariedad. Este, no puede desvincularse de hechos como el notable incremento de profesionales que tiene lugar a finales de los años 80 como consecuencia del importante despliegue de los servicios sociales de base y la ampliación de los espacios laborales. Esta nueva realidad comportará que las trabajadoras sociales lleven a cabo su intervención en diferentes contextos, además del específico de servicios sociales, y junto a otros profesionales pertenecientes a diferentes disciplinas. Los citados María Pilar Válcárcel Gómez (asistente social) y Miguel Gómez i Serra (pedagogo), señalan también en relación a esto último “la importancia del trabajo en equipo y la coordinación con otros profesionales” (1988, p. 179), como se destaca también en la comunicación de las trabajadoras sociales Pepa Luisa Romero e Isabel Santana “Los trabajadores sociales en los servicios sociales de atención primaria”, que apuntando las funciones de los profesionales en un equipo interdisciplinar de servicios sociales, señalan las numerosas ventajas que supone el trabajo en equipo destacando “el enriquecimiento continuo evitando el reduccionismo en la actuación” y que posibilita “no caer en el error de adaptar el problema a las técnicas y recursos del profesional y que se atienda el problema en su globalidad” (1988, p.196). En la misma línea, la comunicación de Ció Barjau, *Nuevos elementos de intervención social*, haciendo referencia a los progresos que se vienen dando en el trabajo multidisciplinario recuerda que los trabajadores sociales cada vez más deben “trabajar con profesionales de otras disciplinas, con las denominadas nuevas profesiones (...) los métodos de los trabajadores de servicios de Bienestar Social van hacia una fusión interdisciplinar rompiendo barreras corporativistas y compartiendo cuerpos teóricos” (1988, p. 90).

El abordaje de la formación en Trabajo Social durante el congreso está en consonancia con la importancia que en relación a la misma representó también la década de los años 80 en España. El congreso aborda los planes de estudios, las reformas universitarias, la importancia del papel de las escuelas como centros de investigación y formación, así como la vinculación de los aspectos teóricos y prácticos de la profesión, incidiendo asimismo en conceptos como el de profesionalización. La tercera ponencia del congreso, que lleva por título *La formación*, destaca por la evolución que recoge de la formación en Trabajo social desde la aparición de las primeras escuelas de formación de asistentes socia-

les en España y, situándose en las necesidades del momento en relación a la formación de profesionales de Trabajo Social, señala como contenidos esenciales de esta:

el conocimiento y manejo de los procedimientos y normas que regulan las instituciones y actos de las administraciones públicas”, (...) el conocimiento de empleos y técnicas e instrumentos de programación, gestión y evaluación de los propios servicios sociales (...) (Domínguez *et al.*, 1988, p. 121).

Así como “el desarrollo de actitudes para el trabajo en equipo” (...) (Domínguez *et al.*, 1988, p. 121). Los autores de la ponencia hacen referencia, asimismo, a la importancia que supuso la incorporación de los estudios a la universidad como escuelas universitarias de Trabajo Social en 1983, por el cambio de orientación más científico y técnico de la profesión que ello representó.

Consideraciones finales

Los años 80 en España estuvieron marcados por un duro proceso de reconversión industrial, con una serie de medidas de modernización de la economía que supusieron el cierre de numerosas empresas y la destrucción de empleos, que fueron acompañadas de importantes protestas sociales.

A nivel del Trabajo Social, estos años representan también la década con mayores avances para la disciplina en España, tanto en relación con la formación como en relación al ejercicio profesional. El Trabajo Social, que persigue eliminar la imagen de beneficencia heredada de la dictadura franquista, buscará, en sintonía con el afán de modernización de la sociedad española, alinearse con los discursos sobre Bienestar Social predominantes en el continente europeo.

Las profesionales de Trabajo Social no serán ajenas a las situaciones de desigualdad social existentes en el país en estos años, y formulan respuestas sobre las necesidades sociales considerando los condicionantes de distinto signo que se hayan presentes en esos momentos, y reivindican la necesidad de implantar un Sistema Público de Servicios Sociales.

Los tres congresos de trabajadoras sociales que tienen lugar en la década de los 80 recogen numerosas comunicaciones acerca de cómo deberían estructurarse y operar las políticas sociales, y con relación al impulso de una acción social que, buscando eliminar la concepción asistencialista y sustentada en los derechos ciudadanos, irá adquiriendo progresivamente un carácter cada vez más tecnicista y burocrático.

También la preocupación por la formación de los futuros profesionales ocupa un lugar importante en los congresos que se llevaron a cabo en esos años, centrándose en aspectos como la diversidad de planes de estudio existentes y la calidad de las enseñanzas.

Sobre este esfuerzo del colectivo de profesionales cabe recordar, finalmente, que se llevará a cabo dentro de los límites de una profesión que ingresa en la universidad con el inicio de la década, y que hasta 1991 no será reconocida como área de producción de conocimiento.

Contribuciones: Todas las autoras y autores trabajaron de forma coordinada en la elaboración, análisis y revisión de este artículo

Agradecimientos: Agradecemos al Dr. Maurilio de Castro Matos y a la Dra. Graziela Scheffer por su dedicación a la edición 59 del dossier temático

Agencia financiadora: No se aplica

Aprobación del Comité de Ética: No se aplica

Conflicto de intereses: No se aplica

Referencias

ANDER-EGG, E. *Planificación del bienestar social*. Buenos Aires: Editorial Humanitas. 1968.

BARJAU, C. Nuevos elementos de intervención social. *En* CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES /ASISTENTES SOCIALES, VI, 1988, Oviedo. *Libro de ponencias y comunicaciones*. p. 65-93.

BELIS, V. et al. Ejes de Política Social en un Estado de Bienestar Social. *En* CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES), V, 1984. Vizcaya. *Libro de Ponencias*. p. 43-45.

CORTAJARENA, E. El derecho ciudadano a los servicios sociales: análisis del marco legal. *En*: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES), V, 1984. Vizcaya. *Libro de Ponencias*. p. 215-246.

CORTAJARENA, E., LAS HERAS, P. Los Servicios Sociales en la Administración. *En*: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES), IV, 1980, Valladolid. *Libro de Ponencias*. p. 333-365.

CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES), IV, 1980, Valladolid. Manifiesto Público: Disponible en: <https://www.cgtrabajosocial.es/app/webroot/files/consejo/files/fondo%20documental/IVCONG~1.CRD>. Acceso en: 12 de mayo 2024.

CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES), IV, 1980, Valladolid. *Libro de Ponencias*. p. V. Presentación.

DOMÈNECH, R. Marco socio-político del Trabajo Social y de los Servicios Sociales. *Documentación social* n. 79, p. 65-82, 1990.

DOMENECH, R., COLOMER, M. Política Social y Servicios Sociales. *En: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES)*, V, 1984. Vizcaya. *Libro de Ponencias*. p. 187- 190.

DOMÍNGUEZ, Ma. J., *et al.* La Formación. *En CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES /ASISTENTES SOCIALES*, VI, 1988, Oviedo. *Libro de ponencias y comunicaciones*. p. 97-141.

ESPAÑA. Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación. *España y La Unión Europea*. 2024. Disponible en: <https://www.exteriores.gob.es/es/PoliticaExterior/Paginas/EspanaUE.aspx>. Acceso en: 04 set. 2024.

ENGELS, F. *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. Madrid: Editorial Fundamentos, 1970.

FEDAAS. Por unos Servicios Sociales para todos. *En: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES)*, IV, 1980, Valladolid. *Libro de Ponencias*. p. V.

FERNÁNDEZ, I. Elaboración del Primer Presupuesto Económico para Servicios Sociales en la Comunidad Autónoma de Castilla y León. *En: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES)*, V, 1984. Vizcaya. *Libro de Ponencias*. p. 298- 345.

GARCIA HERRERO, G. Tendencias del sistema público de servicios sociales. *En CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES /ASISTENTES SOCIALES*, VI, 1988, Oviedo. *Libro de ponencias y comunicaciones*. p. 23-62.

GIL PAREJO, M. Los inicios de la Construcción del Sistema Público De Servicios Sociales desde la perspectiva del Trabajo Social. Unos años prodigiosos, 1978-1988. *Revista de Ciencias Humanas y Sociales*. Universidad Comillas: Madrid, v. 68, n. 132, 2010. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3224004>. Acceso en: 04 set. 2024.

GOUGH, I. *The Political Economy of the Welfare State*. London. MacMillan Education Ltd. 1979

GOUGH, I.; RODRIGUEZ CABRERO, G. *Economía política del estado de bienestar*. Madrid: H. Blume. 1982

HARRISON, J.; SECCOMBE, W.; GARDINER, J. El ama de casa bajo el capitalismo. *Colección Documentos*. Barcelona: Ed. Anagrama. 1975.

HERNÁNDEZ, M. A. Los estudios de Trabajo Social en el Sistema Universitario Español. *Comunitania: Revista internacional de trabajo social y ciencias sociales*, n. 26, p. 9-34, 2023.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

LAS HERAS, E. P. *Estudios sobre cambio social y estructuras sociales en Cataluña*. Vol. 16. Madrid: Centro de investigaciones sociológicas, 1979.

LAS HERAS, E. P. La construcción histórica de una profesión, en VV.AA., Pasado, presente y futuro del Trabajo Social. *En: Colección II Foro de Trabajo Social*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, p. 15-82, 2000.

MONTAÑO, C. *A Natureza do Serviço Social*. Um ensaio sobre sua gênese, sua especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MORÁN, M. *La profesionalización del Trabajo Social en España: Un análisis desde la epistemología histórica*. Tesis Doctoral. Universidad Pablo de Olavide. Sevilla. 2016. Disponible en: <https://rio.upo.es/entities/publication/c26bbfe6-368c-4712-8ce4-cc17561f1e38>. Acceso en: 04 set. 2024.

MORÁN-CARRILLO, M.; Y JIMÉNEZ, M. La profesionalización del trabajo social contemporáneo en España: un análisis socio-histórico desde las aportaciones a los Congresos Nacionales de Trabajadoras/es Sociales 1968-2013. *Documentos de trabajo social*, n. 57, p. 191-216, 2016. Disponible en:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6095385>. Acceso en: 04 set. 2024.

OCHOTORENA, E. P. Bienestar Social en un mundo en crisis: tendencias internacionales en la política social y en acción social. *En: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES)*, V, 1984. Vizcaya. *Libro de Ponencias*. p. 196-211.

PARDAVILA, B. Situación Socioeconómica y Repercusiones en los Servicios Sociales. *En: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES)*, V, 1984. Vizcaya. *Libro de Ponencias*. p. 250 - 287.

RAMOS-FEIJOO, C. Enfoque comunitario, modernidad y postmodernidad: el Trabajo Social con la comunidad en tiempos de la globalización. *Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, n. 8, p. 185-204, 2000. Disponible en: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/5756/1/ALT_08_08.pdf. Acceso en: 04 set. 2024.

ROMERO, C. M. et al. Servicios Sociales: instrumentos para una política social de progreso. *En: CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES (ASISTENTES SOCIALES)*, V, 1984. Vizcaya. *Libro de Ponencias*. p.88-99.

ROMERO, J. L; SANTANA, I. Los trabajadores sociales en los servicios sociales de atención primaria. *En CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES /ASISTENTES SOCIALES*, VI, 1988, Oviedo. *Libro de ponencias y comunicaciones*. p. 191-203.

SUBIRATS, H. J. *et al. Los Servicios Sociales de Atención Primaria ante el cambio social*. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. 2007 Disponible en: <https://portalrecerca.uab.cat/en/publications/los-servicios-sociales-de-atenci%C3%B3n-primaria-ante-el-cambio-social-11>. Acceso en: 04 set. 2024.

VALCARCEL GÓMEZ, M^a. P.; GÓMEZ I SERRA, M. Proceso metodológico de trabajo en la sección de servicios sociales de La Paeria. Ayuntamiento de Lérida. *En CONGRESO ESTATAL DE TRABAJADORES SOCIALES /ASISTENTES SOCIALES*, VI, 1988, Oviedo. *Libro de ponencias y comunicaciones*. p.177-189.

ZAMANILLO T. Lo viejo se renueva. Un perfil del trabajador social hoy. *Documentación Social*, n. 79, p. 21-34, 1990

Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social na realidade paulistana

Struggles of the working class and their relationship with the union organization of Social Work in the reality of São Paulo

Maria Beatriz Costa Abramides* 

Maria Lúcia Duriguetto** 

Maria Rosângela Batistoni*** 

RESUMO

O artigo trata do processo de desenvolvimento do movimento operário e dos movimentos sociais na década de 1970 e primeira metade da década de 1980 no estado e na cidade de São Paulo, em que projetos societários alternativos ao capitalismo foram gestados. É na colagem à essas forças sociais que a organização político-sindical do Serviço Social e segmentos profissionais impactam os fundamentos teórico-metodológicos da profissão, notadamente a natureza da sua dimensão política, que se processa na ruptura com o conservadorismo e no fomento e indução da criação de um projeto profissional emancipador. O desenvolvimento do conteúdo deste artigo se baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-Chave: Luta de Classes; Realidade Paulistana; Organização Sindical; Serviço Social.

ABSTRACT

The article deals with the development of the workers' movement and social movements in the 1970s and the first half of the 1980s in the state and city of São Paulo, in which alternative societal projects to capitalism were gestated. It is in the collage with these social forces that the political-union organization of Social Work and professional segments impact the theoretical-methodological foundations of the profession, notably the nature of its political dimension, which is processed in the break with conservatism and in the promotion and induction of the creation of an emancipatory professional project. The content of this article was based on bibliographical and documentary research.

Keywords: Class Struggle; São Paulo's Reality; Trade Union Organization; Social Work.

Introdução

Na conjuntura do pós 1973 até a abertura dos anos 1980, temos a crise do modelo econômico concentrador de renda e riqueza e cerceador das liberdades democráticas instaurado com o golpe de

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91735>

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Bolsista de Produtividade (PQ) do CNPq. E-mail: biabramides@gmail.com.

**Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. Bolsista de Produtividade (PQ) do CNPq. E-mail: maluduriguetto@gmail.com.

***Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: rosangelabatistoni@gmail.com.

Como citar: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L.; BATISTONI, M. R. Lutas da classe trabalhadora e sua relação com a organização sindical do Serviço Social na realidade paulistana.

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 65-83, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91735>.

Recebido em 27 de fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação em 17 de março de 2025.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1964, acentuada por altos índices inflacionários e recessão econômica. Neste contexto, particularmente no estado de São Paulo, que aqui tratamos, desenvolve-se uma ampla contestação de diferentes organizações e movimentos sociais amalgamados pelo movimento operário sindical com organização de greves, passeatas, assembleias, denunciando o aumento do custo de vida, a política de arrocho salarial, a inexistência e ou precariedade do acesso a políticas e serviços públicos e reivindicando a retomada das liberdades democráticas (Duriguetto, 2007).

É neste contexto mobilizador que porta projetos societários emancipadores que se alavanca a retomada da organização sindical dos assistentes sociais em São Paulo e que torna essa retomada um forte centro difusor de formação de “lideranças profissionais” que se sobressaem “como articuladores, organizadores e dirigentes” na formação profissional (envolvendo professores, estudantes e técnicos) e no trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais, como assinala Lopes, Abreu e Cardoso (2024, p. 89):

A colagem destas lideranças àquele processo ativo de organizações e lutas em ascenso é a condição central para a construção de processos de ruptura com o conservadorismo e criação de um projeto profissional emancipador, que tem na realização do Congresso da Virada seu momento emblemático.

Nas seções seguintes, expomos alguns elementos centrais do processo de organização e de lutas da classe trabalhadora desenvolvidos no estado e na cidade de São Paulo e a orgânica relação desenvolvida com este processo pela organização sindical e por segmentos profissionais do Serviço Social.

Movimento sindical e movimentos sociais: determinações sociopolíticas para a *Virada* profissional

O contexto da crise da ditadura empresarial militar foi marcado pela reinserção do conjunto das classes trabalhadoras na cena política em um vigoroso movimento grevista de seu amplo *operariado fabril*¹, eclodindo a partir da concentração industrial na região metropolitana de São Paulo e expandindo para outros segmentos, espaços, territórios e regiões do país. Núcleos de resistência nas fábricas, bairros e sindicatos desenvolveram as experiências das chamadas *oposições sindicais*, formadas por militantes oriundos de organizações de esquerda, da esquerda católica (Juventude Operária Católica; Ação Católica

1 No período de 1967-1968 houve um breve retorno à luta sindical pela formação de articulações intersindicais contrárias à política salarial, realizações de Conferências de Dirigentes de categorias com pautas e reivindicações contestatórias; eleições de algumas diretorias de oposições formadas pelas bases - caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco/SP; e a eclosão de greves como a de Contagem/MG e Osasco/SP (Mattos, 2003).

Operária) e sindicalistas de base. Alinharam-se em torno da luta contra a estrutura sindical oficial e pela organização de base nos locais de trabalho, em especial, por meio das *comissões de fábricas*² e de um *novo sindicalismo*³ de corte classista.

A articulação fabril e sindical ocorria simultaneamente às ações de mobilização e organização nos bairros periféricos em torno de reivindicações afeitas às outras necessidades da reprodução da força de trabalho (transportes, habitação, creches, saúde, infraestrutura e tarifas urbanas etc.). O movimento nos bairros propiciou, assim, condutos de contatos e articulações para organizar as lutas fabris (mas também de trabalhadores informais e desempregados) conjuntamente com os movimentos de bairro, tão intensamente imbricados naquele momento⁴.

Foi neste contexto que o conjunto das classes trabalhadoras realizou, de 1978 a 1992, um intenso *ciclo de greves*⁵ com pautas centradas nos reajustes salariais, pelas perdas provocadas pela inflação do arrocho nos governos militares e os constantes “congelamentos salariais”, trazendo a público a lógica de classe do modelo econômico, altamente concentrador de renda, gerador das profundas desigualdades sociais. Desde a sua emergência, as greves envolveram grande diversidade de categorias, como metalúrgicos, motoristas e cobradores de ônibus, garis, operários da construção civil, canavieiros, químicos, *plásticos*, (tal como a categoria se autodenomina) e trabalhadores dos setores médios, como professores, médicos e profissionais da saúde, dentre outras. Além de greves de categorias “novas” nas lutas sindicais, como a dos setores do funcionalismo público⁶.

A reorganização do conjunto da classe trabalhadora se expressou na criação do Partido dos Trabalhadores - PT (1979/1980) e na criação da Central Única do Trabalhadores - Cut

2 No universo das oposições sindicais, a experiência da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP) é a mais emblemática (Batistoni, 2010).

3 A ação sindical que deu visibilidade aos sindicalistas combativos foi a campanha de reposição salarial de 1977, iniciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e engrossada por outros a partir da denúncia da fraude salarial em 1973, quando, conforme informações do DIEESE, os assalariados haviam sido lesados em 34,1%. A luta gerou a articulação de dezenas de entidades sindicais de todo o país das mais variadas categorias.

4 A articulação do movimento operário e sindical, em especial da OSMSP, e os movimentos urbanos em diversas lutas na cidade de São Paulo abordaram experiências de ações de solidariedade e apoio nos fundos de greve e comandos regionais, participação nas lutas da saúde, por infraestruturas, denúncias e resistências à violência policial nas periferias (Ver Stein, 2016).

5 O apoio às greves contava com a sustentação de múltiplas atividades coletivas nas regiões e nos bairros periféricos, numa rede de relações articuladas pelas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), associações, grupos culturais, cursos de profissionalização, entre outros.

6 Lutas e atividades sindicais do funcionalismo público nos âmbitos federal, estadual e municipal, marcando atuação de múltiplos profissionais de áreas diversas como assistentes sociais, como lideranças e base, o que será adiante apontado no caso de servidores públicos do município de São Paulo e dos previdenciários.

(1983), potencializando novas mobilizações de massa nos planos político e sindical. O PT expressou um passo na afirmação de uma representação política que possibilitasse protagonismo no cenário nacional, unificando ação de forças sociais para além da classe trabalhadora em luta, e tornou-se polo aglutinador de outros segmentos assalariados da cidade e do campo na luta pela democratização com um corte classista e anticapitalista⁷.

No campo sindical, esforços e iniciativas foram efetivadas em torno da formação de uma central sindical de âmbito nacional, que se processa em agosto de 1983 com a realização do I Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat). Embora comportando diferenças no seu interior em torno de várias questões, a Central caracterizava-se por uma ligação intensa com as aspirações e mobilizações das amplas massas dos trabalhadores, afirmando-se como *direção e representação* efetiva e real do operariado industrial, trabalhadores rurais, funcionários públicos e os trabalhadores vinculados ao setor de serviços, expressando a heterogeneidade do mundo do trabalho no país (Antunes, 1991, p. 50).

A ampla mobilização da classe trabalhadora, como explicitamos, tem ao lado da retomada das lutas sindicais, a emergência de organizações e movimentos sociais nas diversas refrações da *questão social*, que passaremos agora a tratar.

Em São Paulo, as experiências das CEBs constituíram em uma das principais estratégias de mobilização popular nos anos 1970-1980, influenciando a organização de vários movimentos populares que eclodiram em diferentes regiões. Esses movimentos indicam sua vinculação, mesmo que apenas num primeiro momento, às CEBs ou no espaço de apoio da Igreja Católica⁸. Isto porque, com a autocracia burguesa e os frequentes ataques aos movimentos sociais, organizações de classes e grupos profissionais, a Igreja paulistana passou a apoiar e a constituir espaços para reuniões e articulações de vários movimentos e instituições não confessionais de resistência (como os sindicatos e oposições sindicais, as reivindicações por melhorias urbanas, movimento dos loteamentos clandestinos, do custo de vida etc.) e atuar por meio do trabalho e organização pastoral das CEBs nos processos de mobilização e organização popular (Camargo, 1983). A pedagogia das CEBs assenta-se em reflexões junto às classes subalternas baseadas na leitura bíblica da realidade em que vivem e do não acesso às suas necessidades básicas, sendo este o ponto de partida para a formação de uma identidade de interesses e de direitos, ampliação de uma consciência crítica pela organização de ações coletivas estimulando a formação de lideranças. O trabalho

7 O PT formou-se pela confluência do movimento operário e sindical, movimentos populares urbanos e rurais, estudantil, militantes e ex-militantes das organizações socialistas (marxista-leninista, trotskista), contingentes da esquerda católica originários das CEBs e das pastorais da cidade e campo, intelectuais, grupamentos e individualidades diversas. Ver Fernandes (1991); Secco (2003) e Iasi (2006).

8 As CEBs são uma expressão da Teologia da Libertação, movimento que surgiu na década de 1960 exercendo forte influência no pensamento e na ação da esquerda bem como se tem a adesão de membros das CEBs aos partidos e frentes revolucionárias em ascensão no continente (Lowy, 1991).

pedagógico das CEBs estava em sintonia com a linha política do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, nomeado em 1970 para a Arquidiocese de São Paulo⁹.

A atuação das CEBs na formação de lutas e movimentos sociais também é presente, embora com incidência menor, no trabalho dos *centros de assessoria aos movimentos sociais e sindicais* na instrumentalização das organizações, reivindicações e lutas por meio da elaboração de um acervo de materiais como cursos de educação popular sobre questões nacionais e regionais, programas partidários, legislação trabalhista, de uso do solo, material didático-pedagógico e audiovisual sobre organização e relatos de experiências. A seguir, explicitaremos alguns movimentos e organizações populares mais significativos que eclodiram na realidade paulistana nas décadas de 1970-1980: *Clubes de Mães*, *Movimento Custo de Vida*, *Movimento de Lutas por Creches*, *Movimento de Saúde*, *Movimento de Loteamento Clandestino*, *Movimento Negro Unificado* e *lutas pela liberdade de orientação e diversidade sexual*.

Na região sul de São Paulo, mulheres que eram, em larga maioria, trabalhadoras pobres, muitas de origem negra, formavam pequenos clubes dedicados ao ensino de alguns ofícios que, a partir de 1972, articulados com as CEBs, a Oposição Sindical Metalúrgica e a Pastoral Operária, passaram a serem espaços de debates sobre a inexistência e ou baixa qualidade de serviços básicos, sobre a política do arrocho salarial e ao alto do custo de vida posto pelo modelo econômico da ditadura civil-militar. Os *Clubes de Mães* ocupam um lugar de destaque de irradiação de organizações populares na periferia de São Paulo (Sader, 1988, p. 199), desenvolvendo lutas como a de conseguir água potável e saneamento básico, saúde, moradia, creches e escolas¹⁰, originando a criação do *Movimento Custo de Vida* (MCV).

O MCV teve um papel importante entre os anos de 1973 e 1978 ao apontar as perdas salariais e o aumento do custo de vida¹¹. Nesses anos, desenvolveu ações de denúncia do custo de vida e do arrocho salarial por meio de coleta de dados (pesquisas de gêneros da cesta básica e artigos de primeira necessidade feitos pelas participantes dos Clubes de Mães com o apoio

9 Evidencia-se que, dentre as CEBs, “algumas alcançam nível mais avançado de consciência crítica”. Nelas [...] a Comunidade é levada a projetar seu interesse além dos limites das reivindicações imediatas e da solidariedade interna do grupo”, relacionando-os com “os problemas decorrentes do crescimento econômico excludente, para as relações de trabalho, para as instituições sindicais e políticas”. (Camarogo *et. al*, 1983, p.75-76).

10 É também relevante o apoio dos Clubes de Mães nas mobilizações e greves do “novo sindicalismo” no ABC paulista no final dos anos 1970, como apontamos anteriormente nas ações de solidariedade nas lutas sindicais e a dos bairros.

11 Essas reflexões e a formação das *comissões de fábrica* foram importantes para o desenvolvimento das greves metalúrgicas de 1978/1979. O líder sindical Santo Dias e sua esposa, Ana Dias, foram centrais no processo de articulação dos Clubes de Mães e nos grupos dos operários da fábrica de que começaram a participar. (Azevedo; Benedicto; Dias, 2004, p.162-170; Monteiro, 2015; Diniz, 2018).

de bispos como Dom Mauro Morelli e Dom Paulo Evaristo Arns), divulgação dos resultados por meio de mobilizações e protestos em praça pública, pelo jornal *Boletim*, criado pelo movimento, pela realização de assembleias¹², por políticos de oposição na imprensa, abaixo-assinados (em nível nacional) e de cartas às autoridades. O processo de desenvolvimento do MCV passa, também, a aglutinar outras pastorais sociais, grupos de direitos humanos, associações de bairro, oposições sindicais e partidos progressistas e de esquerda (MDB, membros de organizações clandestinas de esquerda-trotskistas, MR-8, PCB, PCdoB entre outros), intelectuais e estudantes universitários. A partir de 1979, o MCV passa a se nomear Movimento Contra a Carestia (MCC), encerrando suas atividades em 1982¹³.

É também por meio do Clube de Mães da zona sul que emerge, paralelamente ao MCV, o processo reivindicativo da *luta por creches*, que se unifica, enquanto movimento, no 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979¹⁴. O *Movimento de Luta por Creches* se dividia em zonas por toda grande São Paulo e suas lutas reivindicativas eram pela construção de creches pelo governo estadual e municipal e sua obrigatoriedade nas unidades de produção. Depois do Congresso, iniciou-se o processo de organização de comissões por bairros com o apoio das CEBs e dos Clubes de Mães (Gohn, 1985). O Movimento de Lutas por Creches aglutinou em torno de si os movimentos da carestia, da habitação, da melhoria de favelas e da saúde e teve a participação e o apoio de militantes das CEBs, associações de bairro¹⁵, feministas e de profissionais, em que se destaca as assistentes sociais. Pela mediação da luta por creches, outras questões eram tratadas como aborto, sexualidade, violências etc. Este processo tem sua articulação, enquanto forma de união entre feministas e mulheres trabalhadoras, na realização dos posteriores Congressos da Mulher Paulista. É relevante destacar, a partir de 1975, a criação do *Movimento Feminino pela Anistia*, que junto aos outros movimentos, passou a integrar o Comitê Brasileiro pela Anistia, contribuindo para a aprovação da Lei da Anistia, em 1979; e a expansão da *luta feminista de esquerda* por meio da publicação dos jornais *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*, que tematizavam a sexualidade, aborto, violência doméstica e divórcio. Essa iniciativa impulsionou a união dos grupos feministas com mulheres da periferia, ampliando suas reivindicações para além da luta por necessidades materiais (Teles; Santa Cruz, 2013).

12 No dia 27 de agosto de 1978, mais de 20 mil pessoas lotaram a Catedral da Sé para a assembleia do MCV e, ao seu final, foram coercitivamente atacadas pelo aparato militar.

13 Para uma análise da atuação dos grupos políticos no MCV e para o encerramento de suas ações (Monteiro, 2015).

14 Neste primeiro Congresso foi criado o Movimento de Luta por Creche, abrangendo bairros, sindicatos e grupos feministas. Demais reivindicações foram tiradas pelas 2 mil participantes: lavanderias e restaurantes públicos e atuação sistemática das mulheres nos bairros, nos sindicatos e partidos, levando para essas organizações as reivindicações e lutas das mulheres.

15 Para uma apreensão das mutações do movimento de bairro em São Paulo ver Singer (1980. p. 83-107).

Em relação à organização da luta das mulheres, no cenário de efervescência do movimento operário, ocorreu, nos dias 21 e 28 de janeiro de 1978, o I Congresso da Mulher Metalúrgica, promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. As bandeiras de luta deste Congresso circunscreviam à salário igual para trabalho igual; acesso a cargos de chefia e a cursos profissionalizantes; contra o controle do tempo para ir ao banheiro e contra o abuso de autoridade imposto pela chefia; por creches e berçários, restaurantes coletivos nos locais de trabalho; pelo direito de amamentar durante o trabalho; pela estabilidade da mulher casada e gestante; por melhor assistência médica; por maior participação política e sindical; e pela criação de departamentos femininos nos sindicatos.

O *Movimento de Saúde da zona leste* inicia-se em meados da década de 1970 e teve nas CEBs e no trabalho de médicos sanitaristas¹⁶ o fomento para seu processo de formação e organização. Das ações articuladas desses sujeitos foram criadas “comissões de saúde”, que contribuíram na organização e politização de reivindicações coletivas quanto às condições de vida em relação à saúde pública, processo que culmina, em 1978, com a realização de uma Assembleia Popular de Saúde. O segmento sindical ligado a partidos que permaneceram na clandestinidade (PCB, PC do B e AP) teve sua presença nas lutas operárias e nas várias lutas dos bairros da região. Na luta da saúde, seus integrantes articularam-se à pastoral de saúde e à pastoral operária, conferindo uma dimensão de saúde relacionada com as condições de vida.

Em 1976, começa a articulação do *Movimento de Loteamento Clandestino* (MLC) da zona sul através de lideranças das SABs e das CEBs, sendo posteriormente ampliado de forma diversa para outras regiões. A luta do movimento era pela legalização dos loteamentos e pela escritura dos lotes e, conseqüentemente, pelas melhorias nos bairros. O MLC compõe um processo de disposição de diferentes formas de luta pela moradia (pelo acesso à terra, pela posse da terra, pela construção por meio de mutirões e autogestão na produção habitacional entre outros). Enquanto moradores (as) trabalhadores (as) em bairros sem infraestrutura, o movimento foi fonte de outros movimentos sociais e lutas reivindicativas (Gohn, 1991).

O Movimento estudantil voltou ao cenário político em 1975 com a realização de greves em algumas universidades, tendo o seu interior forte influência das representações estudantis das chamadas tendências políticas dos partidos e organizações políticas que ainda continuavam clandestinas. A principal bandeira levantada pelas tendências era a luta por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita, a refundação da Une (que se dá em 1979). É de se destacar a participação de muitos estudantes no apoio e na construção dos movimentos sociais que estavam em desenvolvimento naqueles anos,

16 A conduta majoritária dos médicos sanitaristas era de apresentar às populações atendidas as “causas sociais” das doenças, contribuindo para o entendimento coletivo sobre o caráter *público* e de *direito* dos serviços de saúde e para a organização política dos moradores (Sader, 1988, p.266).

como o MCV. A campanha pelas *Diretas-Já*, em 1984-85, foi o momento de maior demonstração de força da oposição à ditadura, com mobilizações massivas em todo o país; nelas, a Une desempenhou importante papel, assim como as entidades estudantis estaduais que haviam sido criadas neste período em vários estados e universidades.

Em concomitância conjuntural ao desenvolvimento de movimentos e lutas sociais relativas às demandas por políticas e direitos sociais e pelos direitos democráticos, temos em 1978 a fundação do *Movimento Negro Unificado* (MNU) que marca a retomada da organização dos enfrentamentos ao racismo nas diferentes esferas da vida social, com a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. No seu Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia a desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (Domingues, 2007). Destaca-se o surgimento de organizações políticas de mulheres negras contra as desigualdades raciais e de gênero, associações culturais, de arte e agremiações que foram tendo papel fundamental no processo de resistência.

É também no final dos anos 1970 que temos a luta pelo reconhecimento, ocupação de espaços e visibilidade da liberdade de expressão da orientação sexual e da identidade de gênero da comunidade LGBTQIAP+¹⁷. Luta que se expressou por meio de ações políticas, mobilizações, debates e paradas do orgulho LGBT, que teve o apoio e a solidariedade de outros movimentos sociais, como o movimento feminista.

Explicitados o desenvolvimento dos movimentos sindicais e populares na região e na cidade de São Paulo, é importante destacar a participação de militantes no seu movimento específico e mais três ou quatro outros, como nas CEBs ou pastorais ligadas à igreja, ao movimento de moradia, mulheres, associação de moradores, no processo de criação do PT, entre outros. Além das articulações próprias de cada movimento, como a articulação dos movimentos de moradia, Fórum das mulheres etc. Essa participação e a experiência dos mesmos militantes em movimentos e organizações diversas foram um propulsor de formação de *consensos programáticos no campo das forças sociais* ao que tange a uma *agenda comum de lutas e reivindicações, que se circunscreviam à abertura democrática, eleições diretas e à conquista e acesso aos direitos sociais e trabalhistas*.

Foi com essa agenda consensual que, em 1977, iniciou-se ações para o desenvolvimento de uma articulação dos movimentos sindicais e populares, com a criação da *Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais* (Anampos). Entre 1979 e 1983,

17 Para uma introdução ao histórico do movimento no Brasil ver Quinalha (2022) e as referências por ele citadas.

existiam divergências no interior da entidade de ordem político-partidária (a expressão partidária era hegemonizada pelo PT), sobre a questão da prioridade das lutas sindicais e/ou populares, bem como dos processos de articulações dessas lutas. Essa dinâmica de divergências culminou, nesses anos, na centralidade de ações para a articulação das oposições sindicais,¹⁸ contribuindo para a realização da Conclat e da Cut. Nos anos seguintes, a Anampos ficou como espaço da aglutinação dos movimentos populares, criando, em 1989, a Pró-Central de Movimentos Populares e, em 1993, a Central de Movimentos Populares, ambas de âmbito nacional (Mance; Pontual *et al.*, 1991).

Lutas de Classe e Serviço Social: determinações sócio-históricas para a emergência de um novo projeto profissional

A relação entre movimento sindical, movimentos sociais e Serviço Social está presente desde a década de 1960 com o trabalho de assistentes sociais desenvolvido junto às CEBs com forte influência da igreja católica progressista; no denominado “desenvolvimento de comunidade ortodoxo” (Amann, 2013), como um dos componentes do trabalho profissional e pela influência do Movimento de Reconceituação que se afluía na América Latina e que irrompe, no início dos anos 1970, com a experiência da formação profissional de Serviço Social da Puc de Minas Gerais, o chamado *Método BH*.

De outro lado, uma vigorosa atuação junto ao movimento estudantil, na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso) e na Une¹⁹, bem como na organização político-sindical de sindicatos e associações pré-sindicais de assistentes sociais que se mantiveram até o ano de 1968, quando se promulga o AI nº5. O movimento estudantil é desmantelado logo após a repressão ao XX Congresso da Une, com prisão de todos os estudantes e enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Lutadores(as) sociais foram perseguidos, presos, exilados e muitos, assassinados; os sindicatos combativos, extintos, entre esses os cinco sindicatos e as quatro associações pré-sindicais de assistentes sociais existentes no período²⁰.

18 Neste período, as forças políticas sindicais, principalmente lideranças de São Bernardo do Campo, Osasco, Santo André e oposição metalúrgica de São Paulo eram as mais expressivas no interior da ANAMPOS.

19 Algumas estudantes de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Puc-SP e da Faculdade Paulista de Serviço Social compunham o movimento estudantil por meio da Enesso e da Une. Estavam filiadas às organizações da esquerda, hegemonicamente na Ação Popular Marxista Leninista. Essa formação política possibilitou questionarem os documentos de Araxá e Teresópolis no âmbito da formação profissional (Abramides, 2023).

20 Os cinco sindicatos existentes eram o de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, Rio Grande do Norte e Ceará. As cinco associações pré-sindicais existentes eram as de São Paulo, Bahia, Goiás, Paraná e Santa Catarina.

Como explicitamos, na segunda metade da década de 1970 as mobilizações e greves operárias se espraiam por outras categorias de trabalhadores em vários setores da esfera da produção mas também do Estado, acrescido das lutas dos movimentos populares, o que configurou um momento de ascenso das lutas sociais. Segmentos profissionais do Serviço Social, desde o primeiro momento, vinculam-se organicamente à essas forças sociais de lutas imediatas e de lutas históricas contra a autocracia burguesa, o capitalismo e o imperialismo.

Na esfera da *organização política da categoria*, são retomadas as entidades sindicais e pré-sindicais (Associação Pesbiteriana de Ação Social - Apas e Sindicatos)²¹ e inicia-se uma grande articulação nacional. Com o apoio político e financeiro do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (Celats) constroem a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e pré-sindicais (Ceneas), em 1979, e a seguir, em 1983, a Associação Nacional de Assistentes Sociais (Anas)²² (Abramides, 2019).

As assistentes sociais representantes de diretoria e da base dos sindicatos e associações profissionais se reúnem, sob a direção da Ceneas, para preparar a estratégia de atuação no III CBAS (1979), à época organizado pelo conjunto Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS / Conselho Regional de Assistentes Sociais - Cras, dirigido por tecnocratas conservadoras, muitas vinculadas à direita.

O *congresso da virada* rompe com o conservadorismo, sob a direção da Ceneas, em articulação com a Abess (que já vinha em um processo de renovação na formação profissional, expresso na construção e aprovação de um novo currículo mínimo nacional²³), contando, também, com a retomada da organização estudantil. Com a adesão massiva da categoria, os rumos da profissão foram radicalmente alterados. No III CBAS, as assistentes sociais se reconhecem como parte da classe trabalhadora, inscritas na divisão sociotécnica, racial e sexual do trabalho, partícipes do trabalho coletivo, em sua condição de assalariamento e assumem a direção social da profissão voltada para a luta por direitos

21 Até a Constituição de 1988, trabalhadores (as) em serviço público não podiam se organizar em sindicatos e a estrutura sindical era de cunho corporativista, o que impelia à organização sindical por categoria. É sob a perspectiva de se vincular ao sindicalismo classista e pela relação com os movimentos populares em seus espaços sócio-ocupacionais (como veremos), que se retoma a organização político-sindical da categoria a partir de 1978.

22 Em 1977, 4 entidades sindicais realizaram um primeiro encontro em Belo Horizonte e deliberam por retomar a organização político-sindical em todo o país a partir de um processo de mobilização da categoria sobre condições de trabalho, salário e carga horária. Em 1979, já eram 29, entre sindicatos, oposições sindicais e associações pré-sindicais sob a direção da Ceneas, a grande maioria filiada à Cut e, a partir de 1983, todas filiadas à Anas.

23 O marco da *virada* em relação à formação profissional está na realização da XXI Convenção da Abess realizada em Natal em 1979, em que se constrói e se aprova o chamado “novo currículo de 82” (Abreu; Cardoso; Lopes, 2024).

sociais e trabalhistas da classe trabalhadora. Essa *virada* somente foi possível pela conjuntura de ascenso das lutas sociais, particularmente em São Paulo, como explicitamos no item anterior, e pela *colagem* e organicidade das lideranças e segmentos profissionais aos movimentos sindicais e sociais em ebulição e, por conseguinte, pelo avanço na formação de consciência política classista.

Em relação à organização sindical, tínhamos na direção das entidades sindicais e pré-sindicais um grande contingente de assistentes sociais que trabalhavam na esfera pública, em todos os estados²⁴, o que possibilitou uma vinculação orgânica dessas profissionais, no caso de São Paulo, da Apas-SP e do Sindicato com trabalhadores(as) no Serviço Público municipal, estadual e federal. Embora o governo somente negociasse com as associações e sindicatos de categorias, como a de assistentes sociais (entre outras), a profissão tinha representantes eleitas por locais de trabalho, na base do serviço público, que atuavam junto com as entidades sindicais nas campanhas salariais, comissões e mesas de negociação sobre reposição de perdas salariais, contrato coletivo de trabalho, concurso público, plano de cargos e carreiras, defesa do trabalho profissional e dos profissionais que eram perseguidos e demitidos, nas mobilizações e greves de trabalhadoras em serviço público nas diferentes esferas.

Essa inserção, constante e permanente, impulsionou a organização sindical dos trabalhadores em serviço público (a partir de 1988). Segmentos profissionais estavam no Sindicato de Assistentes Sociais e construíram o Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo, o Sindicato dos Previdenciários, o Sindicato Estadual da Saúde. Esses sindicatos por ramo de atividade, sindicatos gerais ou por contratação foram fruto das lutas ocorridas entre 1978 e 1988, em que a Apas-SP/Sindicato/Ceneas e a Anas tiveram um papel decisivo na organização político-sindical das/os trabalhadoras/es em serviço público, contribuindo na construção e consolidação dos sindicatos por ramo de atividade econômica, conforme deliberação do Congresso da Cut, em 1986.²⁵

Em relação às lutas mais gerais da classe trabalhadora, a organização sindical da categoria esteve presente nas lutas pela revogação da Lei de Segurança Nacional; pelas Diretas-Já, contra o Colégio Eleitoral; por uma Assembleia Nacional Constituinte, livre soberana e democrática; pela reforma agrária radical sobre o controle dos trabalhadores,

24 Historicamente, as assistentes sociais se inseriram, majoritariamente, como trabalhadoras no serviço público, contabilizando, à época, 62,5%, sendo 14,4% na esfera municipal, 21,1% na estadual e 30% na federal; no setor privado, 30%; em economia mista 6,85%; 26,8% desempregadas, sendo 7,8% em desemprego aberto e 19% sem exercer a profissão (Abramides; Cabral, 1995, p.162).

25 A CUT, em seu Congresso em 1986, delibera pela construção de sindicatos por ramo de atividade econômica. Na IV Assembleia sindical da ANAS, em 1994, delibera-se por unanimidade pela construção sindical por ramo de atividade, porém, alguns sindicatos acabam não encerrando suas atividades, notadamente os que estavam sob a direção do PC do B, e criam uma Federação Sindical de Assistentes Sociais no ano 2000.

pela reforma urbana, pela demarcação das terras indígenas e em defesa do meio ambiente; contra todas as opressões de gênero, raça, etnia, sexualidade; contra todos os planos econômicos recessivos; contra o FMI, pelo não pagamento da dívida externa. No plano sindical, as lutas eram pela autonomia e liberdade sindical, direito irrestrito de greve, pelo fim do imposto sindical, pelo fim da estrutura sindical corporativista, pela solidariedade classista internacionalista. Se perseguia a articulação das lutas políticas às econômicas, culminando em várias greves gerais no período, em que a Apas-SP e o Sindicato construíram ativamente os movimentos grevistas com o conjunto da classe trabalhadora.

As representantes de diretoria e de base das organizações sindicais e pré-sindicais da categoria estiveram na Anampos e na fundação e construção da Cut em todos os estados, participando de suas direções regionais, estaduais e nacional, e como representante no departamento da Cut sobre a *questão da mulher trabalhadora*, juntamente com as sindicalistas de outras categorias de trabalhadoras. As dirigentes das entidades sindicais também possuíam militância nas organizações de esquerda, entre elas no Movimento de Emancipação do Proletariado; na Convergência Socialista, na Organização Socialista Internacionalista e no PC do B.

Em relação à organização partidária, as assistentes sociais que atuavam no movimento sindical e popular e que estavam na linha de frente nos espaços sócio-ocupacionais articulando o trabalho profissional aos movimentos sociais, estiveram presentes na construção e fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980²⁶.

As direções e base da Apas-SP e do Sindicato de Assistentes Sociais de São Paulo também estiveram articuladas com os movimentos e organizações populares mais expressivos que atuaram na cidade de São Paulo nas décadas de 1970-1980²⁷, como explicitado no item anterior: Movimento Custo de Vida, Movimento de Lutas por Creches, Movimento feminista; Movimento de Saúde, Movimento de Loteamento Clandestino, Movimento de Favelas, Movimento estudantil, Movimento Negro Unificado e lutas pela liberdade de orientação e diversidade sexual.

Explicitamos, a seguir, as principais ações dessa articulação:

- a. em 1977, período da reorganização da Apas-SP, uma violenta repressão ocorre na Puc-SP sobre o movimento estudantil, que estava realizando uma reunião de rearticulação da Une. Nela, cinco estudantes sofreram violência física e 41 estudantes são processados na Lei de Segurança Nacional, 3000 estudantes, funcionários e professores são

26 As assistentes sociais de diretoria e de base da APASSP, juntamente com militantes do Sindicato de Sociólogos, construíram um núcleo de assistentes sociais e sociólogos para contribuir no processo de construção do partido. Assim, tinham militância organizativa e de mobilização no PT, participando de campanhas de filiação, participação ativa nas instâncias regionais e nos congressos nacionais do partido.

27 Brant e Singer (1980), Abramides e Cabral (1995); Abramides (2019; 2023).

- detidos no estacionamento. A Apas-SP se dirige à Puc em apoio e solidariedade ao movimento estudantil e de repúdio à violência ocorrida;
- b. no Movimento do Custo de Vida, a presença de dirigentes da Apas-SP foi ativa na campanha pelo recolhimento de assinaturas reivindicando o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e pelo aumento dos salários acima do custo de vida. As assistentes sociais da base e as dirigentes participaram dos debates com a população cuja qual trabalhavam sobre a importância desse movimento, auxiliando na organização das ações do movimento a partir de suas relações de trabalho em cada território (Abramides; Cabral, 1995, p. 285-286);
 - c. ação conjunta na luta por creches diretas, contra a proposta (à época) de mães crecheiras posta pela Prefeitura Municipal (por meio da Secretaria da Família e do Bem-estar Social), que significava repassar recursos para que as mulheres da periferia cuidassem das crianças em suas casas, o que significava a desresponsabilização do Estado com essa política pública e sem o trabalho pedagógico e social necessário. O Movimento de Luta por Creches resistiu bravamente contra essa forma de terceirização, com a participação da diretoria da Apas-SP, de assistentes sociais de base, em articulação com a Faculdade de Serviço Social da Puc-SP²⁸;
 - d. Em relação ao movimento feminista, as dirigentes e representantes de base da Apas-SP construíram e foram parte da coordenação do 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979. A APASSP estava na coordenação deste Congresso juntamente com “representantes de organizações femininas e feministas, da associação de donas de casa, do Serviço de Orientação Familiar, da Frente Nacional do Trabalho” e demais sindicalistas que lutavam pela “implantação de creches, lavanderias, restaurantes públicos” [...] acrescidas de reivindicações sindicais “salário igual para trabalho igual, oportunidades de trabalho, de formação e de socialização do trabalho doméstico” (Abramides; Cabral, 1995, p. 253-254).
 - e. também em relação à luta feminista, a Apas-SP estava presente e na direção do setor da Cut sobre a *questão da mulher trabalhadora*, fomentando debates sobre a questão da igualdade de gênero e do combate ao machismo presente na organização sindical. No movimento de mulheres feministas, atuava nos debates e lutas pela legalização do aborto (pauta presente desde os anos 1960 no movimento estudantil), bem como pelo reconhecimento da livre orientação sexual²⁹;

28 Foram realizadas assembleias permanentes e a prefeitura, pela pressão popular, se viu obrigada a retirar a proposta, passando a implementar a política de creches no âmbito da secretaria.

29 No 1º Congresso da Mulher Paulista, havia um setor conservador que não admitia que mulheres lésbicas estivessem presentes. A Apas-SP, juntamente com mulheres feministas de combate, insurgiu-se contra essa proibição e visão reacionária, defendendo as suas participações.

- f. Em relação ao Movimento de Loteamentos Clandestinos, o curso de Serviço Social da Puc-SP mantinha os *campos pilotos* com professores e estudantes³⁰ juntamente a esses movimentos e os mesmos eram debatidos na Apas-SP como referência de ação profissional diretamente articulada a este movimento social;
- g. em relação ao Movimento de Saúde, a direção da Apas-SP e, posteriormente, do Sindicato e da base da categoria, estiveram presentes na luta pela reforma sanitária, na 8ª Conferência Nacional da Saúde, e na construção da proposta pela criação do Sus, participando das assembleias populares regionais, que aglutinavam milhares de trabalhadoras(es) em toda a cidade, mobilizando assistentes sociais a partir de seus territórios de trabalho, em que tinham um vínculo forte e efetivo com a população dos bairros;
- h. Na luta por moradia, a Apas-SP foi uma das precursoras para o surgimento do Movimento Unificado de Favelas. As assistentes sociais da diretoria e de base tinham uma forte vinculação com os moradores(as) das favelas e, nesse processo de ação profissional, inicia-se com a população uma pauta programática. As primeiras reivindicações se voltavam ao pagamento da taxa mínima de água e luz nas favelas e, posteriormente, desenvolve-se uma grande mobilização dos movimentos populares de moradia, por meio de realização de assembleias populares de luta por moradia e para derrubar o decreto-lei de nº 15.086 de 15 de junho de 1978, que estabelecia que as assistentes sociais deviam, juntamente com os policiais, retirar os moradores das favelas (Abramides; Cabral, 1996, p. 246). A Apas-SP esteve à frente da mobilização dos moradores (as) de favelas por meio da realização de assembleias em todas as regiões da cidade, desenvolvendo um amplo e vigoroso processo de lutas que fez com que o projeto fosse engavetado³¹;
- i. As assistentes sociais da Apas-SP se fizeram presentes na criação do Movimento Negro Unificado em sua manifestação histórica, em 1979, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, juntamente com representantes de movimentos sociais, sindicais e populares;
- j. A Apas-SP participou da construção da Anampos juntamente com os movimentos sindicais e sociais classistas, participando efetivamente da agenda programática criada coletivamente pelos participantes até a criação da Cut.

30 A experiência dos Campos Pilotos na periferia da Zona Sul de São Paulo (1980-1981) foi desenvolvida como projeto de extensão em interface com pesquisa e campo de estágio, aprovado pelas instâncias acadêmicas, em uma relação direta entre a formação e as lutas sociais envolvendo atividades com todos os segmentos, lideranças, mulheres e jovens, sendo tema de TCCs e dissertações de mestrado, além de relatórios.

31 Brant e Singer (1980) reconhecem a importância da Apas-SP nesta luta que origina o Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e Pró-Morar da cidade de São Paulo. São lutas pela conquista do direito à terra, com a fixação da população com urbanização das favelas, cumprindo a função social de propriedade, luta pela criação das Zonas Especiais de Interesse Social para a construção de habitação popular (Abramides; Cabral, 1995, p. 245-246).

A Apas-SP e o Sindicato também estiveram envolvidos nas experiências profissionais em que se desenvolveu uma relação direta com as organizações e lutas sociais nos espaços sócio-ocupacionais. Havia comissões de base de assistentes sociais que trabalhavam nas várias esferas do Estado, que se reuniam na Apas-SP (1978 a 1983) e no Sindicato (a partir de sua fundação, em 1983), em que se discutia as várias ações em defesa dos direitos da população que estavam sendo ameaçados, retirados, ou não atendidos. Isso ocorreu nas áreas da habitação popular, da saúde, da educação, da previdência, da assistência social, da luta por creches, dos transportes, em que a Apas-SP/Sindicato participou (com e como assistentes sociais) no apoio às assembleias e comissões de representantes populares, nas negociações conjuntas de profissionais e população junto ao poder público, de solidariedade ativa nas ocupações de terra, de secretarias (ações diretas bastante frequentes naquele período de forte mobilização social e lutas coletivas). Em relação ao trabalho junto à população, uma luta de grande expressão foi a desencadeada por setores do movimento de moradia na Zona Leste de São Paulo com o apoio de assistentes sociais, demais servidores e dirigentes da Apas-SP Cf (Duriguetto e Abramides, 2024).

No campo de assessoria aos processos de organização da classe trabalhadora, destacamos a contribuição de assistentes sociais no trabalho realizado pela Fase³² e da organização sindical da categoria no trabalho desenvolvido pelos Centros de Direitos Humanos para o acesso a direitos, ações de denúncia à sua violação e à prática coercitiva do Estado através do braço policial³³.

Outra experiência inovadora foi a desenvolvida por profissionais na área de habitação popular no Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop-SP), em que a população residente nos conjuntos habitacionais se organiza e constrói a primeira associação nacional de mutuários para lutar por seus direitos na área da habitação social. A ação da instituição foi a de demitir toda a equipe técnica, e uma vez mais a população dos vários conjuntos habitacionais do estado esteve em defesa do trabalho de assistentes sociais, na luta por suas readmissões.

O trabalho social desenvolvido junto aos moradores(as) de conjuntos habitacionais e cooperativas habitacionais possibilitou que houvesse um salto na organização popular que se expressa em: a) criação de associações de moradores com democracia interna; b) re-

32 Nos bairros, os projetos desenvolvidos pela Fase eram em parceria com as Cebis e com grupos da Igreja Católica, envolvendo a atuação junto a grupos, associações, movimentos de moradores de bairros periféricos que lutavam por moradia, educação, transporte etc. (Silva, 2021). O trabalho era feito por profissionais multidisciplinares, dentre os quais assistentes sociais, e todos os profissionais assumiram o papel de “educadores populares”.

33 Explicita Singer (1980, p.102): “Um dos grupos sociais cujos direitos são mais frequentemente violados é o dos favelados, constantemente ameaçados de despejo de suas precárias moradias. Para defendê-los a Comissão de Direitos Humanos se uniu com a Associação dos Assistentes Sociais (APASSP)”.

presentantes de base eleitos por ruas e bairros; c) conhecimento do sistema financeiro mercantil do BHH e consequente luta em defesa do caráter social da habitação contrária à mercantilização; d) denúncia em relação à construção indevida de habitação em terrenos de marinha, exigindo áreas adequadas para sua realização; e) participação das crianças na definição do “parquinho comunitário”; f) encontro regional e nacional de cooperativados(as) para encaminhar suas reivindicações, f) autogestão condominial com participação coletiva. A Apas-SP teve uma ação decisiva na defesa intransigente do trabalho social realizado bem como na luta pela readmissão das profissionais, com um movimento junto à categoria (com participação do Cress-SP) para que nenhuma profissional assumisse a vaga das demitidas.

Considerações Finais

Há meio século, o ressurgimento dos movimentos grevistas e as lutas de movimentos sociais no estado e na cidade de São Paulo marcou uma *reorganização da classe trabalhadora*, com a construção de novas organizações políticas e sindicais que reelaboraram projetos societários, que, não obstante, suas diferenças internas (de intensidade progressista e ou revolucionária) impulsionaram ações reivindicativas de massa contra o modelo econômico e o regime político postos pela autocracia burguesa.

É este quadro conjuntural de reinserção de forças sociopolíticas de resistências e de lutas que possibilita a retomada da organização política do Serviço Social, a qual contribui centralmente para a construção de processos de ruptura com o histórico conservadorismo teórico-metodológico e político no âmbito da profissão. *Em outras palavras, os vínculos políticos estabelecidos pela organização política da categoria com os projetos societários da classe trabalhadora incidem nos projetos profissionais, produzindo rupturas e transformações seminais.*

Processos reveladores dessas mediações estão nos vínculos da Apas-SP/Sindicato com as organizações sindicais, partidárias e nos movimentos sociais contribuindo tenazmente para o fortalecimento deste campo e dando concretude profissional a estes vínculos ao atuar nos espaços sócio-ocupacionais, incentivando e apoiando ações da categoria nas negociações junto ao poder público para a defesa dos interesses e direitos da classe trabalhadora. Nestas ações de negociação, a organização e a mobilização popular eram determinantes, inclusive para apoio aos profissionais que foram perseguidos, demitidos, remanejados de seus postos de trabalho por estarem *deste lado*. Em linhas gerais, a Apas-SP/Sindicato contribuíram, *devido àqueles vínculos*, para a organização popular na conquista de alguns direitos sociais e na formação da consciência crítica e classista nos “sujeitos de direitos” atendidos pela categoria e, ao mesmo tempo, na própria categoria em seu reconhecimento como parte da classe trabalhadora.

Outras mediações desenvolvidas por aqueles vínculos são as que se processam no âmbito da formação profissional e na produção de conhecimento. As bases sócio-políticas daqueles vínculos se coadunam com a aproximação e interlocução da profissão com o pensamento marxiano e com a tradição marxista, desencadeando transformações substantivas e radicais em todos os âmbitos da profissão. A construção de um novo projeto profissional, o denominado projeto ético-político, é ininteligível sem a consideração das bases sociopolíticas e de seus projetos societários classistas e os vínculos e as mediações que com elas foram construídas pela organização política do Serviço Social.

Contribuições: Todas as autoras participaram da elaboração, desenvolvimento e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica

Agência financiadora: Maria Lúcia Duriguetto e Maria Beatriz Costa Abramides. Bolsistas de Produtividade PQ2 CNPQ.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro - Ruptura com o Conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C. “O Fio Vermelho nos move: Legado do Movimento Estudantil de 1968. *Revista Temporalis*, v. 23 n.46, 2023.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, M. M., CARDOSO F. G., LOPES, J. B. A Geração da Virada na organização do Serviço Social brasileiro. In: MATOS, M. C.de; SOUZA, R. O; FREIRE, S. M. (Org.) *Pessimismo da Razão e Otimismo da Vontade de Maria Inês de Sousa Bravo*. Rio de Janeiro: CRV, 2024.

ABRAMIDES, M. B. C.; MAZZEO, S. C.; FINGERMAN, T. N. *Repensando o Trabalho Social: A relação entre Estado, Instituição e População*. São Paulo: Cortez, 1983.

AZEVEDO, J.; BENEDICTO, N.; DIAS, L. *Santo Dias: quando o passado se transforma em história*. São Paulo: Cortez, 2004.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.

- ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- BATISTONI, M. R. *Confronto Operário: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nas greves e comissões de fábricas (1978-1980)*. São Paulo: IIEP/NPC, 2010.
- BRANT, V. C.; SINGER P. *São Paulo o Povo em Movimento*. São Paulo: Vozes, 1980.
- CAMARGO, B.M. *et. al.* Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- DINIZ, C. A. N. *O protagonismo das mulheres nos movimentos sociais da periferia: memórias e experiências dos Clubes de Mães da zona sul de São Paulo (1972-1988)*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2018.
- DURIGUETTO, M. L. *Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.
- DURIGUETTO, M. L.; ABRAMIDES, M. B. C. Serviço Social e lutas sociais: o relato de uma experiência de trabalho profissional na prefeitura municipal de São Paulo (1979-1982). *Revista Ser Social*, Brasília (DF), v. 26, nº 55, jul./dez. 2024.
- FERNANDES, F. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, Polêmicas do Nosso Tempo, 1991.
- GOHN, M. G. *A força da periferia, a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOHN, M. G. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LOWY, M. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MANCE, E.; PONTUAL, P. (et. al.) *Por uma Central de Movimentos Populares*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MATTOS, M. B. *O sindicalismo brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro. Zahar, 2003.
- MONTEIRO, T. W. N. G. *Como pode um povo vivo viver nesta carestia: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*. [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2015.
- QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+ Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena - experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SECCO, L. *A História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

SILVA, C. O. *Formação política e projeto histórico de classe: a trajetória do 13 de Maio NEP*. Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021.

SINGER, P. Movimento de Bairro. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. *São Paulo: O Povo em Movimento*. São Paulo: Vozes, 1980.

STEIN, E. (Org.) *Quando os trabalhadores se tornam classe: a construção da riqueza na cidade de São Paulo*. São Paulo: IIEP, 2016.

TELES, A.; SANTA CRUZ, R. *Da guerrilha à imprensa feminista – a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

A questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social: apontamentos e desafios

The ethnic-racial issue in Social Work curricula: notes and challenges

Maria Helena Elpídio* 

Sandra Regina Vaz da Silva** 

João Paulo da Silva Valdo*** 

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar resultados preliminares da pesquisa “A questão Étnico-Racial e os fundamentos do Serviço Social: uma necessária relação na formação profissional”. A partir de uma pesquisa documental, demonstraremos os principais dados coletados nos sites eletrônicos das Unidades de Formação Acadêmica filiadas a ABEPSS/ Região Leste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) referentes aos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos (PPC's) de Serviço Social, sistematizados de acordo com a natureza das disciplinas (obrigatórias, optativas ou eletivas) e suas respectivas ementas. Seguidos por reflexão teórico-crítica em torno dos resultados iniciais, que indicam tendência geral de inserção da temática nos conteúdos curriculares, porém, em processo diverso e disperso. Nos limites deste artigo, apresentaremos as principais tendências teóricas no debate do antirracismo como a necessidade e importância de pesquisas e produções coletivas sobre a questão étnico-racial no Brasil, fortalecendo as Diretrizes da ABEPSS.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; ABEPSS; Currículos; Questão étnico-racial.

ABSTRACT

The article aims to present preliminary results of the research “The Ethnic-Racial Question and the Foundations of Social Service: a Necessary Relationship in Professional Training”. The main data collected on the websites of the Academic Training Units affiliated with ABEPSS/East Region (Rio de Janeiro, Minas Gerais and Espírito Santo) will be demonstrated, referring to the Political-Pedagogical Projects of the Social Service courses (PPC's), systematized according to the type of the disciplines (mandatory, optional or elective) and their respective syllabi. Followed by theoretical reflection around the initial results, which indicate a general tendency of insertion of the theme in the curricular contents, however, in a diverse and dispersed process. Within the limits of this article, we will present the main theoretical tendencies in the debate of anti-racism such as the need and importance of research and collective productions on the ethnic-racial issue in Brazil, strengthening the ABEPSS Guidelines.

Keywords: Social work; Professional Training; ABEPSS; CVs; Ethnic-racial issue.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91738>

*Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. E-mail: lenaeabreu@gmail.com.

**Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: sandravaz@id.uff.br.

***Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. E-mail: jpsilvaldo@gmail.com.

Como citar: ELPÍDIO, M. H.; SILVA, S. R. V. da; VALDO, J. P. S. A questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social: apontamentos e desafios. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 84-99, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91738>.

Recebido em 31 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 18 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O presente artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa *A questão étnico-racial e os fundamentos do Serviço Social: uma necessária relação na formação profissional*, que têm por objetivo debater e analisar como vêm ocorrendo a incorporação do debate étnico-racial na formação profissional, e como este se articula aos Fundamentos do Serviço Social, em consonância com as Diretrizes Curriculares (DC) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. A proposta integra o projeto de pesquisa em rede internacional que inclui Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Argentina, Portugal, Espanha e Reino Unido, intitulado *O Serviço Social na história: Questão Social e movimentos sociais – América Latina e Europa (1960 – 2020)*.

Neste trabalho, a partir de uma análise documental, serão apresentados os principais dados referentes aos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos (PPC's) de Serviço Social da Região Leste da ABEPSS (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) seguidos por breve reflexão teórica em torno dos resultados iniciais, as principais tendências teóricas sobre o antirracismo, além do aprofundamento acerca da questão étnico-racial articulada ao debate de Formação, Fundamentos e Questão Social.

Ao partimos do método crítico-dialético, compreendemos essa proposta de pesquisa como indispensável para a discussão contemporânea no Serviço Social, pois entende-se que a questão étnico-racial, apreendida como elemento da totalidade histórica, possui uma centralidade para compreender o conjunto das relações sociais no capitalismo e, por conseguinte, a realidade social brasileira. Articula-se nesta direção, ao processo de produção e reprodução do capitalismo, uma vez que, o racismo é um fator determinante para o avanço e aprofundamento deste modo de produção, que é sustentado por sua relação de exploração de classe e opressão. Os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa trazem aspectos quanti-qualitativos, que revelam como os cursos de serviço social se colocam no processo de enraizamento do movimento atual da categoria profissional, que tem investido esforços na incorporação da questão étnico-racial, na direção orientada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e Código de Ética de 1993.

Nesse horizonte de enraizamento do debate, destacamos a relevância de pesquisas acadêmicas, crescentes, sobretudo na última década, como também as produções e formulações coletivas que emergem dos fóruns de debates das organizações representativas de nossa profissão (resoluções, orientações, campanhas e outros). Em especial, podemos destacar os “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social” e a “Plataforma Antirracista” da ABEPSS, que apresentam possibilidades de interlocução com as Diretrizes Curriculares, dialogando com os diversos conteúdos dos núcleos de fundamentação da formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018).

No entanto, as diferentes abordagens da temática racial presente nos currículos analisados, revelam semelhanças com o que ocorre no interior dos próprios movimentos sociais organizados em torno da pauta antirracista, quanto no âmbito das discussões sobre os fundamentos do Serviço Social. Com base em tais premissas, procuramos demonstrar neste artigo, algumas reflexões e contribuições que se somam à processualidade sobre as principais tendências teóricas em torno do debate antirracista.

Organizamos a exposição deste trabalho em dois tópicos, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente apresentamos a vinculação entre os fundamentos do Serviço Social e o debate da questão étnico-racial, apreendendo a profissão e as relações étnico-raciais como parte do movimento da história e das determinações societárias. Em seguida, dissertamos sobre as tendências e os desafios de incorporação da questão étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social, especialmente, da região Leste da ABEPSS.

Os Fundamentos do Serviço Social e a Questão étnico-racial

Entendemos como ponto de partida a discussão dos fundamentos do Serviço Social vinculado à profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, determinada pela relação e disputa entre as classes fundamentais, que atribuem ao Serviço Social uma dimensão contraditória: os interesses antagônicos e em disputas estabelecidos pelo trabalho da e do assistente social (Iamamoto; Carvalho, 2005). Esse entendimento marca a viragem do projeto profissional do Serviço Social, situando-o não só como profissão, mas também os seus sujeitos profissionais como parte da classe trabalhadora que se orienta, hegemonicamente, por um projeto em defesa de sua classe.

Esse entendimento sobre os fundamentos de nossa profissão pressupõe privilegiar a historicidade, não com o intuito de contar sua história, mas de apreender o Serviço Social em seu próprio movimento em seu processo de transformação frente às mudanças históricas e socialmente determinadas. (Iamamoto; Santos, 2021)

Logo, para analisá-lo em seu próprio movimento e dentro do movimento da história, é preciso buscar os elementos que explicam as relações sociais de seu tempo. No caso do Serviço Social brasileiro, apanhar os elementos e processos que estruturam os fundamentos da formação sócio-histórica latino-americana é importante para entender os fundamentos do Serviço Social brasileiro. Pois, entender tais particularidades permite apreender o processo de reprodução do capitalismo em sua lei do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, compreender a relação do capitalismo dependente tendo por base o colonialismo e escravismo e suas implicações na produção e reprodução das relações sociais que pavimentam e aprofundam os traços do Imperialismo (Moura, 2020).

Neste sentido, a América Latina, desde a invasão, desempenha uma função na totalidade da produção/reprodução do capital, seja no período do colonialismo, como elemento na acumulação primitiva, base para o desenvolvimento do capitalismo, ou no Imperialismo, fase madura do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (Fernandes, 1976). No estágio superior do capitalismo em sua fase monopolista, houve a combinação de estratégias econômicas, políticas e ideoculturais coloniais – atravessadas estruturalmente pelo racismo –, para perpetuar de forma exploratória a dominação e expansão hegemônica dos centros capitalistas (Moura, 2014; 2020).

Logo, a análise sobre a dependência exige um rigoroso exercício sobre o método em Marx. Isso porque esse exercício é fundamental no que se refere à tese de que a questão étnico-racial e a questão social são indissociáveis. As argumentações e caminhos analíticos para esta afirmativa é plausível de convergências e divergências ora explícitas, ora encobertas por diferentes apreensões dentro e fora da tradição marxista. Tais polêmicas não serão diretamente tratadas neste artigo, mas, é digno de nota, a necessidade do aprofundamento desse debate no desenvolvimento desta pesquisa.

Assim, toma-se como pressuposto a lógica marxiana ancorada dentre outros aspectos do método, a lei geral da acumulação explica como a exploração da força de trabalho dinamizada por uma divisão social do trabalho, permite, destarte, associar o racismo como um elemento estrutural para o desenvolvimento do capitalismo. É movimento dialético da história que a questão social e a questão racial se entrelaçam em um processo de exploração que nos permite compreender que para a criação e multiplicação do mais-valor, a divisão social, racial, sexual e territorial do trabalho atua como fonte inesgotável de exploração da força de trabalho nas dimensões materiais e espirituais do capitalismo, como forma social carregada de contradições, estranhamentos e ilusões. (Marx, 2011; 2013)

O racismo, por apoiar-se na ideia de uma supremacia branca em detrimento da desumanização de negros, certamente, é um desses elementos estruturais que divide e cria uma falsa hierarquia presumida e a naturalização da enganosa incapacidade do negro para o trabalho livre e especializado (Moura, 2019). Deste raciocínio é possível desvelar o fetiche ancorado na ideologia de inferioridade entre as raças, que, na verdade, é na sociedade de classes que se cria e alimenta a perversa divisão racial que pressupõe, na esfera da imediatividade, que há uma divisão natural do trabalho. Assim, o antagonismo de classes tende a deslocar-se para a disputa no interior de si mesma. Ao invés da contradição capital *versus* trabalho ser revelada como cerne do processo de exploração, é determinado ao negro o lugar na base superexplorada na sociedade de classes. (Moura, 2014, 2021, 2023)

Assim, a questão racial está no cerne do método que considera a totalidade histórica e a particularidade das diferentes formações sociais sob a égide do capitalismo (Ianni, 2004; Moura, 2019), e, consequentemente, da realidade brasileira (e latino-americana),

sobretudo, a sua relação orgânica e dialética com o processo de produção e reprodução do capitalismo enquanto totalidade (Souza, 2020). Assim, o racismo presente nas economias dependentes se conecta ao racismo estruturante dos países centrais, e se explicita como elemento estrutural. Ou seja, não é possível pensar as relações sociais capitalistas sem ter o racismo como determinante. Portanto, no Brasil:

[...] o capitalismo dependente se estruturou sobre a continuidade das formas de racionalização da dominação de classes, herdada do escravismo colonial e reforçou institucionalmente, por meio da atuação estatal, os mecanismos de reprodução da dominação. Mas o racismo estrutural no capitalismo dependente não é uma mera herança colonial, ele é parte inerente das relações sociais que se desenvolvem no seio desse modo de reprodução. (Souza, 2020, p. 136)

Importante salientarmos que esse entendimento teórico-metodológico é resultado do processo de aproximação não só com a teoria social de Marx, mas, sobretudo com as lutas, organizações e movimentos sociais que se direcionam na defesa dos interesses da classe trabalhadora, que o Movimento de Renovação do Serviço Social (Iamamoto; Santos, 2021; Netto, 2005) é síntese. Desse processo resulta a direção ético-política e teórico-metodológico hegemônica que sustentam a profissão desde o início da década de 1980, materializado na Lei que Regulamenta a Profissão (1993), no Código de Ética (1933), nas Diretrizes Curriculares (1996), nas articulações com movimentos sociais da classe trabalhadora, e na produção de conhecimentos.

As Diretrizes Curriculares são fruto de um amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais, realizadas pela antiga Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social (ABESS) e as entidades representativas do conjunto Conselho Federal de Serviço Social – CFESS / Conselho Regional de Serviço Social - CRESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO. Sua estruturação é sustentada por três núcleos de fundamentação: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social. Essa organização, como reforça Iamamoto (2014, p. 620), a despeito de ser muitas vezes tratada como uma tricotomia independente uns dos outros, foi pensada enquanto níveis diferentes de abstração que são necessários, complementares e interdependentes para entender, de fato, o Serviço Social na dinâmica societária. “[...] Abrangem, respectivamente, dimensões teórico-sistemáticas, particularidades históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis à sua análise.”

Esse entendimento é importante para a nossa pesquisa, pois demonstra nossa compreensão sobre os Fundamentos do Serviço Social, que é decifrado pensando-se em seus diferentes níveis de abstração; explicita o diálogo e compreensão fundamentalmente através da teoria social de Marx, em especial do método como elemento importante, não só para entender a profissão, mas, também, para compreender a questão étnico-racial como fundante e estruturante da realidade brasileira.

Entendendo que a proposta teórico-metodológica construída nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996 é resultado do acúmulo histórico da profissão e que a aproximou não só da teoria social de Marx, como da classe trabalhadora e de suas formas de luta e organização, podemos considerar que a incorporação da questão étnico-racial, embora tardia, não deixou de se fazer presente na lógica de organização das Diretrizes. Mas, ao contrário disso, revela-se atual, pois se ancora na leitura da realidade a partir de uma teoria social crítica que compreende a particularidade de nossa formação sócio-histórica, sem perder o lastro com a totalidade.

A presença do racismo na sociedade, incluindo instituições de ensino e a categoria profissional, pode explicar a incorporação tardia dos debates referentes à questão étnico-racial. Porém, é preciso reconhecer que o processo de construção do projeto ético-político também abriu possibilidades consistentes para a reemergência e reconstrução da apreensão da questão racial, considerando a sua profunda relação com a compreensão da realidade social e da luta de classes. Por conseguinte, tem-se um adensamento necessário para o avanço na concepção de questão social na radicalidade de seus fundamentos que direcionam a discussão sobre o trabalho e formação profissional em sua dinâmica sócio-histórica. (Elpídio; Valdo, 2022)

Com base nesta compreensão apresentamos os apontamentos preliminares sobre a incorporação da questão étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social da região Leste da ABEPSS.

A incorporação da questão étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social da região Leste da ABEPSS: tendências e desafios

Apresentamos a análise dos currículos das Unidades de Formação Acadêmica - UFA's filiadas à ABEPSS na região Leste, que tem como horizonte as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a defesa de um projeto profissional crítico e emancipatório.

No processo da pesquisa identificamos um total de 18 UFA's listadas para a Regional Leste, mas duas delas foram desconsideradas para a análise, por não oferecerem a modalidade presencial do curso de graduação em Serviço Social. Apesar de ainda aparecem como

filiadas no site da entidade, elas não se qualificam ao processo de filiação da ABEPSS, conforme prevê o seu Regimento¹. Isso posto, o fato é que passamos a trabalhar com um universo de 16 escolas afiliadas.

A Regional Leste da ABEPSS abarca escolas de Serviço Social de três estados brasileiros, quais sejam Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo que atualmente estão assim divididas na Regional. No estudo identificamos então como universo, duas unidades no Espírito Santo, seis em Minas Gerais e oito no Rio de Janeiro; totalizando 16 escolas. Quanto à natureza jurídica, temos 12 escolas de Serviço Social públicas, sendo 10 (dez) federais e 02 (duas) estaduais; e 04 (quatro) privadas, e destas 03 (três) filantrópicas e 01 (uma) mercantil.

Em busca de conhecer as disciplinas e os conteúdos que debatem a questão étnico-racial, analisamos os Projetos Pedagógicos-Curriculares (PPC's), a partir das ofertas de disciplinas com associação ao debate, sistematizando conforme a disposição na grade curricular, ementas, programas, bibliografias etc. Os descritores utilizados para localizar o debate nos PPC's são: *etnia; étnico-racial; raça; negro; escravidão; antirracismo; escravismo; colonialismo; racial; racismo*.

A partir da busca desses dados elaboramos quadros organizados por associações entre disciplinas e o debate da questão racial, assim dispostos: disciplinas obrigatórias que abordam diretamente a questão; disciplinas optativas que o abordam diretamente; disciplinas obrigatórias que abordam a questão relacionando a outros elementos da formação; e disciplinas optativas que abordam o debate relacionando a outros elementos da formação. Também agrupamos as disciplinas com base nos três núcleos de fundamentação propostos nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (2016).

Sobre a temática étnico-racial nos currículos das UFA's, constatamos que, em geral, houve uma tendência nos currículos implementados a partir de 2018, de reconstrução e ou adequação dos projetos pedagógicos, com vistas a aproximar a temática de elementos estruturantes do currículo. Percebe-se na organização das disciplinas e de seus temas e ementas, uma atenção mais diretamente voltada ao debate. Os documentos mostram, todavia, que esta tendência não é linear, harmoniosa ou natural. Como se observa no extrato de um documento citado no PPC da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que expressa o processo de mobilização estudantil na discussão institucional, pautando a construção coletiva das alterações necessárias no currículo. Vejamos como este elemento se evidencia no processo de inserção da temática étnico-racial em seu projeto político pedagógico:

1 A rigor, essas Unidades de Formação não mais poderiam estar afiliadas, pois o Regimento da Associação prevê apenas filiação de Unidades de Formação com oferta do curso de Serviço Social na modalidade presencial. É possível que tais Unidades de Formação deixaram de ofertar o curso na modalidade presencial e sua situação ainda não foi atualizada na página oficial da ABEPSS.

A nova proposta parte do protagonismo do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social Dona Ivone Lara, que no segundo semestre de 2019 adensou uma mobilização [...] Em resposta ao processo político [...] a Congregação da Escola de Serviço Social aprovou por unanimidade a criação de um GT - Grupo de Trabalho com o intuito de elaborar uma proposta de disciplina obrigatória para o curso de Serviço Social [...]²

É possível afirmar que há um processo de mobilizações, principalmente de coletivos organizados em torno da pauta antirracista, que vem pressionando por uma maior atenção e compatibilização desta pauta com o projeto de formação construído no âmbito das escolas afiliadas à ABEPSS. Esse movimento também se observa no interior da própria categoria de assistentes sociais e das suas entidades representativas, que foram provocadas por seus sujeitos políticos a elaborar documentos, normas e campanhas, dentre as quais destacamos: Campanha do CFESS: Assistente Social no combate ao preconceito-racismo (2016); Subsídios da ABEPSS para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (2018); Plataforma antirracista da ABEPSS (2022); Nota Técnica do CFESS sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia (2022); e Resolução CFESS 1.054/23, que estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social (2023). Ademais, a normativa que trata da lei 10.639/2003 e 11.645/2008, como dispositivo fundamental para uma educação antirracista, embora direcionada ao ensino fundamental e médio, são recomendações constantes para os currículos do ensino superior. Esse processo permanece como um grande desafio a ser consolidado.

Então, ainda que mais alguns dados referentes aos anos de entrada em vigência das matrizes curriculares que fazem parte desse universo sejam necessários, já podemos apontar, na Regional Leste, uma provável tendência à incorporação da pauta pelas escolas de Serviço Social, bem como tentativas de modificações curriculares no sentido de incluir a discussão racial como elemento inerente ao projeto de formação profissional em Serviço Social.

Os dados acessados até o momento apontam também que este processo ocorre em ritmos e com conteúdos diversos. E, em certo sentido, parece-nos que a (re)construção curricular ocorre particularizada pelas condições conjunturais de cada Instituição de Ensino Superior (IES) e suas especificidades regionais.

Podemos afirmar que a inserção da temática nos currículos ocorre em compasso com o debate nacional, que é impulsionado por coletivos e entidades da categoria,

2 Novas atualizações curriculares para inserção do debate étnico-racial. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://ess.ufrj.br/images/graduacao_ess/Grade20221/Novas-atualizacoes-curriculares-para-insercao-do-debate-etnico.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

mas com ritmos e abordagens diversificadas, com distintos referenciais que discutem a questão. Ou seja, parece-nos, até o momento, que o movimento de reformulações curriculares não segue, pelo menos ainda, uma pactuação ou direcionamento nítido e articulado com a concepção de articulação proposta nas DC, muitas vezes, ainda presos ao nível institucional de cada IES. Para ilustrar essa percepção, podemos exemplificar escolas com disciplinas que tratam especificamente a questão étnico-racial no conjunto de suas obrigatórias, enquanto outras procuram inserir o debate em conteúdos de disciplinas obrigatórias já existentes com algumas inserções nas ementas. Majoritariamente, tal inserção tem comparecido nas ementas de disciplinas relacionadas à formação social brasileira e ao debate em torno da questão social. Ou seja, o debate fica lacunar ou ausente nas disciplinas dos núcleos de fundamentos da vida social e do trabalho profissional.

Do ponto de vista da grade obrigatória em que constam disciplinas que abordam diretamente a temática étnico-racial, sua distribuição em termos de carga-horária tende a ser uma única disciplina de 60 horas e a periodização da disciplina é bem variada, podendo estar dispostas entre o 3º e 7º períodos da grade. Ademais, as propostas são extremamente variadas em seus conteúdos, abordagens teóricas e referências.

Importante também destacar que várias escolas têm disciplinas optativas diretamente voltadas à questão étnico-racial. Porém, nem todas disponibilizam optativas desta natureza. E, dentre as que possuem, algumas abordam a temática racial de forma exclusiva, enquanto outras o fazem em conjunto com conteúdos que trazem outras formas de opressão presentes nas relações sociais vigentes, como as questões de gênero, orientação sexual, geracional e de pessoas com deficiência, diluindo o debate.

Em relação as ementas, evidencia-se a diversidade de abordagens das escolas sobre a temática racial. Há ementas que relacionam diretamente a questão racial à categoria classe social. Outras enfatizam o enfoque em resistências e lutas antirracistas, mas como pautas específicas vinculadas à luta do povo negro, em especial, por meio do acesso às políticas públicas, sem necessariamente vincular estas lutas às lutas de classes. Há abordagens que enfatizam o multiculturalismo e a identidade negra, sem relacionar diretamente com as relações sociais de produção. E há ainda aquelas que abordam a temática a partir de políticas sociais e da construção de políticas afirmativas. Este achado parece importante por expressar um debate presente tanto no interior dos movimentos sociais organizados em torno da pauta antirracista quanto no âmbito das discussões sobre os fundamentos do Serviço Social, que em nossa interpretação, carece de acúmulos teórico-metodológicos de modo a desvelar este encontro/desencontro. Nos limites deste artigo, avançaremos sobre o debate antirracista, mas antecipando a necessidade de avançar no debate em torno das diferentes compreensões em torno dos fundamentos do Serviço Social e sua relação com a questão racial.

Em primeiro lugar, importa dizer que a questão colocada acima não é apenas uma especificidade da luta antirracista, pois esta constatação evidencia como as pautas por melhores condições de vida, trabalho, sociabilidade, justiça social, direitos humanos e, no caso das lutas negras, pela estratégia de (re)existência, são dinamizadas no movimento contraditório da história.

Na clandestinidade que marcou o antirracismo na ditadura, foi inegável as contribuições oriundas de grupos de estudos e pesquisas de âmbito universitário, que adquiriram influência (direta ou indireta) do marxismo – inclusive do marxismo acadêmico (Netto, 2011) –, com destaque a tradição francesa e inglesa, a exemplo de Sartre, Althusser e Thompson, mas especialmente de revolucionários terceiro-mundistas que partiam das experiências de lutas anticoloniais, anti-imperialistas e por libertação nacional, com base na Revolução Cultural Chinesa, Revolução Cubana, Revolução Africana e outras mais. A radicalidade pan-africanista, a luta por direitos civis nos EUA, as experiências do Partido dos Panteras Negras para a Autodefesa (*Black Panther Party* - BPP) e a ampliação do trotskismo no mundo e seu estreitamento com a “questão negra”, especialmente sob a influência de C. L. R. James (1901 – 1989), marcaram o processo de reorganização do movimento negro brasileiro e seu posicionamento político antirracista, anticapitalista e revolucionário (Silva, 2024).

É fato que o Relatório de Krushev, em 1956, e o processo de desestalinização, o “Maio de 68” francês, a contracultura e a emergência da chamada *new left* impactaram o mundo. No Brasil esses acontecimentos ocorreram em meio ao projeto nacional-desenvolvimentista que foi acenando para um caráter contrarrevolucionário, marcado pela ditadura civil-militar e empresarial, que obteve como resposta, a resistência e efervescência de lutas sociais com inspiração de esquerda contra o regime estabelecido. A crise do “milagre econômico” brasileiro resultou em uma explosão de contestações e reivindicações que se desdobrou na emergência e aglutinamento da diversidade de bandeiras de lutas no emergente Partido dos Trabalhadores – PT, que foi a aposta coletiva para a saída democrática - e diga-se radical - frente à ditadura. Esse período foi marcado também pelo ascenso das teorias sobre o “novo” nos movimentos sociais brasileiros. Eram “novos sujeitos” em cena, mas que apresentavam velhas pautas com caráter estruturante (Silva, 2024).

Os desdobramentos em torno do debate sobre os movimentos sociais e a questão democrática seguiram em uma linha ainda mais profunda, de afirmação da sociedade civil como lugar de política prioritária, na medida em que avançou a redemocratização (Braz, 2012). A luta por direitos sociais era uma necessidade histórica de gerações, que clamavam pelo direito à cidade, moradia, trabalho, infância e assim por diante.

Desse modo, podemos evidenciar que a década de 1990 foi a promessa de novos tempos, pós Constituição Federal de 1988, em que os direitos sociais básicos foram reco-

nhecidos em lei. O racismo foi definido como crime inafiançável e imprescritível. Povos indígenas e quilombolas tiveram suas terras reconhecidas como propriedade definitiva. Mas, a conjuntura de ofensiva neoliberal gerou um grande retrocesso.

Os mecanismos e aparatos repressivos da ditadura e as ideologias produzidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada à dinâmica do capital financeiro, trouxeram novos contornos e aprofundamentos das expressões da “questão social” no Brasil. E a consciência racial da população, atravessada pelo mito da democracia racial, cujo enfrentamento foi protagonizado pelo movimento negro nas últimas décadas, neste período, adquiriu novos contornos frente ao enfrentamento da criminalização da pobreza, genocídio negro e encarceramento em massa. A estratégia de ação política se delineou pelo combate ao racismo através da necessidade de construção de mecanismos institucionais, atravessados pelos rebatimentos neoliberais.

As construções em torno do mito da democracia racial foram sendo substituídas pela ideia de identidade cultural, que partia de uma interpretação multicultural. Essa perspectiva foi tomada como política internacional incentivada por agências internacionais e organismos multilaterais. E, mediante a mobilização política do movimento negro, o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, tornou-se o primeiro presidente brasileiro a reconhecer o racismo como um problema nacional, levando a discussão aos espaços internacionais, a partir da defesa de uma política multicultural para o país, com estratégias e mecanismos políticos institucionais.

Assim, o movimento da história, em sua dialética e concretude, foi atravessado pelo encontro entre as noções de democracia e cidadania com assento na igualdade e diferença. Tendências culturais, simbólicas e liberais ganharam forças mediante a reestruturação produtiva do capital, das medidas de contrarreforma do Estado, da expansão do terceiro setor e filantropia, da flexibilização das relações de trabalho junto à ofensiva ideológica do empreendedorismo e responsabilidade social como estratégia ao desemprego. Essa ofensiva, ao disputar a agenda política antirracista, dissolveu as hierarquias raciais no caldo da “tolerância à diferença” como estratégia política conservadora que foi expandida pelo pensamento estadunidense e ocupou o espaço do conflito ideológico do pós-Guerra Fria (Oliveira, 2021).

Destituído dos antagonismos entre as classes sociais e em meio a conjuntura de retrocessos e crise do marxismo - e também da crise da esquerda no mundo, aprofundamento do antimarxismo e anticomunismo (este último associado ao estalinismo) -, a necessidade de avanço no âmbito do enfrentamento mais imediato das expressões da “questão social”, ainda que em meio às contradições mediadas pela ofensiva neoliberal, foi a tônica desta trajetória e teve uma importância, apesar das confluências ideológicas e cooptação de pautas históricas por parte do Imperialismo.

O crescimento de interpretações gestadas nas universidades estadunidenses e inglesas, sobre a transição das ideias radicais terceiro-mundistas para as preocupações em torno do processo de descolonização, sobretudo de países africanos e asiáticos, tornou-se tendência, cuja origem provém de meados do século XX, quando houve a independência e libertação de nações dominadas pelo imperialismo e neocolonialismo nos países asiáticos e africanos.

A emergência dos estudos pós-coloniais é definida por Balestrin (2013) como um movimento epistêmico, intelectual e político que ganhou relevância nessa dinâmica. Apesar da amplitude de interpretações neste campo, essa tendência se fundamenta significativamente pela perspectiva pós-estruturalista, que dentre seus principais expoentes se encontram os intelectuais Jacques Derrida e Michel Foucault, além da corrente pós-moderna e os estudos culturais, em especial britânicos (Costa, 2006). Os debates incorporados por esta perspectiva buscam explicar as “lógicas coloniais modernas” atravessadas pelas categorias: globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora (Balestrin, 2013). Numa aproximação com os estudos culturais e multiculturais, o pós-colonialismo estabelece convergência à política de diferença e diversidade cultural encampada pelo neoliberalismo.

A perspectiva pós-colonial busca pautar e refutar epistemologicamente a produção e conhecimento científico que privilegiem a cultura nacional dos países europeus, por reproduzirem a lógica da relação colonial. Propõe uma reconfiguração das relações que foram hierarquizadas pois, nas sociedades não-ocidentais, as experiências dos sujeitos permaneciam tratadas de maneira funcional, semelhante ou oposta com o que se definiu como centro (Costa, 2006). O Grupo de Estudos Subalternos fundado na década de 70 no sul asiático por Ranajit Guha, dissidente do marxismo indiano, também levou ao acúmulo desta perspectiva.

Os *subaltern studies* ganharam visibilidade, sobretudo através dos intelectuais Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak. Esta última, ao apresentar seu trabalho para o público estadunidense, aproxima sua análise sobre o intelectual pós-colonial e o seu “lugar de fala”, partindo do clássico “Pode o subalterno falar?”. Para a autora, as noções de *differance* de Jacques Derrida e o hibridismo não são incorporados, e por isso o subalterno permaneceria silenciado, não podendo o intelectual pós-colonial fazer isso por ele (Balestrin, 2013).

Em solos latino-americanos os estudos pós-coloniais encontram o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos que emerge na década de 90, amplia, critica e rompe com a perspectiva pós-colonial e se desdobra no Grupo Modernidade/Colonialidade que, através de desdobramentos futuros chegam ao “Giro decolonial” (Balestrin, 2013). As epistemologias do sul e a referência ao sul global como projeto político, também com-

põem o rol de tendências teórico-políticas que se dinamizaram nas décadas seguintes como herança da perspectiva terceiro-mundista. Essas perspectivas em grande medida possuem raízes no marxismo, mas apresentam também tendência em refutá-lo de forma direta ou indireta, partindo da afirmação de seus limites, que esta teoria não dá conta de explicar a especificidade das formações sociais de base colonial e nem mesmo a questão étnico-racial.

Em meio ao contexto neoliberal de financeirização do capital e dominação imperialista, aliado ao trato teórico-político da tradição marxista perante essas temáticas, tais tendências se confluíram às lutas sociais no país com o argumento de ressignificar os seus papéis, revalorizar as experiências de grupos, comunidades e culturas subalternas, com centralidade para as pautas ambientais, culturais e educacionais.

Em síntese, a teoria pós-colonial foi se tornando crescente no movimento da história e bastante influente no âmbito da antropologia e ciências sociais, provocando desdobramentos teórico-metodológicos e também oposições. As suas saídas abrangem perspectivas liberais de um capitalismo mais humanizado e articulação com as agências internacionais do grande capital, cuja estratégia se volta para o “lugar de fala” do indivíduo, às políticas públicas e instituições, ao aspecto simbólico das representações e à cultura distante de uma vinculação de base estrutural e estratégias emancipatórias. E como é possível observar, o seu lastro encontra cada vez mais eco no Serviço Social.

Considerações Finais

Se partirmos da premissa que o racismo foi o motor da história que possibilitou o aprofundamento do modo de produção capitalista em nossa realidade, a questão étnico-racial possui centralidade nesta análise, pois é parte constitutiva da totalidade histórica em suas múltiplas determinações. Os fundamentos do Serviço Social perpassam necessariamente por essa interpretação, que demanda compreender que este debate é inerente a teoria social crítica de Marx.

As tendências teóricas aqui apresentadas, apesar de se colocarem como atuais, revelam antigas demandas pela existência/visibilidade dos sujeitos históricos no campo teórico-político, que, por vezes, foram ocultados por análises economicistas e abstratas sobre a classe social. Por outro lado, os seus conteúdos aspiram a tarefa de nosso aprofundamento em torno da tríade questão racial, Marx e a tradição marxista, considerando as diferenças, trato e apreensão de suas interpretações, de modo a evidenciar acúmulos, diálogos e necessidades de mediações frente a questão étnico-racial e o projeto de formação profissional.

Por fim, vale destacar que identidade negra não é a mesma coisa que identitarismo. Este último, provém de cooptação das pautas relativas à questão gênero, raça-etnia

e sexualidade e da potencialidade das lutas das sujeitas e sujeitos políticos que as constituem, em um momento estratégico de dismantelamento, crise capitalista, reestruturação produtiva e dominação imperialista no mundo. No Brasil, diferente da realidade de segregação estadunidense e sul-africana, o mito da democracia racial, enquanto um projeto político e ideológico burguês, operou nos processos de consciência étnico-racial da população para escamotear e dividir as suas lutas e por isso, a identidade étnico-racial é uma premissa fundamental para a tomada de consciência de classe em si e para si da população brasileira. É inegável que o antirracismo avançou na agenda política institucional brasileira, apesar de permeado por cooptação e interesses neoliberais, pautado pela política da diferença e diversidade. Na atualidade, essa perspectiva adentrou o maior canal televisivo do país. Liberais Progressistas, Afrocentrados e Marxistas representam três grandes campos sobre as tendências teóricas e políticas do antirracismo no Brasil (Farias, 2023), e embora tenham diferentes concepções, partilham de uma pauta em comum, o antirracismo, mas que para nós é intrínseco ao anticapitalismo e à radicalidade em seu enfrentamento.

É possível constatar que há uma tarefa coletiva para assegurar a incorporação do debate da questão étnico-racial no seu adensamento na tradição marxista, além do enorme desafio de avançar nessas mediações relativas à questão indígena, às lutas sociais e resistências destes povos, como forma de “ajuste de contas” sobre a enorme dívida social e política em relação a estes sujeitos históricos, de modo a construir uma perspectiva emancipatória de sociedade.

Contribuições: todas as autoras participaram da elaboração, desenvolvimento e revisão do artigo.

Agradecimentos: não se aplica

Agência financiadora: FAPES e CNPq

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica

Conflito de interesses: não há

Referências

ABEPSS. *Subsídios para o Debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social*. Brasília: ABEPSS, 2018.

BALESTRIN, L. A América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, Brasília, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004> Acesso em: 05 out. 2024.

BRAZ, M. Mudança no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Orgs.). *Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

COSTA, S. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. da S. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. *Revista Libertas*, v. 22, n. 2, p.316 - 333, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.39548>. Acesso em: 16 mar. 2025.

FARIAS, M. C. L. R. James na mira do Brasil. *Revista Fim do Mundo*, n. 8, Marília: Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/13997>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos. (Org.) *A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARX, K. Formações econômicas pré-capitalistas. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, K. *O' capital* – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil Negro*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. In: MOURA, C. *Racismo e luta de classes no Brasil – textos escolhidos de Clóvis Moura*. Editora Terra sem amos, Brasil, 2020.

MOURA, C. O negro, de bom escravo a mau cidadão? 2 ed. São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, D. *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, n. 84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, nov. 2005.

SILVA, S. R. V. da. *A centralidade da questão racial nas lutas de classes no Brasil: um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização*. 360 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.

SOUZA, C. L. S. de. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. São Paulo: Hucitec, 2020.

Reflexões sobre os fundamentos do Serviço Social com base na teoria social de Marx

Reflections on the foundations of Social Work based on Marx's social theory

Isaura Gomes de Carvalho Aquino* 

Inez Rocha Zacarias** 

María Fernanda Escurra*** 

Elziane (Ziza) Olina Dourado**** 

RESUMO

A perspectiva histórico-crítica de análise para apreensão do significado social do Serviço Social, desde a década de 1980, tem sido objeto de estudo, reflexões, replicações, interpretações das mais diversas e reverbera no acúmulo teórico, crítico e acadêmico que condensa contribuições para o trabalho profissional no capitalismo contemporâneo. Entretanto, poucos são os estudos que se apropriam do pensamento social de Karl Marx em sua integridade teórica, metodológica e histórica para análise dos fundamentos da profissão no seu movimento, inflexões e dinamicidade sócio-histórica. Em face disso, o artigo objetiva discutir e refletir acerca do referencial de análise que fundamenta o trabalho profissional com base na Crítica da Economia Política na fonte de Marx. Desse modo, aborda considerações sobre indivíduo social, trabalho coletivo, relações sociais e concepção de história e, na sequência, apresenta apontamentos sobre a inserção da profissão nestes processos para, por último, apresentar breves considerações finais.

Palavras-chave: Serviço Social; Crítica da Economia Política; Indivíduo Social; Relações Sociais; História.

ABSTRACT

The historical-critical perspective of analysis to understand the social meaning of Social Service, since the 1980s, has been the object of study, reflections, replications, interpretations of the most diverse and reverberates in the theoretical, critical and academic accumulation that condenses contributions to the professional work in contemporary capitalism. However, there are few studies that appropriate Karl Marx's social thought in its theoretical, methodological and historical integrity to analyze the foundations of the profession in its movement, inflections and socio-historical dynamism. In view of this, the article aims to discuss and reflect on the analytical framework that underlies work based on the Critique of Political Economy based on Marx. In this way, it addresses considerations about the social individual, collective work, social relations and the conception of history and, subsequently, presents notes on the insertion of the profession in these processes and, finally, presents brief final considerations.

Keywords: Social Service; Critique of Political Economy; Social Individual; Social Relations; History.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91741>

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
E-mail: isauraaquino@gmail.com.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: inezpoa@yahoo.com.br.

*** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mfescurra@gmail.com.

**** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: zizadourado@gmail.com.

Como citar: AQUINO, I. G. C.; I.; ZACARIAS, I. R.; ESCURRA, M. F.; DOURADO, E. O. R. Reflexões sobre os fundamentos do Serviço Social com base na teoria social de Marx. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 100-112, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91741>.

Recebido em 31 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 16 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Parte-se do objeto de pesquisa de que, desde a década de 1980, a perspectiva de análise histórica-crítica para apreensão do significado social do Serviço Social se traduz na existência de um acúmulo teórico, crítico e acadêmico que solidifica contribuições para o trabalho profissional no capitalismo contemporâneo. No entanto, constitui-se como problema de pesquisa os limitados estudos que se apropriam do pensamento social de Marx para análise dos fundamentos da profissão no seu movimento, inflexões e dinamicidade sócio-histórica.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivos discutir e refletir acerca do referencial de análise que fundamenta o trabalho profissional com base na Crítica da Economia Política na fonte de Marx. Para isso, no primeiro item, são abordadas considerações sobre indivíduo social, trabalho coletivo, relações sociais e concepção de história com intuito de traçar premissas para a discussão; na sequência, tais premissas são resgatadas para avançar na reflexão acerca dos fundamentos do Serviço Social; para, por último, apresentar breves considerações finais, sem a pretensão de esgotar a complexidade do tema. Para o alcance desta proposta de trabalho, utiliza-se da abordagem teórico-metodológica do pensamento social marxiano.

Premissas para o debate

A produção e reprodução das relações sociais no marco da sociedade do capital, a forma particular de produção de riqueza¹, pobreza e expropriação determinam o caráter histórico da constituição do indivíduo social e sua unidade com o trabalho enquanto fonte substantiva do valor e de suas variadas formas mercantis atravessadas pelo dinheiro, capital e propriedade da terra. Por conseguinte, trata-se de relações humano-sociais que singularmente são relações histórico-sociais. Sob o modo de produção capitalista, a existência desses indivíduos, suas formas de organização, as relações entre eles e com a natureza, são elementos constitutivos que dizem respeito a uma forma histórica particular.

Para Marx e Engels (2007), a perspectiva materialista da história é composta por indivíduos sociais, concretos e suas ações, práticas, condições sociais e objetivas de vida que são reconhecidas na realidade concreta. Em face disso,

Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas

1 Riqueza que nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista se apresenta como uma imensa coleção de mercadorias e assume a forma de valor (Marx, 2015). Desse modo, a produção de valor (forma de riqueza específica do capitalismo) e, por conseguinte, de mais-valor é o princípio básico da dinâmica do modo de produção capitalista, em oposição à produção de valores de uso para a satisfação de tais necessidades.

para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (Marx; Engels, 2007, p. 33).

Destarte, o modo como os indivíduos produzem as próprias condições de vida está determinado pelas formas e o acesso aos meios de produção. Envolve a reprodução física, mas também, um modo particular de expressar a própria existência. Para isso, a produção, ou melhor, o modo como a produção é realizada deve ser considerada, haja vista a constituição dos indivíduos sociais ser o que produzem sob determinadas condições. O trabalho é, pois, muito mais do que a transformação da natureza, pois diz respeito ao seu *caráter ontológico*, enquanto categoria fundante² para apreensão dos processos produtivos e reprodutivos das relações sociais.

O indivíduo social é um produto histórico fruto de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade e não um dado da natureza [...]. O indivíduo é compreendido como um ser social: sua manifestação vital é expressão e confirmação da vida social, porque a vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, embora a vida individual seja o modo especial ou mais geral de vida genérica (Iamamoto, 2008, p. 347).

O gênero humano é, pois, capaz de agir, intervir e transformar para atender suas necessidades, sejam elas satisfeitas de forma individual, ou através do trabalho na relação de compra e venda no circuito mercantil capitalista. Por sua vez, as relações, objetivações e as diversas dimensões de práticas experienciadas dão dinamicidade humana à realidade sócio-histórica, independente de modo de produção.

A dimensão genérica do indivíduo social dada pelo trabalho só é possível como atividade coletiva. O trabalho vivo se realiza através do consumo de instrumentos, matérias e conhecimentos legados de gerações anteriores, denotando o caráter social do trabalho, que só pode se realizar através da relação com outros seres humanos (Iamamoto, 2001).

A relação entre a ação dos sujeitos singulares e a mediação social de seus resultados presidem os dilemas entre estrutura e ação dos indivíduos sociais. Por sua vez, a relação entre trabalho e indivíduo social, em um primeiro momento, é considerada em seus elementos simples e abstratos, ou seja, o trabalho concebido como condição da produção da

2 Para uma síntese sobre o caráter fundante do trabalho na gênese e no desenvolvimento do ser social, ver Lukács (1978). Lukács (2013), na sua *Ontologia*, examina o trabalho como condição eterna da vida humana, deixando explícito que, devido ao alto grau de abstração, não analisa a forma particular que essa categoria assume no capitalismo. Um apanhado geral desse capítulo encontra-se em Duayer; Siqueira (2013).

vida humana e da produção de indivíduos sociais. Trata-se do trabalho humano universal, não do trabalho individual.

Todo trabalho imediatamente social ou coletivo em grande escala requer, em maior ou menor medida, uma direção que estabeleça a harmonia entre as atividades individuais e cumpra as funções gerais que resultam do movimento do corpo produtivo total em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. Um violinista isolado dirige a si mesmo, mas uma orquestra requer um regente. Essa função de direção, supervisão e mediação torna-se função do capital assim que o trabalho a ele submetido se torna cooperativo. Como função específica do capital, a direção assume características específicas (Marx, 2015, p. 406).

Na sociedade do capital, os indivíduos sociais inseridos em processos de trabalho diversos estão organizados com a finalidade de valorização do capital, com a maior apropriação possível, por parte dos detentores dos meios de produção, de mais-valor alcançável, através da maximização da exploração da força de trabalho. Desse modo, na medida em que aumenta a massa de trabalhadores empregados, *“aumenta também sua resistência e com ela, a pressão do capital para superá-la*. O comando do capitalista não é apenas uma função específica proveniente da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo” (Marx, 2015, p. 406 - grifos nossos), mas sim a exploração estratégica de determinado processo social de trabalho fundamentada pela polarização determinante entre classes sociais.

Historicamente, a lógica capitalista exige força de trabalho livre capaz de ser vendida para o capital no processo de superação da produção artesanal e comunal camponesa. Assim, “não é a cooperação capitalista que aparece como uma forma histórica específica da cooperação, mas, ao contrário, é a própria cooperação que aparece como uma forma histórica peculiar do modo de produção capitalista, como algo que o distingue especificamente” (Marx, 2015, p. 410). A força produtiva social desenvolvida a partir do trabalho cooperado aparenta, na realidade social concreta, força produtiva do capital e, assim como a cooperação, aparece como própria ao modo de produção capitalista em seus múltiplos processos de trabalho. Não obstante, o trabalho coletivo é resultado de vários trabalhos parciais e fragmentados em mútua relação e dependência histórica.

Se a premissa básica da lógica do capitalismo é a produção e a circulação de mercadorias, tendo em vista a valorização do capital, a divisão social do trabalho é um dos pressupostos do processamento do trabalho coletivizado capaz de articular e integrar a multiplicidade dos estágios produtivos de mercadorias. O que é produto (final) em um determinado processo de trabalho pode entrar como matéria-prima ou meios de produção em outro processo de trabalho distinto daquele e, é desse modo, que a produção manufatureira perde sua autonomização e independência no processo de produção. Aqui,

a divisão geoespacial do trabalho detém atividades produtivas particulares em distintas regiões de um país, ou em países em particular, e se deparam com o mercado mundializado em constante expansão. Cresce, na mesma proporção, a divisão social do trabalho que, a partir dessas relações sociais, não sustenta o trabalho parcializado. É peremptório que “o trabalhador parcial não produz mercadoria. Apenas o produto comum dos trabalhadores parciais converte-se em mercadoria. [...] A divisão do trabalho na sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos do trabalho” (Marx, 2015, p. 429). Estabelece-se um sistema complexo de relações universais e universalizantes de necessidades e capacidades humano-universais.

Na sociedade mercantil, a individualidade social é uma forma histórica particular da sociedade sob hegemonia do capital, sendo constituída em estreita vinculação com a divisão social do trabalho e dependência mútua entre os indivíduos sociais (Iamamoto, 2001). Nesse estágio, a produção de cada indivíduo depende da produção de todos e a transformação do produto de seu trabalho em meios de subsistência para satisfação de necessidades sociais, também depende dos demais (Marx, 2011; 2015). Entretanto, como inicialmente assinalado, sob o capital, interessa a produção de valor e mais-valor de forma incessante, a valorização do capital, e não a satisfação de necessidades, mas, evidentemente, apesar disso, a existência de necessidades fundamenta e dá lugar à própria produção de mercadorias, garantindo a troca generalizada, característica dessa forma de organização social.

“A divisão do trabalho torna o trabalho do indivíduo produtor tão unilateral, quanto multilaterais as suas necessidades, fazendo com que seu produto sirva-lhe apenas como meio de troca – e, portanto, valor de troca” (Iamamoto, 2001, p. 49). Nesse sentido, para Konder (2009), o capitalismo mercantiliza a vida social e transforma o trabalho em algo independente do ser humano e, portanto, como algo que lhe é estranho e que não lhe pertence. Torna-se esse ciclo de alienação e dominação natural violento e implacável, através da exploração e da apropriação dos frutos do trabalho.³

Tal fenômeno de dominação/exploração, de uma classe detentora dos meios de produção sobre outra, que dispõe unicamente de sua força de trabalho para garantir a satisfação de suas necessidades materiais de reprodução social e de sua família, revela uma subordinação do trabalhador ao capital. Ao mesmo tempo, em uma perspectiva dialética da história, esse processo de alienação e dominação/exploração contém em si mesmo, contraditoriamente, as forças motrizes, em permanente movimento, capazes de superá-lo, contrapondo-se, assim, a uma visão a-histórica, unilateral, estática, reducionista e empobrecedora da práxis humana.

No circuito do valor, a participação do indivíduo social na divisão social e técnica do trabalho na produção de produtos-mercadorias, resultados determinados e determinantes

3 Cf. inúmeras passagens sobre o processo de alienação e estranhamento em Marx (2011; 2015) e Marx (2012).

do trabalho, em face das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora em geral, possibilita a reprodução social nos diversos âmbitos da produção.

Vale reforçar que o trabalho em si não é social, torna-se social a partir do mercado, no processo de compra e venda de força de trabalho, independentemente da sua especialidade, capacidade e grau de complexidade. O trabalho subsumido ao capital manifesta-se como trabalho útil, na sua qualidade, que produz objetos de uso na satisfação de necessidades sociais como partícipe da divisão social do trabalho e, como trabalho abstrato, na sua quantidade, como dispêndio de força humana, abstraído da sua forma concreta como produtor de valor.

A divisão social do trabalho cria a partir das particularidades dos instrumentos de trabalho, da formação e capacitação de cada trabalhador parcial, um conjunto articulado qualitativo e quantitativo de diversos processos de produção na sociedade capitalista e organiza o trabalho social. Desenvolve, concomitante, a força social produtiva do trabalho na sociedade de classes e a particulariza como processo de produção social capitalista. Essa divisão social do trabalho é, tão somente, a forma peculiar e determinante de produzir mais-valor relativo e da hipertrofia de autovalorização do capital, promovendo a riqueza social à custa dos indivíduos sociais. A divisão social do trabalho, “não só desenvolve a força produtiva social do trabalho exclusivamente para o capitalista, em vez de para o trabalhador, como o faz por meio da mutilação do trabalhador individual. Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho” (Marx, 2015, p. 438).

Percebe-se que, concomitante com o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e sua potencialização, cresce a heterogeneidade da classe trabalhadora, modificam-se as formas de exploração da força de trabalho, assim como alteram-se as posições das diversas frações das classes representativas do capital e suas formas de enfrentar a questão social em face dos interesses de grupos econômicos específicos.

Entretanto, o trabalho, produtor de valor em sua dimensão histórica e ontológica expressa o baluarte do indivíduo social como ser criativo, autêntico, livre e capaz de produzir a própria história, no contexto da superação do modo de produção capitalista.

A relevância e a centralidade da História são notórias em Marx (2007; 2011; 2012; 2015) e nos estudos marxistas ao considerarem essa categoria em sua processualidade, marcada por aspectos constitutivos da dinâmica de produção/reprodução das relações sociais. Nesse sentido, tal centralidade é mediatizada por múltiplas dimensões expressas em particularidades históricas concretas, as quais se constituem pela ação dos sujeitos protagonistas de sua própria história. Essa premissa é explicitada em Marx e Engels ao afirmarem que “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. [...] A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, os seres humanos vivos” (Marx; Engels, 2007, p.10).

Para Marx e Engels (2007, p. 86), “a única ciência” que existe é “a ciência da História”, revelando, assim, sua concepção particular de ciência considerada como um modo privilegiado de conhecimento, que se sobrepõe aos demais campos. Marx, apropriando-se do legado de outras ciências, apresenta uma contribuição original ao estudo das relações sociais de produção capitalista. Elucida os determinantes e a dinâmica desta sociedade, decodificando suas relações intrínsecas, a partir da compreensão de que a mercadoria constitui sua forma elementar ou celular básica (Marx, 2015).

Ao identificar a materialização do trabalho enquanto atividade social que corporifica valor e, portanto, produz mais-valor, Marx (2015) desmistifica os mecanismos de exploração próprios da relação entre capital e trabalho constitutivos da acumulação capitalista que reconhece o protagonismo nas lutas e tensões entre classes sociais que envolvem os indivíduos sociais, na supressão da ordem burguesa, enquanto possibilidade histórica.

Desse modo, a teoria social de Marx (2007; 2011; 2012; 2015) implica na crítica da negação da perspectiva de história hegemônica em sua época, cuja tônica predominante afirma a naturalização e imutabilidade do modo de produção capitalista. Na crítica por ele preconizada, denuncia a dissociação das relações e conexões entre política e economia e entre estas e o processo de valorização do capital. A historicidade radical do pensamento marxiano também pode ser constatada na crítica elaborada à maneira de proceder dos economistas que consideram naturais e eternas as relações de produção burguesas.⁴

A teoria social de Marx rompeu, conseqüentemente, com perspectivas que tomam como natural a ordem estabelecida associando as determinações históricas às leis da natureza, ao invés de tomá-las enquanto resultado de processos políticos e histórico-sociais.

Outro aspecto relevante a ser registrado é que Marx foi muito além dos saberes autonomizados em áreas específicas da ciência e construiu um legado que expressa

uma concepção radicalmente revolucionária, seja enquanto expressão ideal, seja enquanto diretriz prático-política. Em Marx, a teoria, produto do cérebro dos homens, constitui a *reprodução*, no plano das ideias, do *movimento real do objeto* de que se ocupa. O *núcleo duro* da obra que Marx nos legou é a teoria que *reproduz idealmente o movimento real do capital* no processo de gênese, da consolidação, do desenvolvimento e das condições de crise da sociedade embasada no modo de produção capitalista: a sociedade burguesa. E a *verdade* da teoria, assim posta, não depende apenas de sua coerência interna: a sua prova decisiva se faz no confronto com a dinâmica profunda dessa sociedade, faz-se na *prática social*. (Netto, 2020, p. 33 — grifos no original).

4 Para os economistas burgueses “apenas existem dois tipos de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições do feudalismo são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Nisso são parecidos como os teólogos que, também eles, estabelecem duas espécies de religiões. Toda religião que não é a sua é uma invenção dos homens, enquanto a sua própria religião é uma emanção de Deus” (Marx, 2008, p. 144).

Nessa perspectiva, a teoria social de Marx reconhece o movimento e as contradições inerentes da sociedade capitalista, recusando a concepção desprovida de historicidade concreta, em que a fragmentação da totalidade social unilateraliza a análise e a compreensão da dinâmica das relações sociais, assim como sua relação com o processo de valorização do capital. Ele constata que os economistas burgueses, ao afirmar que as atuais relações de produção burguesas são naturais,

dão a entender que são essas as relações nas quais se cria a riqueza e desenvolvem-se as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são por si mesmas leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Desse modo, houve história, porém não há mais. Houve a história, visto que houve instituições feudais, e que nessas instituições do feudalismo se encontram relações de produção totalmente diferentes daquelas da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, por isso, eternas. (Marx, 2008, p. 144-145).

Como visto, Marx assume uma crítica radical, em seu tempo presente, à economia política burguesa. Diferentemente do pensamento de sua época, estabelece como ponto nodal de sua teoria a História como categoria e como parte constitutiva de sua forma de compreender e intervir no mundo.

Frederico (2010, p.7) destaca que “um dos eixos centrais da metodologia de Marx é a ‘centralidade do tempo presente’ para o conhecimento dos fenômenos históricos.” Nessa expressão reside, portanto, o entendimento da “história como um processo em constante desenvolvimento e o presente como um momento privilegiado para entender o passado” (Frederico, 2010, p. 7).

Serviço Social: crítica dos fundamentos

O Serviço Social, ao longo das décadas, tem sido objeto de estudos que buscam compreendê-lo no contexto da divisão social e técnica do trabalho, a partir das particularidades que assume nos marcos do capital. Esse enfoque permite explorar como a profissão se insere na dinâmica de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo, a partir das suas implicações concretas, pois o seu trabalho incide “nas condições materiais da existência dos sujeitos” (Iamamoto, 2008, p. 418). Da mesma forma, esse trabalho só pode ser efetivado caso seja igualado a todos os outros trabalhos, independentemente das suas qualidades ou especificidades, enquanto trabalho abstrato “mero coágulo de tempo de trabalho social médio” (Iamamoto, 2008, p. 421).

Embora essa perspectiva de apreensão sobre a profissão já se faça presente há algumas décadas, sendo o seu debate inaugurado há aproximadamente 40 anos por Yamamoto; Carvalho (1982), ainda persistem lacunas no que tange ao domínio de seus fundamentos,

a partir dos estudos marxianos sobre o duplo caráter do trabalho, bem como de seus fundamentos históricos, tendo em vista as condicionalidades impostas pelo movimento da sociedade, a partir da luta das classes sociais que incide na tensão entre a direção social do trabalho profissional e a condição assalariada de assistentes sociais.

Iamamoto (2019, p. 40) ao tratar particularmente o Serviço Social e o processo de (re)produção das relações sociais, retoma e aprofunda aspectos inaugurados nessa época. Desse modo, indica a importância da compreensão dos processos históricos e, portanto, da reprodução das relações sociais enquanto “um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social”, onde o movimento e as contradições lhes são parte constitutivas.

O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classe. Abrange a reprodução da vida material e da vida espiritual. (Iamamoto, 2019, p. 40).

Ainda de acordo com a análise de Iamamoto (2008), a reprodução das relações sociais é um processo que abrange a totalidade do modo de vida socialmente determinado, refletindo-se nas lutas de poder e hegemonia entre as classes sociais. Assistentes sociais, ao atuarem nesse contexto, não se limitam à reprodução das condições materiais, pois também influenciam a produção das condições sociais e espirituais que sustentam a ordem capitalista. Nesse sentido, citando como exemplo as políticas sociais, que frequentemente são materializadas através do trabalho desses profissionais, elas desempenham um papel duplo: são respostas a uma parte das demandas da classe trabalhadora, através da prestação de serviços que atendem parcialmente as suas necessidades; enquanto, simultaneamente, mantêm as condições que favorecem a reprodução do capital, pois auxiliam no aumento da produtividade do trabalho e, portanto, favorecem a acumulação de capital, da mesma forma que mantém um exército industrial de reserva e controla focos de tensão social.

Essa dualidade é central para entender a profissão, haja vista que a categoria participa de múltiplos processos de trabalho e seu papel é partícipe da divisão social e técnica do trabalho. A execução de seu trabalho se realiza sob a condição de assalariamento, o que lhe confere uma autonomia relativa, moldada pelas expectativas e condições impostas pelos empregadores. A mercantilização dessa força particular de trabalho a insere na lógica de valorização do capital, fazendo com que sua atuação não se restrinja ao atendimento das necessidades imediatas de usuários, mas se estenda à reprodução das condições sociais necessárias para a continuidade do processo de acumulação capitalista.

O trabalho de assistentes sociais, portanto, deve ser analisado tanto em sua dimensão concreta quanto abstrata. Enquanto o trabalho concreto lida diretamente com as

expressões da questão social, proporcionando atendimento às necessidades emergentes da população; enquanto o trabalho abstrato contribui para a manutenção das condições estruturais que perpetuam a exploração e a acumulação capitalista. Essa compreensão amplia a visão sobre a profissão, inserindo-a no contexto mais amplo das lutas sociais e da reprodução das relações de poder.

Além disso, a análise crítica dos fundamentos da profissão destaca a importância do conhecimento teórico e metodológico para o exercício profissional. O domínio das técnicas, sob a ótica das competências profissionais, é fundamental, mas deve ser acompanhado de uma compreensão profunda das condições sociais e históricas que moldam as demandas de usuários e contratantes. Isso permite (e exige) que assistentes sociais não apenas respondam às necessidades imediatas, mas também atuem de forma estratégica na transformação das condições sociais que geram essas demandas.

Em suma, a atuação vai além da mera prestação de serviços que envolve a complexa unidade entre a produção e a reprodução social. Assim, compreender o Serviço Social requer uma análise que considere tanto sua função imediata quanto seu impacto estrutural na dinâmica social e econômica da sociedade capitalista. Essa perspectiva permite que a profissão seja reconhecida não apenas por seu valor instrumental, mas também por seu potencial transformador dentro das lutas sociais.

Tais profissionais ao venderem sua força de trabalho, inserem-se no circuito de valorização do capital, regulado por contratos que definem e qualificam sua reprodução como trabalho especializado. Embora a maior parte da categoria profissional não esteja diretamente envolvida na produção,⁵ ela cria as condições necessárias para a manutenção da força de trabalho, essencial para a criação de valor e mais-valor e, portanto, para a valorização do capital. Assim, mesmo que seja considerado trabalho improdutivo por não criar mais-valor,⁶ o Serviço Social participa da implementação das condições necessárias para a reprodução social e econômica.

Além disso, entender os fundamentos do Serviço Social a partir do caráter ontológico trabalho, na perspectiva marxiana, exige reconhecer a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, forjada pelos processos históricos da sociedade brasileira ao “abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias.” (Iamamoto, 2004, p. 57). Significa, também, analisar sua forma de contribuição para a conformação da profissão na realidade

5 Cf. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2022).

6 Para uma breve referência sobre a diferença de trabalho produtivo e improdutivo na perspectiva marxiana, ver Ecurra; Iamamoto (2020, item 3, especificamente p. 108-111).

social. Partir do trabalho é, portanto, essencial para compreender o significado da profissão como parte do trabalho coletivo.

Ainda é comum o uso do termo “prática” como sinônimo de “trabalho” no debate sobre a profissão. No entanto, Iamamoto (2004) argumenta que essa distinção não é apenas semântica, trata-se, pois, de uma mudança de concepção. O trabalho, conforme mostrado por Marx (2015), envolve a transformação da natureza para satisfazer necessidades humanas, sendo uma atividade intrinsecamente ética e consciente. O trabalho profissional, como especialização do trabalho coletivo, insere-se no âmbito da produção de valor, contribuindo para a reprodução da força de trabalho e da riqueza social. Ademais, o processo de trabalho implica a manipulação de matéria-prima, instrumentos e força de trabalho. O trabalho profissional, com base nestes elementos, independentemente das suas características qualitativas, tem como objeto a questão social.

Por conseguinte, é fundamental a apropriação de como as expressões se conformam historicamente e incidem sobre a vida cotidiana dos sujeitos atendidos através dos mais diferentes serviços e políticas sociais e públicas. Mais do que isto, a questão social deve ser apropriada a partir de um viés totalizante, mediada pelos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade do capital. “Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.” (Iamamoto, 2004, p. 62).

A condição de assalariamento determina a autonomia relativa de assistentes sociais, que têm suas práticas moldadas pelas expectativas dos empregadores. Assim, o seu trabalho é condicionado por fatores estruturais como as relações de classe, raça, gênero, e as condições sociais impostas pelo capital. Essas características reforçam as marcas de subalternidade e exploração, mas também podem demonstrar compromisso histórico com os interesses da classe trabalhadora. Avançar no debate sobre os fundamentos do Serviço Social e sua conformação sob a sociabilidade do capital é fundamental para entender seu papel na produção e reprodução do valor.

Considerações finais

A proposta do artigo foi discutir e refletir acerca do referencial de análise que fundamenta o trabalho profissional com base na Crítica da Economia Política, na fonte de Marx. Para isso, em um primeiro momento foram abordadas questões sobre indivíduo social, trabalho coletivo, relações sociais e concepção de história, tendo em vista fornecer apontamentos essenciais para avançar no debate sobre a concepção de fundamentos do Serviço Social.

Cabe registrar que se reconhece a amplitude e complexidade que esta proposta significa. Assim, longe de pretender esgotar reflexões, é possível afirmar que pensar as questões afeitas ao Serviço Social na contemporaneidade, a partir das contribuições da teoria social marxiana supõe reconhecer a perspectiva de totalidade social como categoria fundamental na análise da sociedade. E, nessa direção, supõe também compreender que seres sociais são partícipes de sua própria história e, como tais, podem subvertê-la – não como fatalidade histórica, mas como expressão de sua organização política na arena das lutas das classes sociais.

Essa perspectiva histórica, claramente não linear, afasta-se da visão da história como uma sucessão factual, um devir evolutivo e mecanicista, ao evocar as complexidades da trama social como resultante do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em que o capital se estabelece como relação social e não como algo autônomo na constituição da vida social.

O trabalho profissional não se restringe ao trabalho concreto (valor de uso), pois participa da produção socialmente necessária e da luta pela hegemonia entre as forças sociais. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário, atuando a partir de questões vitais para a sobrevivência social e material da classe trabalhadora.

Não obstante, um dos desafios profissionais para contribuir com o debate construído nas últimas décadas é o deciframento dos processos e expressões da particularidade da formação social brasileira, no sentido de avançar para a sua compreensão no tempo presente. Outro desafio a considerar é o reconhecimento de suas configurações históricas e as multiplicidades de mediações relacionadas ao modo de organização da vida material e imaterial dos mais diversos sujeitos políticos e sociais concretos e, especialmente, daqueles que constituem e dão densidade a diferentes matrizes socioculturais e ideopolíticas. Trata-se de um aspecto central para avançar na compreensão dos vários Brasis e da diversidade de sua população.

Contribuições: As autoras participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional, Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> 2022. Acesso em: 09 out. 2024.

DUAYER, M.; ESCURRA, M. F.; SIQUEIRA, A. V. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. In: *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./jun., 2013, p. 17-25.

ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. Serviço Social e trabalho da(o) Assistente Social: revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. da C.; FORTI, V. L. (Org.). *Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias*. Navegando Publicações, 2020. p. 93-116. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_e201cab1476d402aad49c66777151dcd.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

FREDERICO, C. Prefácio. Nas trilhas da emancipação. In: MARX, K. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M.C.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). *Serviço Social na história*: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34-61.

KONDER, L. *Marxismo e alienação*: contribuição para um estudo do conceito de alienação. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas*, Volume 4. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 1-18.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O Capital*: Crítica da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, J. P. *Karl Marx*: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

20 años del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia (2004-2024): Compromiso y dignidad

20 Years of the Colombian Critical Social Work Collective (2004-2024): Commitment and Dignity

20 anos do Coletivo de Trabalho Social Crítico Colômbia (2004-2024): Compromisso e dignidade

Juan Pablo Sierra-Tapiro* 

Nora Liliana Guevara-Peña** 

Sergio Andrés Quintero-Londoño*** 

Leidy Alexandra Torres-Romero**** 

RESUME

El artículo contribuye a la conmemoración de los 20 años del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia (TSCC), para ello, toma como insumos, una revisión bibliográfica de textos del Colectivo, así como de publicaciones resultado de investigaciones y reflexiones que tienen por objeto o hacen referencia a ese proceso; un cuestionario aplicado de manera voluntaria a integrantes históricos del Colectivo de TSCC, a quienes se invitó a una jornada de debate y retroalimentación del texto. Sin buscar una visión única sobre la historia del proceso colectivo y reconociendo las limitaciones propias de un documento de estas características, el texto se aproxima al proceso histórico del Colectivo de TSCC, su producción académica y articulación internacionalista, y se retoman algunos desafíos contemporáneos para una renovación crítica del Trabajo Social en Colombia. Finalmente, se proponen algunas pistas para continuar reflexionando sobre este proceso, para su fortalecimiento.

Palabras claves: Trabajo Social Crítico Colombia; Renovación crítica del Trabajo Social.

ABSTRACT

This article contributes to the commemoration of the 20th anniversary of the Colombian Collective for Critical Social Work (TSCC, by its acronym in Spanish). To this end, it draws on a literature review of texts produced by the Collective, as well as publications resulting from research and reflections that focus on or reference this process. Additionally, a voluntary questionnaire was administered to historical members of the TSCC Collective, who were invited to a session for discussion and feedback on the text. Without aiming to present a single perspective on the history of the collective process and acknowledging the inherent limitations of a document of this nature, the text explores the historical development of the TSCC Collective, its academic production, and its internationalist engagement. It also revisits contemporary challenges for the critical renewal of Social Work in Colombia. Finally, some avenues for further reflection and strengthening of this process are proposed.

Keywords: Colombian Critical Social Work; Critical renewal of Social Work.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91744>

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Correo electrónico: jptapiro@gmail.com.

** Universidad del Valle, Zarzal, Colombia. Correo electrónico: nora.guevara@correounivalle.edu.co.

*** Universidad de Caldas, Manizales, Colombia. Correo electrónico: Sergio.quintero@ucaldas.edu.co.

**** Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Bogotá, Colombia. Correo electrónico: lalexandratorres@universidadmayor.edu.co.

COMO CITAR: SIERRA-TAPIRO, J.P.; GUEVARA-PEÑA, N. L.; QUINTERO-LONDOÑO, S. A.; TORRES-ROMERO, L. A. 20 años del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia (2004-2024): Compromiso y dignidad. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 113-128, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91744>.

Recebido em 15 de março de 2025.

Aprovado para publicação em 28 de março de 2025.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O artigo contribui na comemoração dos 20 anos do Coletivo de Trabalho Social Crítico Colômbia (TSCC), para isto, teve como insumos, uma revisão bibliográfica de textos do Coletivo, assim como de publicações resultado de pesquisas e reflexões que têm por objeto ou fazem referência a esse processo; um questionário aplicado de forma voluntária a integrantes históricos do Coletivo de TSCC, que foram convidados a uma jornada de debate e retroalimentação do texto. Sem pretender uma visão única sobre a história do processo coletivo e reconhecendo as limitações próprias de um documento deste tipo, o texto aproxima-se do processo histórico do Coletivo de TSCC, da sua produção acadêmica e articulação internacionalista, e retomam-se desafios contemporâneos para uma renovação crítica do Trabalho Social na Colômbia. Finalmente, propõem-se algumas pistas para continuar refletindo sobre esse processo, para o seu fortalecimento.

Palavras chaves: Serviço Social Crítico Colômbia; Renovação crítica do Serviço Social.

Introducción

En noviembre de 2024 fue realizado el V Congreso Latinoamericano de Trabajo Social Crítico, donde se conmemoraron 20 años del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia (TSCC). Este artículo contribuye a esa conmemoración, siendo producto de una reflexión que retoma acumulados colectivos e individuales, para proponer un balance crítico de la historia del Colectivo de TSCC, esperando difundir la experiencia, continuar intercambios académicos-políticos-organizativos e inspirar procesos de investigación y/o sistematización colectiva, que profundicen y amplíen elementos aquí planteados. Así, este documento es una contribución a la reconstrucción histórica de este proceso, bajo responsabilidad de quienes lo escribimos, y no pretende expresar una visión unánime o consensual del Colectivo de TSSC.

Metodológicamente, partimos de una revisión bibliográfica de textos del Colectivo, de publicaciones resultado de investigaciones y reflexiones que tienen por objeto o hacen referencia a ese proceso; también, para su caracterización, se aplicó un cuestionario de 30 preguntas, en el que participaron 48 personas que son o han hecho parte del Colectivo; finalmente, se realizó una jornada de retroalimentación colectiva del documento borrador¹.

1 Los documentos de referencia del Colectivo son los manifiestos de 2005, 2012 y 2024; así como el documento de los principios organizativos de 2016; parte de la experiencia del Colectivo de TSCC se encuentra en Sierra-Tapiro (2019), una primera referencia se encuentra en Salamanca & Valencia (2017) y algunas menciones sobre el proceso también se pueden leer en Beltrán & Guevara (2022).

El artículo se presenta en tres partes: 1) surgimiento y desarrollo del Colectivo de TSCC; 2) producción académica y articulación internacionalista; 3) desafíos para una renovación crítica del Trabajo Social en Colombia, que se desarrollan a continuación.

Surgimiento y desarrollo organizativo del Colectivo de TSCC

El Colectivo de TSCC surgió en el año 2004, en un contexto de profundización del terrorismo de Estado en Colombia como principal expresión de la estrategia contrainsurgente, así como de la ofensiva neoliberal, bajo el gobierno de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), sostenido por el conjunto de las clases dominantes oligárquico-burguesas, representando especialmente la *lumpen-burguesía*, vinculada con economías ilegales, principalmente, el narcotráfico. Esta política contó con el respaldo del gobierno de los Estados Unidos de América (EEUU), financiando y orientando la supuesta “lucha contra el terrorismo”, teniendo como base el “Plan Colombia”, en plena correspondencia con el documento denominado “Santa Fe IV”².

Era un momento muy adverso para manifestar posicionamientos y perspectivas que se asumieran como críticas, dados los procesos de persecución, estigmatización, criminalización y represión generalizada, que también se presentaban con fuerza en muchas de las universidades públicas del país.

Sin embargo, también era un contexto de esperanzas y de auge de la movilización social y las luchas sociales en *Nuestra América indo-afro-ladina*³, en el enfrentamiento al neoliberalismo, inclusive con la expansión de gobiernos que se presentaban como progresistas; lo cual también repercutía de diversas formas en Colombia.

En ese contradictorio contexto, profesionales de Trabajo Social y estudiantes de la Universidad Nacional de Colombia (Unal), quienes habían contribuido en la intención de construir una Organización Colombiana de Estudiantes de Trabajo Social (OCETS), se propusieron conformar un grupo de estudio al que denominaron “TS Crítico”, con la intención de aproximarse y difundir un Trabajo Social fundamentado en el marxismo, teniendo como referencia los acumulados del debate profesional en Brasil.

Este grupo organizó en 2005 el I Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social Crítico en la Unal, en Bogotá, con la intención de movilizar un debate sobre las diversas perspectivas en la región que se asumían como críticas en la profesión. En este evento participaron como conferencistas: Carlos Montaña (Uruguay-Brasil), César Barrantes (Costa Rica-Venezuela), Gloria Cuartas (Colombia), Marcos Chinchilla (Costa Rica) y Natalio Kisnerman (Argentina).

2 Para una aproximación al contexto colombiano en la primera década del siglo XXI ver Sierra-Tapiro *et al.* (2022), Vega-Cantor & Novoa (2014).

3 El Manifiesto del Colectivo de TSCC, producto del V Congreso, asume esta expresión a partir de contribuciones de diversas ponencias presentadas.

A partir de este Encuentro, el grupo se ratifica en asumir la crítica marxista, proponiendo la conformación de otros grupos, a partir de unos documentos base⁴ para su debate y con la expectativa también de una articulación internacional más amplia. En 2006 se conforma el grupo de la Universidad Industrial de Santander (UIS) y, en 2007, surgen los colectivos de la Universidad del Valle (UniValle) y la Universidad de Caldas (UCaldas).

En 2008 se llevó a cabo el 1er Congreso Latinoamericano de Trabajo Social Crítico en la UIS, Bucaramanga, con la participación en su organización de los grupos de la Unal, la UIS y, en la etapa final, también del colectivo de UniValle; será en ese evento que se reconocerá también la existencia del colectivo de la UCaldas. En este congreso la intención era movilizar debates exclusivamente a partir de la perspectiva marxista, sin embargo, el evento aún expresó una diversidad de comprensiones de lo crítico, tanto por sus conferencistas internacionales, Marcelo Cortizzo (Argentina) y Norberto Alayón (Argentina), como por varias de las ponencias presentadas.

Después del 1er Congreso, entre finales de 2008 e inicios de 2009 surgen colectivos en la Universidad de Antioquia (UdeA) en Medellín, en la Universidad del Quindío (UdeQuindío) en Armenia y se conforma otro grupo en Bogotá en la Universidad Republicana⁵. A inicios de 2009, en la ciudad de Armenia, se llevó a cabo el I Foro Estudiantil de Trabajo Social Crítico, marcando el inicio de un proceso de articulación nacional entre los distintos colectivos. Este proceso estuvo atravesado por algunas tensiones y contradicciones respecto a lo organizativo y la perspectiva a asumir; lo que impulsó un fortalecimiento de procesos de estudio, autoformación y debate que confluyen en el I Encuentro Nacional y Asamblea de TSCC, realizada en Cali ese mismo año.

A partir de ese momento se definen unos principios mínimos, como base para la articulación nacional, los cuales son objeto de estudio, debate y reformulación en las asambleas entre 2009 y 2015, ya en 2016 se cierra un documento de fundamentación de los principios del Colectivo de TSCC, los cuales son:

- Impulsar la construcción de un proyecto ético-político profesional para la renovación crítica del Trabajo Social en Colombia.
- Apropiar los fundamentos teórico-metodológicos del materialismo dialéctico e histórico, aportando al análisis concreto y a la transformación de la realidad nacional.
- Asumirnos como parte de la clase trabajadora y participar en procesos de luchas sociales y de clases.

4 Los documentos base eran: un texto de presentación del Grupo TS crítico realizado en 2007, el Manifiesto de 2005 y la ponencia de Carlos Montaña titulada *Un proyecto ético-político para el Trabajo Social* presentada en el I Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social Crítico.

5 A partir de 2010 se decide que la referencia a los colectivos sería por ciudad y no por universidad, ya que en Bogotá había procesos en varias universidades y cada vez habría más integrantes que como profesionales no podrían asumir una dinámica universitaria.

- Articularnos internacionalmente con procesos profesionales desde una perspectiva latinoamericanista.

En 2009 comienza también un proceso de mayor proyección internacional del Colectivo y sus integrantes, participando de diversos eventos, con destaque especialmente en los Seminarios de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS); también se conforma en 2012 un colectivo en Río de Janeiro (Brasil); con lo cual, se fortalece el intercambio con estudiantes, docentes y profesionales de diversos países de la región, siendo clave la continuidad de los Congresos Latinoamericanos.

El 2.º Congreso se realizó en 2010 en la Unal, Bogotá, con la participación de conferencistas internacionales como Alejandro Casas (Uruguay), Carlos Montaña (Uruguay-Brasil) y Lorena Molina (Costa Rica). En 2014, la UniValle en Cali acogió el 3.º Congreso, con la presencia de Carlos Montaña, Ramiro Dulcich Piccolo (Argentina-Brasil) y, desde Colombia, Gloria Cuartas, Miguel Ángel Beltrán, Roberth Salamanca y Sergio Quintero. El 4.º Congreso, realizado en 2017 en la Corporación Universitaria Minuto de Dios, Bogotá, contó con Andrea Oliva (Argentina), Lorena Molina (Costa Rica) y Renán Vega Cantor (Colombia). Finalmente, el 5.º Congreso tuvo lugar en 2024 en la Universidad de Caldas, Manizales, con conferencistas internacionales como Manuel Mallardi (Argentina), Paula Vidal (Chile) y Rosangela Batistoni (Brasil), además de Alexandra Torres, Andrés Contreras, Nora Guevara y Tania Tello, como conferencistas nacionales.

A lo largo de estos eventos se ha evidenciado la consolidación de un proceso, no sin contradicciones y límites, pero que han sido claves en la movilización de debates en torno a la dolarización de lo social, la construcción de proyectos ético-políticos profesionales, las luchas sociales, la investigación, la *praxis* profesional y la renovación crítica del Trabajo Social.

A continuación ampliaremos algunos elementos respecto a la producción académica y la articulación internacionalista, más allá de los Congresos Latinoamericanos y retomaremos algunos desafíos para una renovación crítica del Trabajo Social en Colombia.

Producción académica y articulación internacionalista

A lo largo de los años, el Colectivo ha experimentado un proceso de maduración tanto individual como colectiva, evidenciado en avances cualitativos en la capacidad de reflexión, investigación e incidencia académico-política. Retomando para este apartado los resultados de un cuestionario diligenciado de manera voluntaria por quienes han integrado el Colectivo de TSCC⁶, se puede determinar que en sus primeros años, este proceso

6 El cuestionario fue difundido a través de diversos medios de comunicación con el objetivo de obtener la mayor cantidad de respuestas posibles. Sin embargo, no todas las personas referenciadas como parte del Colectivo de TSCC participaron en la encuesta. Por ello, es importante aclarar que los resultados presentados no buscan generalizar, sino ofrecer una aproximación basada en las respuestas recibidas.

estaba conformado, en su mayoría, por estudiantes de pregrado; lo que se fue transformando a medida que se obtuvieron los títulos profesionales. Este cambio abre posibilidades para avanzar en la construcción de un proyecto profesional ético-político, pero, plantea desafíos, en términos de disponibilidad de tiempo y condiciones laborales, que impactan la participación y continuidad.

La expansión del Colectivo de TSCC se expresa de diferentes formas, siendo una de ellas la formación de pregrado en diversas instituciones de educación superior del país, tales como: Universidad de Antioquia, Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, Universidad de Caldas, Universidad de la Salle, Universidad del Valle, Universidad Nacional de Colombia, Corporación Universitaria Minuto de Dios, Corporación Universitaria Republicana y Fundación Universitaria Católica Lumen Gentium, así como una permanente graduación con picos desde el 2011 hasta el 2019.

Otro aspecto analizado fue la revisión de los títulos de monografías y otros trabajos de de pregrado, identificando cuatro grandes ejes de investigación: a) *Conflicto, paz y derechos humanos*, con temas como desplazamiento forzado, construcción de paz y procesos de reincorporación de excombatientes, organización comunitaria en contextos de conflicto y defensa de los derechos humanos; b) *Elementos históricos y fundamentos de la profesión*, abordando las tendencias en la formación profesional, la Reconceptualización y renovación crítica del Trabajo Social, el proyecto ético-político y la articulación de saberes entre academia y sectores populares; c) *Organización comunitaria y procesos de participación social*, con investigaciones sobre la construcción de eco-barrios y alternativas populares a las políticas públicas, la participación de mujeres campesinas y otros sectores, así como la sistematización de experiencias comunitarias y populares; y d) *Las manifestaciones de la “cuestión social”*, incluyendo niñez en situación de calle, representaciones sociales de la pobreza, medio ambiente, y el análisis crítico de políticas públicas.

El proceso de madurez intelectual avanza en su consolidación con la formación posgraduada en especialización (29% de las personas), maestría (62%) y doctorado (10%), logrando fortalecer un grupo de profesionales cualificados tanto para el trabajo de campo como para el desarrollo de investigaciones sociales.

De acuerdo a los títulos de los estudios posgraduales entre los integrantes del Colectivo de TSCC son diversos, aunque se pueden organizar en algunas categorías: a) *Políticas Públicas, Desarrollo, medio ambiente y paz*; b) *Trabajo Social/Servicio Social*; c) *Educación, Derechos Humanos y ética*; y d) *Ciencias Sociales, Políticas y cuestión social*.

Por otro lado, se logra identificar que quienes han integrado el Colectivo, participan de procesos profesionales de campo y también en docencia universitaria, así, en la segunda década del siglo XXI el Trabajo Social crítico de inspiración marxista gana visibilidad, no sin cuestionamientos y errores, como un interlocutor respetable en el debate profesional

colombiano. A propósito, entre las áreas o temas de mayor incidencia profesional por quienes ya cuentan con experiencia laboral se encuentran el trabajo con víctimas, las políticas públicas, diversidad y género, docencia, procesos organizativos de base, procesos socio familiares, derechos humanos y Dirección Internacional Humanitaria (DIH), investigación, salud mental, medio ambiente, entre otros. Así mismo, han hecho parte de diferentes procesos entre los que se encuentran sindicatos, movimientos sociales, campesinos y políticos, movimientos y escuelas feministas, asambleas populares, redes, entre otras, todas de cara a la defensa de los intereses de la clase trabajadora y sectores subalternizados.

En términos de producción académica, el Colectivo de TSCC ha tenido diversas producciones colectivas, en las que se destacan los Manifiestos de 2005, 2012 y 2024, como síntesis de reflexiones y debates acumulados. En estos manifiestos son evidentes los avances del proceso, con respecto a pensar la realidad social y la profesión desde la crítica marxista, aunque también evidencian limitaciones que se han tenido. Otro documento que ha sido clave es el de fundamentación de los principios, producido entre 2012 y 2016, a partir de elaboraciones colectivas, debates y foros para su retroalimentación⁷, donde participaron la gran mayoría de integrantes de TSCC, como expresión de la consolidación y fortalecimiento organizativo en ese momento.

La producción académica colectiva más sólida y que expresa un mayor trabajo, fue la investigación por cuatro años (2016-2019), sobre la historia del Trabajo Social en Colombia, en una perspectiva de pensar la profesión en el movimiento histórico del país, la cual fue publicada como libro titulado: *La historia del Trabajo Social en Colombia: una aproximación crítico-dialéctica en 2022*⁸.

Este libro es relevante porque es resultado de un proyecto de investigación validado y financiado institucionalmente, lo cual es una condición inédita en la historia del Colectivo; se sustenta en una sólida reflexión histórica y conceptual, con datos empíricos en diversos territorios, otorgándole alcance nacional; avanza en un vacío en la reflexión sobre el Trabajo Social en la historia, dado el escaso material bibliográfico sobre el tema en el país; y se constituye en un recurso clave para la formación profesional de pregrado y posgrado.

7 Sería importante comenzar un proceso de revisión, debate y ajuste a ese documento de fundamentación de los principios a partir de los acumulados y experiencias de los últimos años; lo que puede llevar inclusive a la necesidad de hacer un balance y nueva revisión de los principios en sí.

8 Este libro cuenta con prólogo de Marilda Iamamoto. Participaron 13 personas investigadoras (profesionales, docentes y estudiantes) 6 auxiliares de investigación y otras personas integrantes del Colectivo de TSCC que brindaron apoyos puntuales o participaron en los espacios de debate teórico y de análisis.

Además de lo anterior, se han realizado artículos científicos, ponencias, traducciones, libros y capítulos de libros, tanto de forma colectiva como individual⁹. El 67.9% de integrantes del Colectivo TSCC que respondieron el formulario, han publicado artículos académicos y el 64.3% capítulos de libros, aproximándose a un total de 65 artículos académicos, 50 capítulos de libros y 10 libros.

Sobre los libros damos cuenta de algunos publicados referenciados por categorías: a) *Perspectiva crítica marxista y Trabajo Social*: El trabajo social y la perspectiva histórico-crítica (2017); Hacia la construcción de un Trabajo Social Crítico en Colombia (2019); La Reconceptualización del Trabajo Social en Colombia. Un análisis histórico-crítico de las décadas 1960-1970 (2021); Historia del Trabajo Social en Colombia. Una aproximación crítico-dialéctica (2022); El ejercicio profesional del Trabajo Social desde el proyecto ético-político (2023); Condiciones laborales de Trabajo Social: realidades y retos en el Valle del Cauca. (2024). b) *Intervención social, derechos humanos, paz y transformación comunitaria*: De la reparación integral de las personas mayores víctimas del conflicto armado interno: una mirada desde un enfoque diferencial (2017); Animación sociocultural: reflexiones y escenarios posibles para la transformación social (2017); Trabajo social: Reflexiones sobre las familias y territorio desde la investigación formativa (2023); Construcción de paz en Llano Verde: reflexiones situadas sobre la justicia transicional, la educación y las políticas públicas en el Distrito de Aguablanca (2023); y Dialéctica de la guerra en Nariño y Colombia: aportes para pensar la paz histórica (2024).

Se podría plantear que la producción académico-política del Colectivo de TSCC ha sido pionera en Colombia en temas de interés profesional como: a) historia y fundamentos profesionales a partir de una perspectiva histórico-dialéctica en la que se develan las mediaciones de la sociedad capitalista; b) la construcción de un proyecto ético-político profesional crítico, reconociendo la diversidad, sin desconocer la lucha por la hegemonía; c) las contribuciones del pensamiento crítico marxista para la reflexión-acción histórica y contemporánea desde el Trabajo Social; d) las condiciones laborales de profesionales de Trabajo Social en el contexto del capitalismo-imperialismo bajo la ofensiva neoliberal, con hegemonía del capital monopolista financiero transnacional; y, e) contribuciones frente al tema de trabajo profesional y construcción de paz, justicia social y transformación social.

Como ya fue planteado, el cuarto principio del Colectivo de TSCC se refiere a la articulación internacional con procesos profesionales, desde una perspectiva latinoamericana, básicamente en la apuesta por recuperar, reivindicar y asumir nuestra historia común, en la diferencia y la apuesta por la unidad de *Nuestra América*, en una perspectiva de solidaridad y autodeterminación de los pueblos, construyendo también la unidad en

9 Se hace necesario aclarar que este acumulado heurístico proviene tanto de procesos investigativos al interior del Colectivo de TSCC, como de articulaciones con otras personas con las que se ha logrado trabajar en equipo, dado que se comparten algunos fundamentos, concepciones y objetos de estudio.

Trabajo Social, especialmente con quienes compartimos los principios por una renovación crítica de la profesión, pasando por la construcción de proyectos ético-políticos profesionales, la fundamentación en la crítica marxista, asumiéndonos como parte de la clase trabajadora y contribuyendo como profesión en sus luchas.

Además de los documentos de autoría individual y colectiva, también se han realizado foros, seminarios, cátedras abiertas y otros espacios de formación y movilización de debates. Así mismo se ha tenido una participación importante de integrantes del Colectivo de TSCC en diversos eventos en países de la región, como ponentes o incluso como conferencistas.

También se ha fortalecido el intercambio con diversos procesos en la región, especialmente de Argentina y Brasil, aunque también se han tenido intercambios con colegas y procesos de Bolivia, Chile, Costa Rica, Ecuador, México, Perú, Puerto Rico, Uruguay y Venezuela. Además, en la última década, se han fortalecido articulaciones para la producción de conocimiento, la movilización de debates, entre otros, donde se destaca la participación de integrantes del Colectivo de TSCC en la Investigación en Red sobre Fundamentos de Trabajo Social, la Red Iberoamericana de Investigación en Trabajo Social, la Red de investigadores sobre Conflicto y Paz (REDCONPAZ), la Red de Estudios sobre Estado y Políticas Sociales en América Latina (REPSAL), la Red de Estudios Teóricos y Aplicados en Servicio Social (RETAS Brasil) y la articulación sobre Trabajo Social y Luchas Sociales.

Todo ello, da cuenta de un importante proceso de cualificación en términos formativos, profesionales, investigativos, internacionalistas, que responden a los principios que el Colectivo de TSCC se ha trazado durante todos estos años y que aportan en muchos casos de manera individual y otros de manera articulada en la continuidad de este proceso y sus apuestas de cara a los desafíos contemporáneos de los que se hablará a continuación.

Desafíos para una renovación crítica del Trabajo Social en Colombia

Colombia, en la última década, ha pasado por un Acuerdo de Paz histórico, en que la guerrilla Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo - (FARC-EP), dejó las armas, para asumir la vida política institucional. También hubo un auge de la lucha social y de clases desde 2010, que tomó una gran fuerza a partir del 2019 y que llegó a su máxima expresión en el 2021, aun en medio de la pandemia, con el denominado Paro Nacional, que se prolongó por más dos meses, llegando a paralizar ciudades enteras, en un proceso de concientización antineoliberal y anti-uribista — entendido el uribismo como la peor expresión del terrorismo de Estado —, Entre 2017 y 2024 el país ha pasado por una agudización de las contradicciones fundamentales entre proyectos neoliberales y contrain-surgentes a los que se enfrentan proyectos de democratización política, social y económica.

Todo esto confluyó en la posibilidad y oportunidad de lograr un primer gobierno progresista y con elementos de izquierda, que recogiera buena parte de ese sentir y pensar

del pueblo trabajador en Colombia, es el gobierno del Pacto Histórico (el cual requiere un análisis que valore sus aciertos y potencialidades, así como sus errores, límites y contradicciones)¹⁰.

Es en ese contexto contemporáneo que ha sido posible el fortalecimiento y expansión de diversas expresiones del pensamiento crítico en la sociedad colombiana, en las ciencias sociales y humanas, así como en el Trabajo Social, lo que a su vez ha brindado las condiciones para avanzar en la apuesta por un proceso de renovación crítica de la profesión.

Este proceso se manifiesta en el cotidiano de profesionales del Colectivo de TSCC y quienes comparten sus principios, así no participen orgánicamente, tanto en experiencias de trabajo profesional, como en aportes, de forma diferenciada, a la construcción de paz con justicia social, participando de dinámicas locales e incidiendo en diversos escenarios y otros procesos más allá del Colectivo; también en contribuciones en procesos de evaluación y reforma curricular, e incluso hubo integrantes que contribuyeron activamente con la formulación de unos lineamientos para la formación profesional. Si bien estos aportes han sido importantes, su potencia podría ser aún mayor con una organicidad nacional, en sintonía con las condiciones y necesidades actuales.

Tal vez el principal escenario de disputa en la actualidad es la organización profesional, apuntando a la construcción de un proyecto ético-político como respuesta a demandas histórico-sociales que están ligadas con proyectos de sociedad en pugna. Para entender esta renovación crítica del gremio, es clave analizar momentos coyunturales que impulsaron movilizaciones y reflexiones, aunque estos procesos suelen ser espontáneos y efímeros. Según Plazas y Sierra-Tapiro (2018), la organización gremial del Trabajo Social no es ajena al avance de la clase trabajadora, los momentos coyunturales del país, que han estado con mayor favorabilidad para las ideas progresistas, están relacionados también con procesos del movimiento profesional, como se evidenció en la década de 1970, en la que es aprobada la Ley 53 de 1977, que reglamenta la profesión y crea el Consejo Nacional de Trabajo Social (CNTS), sumándose al ya existente CONETS y a la Federación Colombiana de Trabajadores Sociales (FECTS), justo en el marco de la agudización de las luchas del pueblo trabajador.

Si bien la creación de la Ley representa un avance en la reglamentación profesional, su acercamiento a las bases de la profesión ha sido coyuntural. A pesar de iniciativas como el código de ética, actualización profesional y eventos académicos, las acciones de estos

10 Para una aproximación al contexto colombiano en la segunda década del siglo XXI y la actualidad, así como algunos debates sobre la coyuntura y el proceso de paz, ver: Sierra-Tapiro & Guevara-Peña (2025), Lasso (2024), Sierra-Tapiro, et al (2022), Agudelo, Quiroga, Solana (comps) (2018), Estrada (coord) (2013). También recomendamos especialmente acompañar diversos artículos de la Revista Izquierda: <https://revistaizquierda.com/>.

organismos históricamente han carecido de legitimidad, ya que tienden a realizarse de espaldas al gremio y sin análisis rigurosos del contexto socio-histórico colombiano.

En relación con lo anterior, el CNTS y la FECTS desarrollaron, desde la década de 1980 hasta el 2002, una propuesta de código de ética, formalizada mediante el Acuerdo N.º 004 del 25 de enero de 2002. Aunque este proceso culminó con la entrega oficial del documento, estuvo marcado por la primacía de la voz de la academia, algunas asociaciones y “expertos en ética”, estableciendo una dinámica que cerró cualquier posibilidad de participación amplia, plural y representativa del gremio en Colombia.

El I Encuentro Latinoamericano de Trabajo Social Crítico del año 2005, posibilitó pensar, desde una perspectiva crítica, colectiva y participativa, la necesidad de construcción de un proyecto ético-político profesional que impulse su renovación crítica, más allá de limitarse a un código deontológico.

A partir de ese momento, podemos evidenciar un movimiento de disputa por la hegemonía que ha ido ganando fuerza a lo largo de las dos últimas décadas. Por una parte, el CNTS ha continuado, en diversos momentos, realizando iniciativas de espaldas al conjunto profesional, sin escuchar propuestas que se le han planteado, impulsando procesos muy restrictos respecto a la participación.

Por ejemplo, en 2008 el CNTS continuó con el proceso de revisar el código de ética profesional focalizando la participación; durante el 2010, propuso una metodología, que según el organismo “consistió en identificar a docentes responsables de la asignatura de ética en los programas de Trabajo Social, crear redes de trabajo virtuales, organizar encuentros regionales y diseñar instrumentos para recoger opiniones sobre el Código de Ética de 2002” (CNTS, 2025, p. 13). Como resultado, la participación se redujo a aportes y abordajes en formatos de foro o formularios virtuales, restringiendo los espacios de discusión y evitando un análisis profundo del contexto colombiano frente a un tema crucial como la ética profesional, y en el año 2015 se aprueba un código de ética sin mayor legitimidad en el gremio profesional.

Por otro lado, el Colectivo de TSCC, en el 2012, envió una propuesta metodológica para debatir el documento, que incluía tres momentos: la reflexión sobre la actualidad en Colombia, la reflexión teórica sobre Código de Ética, Ética, Proyecto Ético-Político Profesional y, la reflexión histórica del Trabajo Social en Colombia y del código de ética, con la participación de diversos actores no solo académicos sino con profesionales, estudiantes, referentes teórico-políticos sobre ética profesional de otras profesiones, contratantes, Estado por medio de los Ministerios del gobierno nacional, ONG’s – Empresas, movimientos sociales y populares, organizaciones y diversos actores sociales a través de estrategias como mesas sectoriales, debate en el Encuentro Nacional de Estudiantes de Trabajo Social y en el Congreso Nacional de Trabajo Social, foros locales y una gran asamblea nacional, la propuesta no fue escuchada por el CNTS.

Sin embargo, en un contexto de lucha por la paz con justicia social, democracia y soberanía, con movilizaciones sociales por diversos sectores de la sociedad, en el año 2016, estudiantes, profesionales y docentes de diferentes ciudades, se movilizaron contra la circular 79 de 2015 del Ministerio de Educación Nacional - MEN, con la que por temas de evaluación de calidad (pénsum, prácticas, investigaciones), se ubicaría a la profesión en la sala de Ciencias de la Salud, quitándola de la sala de Humanidades y Ciencias Sociales donde había estado históricamente, lo cual representaba una afrenta en términos de lo que se entendía por la profesión, ubicándola como una profesión de la salud exclusivamente.

En la resistencia a este cambio tuvieron gran visibilidad las acciones realizadas en Bogotá, Cali, Medellín, entre otras, en las cuales hubo participación por parte de colectivos y asociaciones como el Colectivo de Trabajo Social Crítico Bogotá, así como de integrantes del Colectivo de TSCC en general. Como resultado, las entidades de la profesión se vieron obligadas a tomar posición ante la situación, pues habían estado ausentes del proceso, pese a las implicaciones de ese cambio en el ejercicio profesional. Finalmente, se logró impedir el cambio que se pretendía imponer.

Este proceso de movilización dio impulso a procesos organizativos de la profesión, trayendo a discusión la necesidad de renovar sus entidades: CNTS, CONETS y FECTS, además de fortalecer las organizaciones y colectivos estudiantiles y profesionales. Así, se crea la Asociación de Trabajadores Sociales de Bogotá y la Región (AETSBO) en 2017; se fortalecen otras asociaciones como la Asociación de Trabajadores Sociales del Valle (AT-SOVALLE), la Asociación de Trabajadores Sociales de Antioquia (ATSA) y el intento de reactivar una organización profesional en Caldas a través del Comité de Impulso Gremial de Trabajo Social en Caldas, en las que participaron integrantes del Colectivo de TSCC.

En 2019 el CNTS propuso actualizar el código de ética profesional, con una propuesta muy limitada respecto a la participación real y plural de todos los actores interesados; en este mismo año, en el marco de la Conmemoración del día del Trabajo Social AETSBO denuncia de manera pública una irregularidad jurídica que impedía reconocer la validez del código, al no haber sido aprobado por el Congreso de la República, tal y como lo exige la normatividad nacional, lo cual fue ratificado tiempo después por el Gobierno Nacional de la mano con el concepto del Ministerio de Salud. De acuerdo con este contexto, en 2020 el CNTS radicó, de manera inconsulta con la base profesional, el proyecto de ley 368 de 2020 con el propósito de otorgar carácter legal al código de ética.

Frente a esto, la organización gremial volvió a reactivarse con la intención de garantizar un espacio democrático para la construcción del código de ética. En este contexto surgió la Red de Trabajo Social de Colombia (REDTSCOL), integrada por asociaciones de profesionales de diversas regiones y por colectivos, entre ellos el Colectivo de TSCC, impulsando un nuevo proceso de organización para evitar el avance del proyecto de ley

debido a la falta de legitimidad y participación del gremio. Este esfuerzo logró suspender el proceso y generó recomendaciones para la elaboración de un código con mayor legitimidad.

Además del trabajo realizado en torno al código de ética y la suspensión del proyecto de ley, cabe anotar que la REDTSCOL también tuvo una participación activa durante el paro nacional de ese mismo año, como una de las diversas expresiones de profesionales y estudiantes que hicieron parte de asambleas populares, movilizaciones sociales en su diversidad, acompañamiento y apoyo a puntos de resistencia, etc.

A mediados de 2023, el CNTS retomó la propuesta del código de ética sin considerar las recomendaciones hechas por la base profesional desde el 2020 y sin convocar un espacio de participación amplio para su construcción. Esta situación se evidencia en una audiencia pública que, en un inicio, fue presentada como un foro sobre perspectivas de la ética y la deontología en Trabajo Social, reflejando la falta de transparencia en el proceso y el desinterés del CNTS por trabajar de cara al gremio. En este espacio participaron integrantes del Colectivo de TSCC que lograron evidenciar diversas críticas al proceso.

El Colectivo de Trabajo Social Crítico Bogotá en conjunto con AETSBO, ATSA, ATSOVALLE, la Asociación de Trabajadores Sociales de Risaralda (ASOTRASORI), la Asociación de Trabajadores Sociales de la Orinoquía (ATSO) y el Sindicato Nacional de Servidores Públicos (SNSP), expresaron su desacuerdo con la forma en como se había gestado esa iniciativa de nuevo proyecto de ley, argumentando la necesidad de un proceso amplio, participativo y transparente, planteando que además de llevar al legislativo el código de ética, era necesario avanzar en la construcción colectiva de una nueva ley profesional, actualizando la Ley 53 de 1977.

Ante las necesidades identificadas por el gremio y desatendidas por el CNTS, las organizaciones mencionadas unificaron diversas propuestas orientadas a la reforma de la Ley profesional, convocando a otras organizaciones profesionales, estudiantiles y profesionales no organizados, creando en agosto de 2023 la Mesa Amplia para la Actualización Normativa del Trabajo Social, para debatir y presentar una reforma a la Ley profesional y el código de ética.

Actualmente, diversos integrantes del Colectivo de TSCC participan en la Mesa Amplia, aunque, en autocrítica, no con la fuerza que un proceso histórico como este exige. Aun así, han contribuido a la conformación de comisiones y al avance en discusiones colectivas, garantizando rigurosidad, continuidad y compromiso de manera permanente, así como la realización de encuentros territoriales para debatir la Ley y el código de ética, generado un ambiente distinto al proyectado históricamente por los organismos, favoreciendo la participación, el trabajo conjunto y el avance en la renovación profesional de cara al gremio. El proceso avanza, no sin contradicciones, requiriendo una participación amplia y con mayor fuerza desde la influencia crítica marxista.

A propósito, el Colectivo de TSCC en su manifiesto presentado en el V Congreso en Manizales, destaca múltiples retos en aras de avanzar en diferentes formas de lucha para desafiar las estructuras de poder y buscar alternativas al modelo capitalista imperante; se plantea que es fundamental reconocer el crecimiento de la influencia de la crítica marxista en la región, que permite pensar la formación, la investigación y el trabajo profesional, sobre todo en dinámicas cada vez más crecientes de mercantilización de la educación y los impactos de la flexibilización laboral en los profesionales, lo cual afecta la formación y las condiciones de trabajo. Para ello, el Trabajo Social en Colombia, debe exigirse el estudio sobre la obra de Marx y la tradición marxista, en clave del avance por la consolidación de un proyecto ético-político profesional, que en sintonía con los debates actuales sobre la ley profesional y el código de ética, continúen forjando la apuesta por la renovación crítica del Trabajo Social.

A manera de cierre

El Colectivo de TSCC en este momento debe concentrar esfuerzos en la reforma de la Ley de reglamentación del Trabajo Social, la construcción participativa desde las bases del código de ética y la disputa de hegemonía en las entidades gremiales como un elemento trascendental para la renovación crítica de la profesión. Este proceso de renovación implica profundizar en ejercicios de investigación orientados a develar las estructuras de explotación y dominación que atraviesan la profesión y la sociedad en el marco del modo de reproducción y reproducción capitalista, que permitan superar el análisis de la profesión desde una perspectiva endogenista, sentando las bases y alternativas para avanzar de la mano con los intereses de la clase trabajadora y los sectores subalternizados, que son intereses también propios del Trabajo Social como profesión en la división social y técnica del trabajo.

Así mismo, es fundamental avanzar en el trabajo conjunto con movimientos sociales, políticos, populares y de base, como espacios de lucha contra el orden burgués y la mercantilización de la vida. En el plano internacionalista, la construcción de alianzas con organizaciones y colectivos de Trabajo Social en *Nuestra América indo-afro-ladina* y el mundo sigue siendo imprescindible para fortalecer una perspectiva anticapitalista, antiimperialista, antineoliberal, anticolonial, antiracista y feminista, que permita continuar avanzando en estrategias comunes contra la precarización profesional y las condiciones de vida de la clase trabajadora.

Finalmente, tras 20 años de lucha colectiva, en un proceso con avances y contradicciones propias de espacios de disputa, es urgente recuperar la organización en las regiones, la formación independiente desde la tradición marxista en las universidades sin dejar de influir en los proyectos político-pedagógicos, y construir estrategias colectivas para decidir

y trazar el rumbo de los próximos años. Dado ello, el proceso del Colectivo de TSCC, avanza en la construcción de una Asamblea Nacional abierta, retomando los ejemplos del pasado, donde participen todas las personas que se sientan parte de este proceso y continuar fortaleciéndose como instrumento organizativo profesional para impulsar y contribuir a la renovación crítica de la profesión. ¡Larga vida al Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia, compromiso y dignidad!

Contribuciones: Todas las personas que estamos en la autoría participamos del proceso de proyección, escritura y revisión del artículo en su conjunto.

Agradecimientos: A los integrantes del Colectivo de Trabajo Social Crítico Colombia entre 2004 y 2025.

Agencia financiadora: No aplica.

Aprobación del Comité de Ética: No aplica.

Conflicto de intereses: No aplica.

Referencias

AGUDELO, V.; QUIROGA, S.; SOLANA, P. (comps). *Final abierto*. 20 miradas críticas sobre las negociaciones con las insurgencias (2010-2018). Bogotá: La fogata editorial. Lanzas y Letras, 2018.

BELTRÁN, R.; GUEVARA, N. (comp.) *Historia del Trabajo Social en Colombia*. Una aproximación crítico-dialéctica. Bogotá: Uniminuto, 2022.

CONSEJO NACIONAL DE TRABAJO SOCIAL - CNTS (2025). Evolución histórica de los códigos de deontológico en el consejo Nacional de trabajo social de Colombia. Disponible en: <https://www.consejonacionaldetrabajosocial.org.co/codigoetica/>. Recuperado el 14 de febrero de 2025.

ESTRADA, J. (coord). *Solución Política y proceso de paz en Colombia*. A propósito de los diálogos entre el gobierno y las FARC-EP. Colombia: Ocean Sur, 2013.

LASSO-URBANO, C. *Dialéctica de la guerra en Nariño y Colombia*. Aportes para pensar la paz histórica. San Juan de Pasto: Editorial Unimar, 2024.

PLAZAS, R.; SIERRA-TAPIRO, J.P. La apuesta por una renovación crítica del Trabajo Social en Colombia en la contemporaneidad. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2018.

SALAMANCA, R.; VALENCIA, M. El *Trabajo Social y la perspectiva histórico-crítica*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2017.

SIERRA-TAPIRO, J.P. *Hacia la construcción de un Trabajo Social crítico en Colombia*. Cali: Universidad Santiago de Cali, 2019.

SIERRA-TAPIRO, J.P. *et al.* Una aproximación al Trabajo Social en Colombia en la contemporaneidad (1980-2018). In: BELTRÁN, R.; GUEVARA, N. *Historia del Trabajo Social en Colombia*. Una aproximación crítico-dialéctica. Bogotá: Uniminuto, 2022.

SIERRA-TAPIRO J.P.; GUEVARA-PEÑA, N. Trabajo Social en Colombia: pensar la profesión en un contexto de auge de la lucha social y de clases. In: MASSA, L. [org]. *Trabajo Social histórico crítico: reflexiones desde Nuestra América*. Tandil: Editorial Puka, 2025.

VEGA-CANTOR, R.; NOVOA, F. *Colombia y el imperialismo contemporáneo*. Un eslabón geoestratégico de los Estados Unidos. Colombia: Ocean Sur, 2014.

R-existência Quilombola no Brasil: colonialidade do poder, racismo e questão ambiental

Quilombola R-existence in Brazil: coloniality of power, racism and the environmental question

Patrick Almeida Soares* 

Marianna Carvalho Martins Albergaria** 

RESUMO

Este trabalho concentra-se nas experiências de r-existência das comunidades quilombolas de Baía Formosa e Caveira, localizadas nos municípios de Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia, concomitantemente, interior do estado do Rio de Janeiro. Utilizando as categorias de Modernidade/Colonialidade, colonialismo, racismo e r-existência, exploramos as condições macroestruturais que moldam as relações de poder e exploração enfrentadas por esses grupos. Analisamos como Modernidade e colonialismo se entrelaçaram para consolidar o capitalismo global, destacando o impacto contínuo do racismo nas relações sociais contemporâneas. Além disso, investigamos as lutas de resistência e organização social dos quilombolas em resposta a desafios socioambientais e territoriais, incorporando a compreensão do projeto de dominação subjacente à lógica do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Em termos metodológicos, esse trabalho se baseia em articular robusta revisão de literatura como fundamentação teórico-conceitual junto às experiências desses grupos sociais, condensadas em pesquisas de autores oriundos da região dos quilombos em questão.

Palavras-chave: Quilombolas; R-existence; Coloniality; Modernity; Racism.

ABSTRACT

This work focuses on the experiences of re-existence of the quilombola communities of Baía Formosa and Caveira, located in the municipalities of Armação dos Búzios and São Pedro da Aldeia, simultaneously, in the interior of the state of Rio de Janeiro. Using the categories of Modernity/Coloniality, colonialism, racism, and re-existence, we explore the macrostructural conditions that shape the power relations and exploitation faced by these groups. We analyze how Modernity and colonialism intertwined to consolidate global capitalism, highlighting the ongoing impact of racism on contemporary social relations. Additionally, we investigate the resistance struggles and social organization of quilombolas in response to socio-environmental and territorial challenges, incorporating an understanding of the domination project underlying the logic of the modern/colonial capitalist world-system. Methodologically, this work is based on articulating a robust literature review as a theoretical-conceptual foundation alongside the experiences of these social groups, condensed in research by authors from the region of the quilombos in question.

Keywords: Quilombolas; R-existence; Coloniality; Modernity; Racism.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91748>

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Cabo Frio, RJ, Brasil. E-mail: patricksoares_cf@hotmail.com.

**Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: marianna.albergaria@gmail.com

Como citar: SOARES, P. A.; ALBERGARIA, M. C. M. R-existência Quilombola no Brasil: colonialidade do poder, racismo e questão ambiental. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 129-143, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91748>.

Recebido em 31 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 05 de março de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

As reflexões apresentadas neste trabalho têm como objetivo abordar as experiências de r-existência do quilombo de Baía Formosa (Armação dos Búzios) e do quilombo da Caveira (São Pedro da Aldeia), ambos da Região dos Lagos do estado do Rio de Janeiro, grupos sociais que foram historicamente subalternizadas nessa região. Nossa abordagem se apoia nas categorias de Modernidade/Colonialidade, colonialismo, raça, racismo e r-existência para fundamentar as reflexões que pretendemos desenvolver neste breve estudo.

A metodologia adotada neste ensaio consiste em articular a fundamentação conceitual do *corpus* teórico definido junto às experiências dos quilombos em questão, circunscritos a partir das pesquisas de Gessiane Nazario, intelectual negra e quilombola da Rasa (Armação dos Búzios), autora do livro *Revolta do Cachimbo: a luta pela terra no Quilombo da Caveira* (2022) e da dissertação de mestrado intitulada *Território Quilombola: Formas de r-existência territorial da comunidade de remanescentes do quilombo de Baía Formosa*, de Patrick Almeida Soares (2021).

O artigo se estrutura em duas seções. A primeira seção busca conferir maior precisão teórico-conceitual ao binômio Modernidade/Colonialidade, aprofundando as formas com que a colonialidade do poder articula estruturas de dominação ancoradas em elementos de caráter racial para a sujeição da força de trabalho, como também instrumentaliza os recursos naturais como elementos essenciais para a reprodução capitalista. A seção seguinte discute as experiências dos quilombos de Baía Formosa e da Caveira a partir do olhar da r-existência desses grupos, isto é, da luta política organizada ancorada em vivência, memória e relações sociais, culturais e econômicas específicas desses grupos com seus respectivos territórios em pleito, sendo em última instância frentes de contestação à lógica da colonialidade.

Colonialidade do poder, racismo e questão ambiental

A Modernidade enquanto mito e projeto nasce no ano de 1492, com a chegada dos primeiros exploradores europeus durante o período das grandes navegações ao que seria posteriormente batizado de “América” (Dussel, 1993). Ao contrário das visões “intramodernas da modernidade” (Escobar, 2003), que ancoram o recorte histórico da Modernidade nos processos da Reforma Protestante, Iluminismo, Revolução Francesa e consolidados a partir da experiência da Revolução Industrial, Enrique Dussel e outros expoentes do Grupo Modernidade/Colonialidade¹ propõem como marco temporal de

1 Coletivo de intelectuais latino-americanos oriundos do extinto Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, com viés crítico radical, defendem a necessidade de descolonizar as próprias teorias pós-coloniais e estudos subalternos mediante o rompimento com o cânone intelectual eurocêntrico (Ballestrin, 2013).

início da Modernidade o processo de colonização dos territórios e sujeição dos povos do assim chamado “Novo Mundo”. Este marco demonstra, para além da indissociabilidade entre os processos, a profunda interdependência e retroalimentação de ambos.

Com isso, inaugura-se concomitantemente o conjunto de estruturas e relações objetivas orientadas para a sujeição do trabalho e dos recursos naturais por parte dos interesses de uma emergente burguesia europeia composta por homens, brancos, cisgênero, cristãos e patriarcais, e ao mesmo tempo um vasto campo de representação simbólica que dá sentido à nova (des)organização da vida social a partir da lógica eurocêntrica moderna, colonial e posteriormente, capitalista. Um eixo central que ordena a emergência desse projeto é o critério racial, fato pelo qual pode-se afirmar que, acima de tudo, a Modernidade é um projeto de racialização dos sujeitos. Não somente dos povos africanos e ameríndios, mas também dos europeus, entendidos como uma “raça superior”, mais “evoluída”, detentores da “razão” e agentes de difusão dos avanços da Modernidade eurocêntrica.

A Modernidade não se trata de um conjunto de fenômenos circunscritos espacial e historicamente à Europa, mas sim um processo cuja gestação se dá dialeticamente com a constituição de um campo de representações e práticas sociais de dominação no âmbito dos territórios colonizados. Isso demonstra que o colonialismo não foi um desvio ou excesso esporádico e pontual, mas sim a norma utilizada para a expansão da Modernidade e expressão histórica de uma racionalidade assentada na colonialidade em suas múltiplas expressões.

O colonialismo, como algo passível de observação, precede o capitalismo. Porém, é a expansão europeia, a partir do século XVI, que traz o colonialismo como seu componente central, delineando as relações de produção e acumulação primitiva de capital, que tornam o capitalismo possível, com suas tecnologias de dominação e exploração do trabalho e da natureza. Segundo Grosfoguel (2018) do ponto de vista da Europa, de sua expansão colonial, o que desponta ali é uma nova configuração para a acumulação de capital.

Nesse processo, o racismo desempenhou papel central na promulgação da empreitada colonial, posto que os colonizadores comumente justificassem a opressão dos colonizados com base em uma presumida inferioridade racial. Conforme Memmi (2021):

O racismo aparece [...] não como um detalhe mais ou menos acidental, mas como um elemento consubstancial ao colonialismo. Ele é a melhor expressão do fato colonial, e um dos traços mais significativos do colonialista. Não apenas estabelece a discriminação fundamental entre colonizador e colonizado, condição *sine qua non* da vida colonial, como fundamenta sua imutabilidade. Só o racismo autoriza a afirmar para a eternidade, substantivando-a, uma relação histórica que teve um começo datado (p. 110-111).

Cabe destacar a inexistência de qualquer diferença genética que justifique a hierarquização dos diferentes grupos humanos em raças. Raça, nesse sentido, é um conceito rela-

cional, composto por um conteúdo histórico, político e social específico. Almeida (2018) destaca que a história da raça é a história da constituição político-econômica da sociedade contemporânea, de outro modo: compreender o que é raça significa lançar luz ao processo de hierarquização dos grupos humanos mediante suas características físicas (traços fenotípicos, por exemplo) e étnico-culturais (origem geográfica, práticas socioculturais, religiosidade, linguagem, para citar alguns exemplos).

Mesmo com o fim do colonialismo enquanto uma relação formal de “dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes” (Quijano, 1992, p. 11 – tradução livre), suas sequelas continuam a se fazer presentes. A desigualdade econômica, a discriminação e a opressão ainda são um fato em países que foram historicamente colonizados e ainda sentem os efeitos do colonialismo por meio de políticas econômicas neocoloniais.

De fato, ao se observar as principais linhas de exploração e dominação social em escala global, os elos do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e trabalho entre a população do mundo, é impossível ignorar que a grande maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas no processo de formação desse poder mundial, desde a conquista da América em diante (Quijano, 1992, p. 12 – tradução livre).

A isso chama-se colonialidade, um conceito que sintetiza a manutenção das lógicas/práticas de dominação no tempo presente, assentadas sobre as estruturas postuladas a partir da intervenção colonial. É diante da manutenção dessas estruturas, reproduzidas mesmo após o término dos colonialismos formais a partir da estrutura triangular da colonialidade (Castro-Gómez, 2007), que as comunidades de remanescentes de quilombos empreendem suas formas de organização social contra as opressões que ainda lhes são impostas a partir da operacionalização dessas estruturas.

Um recorte dessa realidade pode ser identificado nos dossiês *Racismo e Violência Contra Quilombos no Brasil*, organizados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) junto à *Terra de Direitos*, onde demonstram que somente entre os anos de 2016 e 2017 houve um incremento de 350% no número de assassinatos de quilombolas, sendo a maioria esmagadora das ocorrências concentrada na região nordeste do Brasil, estatística considerada subdimensionada pelos organizadores.

Em 2023, o assassinato de Mãe Bernadete Pacífico, ialorixá e líder do quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia, seis anos após a execução de seu filho, Flávio Gabriel Pacífico, o Binho do Quilombo, são emblemáticos ao revelar a brutalidade a que a população quilombola do país está exposta, sobretudo aqueles e aquelas que protagonizam a luta

política pela defesa de seus territórios e modos de vida. Mãe Bernadete foi morta a mando de um líder do tráfico de drogas, após se manifestar contra a extração ilegal de madeira na região. Sua atuação poderia atrapalhar o trabalho do tráfico, pois estava atraindo a atenção da polícia para a área.

Em entrevista para a TV Bahia, descrita em matéria no Portal G1 de notícias *on-line*, o outro filho de Mãe Bernardete, Wellington dos Santos, diz: “Minha família está sendo perseguida, meu irmão foi morto da mesma forma. Não vamos parar, quilombo sempre será resistência”, disse o filho da líder assassinada (Bischoff, 2023). Esta fala mostra de forma clara a violência infligida à população quilombola diariamente no Brasil. Ao mesmo tempo, deflagra a urgência de garantir a esses grupos a plena efetivação de seus direitos constitucionalmente garantidos, avanço refreado pelas investidas do capital, ancorado no racismo em suas múltiplas vertentes, inclusive no aspecto institucional.

A predominância do elemento fundiário nos casos de violência contra quilombolas denota a centralidade e o tensionamento em torno da questão territorial e ambiental. As expressões da colonialidade do poder se estendem também para as formas de apropriação da natureza, isto é, a hegemonia do paradigma eurocêntrico sobre a concepção dos recursos naturais enquanto mercadorias e a negação de modos outros de convívio com a natureza, além da perpetuação e justificação de formas assimétricas de territorialidade (Assis, 2014).

A reflexão a respeito da questão ambiental é um lugar de tensão no bojo do projeto teórico-conceitual do coletivo Modernidade/Colonialidade, conforme pontua Escobar (2003). Propondo avanços na seara da discussão do padrão de poder colonial sobre a natureza, Cajigas-Rotundo (2007) busca demonstrar que os discursos moderno/coloniais não se limitam somente à produção de subjetividades e territorialidades, mas também de “naturezas”. O autor defende uma leitura sobre a natureza que “por um lado, evidencie os dispositivos pós-coloniais presentes nas atuais lutas pela definição da biodiversidade, e que, por outro, escape às posturas que reificam e essencializam as populações locais implicadas nesses conflitos” (p. 169 – tradução livre). Assim, o autor busca sintetizar na noção de “biocolonialidade do poder” – ampliando a formulação original de Aníbal Quijano – a definição dos atuais padrões de produção da natureza nos marcos do capitalismo pós-fordista.

É notória a mudança do olhar sobre o mundo natural, passando a natureza a ser reificada no âmbito de uma sociedade burguesa-mercantil, sendo reduzida a uma instância externa, instrumentalizável segundo conhecimentos técnico-científicos, reduzida à categoria de recurso natural para alimentar a crescente demanda por matéria-prima nas sociedades industriais emergentes durante o século XIX. Entretanto, a escala dos impactos ambientais na segunda metade do século XX impôs uma mudança nesse paradigma, momento em que desponta a noção de “desenvolvimento sustentável” como uma tentativa

de conciliar a dinâmica de crescimento do capital com os limites do meio ambiente a fim de garantir o bem-estar das futuras gerações. Os acordos internacionais ao redor do tema, oriundos principalmente dos países centrais do capitalismo global, sinalizam o conteúdo presente nessas propostas, com uma definição dúbia do tipo de “bem-estar” que se propõe promover e para quais “gerações futuras” específicas esse bem-estar é direcionado (Cajigas-Rotudo, 2007).

É diante desse cenário de hierarquização racial e cisão entre o ser humano e a natureza que os povos e comunidades tradicionais, como comunidades de remanescentes de quilombo, empreendem suas formas de resistência pela reprodução de seus modos de vida e existência em seus territórios, conforme veremos na seção seguinte.

Quilombismo como eixo de luta decolonial

Escrutinar a colonialidade e o racismo como as lógicas que subjazem as hierarquias globais e locais implica admitir que a compreensão total dessa realidade passa necessariamente por assumir o duplo processo pelo qual se impõe a dominação sobre a população negra no seio do sistema-mundo capitalista moderno/colonial.

O primeiro consiste na conjugação de um conjunto de aparatos políticos, econômicos, sociais e bélicos que garantem a dominação material sobre a população negra; o segundo corresponde à “epidermização” da inferioridade dessa população, isto é, o que demarca, a partir de um critério étnico-racial centrado, sobretudo, mas não exclusivamente, na cor da pele, quais os grupos sociais em situação de dominação e exploração. Trata-se de uma “epidermização” sustentada por um complexo cultural, simbólico e ideológico. De maneira mais direta, a linha de fronteira que divide o mundo é o pertencimento a um grupo social racializado específico (Fanon, 2008; 2022).

Contudo, este não é um diagnóstico fatalista. Assim como Fanon (2008), pretende-se com essa análise identificar e destruir as estruturas que tornam possível a dominação do humano e da natureza como mero combustível para a reprodução do capital. Defende-se neste trabalho a perspectiva de que o negro empreendeu todo tipo de forma organizativa e contestadora frente às estruturas de dominação e sujeição, das quais destacamos as experiências de r-existência quilombola, com o intuito de afirmar-se enquanto Ser, impondo-se como fundamental elemento dinamizador da sociedade brasileira.

Como assinala Moura (1981), foram os quilombos onipresentes durante toda a vigência do regime servil da escravidão racial, polos incontestes do paulatino esgotamento e ocaso das forças produtivas escravistas, constituindo unidades básicas fundamentais de resistência e organização do negro. Sendo a sociedade escravista um modelo estamental de organização social assentada na escravidão como modo de produção e na divisão em classes visceralmente antagônicas (isto é, senhores e escravizados), os quilombos eram a principal resposta do negro às contradições dessa forma social.

O fim do regime escravista em 1888 e os processos de modernização conservadora com as mudanças nos modos de produção e no aparato político institucional nacional com a República e seus reflexos na organização social, impuseram uma nova dinâmica de opressão sobre a população negra, ainda assentada sobre profundo preconceito racial. O fim da escravidão não significou o fim do racismo, mas a reconfiguração das estruturas de dominação no cenário de um Brasil plenamente integrado à estrutura econômica mundial enquanto país de capitalismo periférico dependente.

No contexto da modernização conservadora, cabe destacar o papel desempenhado pela Lei de Terras de 1850, cujo objeto central era romper o monopólio da propriedade da terra por parte do Estado, que antes era concedida a donatários mediante os auspícios da coroa, possibilitando a venda da terra no mercado. Ao invés de liberalizar o acesso à terra, ao condicionar seu acesso à aquisição em mercado, na prática foi impedida a sua democratização para a população negra, desprovida de recursos financeiros e creditícios para sua compra. Outra dimensão da Lei de Terras foi que, ao determinar a compra como único meio legítimo de acesso à terra, criou também mecanismos de ataque ao regime de posse, expediente usual da população negra (Moura, 1994).

A nova conjuntura inaugurada no século XX impõe a adoção de outras dinâmicas de organização por parte da população negra, de tal sorte que ocorre o enriquecimento do quilombo, passando este a ser, além de uma instituição social, um elemento ideológico, uma mística que orienta os anseios de liberdade e autodeterminação do negro brasileiro, instância de produção e reconhecimento da identidade étnica desse grupo social (Nascimento, 2006). Compor uma síntese explicativa sobre as experiências antirracistas e eminentemente anticolonialistas dos quilombos (antes e depois da Abolição) e de tantas outras formas de agremiação negra implica, ao nosso ver, lançar mão da categoria “quilombismo” de Abdias do Nascimento, isto é,

Uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino quilombismo [...] O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico (Nascimento, 1980, p. 255-256).

Embora o quilombismo, segundo Nascimento (1980, p. 13), seja definido como um “conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras” que abarca uma multiplicidade de experiências de organização e resistência negra, nossa análise se aterá às experiências de comunidades de remanescentes de quilombo contemporâneos, conforme objetivo proposto para esse ensaio.

As comunidades de remanescentes de quilombo, a partir do artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), passam a ser considerados sujeitos coletivos de direito, garantindo a esses grupos o reconhecimento e titulação das terras ancestralmente ocupadas, cabendo ao Estado a emissão dos respectivos títulos de propriedade coletiva. Ou seja, somente em 1988, exatamente 100 anos após a Abolição do estatuto jurídico da escravidão racial, os quilombos foram reconhecidos como passíveis de direitos.

Indo além, somente em 2003, com a promulgação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro, o aparato jurídico-normativo brasileiro se debruçou sobre a regulamentação dos procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombos previstos no artigo 68 dos ADCT.

O decreto propõe uma definição importante a respeito dos quilombos, fruto de um maior aprofundamento e refinamento antropológico, histórico e territorial desses grupos, garantindo sobretudo o critério de auto definição das comunidades enquanto identidade política coletiva, ou seja, os quilombos são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Brasil, 2003).

Em 2007, passando a compor um rol mais amplo de políticas com a promulgação do Decreto nº 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o aparato legal abarca o entendimento a respeito de povos e comunidades tradicionais e seus respectivos territórios, definindo-os como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

Tardamente o Estado brasileiro, principal agente historicamente reprodutor da violência racial e do colonialismo, promoveu um mínimo de reconhecimento em seu rol normativo às formas de resistência ancoradas nas formas próprias de organização social dos quilombos, cujo conteúdo tem como fontes as práticas coletivas e discursivas ancestrais que alimentam as identidades dos diferentes quilombos espalhados pelo país.

A memória coletiva e sua reprodução dentro das comunidades é essencial na constituição dessas identidades. As narrativas oficiais e a “historiografia” dos agentes coloniais a respeito do Brasil relegam ao negro uma posição de subordinação dócil, ao passo que as memórias coletivas dos grupos quilombolas munem essas coletividades como protagonistas da própria história. Fazendo eco a Neusa Santos Souza, Pires, Queiroz e Nascimento (2022) destacam que possuir um discurso sobre si mesmo é uma pré-condição para o exercício da autonomia. A identificação, crítica e superação da descrição colonial feita sobre negros e negras é uma etapa fundamental na constituição de um novo campo de relações concretas e intersubjetivas.

Essa potência organizativa de afirmação coletiva, esse quilombismo que anima e direciona as táticas e estratégias de resistência política dessas comunidades tem muito de seu conteúdo a partir da ancestralidade desse grupo e da reivindicação de suas formas próprias de existência no território. Cabe evocar o conceito de r-existência proposto por Porto-Gonçalves (2006), nos marcos da luta de subversão das relações coloniais/modernas de opressão, isto é, uma resistência que se ancora na reivindicação do direito de existir de maneira diversa à lógica hegemônica colonial, evocando formas heterogêneas e próprias de viver, produzir, agir, pensar e sentir, marcada pelo resgate e reformulação da ancestralidade.

O embasamento decolonial da r-existência nasce desse elemento, ou, como propõe Walsh (2018), há uma potência extemporânea no pensamento/ação/opção decolonial, que se contrapõe desde o exato momento em que irromperam os violentos processos de colonização do projeto Moderno, como meio do combate dos sujeitos colonizados e racializados. De forma ampla, a decolonialidade

[...] denota formas de pensar, saber, ser e fazer que se iniciam, ao mesmo tempo que precedem, o projeto colonial de invasão. Implica reconhecer e desfazer as estruturas hierárquicas de raça, gênero, heteropatriarcado e classe que propagam o controle da vida, conhecimento, espiritualidade e pensamento, estruturas que estão claramente entrelaçadas com a constituição do capitalismo global e Modernidade Ocidental. Sobretudo, é indicativa da natureza das atuais lutas, construções e criações que continuam agindo dentro das margens e fissuras da colonialidade, afirmando o que a colonialidade tem tentado negar. Decolonialidade, nesse sentido, não é uma condição estática, um atributo individual ou um ponto linear de chegada ou entendimento. Ao contrário, a decolonialidade procura tornar visível, expandir e avançar perspectivas radicais distintas que questionam a racionalidade Ocidental como única estrutura e possibilidade de existência, análise e pensamento (Walsh, 2018, p. 17 – tradução livre).

As comunidades de remanescentes do quilombo de Baía Formosa e da Caveira, localizadas nos municípios de Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia, são atravessadas, no passado e no presente, pelas setas da colonialidade e do capitalismo, compondo um quadro mais amplo de disputas em torno da terra e pela afirmação de suas identidades étnicas.

Conferindo maior enriquecimento no que tange às determinações específicas do quadro em questão, cabe destacar que a Região dos Lagos do Rio de Janeiro, composta por municípios como Armação dos Búzios, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, para citar somente alguns, vêm de um longo processo de tensionamento ao redor da questão fundiária; em grande medida, os dissídios se dão em torno das terras da antiga Fazenda Campos Novos. Erguida em 1690 pelos padres jesuítas, foi o principal centro administrativo e econômico da produção agrícola na região, e conseqüentemente, de recebimento e distribuição de pessoas escravizadas entre as propriedades que compunham Campos Novos.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, foram criadas as condições para as disputas em torno da posse e propriedade das antigas terras da fazenda que se estendem até hoje e estão presentes, inclusive, nas narrativas e memórias coletivas das comunidades quilombolas que reivindicam a legítima posse das terras “aos filhos do lugar”, famílias de cativos que continuam habitando a região desde o século XVII (Maia; Teló, 2015).

Os relatos captados por Gessiane Nazario (2022), intelectual negra, quilombola da Rasa, em Armação dos Búzios, apresentam o tom dos conflitos na região no século XX e a situação da população negra rural². Sendo um trabalho cujo enfoque privilegia a memória coletiva dos quilombolas da Caveira no que tange ao acirramento das disputas territoriais na região de São Pedro da Aldeia vivenciadas por esse grupo, expõe tanto as dimensões das violências sofridas pelos quilombolas por parte de Antonio Paterno, ou “Marquês”, como era conhecido, bem como as estratégias de organização da comunidade.

Como conta Dona Rosa Geralda da Silveira:

Eu vou pedir a você, vocês me permitem um pouco da sua atenção, que eu vou te contar uma história, que se deu lá no sertão. Em Cabo Frio e São Pedro, onde vivem os lavradores por causa de tanta injustiça nós nos tornamos lutador. Foi na década de 50, nós começamos a lutar contra um grupo de grileiro que veio nos expulsar. Conhecido por Marquês, um tal Antônio Paterno, quis transformar nossa vida quase... num verdadeiro inferno (vídeo IFCS/UFRJ, 2004 apud Nazario, 2022, p. 57).

O episódio conhecido como “Revolta do Cachimbo” na década de 1950 é um caso emblemático das formas como se impunham as dinâmicas de opressão, orientadas pelo crescente movimento de especulação imobiliária e concentração fundiária na região, que paulatinamente já vinha se tornando um ponto turístico de relevante interesse e recebendo intervenções urbanas importantes. O Marquês, incumbido de cercear e expulsar os trabalhadores do campo, impôs sobre eles um regime de trabalho abusivo e exaustivo, proibindo-os de se alimentar, atender às necessidades fisiológicas e até mesmo de fumar cachimbo durante os turnos de trabalho.

Como forma de resistência simbólica, um grupo de trabalhadores deitou suas ferramentas de trabalho em terra e acendeu seus cachimbos, como relembra um quilombola da Caveira em entrevista concedida a Gessiane Nazario em outubro de 2019:

2 Vale destacar o sistema de arrendamento a que essa população fora submetida em diversos momentos após a Abolição. A permanência das famílias nas terras era condicionada a um sistema chamado pelos próprios quilombolas de “pagar dia para morar”, isto é, os moradores eram obrigados a pagar dias de trabalho nas plantações dos pretensos “proprietários” (Accioli, 2018).

Quando o Marquês comprou a fazenda, ele chegou aqui querendo colocar um clima de... de escravo. Qual é o clima de escravo dele? Ele começou logo proibindo as pessoas de fumar, coisa que na roça quase todo mundo fumava cachimbo e cigarro. (Nazario, 2022, p. 77-78)

A partir dessa contestação, aparentemente pontual, mas com o fulcro de preservar uma prática social enraizada nos modos de vida no campo, os quilombolas da Caveira deram início a um longo processo de organização sociopolítica, criando associações e sindicatos de trabalhadores rurais com o objetivo de proteger as terras habitadas ancestralmente. Isso muito antes da articulação de “comunidade quilombola” enquanto categoria político-jurídica e instância privilegiada de reivindicação de direitos por parte do que Gomes (2015) denominava “campesinato negro rural”.

Cabe também destacar as r-existências da comunidade de remanescentes do quilombo de Baía Formosa apontadas por Soares (2021). Diversos aspectos perpassam a experiência dessa comunidade, como a expulsão de suas terras e a luta pelo retorno, porém, neste ensaio, faz-se pertinente destacar as tensões territoriais entre um dos núcleos do quilombo de Baía Formosa e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) ocorridas entre 2018 e 2019.

O processo de delimitação do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS) e da Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil (Apa Pau-Brasil), ambas unidades de conservação de proteção integral, deu-se ignorando a existência ancestral dos núcleos quilombolas na região, com suas práticas sociais e econômicas ligadas ao uso da terra e das matas. Diante disso, o Estado, na figura do Inea, tentou promover um processo de remoção das famílias, a partir da justificativa de que haviam invadido a área dos parques. Como relata a Griot do quilombo de Baía Formosa em entrevista realizada em maio de 2021:

E a gente ficou surpreso quando eles (Inea) chegaram pra fazer essa cena com a gente lá... Não era pra gente ter que estar lutando pra poder ficar com um pedacinho pra ficar. Porque quando eles foram em 2011 remarcaram aquilo lá, tinha os moradores, os filhos da minha avó, netos, mais velhos [...] E com isso, nós estamos agora em 2021, ainda lutando pra ter o que é da gente, desde o tempo de 1912 minha avó morando aqui. Ela morou aqui, casou com meu avô, construiu várias casas. A gente tinha até depósito de farinha, engenho de farinha aqui. Até essas músicas que eu fiz aí falando do engenho de farinha, que fala de Dona Zebina, é a minha avó! (Soares, 2021, p. 80-81).

A partir deste conflito, deflagrado pela lógica hierárquica e tecnicista do planejamento estatal, embebido pela colonialidade e pelo entendimento da incompatibilidade entre a atuação humana e do meio ambiente, a comunidade organizou-se no sentido de lutar pela permanência dessas famílias. Acionando um repertório vasto de estratégias, o grupo mobilizou-se para resgatar e fortalecer sua memória coletiva, reivindicando a ocu-

pação histórica na região como descendentes dos negros e negras escravizados. Outro aspecto fundamental foi a promoção do turismo étnico-ecológico, articulando as práticas culturais do quilombo com a preservação do ecossistema e seus serviços. Todos esses fatores culminaram na ocupação de uma cadeira no conselho gestor do PECS e da Apa Pau-Brasil. Nas palavras de uma liderança do quilombo em entrevista realizada em janeiro de 2021:

Então a gente tinha necessidade de ocupar uma cadeira do Inea (conselhos gestores das unidades de conservação) [...] Então nós fomos e hoje a gente tem uma cadeira lá. Tanto no Parque Estadual da Costa do Sol quanto na APA (do Pau-Brasil) nós ocupamos uma cadeira. [...] Então através do conflito nós vimos que tinha uma possibilidade de garantir uma cadeira para gente conseguir garantir também de estar lá falando! Quanto eu estou falando das plantas, eu tô também falando da preservação ambiental, do cuidado com as nascentes, cuidado com a mata, os animais e também estou falando da proteção da comunidade quilombola. Então eu vi nisso uma oportunidade da gente, através da nossa luta, permanecer o núcleo Zebina. A terra é de Zebina, eles não são invasores! (Soares, 2021, p. 81).

Compreende-se, desse modo, o potencial reivindicatório e organizativo das formas de resistência empreendidas pelos quilombos quanto à disputa por outros projetos de existência, respaldadas por dimensões que se reportam à memória e identidade coletiva dos quilombos. Novamente: o diagnóstico da colonialidade não é fatalista. A análise propõe lançar luz às suas brechas, criando condições que possibilitam a emergência e articulação de lutas políticas que, agindo em nível local, procuram subverter a lógica capitalista, Moderna e colonial.

Considerações finais

Esse artigo procurou se debruçar sobre a análise de uma experiência de organização sociopolítica de duas comunidades de remanescente de quilombo à luz da Modernidade/colonialidade e da teoria decolonial. No decorrer deste estudo, foi evidenciada a complexidade das dinâmicas de dominação e poder que envolvem comunidades quilombolas e outros grupos racializados nos marcos da Modernidade/colonialidade.

Nossa análise procurou ainda revelar a interconexão entre a dominação racial, exploração econômica, degradação ambiental e a criação de um campo de representações que dá sentido a essas lógicas, fatores expressos nos dados apresentados ao longo da redação. Fato que demonstra a urgência de fortalecer as lutas políticas de comunidades quilombolas.

Mediante a isso, esse trabalho inscreve-se em um campo de proposição de uma abordagem crítica que enfatiza o protagonismo desses sujeitos coletivos e as ofensivas dos agentes detentores do poder político-econômico contra a efetivação dos direitos territoriais constitucionalmente garantidos aos quilombos. Isso se reveste de dimensões ainda mais complexas quando o próprio Estado integra o rol de agentes que investe contra esses grupos, demonstrando as facetas mais brutais do racismo institucional.

Por fim, ressaltamos que a discussão sobre quilombos, resistência e teoria decolonial ainda é uma seara que precisa ser mais explorada, não somente a partir de estudos teórico-conceituais, mas sobretudo de experiências de pesquisa-ação, de tal sorte que a reflexão emergja da incidência política e organização social das comunidades de remanescentes quilombolas.

Contribuições: Ambos os autores participaram de concepção, elaboração e revisão do artigo.

Agradecimentos: não se aplica

Agência financiadora: Capes

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

ACCIOLI, N. T. Pagando dia para morar – Considerações sobre a ocupação quilombola na Região dos Lagos – Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Diálogos en Mercosur*, nº 5, p. 22-37, 2018.

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo; Pólen, 2018. 264 p.

ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, vol. 27, nº 72. Salvador, 2014, p. 613-627.

BALLESTRIN, L. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 11, pp. 89-117, 2013.

BISCHOFF, W. Bernadete Pacífico, liderança quilombola da Bahia, é assassinada. In: *G1*, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/08/18/bernadete-pacifico-lideranca-quilombola-da-bahia-e-assassinada.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 de novembro de 2003.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2007.

CAJIGAS-ROTUNDO, J. C. La biocolonialidad del poder: Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 169-194.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 79-92.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS (CONAQ); TERRA DE DIREITOS. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil: 2018-2022*. 2ª Ed. Curitiba, PR: Terra de Direitos. 2023.

DUSSEL, E. *1492 – O encobrimento do Outro* (a origem do mito da “Modernidade”). Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/racionalidad latino-americano. *Revista Tabula Rasa*, nº 1, Colombia, 2003, p. 51-86.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GOMES, F. S. *Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil*. Coleção Agenda Brasileira. Editora Claro Enigma, 2015.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSGOUEL, R. La compleja relación entre modernidad y capitalismo: una visión descolonial. *Pléyade* (Santiago), Santiago, n. 21, p. 29-47, jun. 2018.

MAIA, A. B.; TELÓ, F. Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Baixada Litorânea: o caso da Fazenda Campos Novos. In: MEDEIROS, L. S. (Coord.). *Conflitos*

por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ. 2015, p. 394-432.

MEMMI, A. *Retrato do Colonizado Precedido do Retrato do Colonizador*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MOURA, C. *Rebeliões da Senzala*. 3ª ed. “A questão social no Brasil 6”, São Paulo, 1981.

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita. 1994.

NASCIMENTO, A. *O Quilombismo*: Documentos de uma militância pan-africanista. 1ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, A. *Eu sou atlântica – Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125.

NAZARIO, G. *Revolta do Cachimbo: A luta pela terra no Quilombo da Caveira*. 1ª Ed. Cabo Frio: Sophia Editora, 2022.

PIRES, T. R. de O.; QUEIROZ, M.; NASCIMENTO, W. F. A linguagem da revolução: Ler Frantz Fanon desde o Brasil. In: FANON, F. *Os Condenados da Terra*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 7-28

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÁ, A. E. (Org.). *Los desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado*. Argentina: CLACSO, 2006, p. 151-197.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. *Revista Perú Indígena*, vol. 29, nº 13, 1992, p. 11-20

SOARES, P. A. *Território Quilombola*: Formas de r-existência territorial da comunidade de remanescentes do quilombo de Baía Formosa. [Dissertação de Mestrado] Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021, 122p.

WALSH, C. The decolonial for: resurgences, shifts and movements. In: MIGNOLO, W; WALSH, C. *On Decoloniality: concepts, analytics, praxis*. Durham: Duke University Press, 2018, p. 15-32.

A tragédia Yanomami, a covid-19 e a determinação social da saúde

The Yanomami tragedy, covid-19 and the social determination of health

David da Silva Monsores* 

Aline Possa Silva Anjos** 

Jéssica Barreto dos Santos*** 

Gil Sevalho*** 

RESUMO

Aborda-se o abandono do povo Yanomami durante a pandemia de covid-19 no Brasil. Atingidos dramaticamente pela epidemia, os Yanomamis sofrem pelo descaso do Poder Público e pelo desenvolvimento de uma lógica econômica e política que privilegia a depredação da natureza e da diversidade cultural e destitui os direitos dos povos originários. Esse ensaio teórico apresenta uma leitura da questão Yanomami à luz da teoria crítica da determinação social em saúde. Trabalham-se conceitos como cultura e racismo e enfatiza-se a teorização de Jaime Breilh e sua importante reflexão epistemológica sobre uma “dialética da determinação social da saúde”, que valoriza e compreende a complexidade e o movimento das relações dos elementos sociais com a saúde. Soma-se o pensamento decolonial, como contribuição para o conhecimento em Saúde Coletiva. O sistema capitalista perpetua e (re)produz colonialidades, sulbaternização e violência em contextos de tempo longo em que os povos originários resistem e lutam..

Palavras-chave: Povo Indígena Yanomami; Pandemia covid-19; Determinação Social da Saúde; Decolonialidade e Colonialidade; Saúde Coletiva.

ABSTRACT

Covid-19 in Brazil brought to light the perversity of drama of Yanomami people abandonment. Seriously affected by pandemic, they suffer from the neglect of Public Power and the development of an economic and political logic that privileges the depredation of nature and cultural diversity and loss of rights of ancestral people. This theoretical essay presented a reading of the Yanomami issue in the light of the critical theory of social determination in health. Concepts of culture and racism are worked in this thematic context. Emphasis is placed on the theorization of Jaime Breilh and his important epistemological reflection on a “dialectic of the social determination of health”, which values and understands the complexity and movement of social relationship of health. Decolonial thinking is added as a contribution to knowledge in collective health. Neoliberal capitalist system perpetuates colonialities and violent subalternization in long time contexts where original people resist and fight.

Keywords: Yanomami Indigenous People; covid-19 pandemic; Social Determination of Health; Decoloniality and Coloniality; Collective Health.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91747>

* Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: david_tabata@hotmail.com.

** Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: alinepossa83@gmail.com

*** Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: psi.jessicabarreto@gmail.com

**** Ensp/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: gsev@terra.com.br

Como citar: MONSORES, D. S.; ANJOS, A. P. S.; SANTOS, J. B.; SEVALHO, G. A tragédia Yanomami, a covid-19 e a determinação social da saúde. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 144-158, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91747>.

Recebido em 31 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 02 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

A pandemia de covid-19 (2020-2023) em nosso país teve o efeito de fazer aflorar a perversidade do drama de abandono do povo indígena Yanomami. Atingido gravemente pela epidemia, os Yanomamis sofrem no Brasil pelo descaso do Poder Público e pelo desenvolvimento de uma lógica econômica e política que privilegia a depredação da natureza e das culturas originais. A dimensão de tempo que orienta esta visão perversa das coisas é a maior velocidade possível para obtenção do lucro financeiro.

O texto apresentado é um ensaio teórico conformado segundo a proposta de Adorno (2003). Traz uma leitura sobre a questão Yanomami pretendendo revelar aquilo que conceitos e conjecturas conservadoras têm de oculto. Monta-se um quadro sobre a questão, tendo como foco a Determinação Social da Saúde, em sua complexidade crítica. Conceitos como cultura e racismo são trabalhados de modo a constituir a fundamentação sobre o tema.

Enfatiza-se a teorização desenvolvida pelo epidemiologista equatoriano Jaime Breilh. Em sua reflexão sobre a “dialética da determinação social da saúde”, Breilh compreende e valoriza o movimento complexo dos elementos sociais em sua relação com a saúde. O ensaio busca demonstrar a aplicação de seu pensamento ao problema do Povo Yanomami.

O primeiro momento do artigo enfoca o drama do Povo Yanomami, compõe um somatório de condições que há muito constituem a realidade local e traz à tona a conjunção entre a pandemia de covid-19 e a acentuação da presença do garimpo ilegal favorecida pela omissão do Estado brasileiro. Em seguida, discute-se a saúde dos povos indígenas e a violação de seus direitos, tomando por base o modelo da dialética da determinação social da saúde de Jaime Breilh para pensar a situação dos Yanomamis, considerando a inter-relação própria do modelo predatório de desenvolvimento capitalista, produtor de sofrimento, adoecimento, morte. Soma-se a esta contextualização o pensamento decolonial como contribuição para o conhecimento em Saúde Coletiva.

A invasão do território indígena Yanomami pelo garimpo e o genocídio de um povo

O território Yanomami compreende terras brasileiras e venezuelanas. No Brasil, corresponde a uma área de 96.650 km², ocupada por cerca de 384 aldeias, com 98% do acesso somente pelo ar (Brasil, 2023). De acordo com o censo de 2022, o país conta com 1.693.535 pessoas indígenas residentes, representando 0,86% da população total. A terra indígena com maior número de habitantes indígenas é a Yanomami, com 27.152 pessoas, e está localizada nos estados do Amazonas e Roraima (Cabral; Gomes, 2023).

Em áreas amazônicas os Yanomamis caçam, pescam, plantam, colhem e estruturam culturas e vidas na intimidade com a natureza que os rodeia. O que era uma roça familiar torna-se

depois mata densa, e na perspectiva de rodízio e deslocamento constantes o povo Yanomami se mantém em co-evolução com a floresta, administrando e manejando recursos naturais ricos e frágeis. Assim, segundo Ramos (2008), privilegia-se a dispersão territorial a partir da constatação de que a concentração leva à escassez e ao esgotamento do que vem da terra.

O que parece “vazio demográfico” ou nomadismo primitivo aos olhos estranhos e distantes de quem não os conhece é de fato um ecossistema permanentemente mapeado, trabalhado e culturalmente tratado no tempo longo pelos Yanomami. A sobrevivência confronta as falácias do “negócio econômico” de que é desperdício dar tanta terra a “tão pouco índio”, e de certa concepção militarista, herdada segundo Ramos (2008) do discurso estatal dos anos de ditadura militar, de que “terra de índio” em área de fronteira fragiliza estrategicamente a soberania territorial nacional. A existência Yanomami dificilmente faz sentido para saberes e ciência que ancoram sua hegemonia na universalização do próprio discurso e na invisibilização e epistemicídios do que é diferente e “alternativo”, sendo a saúde, com sua complexidade, parte constitutiva deste contexto de conflito e luta.

Em janeiro de 2023, no rastro da pandemia de covid-19, a Plataforma de Jornalismo Sumaúma (Machado; Bedinelli; Brum, 2023) publicou reportagem com fotos e dados que denunciaram a situação de saúde de Yanomamis na maior reserva indígena do Brasil. O material chamou atenção do mundo para o conflito com o garimpo ilegal e para a dramática degradação do povo Yanomami. Entre brasileiros da etnia Yanomami que vivem nos Estados de Roraima e Amazonas, muitos estavam desnutridos, infectados por malária e à beira da morte, contando-se óbitos de crianças, jovens e idosos. As informações comprovaram uma crise humanitária e a emergência em saúde pública ocultas no breu do apagão estatístico que acompanhou a condução da saúde no país sob a vigência do governo Bolsonaro (2019 a 2022), tanto mais na forma negacionista como o Estado brasileiro tratou, então, a pandemia de covid-19.

O drama do Povo Yanomami compõe um somatório de condições sanitárias que há muito constituem a realidade local, e veio à tona com a conjunção entre a pandemia de covid-19 e a acentuação do garimpo ilegal favorecida pela omissão do Estado brasileiro. São múltiplos impactos agredindo ecossistemas e culturas locais. Poluentes usados no garimpo envenenam rios, fauna, flora, levando à escassez de alimentos, fome e desnutrição, e a presença de milhares de garimpeiros agride as comunidades tradicionais, vitimadas pela desorganização social que marca a expulsão de seus territórios. Segundo Basta (2023, p. 2), “visceralmente vinculados ao garimpo”, ingressam “álcool, drogas e prostituição, que se convertem no motor propulsor do abuso sexual contra mulheres e crianças” levando ao aumento de infecções sexualmente transmissíveis, ao que se acrescem “indícios da presença do crime organizado como mantenedor do garimpo, o chamado narcogarimpo, que promove o tráfico de drogas e armas”.

Há muito a existência Yanomami ativa a cobiça agressiva do capital em cumplicidade com o Estado. A tragédia Yanomami, assim como a vivida por outros povos tradicionais

no Brasil, ora é abrandada, ora se intensifica, porém, sempre há em algum lugar uma tragédia em curso. Ramos (1993) estima que, entre 1987 e 1990, 14% dos Yanomamis que viviam em Roraima tiveram como principal causa de morte a malária. A autora refere que em 1974, ano de início da construção da BR-210, a Perimetral Norte, várias populações indígenas foram intensamente reduzidas devido ao contágio por doenças infecciosas – a exemplo do sarampo, sobrando poucos remanescentes que espalharam-se pelo território, dissolvendo-se entre outras comunidades, como ocorreu com Yanomamis que habitavam a região dos rios Apiaú e Ajarani.

Numa retrospectiva da história indígena do país temos uma sucessão de *frames* que, encadeados, mostram um genocídio em movimento. Seja por doenças, armas, contaminação ou fome, esses povos vêm sendo exterminados ao longo dos séculos. Sem pretensão de detalhar o percurso histórico, se voltarmos aos primórdios da nossa colonização entenderemos as bases da vulnerabilização dos povos originários no Brasil, tomando, para tal, racismo, produção histórica das desigualdades e injustiças que estruturam política e cultura brasileiras.

Em reflexão sobre a saúde coletiva, Sevalho (2021) recorre ao pensamento decolonial para discorrer sobre o racismo. A partir da ideia da colonialidade do poder e do esboço dos conceitos de colonialidade do saber e do ser realizados por Quijano (2005), Sevalho (2021, p. 5634) afirma que a ideia de raça é fundamentação política da dominação eurocêntrica sobre as populações latino-americanas, “construção mental funcional que demarca hierarquias de poder entre colonizadores e colonizados, dissimulando-se como suposta distinção estrutural biológica”. Relações “e identidades sociais como índios, negros, mestiços e brancos” são “contitutivas da dominação colonizadora europeia” e estabelecem “no sistema-mundo capitalista um novo padrão de universalização de poder no qual se ancora o controle das relações de trabalho, recursos e produtos” (Sevalho, 2021, p. 5634).

O conceito de colonialidade do poder, criado por Quijano, transcende em termos temporais e epistemológicos o colonialismo dos regimes das administrações coloniais e se entrelaça ao tecido social (Sevalho, 2021). No contexto da crítica decolonial, Mignolo (2017) e Maldonado-Torres (2007) elaboraram, desde Quijano, os conceitos de colonialidade do saber e colonialidade do ser que abrangem a percepção decolonial sobre a dominação dos povos e culturas latino-americanas pela modernidade europeia.

Gonçalves *et al.* (2019, p. 162) também se fundamentam no pensamento decolonial de Quijano para evidenciar a colonialidade como “uma matriz ética, política, cognitiva e material predatória sobre a qual se erguem diferentes formas institucionais ao longo do tempo”. Essa matriz, que estabelece o modelo a partir do qual se erige também a sociedade brasileira, produz expropriação, divisão, subalternização e invisibilização de grupos a partir da projeção de “modos de viver, ver e produzir europeus”. Enquanto norma, o estatuto

de humanidade é colocado a partir do *ethos* e *logos* eurocêntricos, justificando assim a não legitimidade de outros povos, tornando-os eticamente passíveis de serem violentados pelo processo “civilizatório”.

A fim de corporificar essa “ética” estabelecida e definir precisamente seus alvos, o conceito de raça surge como uma solução justificadora das relações entre europeus e não-europeus (Oliveira *et al.*, 2020). A matriz colonial racista é, a priori, europeia. A ideia de raça vem para expropriar dos sujeitos sua humanidade constituída por linguagens, histórias, conhecimentos, memória. O racismo desinscreve e aliena os povos de suas culturas. Para tal entendimento, consideremos as observações feitas à luz do exemplo concreto de nossa historiografia e a relação estabelecida entre portugueses e indígenas, tendo em conta o projeto de salvação da missão cristã europeia, quando do “achamento” do país. A carta de Pero Vaz de Caminha ao El-rei Dom Manoel, de 1500, traz relatos dos primeiros contatos com a nova terra:

[...] até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro. Porém a terra em si é de muito bons ares [...]. [Nela], as Águas são muitas; infindas. E de tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo. [...] Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. [...] E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza” (Brasil, 201-?).

Ao começo dos fragmentos transcritos lemos da preocupação dos portugueses com a obtenção de recursos naturais. Adiante, o escrivão novamente não interpõe qualquer argumento ético ou ideia de propriedade alheia ao bendizer do proveito que se pode fazer do território e de seus habitantes. Em seguida parece haver um argumento, certamente ancorado na perspectiva religiosa, que procura justificar os fragmentos anteriores: “salvar esta gente”. E no último fragmento parece que a proposta de dominação é inexorável, sendo conhecer e dominar operações indissociáveis, atestando o escrivão Caminha ao rei que, com tempo e inserção no território, será possível transformar seus habitantes no que for do desejo da Coroa Portuguesa.

Racismo e colonialismo, em seu caráter matricial, modelam as relações de poder na perspectiva do desenvolvimento do capitalismo.

No Brasil, desde os anos 1950, o impacto das políticas desenvolvimentistas foi intenso sobre as populações interiorizadas e vulnerabilizadas, como os indígenas. Os resultados perduram na forma de colonização, invasão forçada e destruição, levadas a efeito sob justificativas de promoção de modernidade, progresso e melhores oportunidades de vida para todos, apregoadas como benesses do capitalismo. Os processos de reestruturação produtiva do capital e a globalização econômica, política e cultural se consolidaram na forma de megaempreendimentos energéticos e construção de grandes rodovias cuja rea-

lização maior sempre foi possibilitar o acesso do grande capital internacional organizado às riquezas minerais e recursos florestais. A devastação da existência Yanomami se inscreve nestes trajeto e contexto.

As transformações que a América Latina atravessa nas últimas décadas, sob a transição de regimes ditatoriais para Estados democráticos, trouxe mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais vivenciadas nos anos 1990 e 2000 com o processo de globalização neoliberal. O neoliberalismo reestrutura mentes, modos de vida, processos de produção e trabalho, e fratura a perspectiva democrática de garantia de direitos vivenciada sob o modelo do bem-estar-social.

Para os Yanomamis e outras populações subalternizadas, essas transições, como afirma Santos (2010), não ocorreram da mesma forma como para as populações europeizadas que se beneficiaram do processo de desenvolvimento econômico e de ascensão de Estados democráticos. Os povos indígenas fazem um percurso diferente da ideia política-econômica linear de desenvolvimento aplicada de forma hegemônica à trajetória das sociedades ocidentais. Esses povos saíram de modelos sociais de bem-estar próprios e foram inseridos forçosamente num modelo colonial e capitalista, experimentando, permanentemente, ao longo do tempo, um estado de mal-estar social excludente inscrito nos regimes democráticos liberais e neoliberais.

Nos contextos ditos democráticos a cultura ocidental se impõe como única via para que se legitimem sujeitos dentro de um estatuto de humanidade, capitalista e branco, rompendo-se modos de vida e subjetividades. No dizer de Sevalho (2021, p. 5634), interpretando Mignolo (2017), “hierarquias raciais, de gênero, espiritual/religiosa, estética, epistêmica, linguística, conformadas a uma concepção de sujeito moderno padronizada segundo a civilização européia, branca, patriarcal, cristã, tornaram-se modelo para a humanidade”.

As recentes experiências políticas boliviana e equatoriana trazem exemplos de mestiçagem conceitual que incorporam elementos da cosmovisão indígena a fundamentos jurídicos da modernidade ocidental em suas Constituições. O Bem-viver – Sumak Kawsay ou Suma Qamaña – se estabelece como “princípio orientador da organização econômica, política e social” (Santos, 2010, p. 283), acrescentando à carta magna dos dois países conceitos não coloniais e não ocidentais, contribuindo como “dispositivo conceitual e normativo híbrido”. O aparente desfecho consensual e harmônico traz subjacente um paradoxo ét(n)ico referente a ser igual e diferente ao mesmo tempo: “temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza?”

Ramos (1993), em *O papel político das epidemias: o caso Yanomami*, afirma que a presença de garimpeiros em áreas próximas das habitadas por indígenas é o suficiente para dizimar populações inteiras. Para a autora, garimpeiros circulando pela mata em condições precarizadas são vetores ambulantes de malária, leishmaniose, tuberculose, entre outras doenças. A explosão do garimpo na região Amazônica expulsa e dizima populações indígenas e cria verdadeiras cidades precarizadas no meio da mata. Junto com Ramos,

pensamos que a disseminação de epidemias entre povos indígenas não é acidental, mas planejadamente abre caminho para interesses econômicos. Assim deu-se com a covid-19, que se disseminou em todo o mundo e em nosso país a partir de 2020, contando com a intenção do governo brasileiro em não impor medidas de contingenciamento da epidemia, o que resultou em patamares elevadíssimos de morte e adoecimento para os brasileiros mais vulneráveis.

O impacto da pandemia foi tanto mais grave no Brasil, onde, como destaca Sevalho (2021), configurou-se da parte do governo a orientação negacionista em relação à gravidade do acontecimento e à necessidade e eficácia do isolamento e da vacinação, nos moldes da necropolítica de que fala Mbembe (2016). Num contexto marcado pela corrupção, arrogância, discriminação e pelo preconceito, “tanto ou mais do que pela ação disciplinadora do vírus, serão os vulneráveis, os pobres, os negros, os índios, os velhos, os que definidos como de maior risco pelo saber epidemiológico, mais encontrarão a morte” (Sevalho 2021, p. 5635). A determinação social da epidemia se impõe mais sobre os socialmente vulneráveis, “quer no acesso a serviços e tecnologias, inclusive às vacinas que surgem, quer na contaminação, gravidade e morte, quer em perdas relativas às condições de vida, direitos, trabalho” (Sevalho, 2021, p. 5631).

Determinação social da saúde e direitos

No Brasil, com a Constituição Federal de 1988 (CF), a saúde foi incorporada à concepção de direito social, sendo explicitada como direito de todos e dever do Estado no Art. 196. Afirmando-se, então, mediante políticas sociais e econômicas, a redução do risco de doenças e outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Segundo Oliveira *et al.* (2019), essa compreensão presente na CF, do direito à saúde a partir de uma concepção ampliada de saúde, tem como base a teoria da determinação social da saúde para uma compreensão mais avançada do processo saúde-doença. O deslocamento do corpo doente e a compreensão dos múltiplos determinantes, com a acentuação da noção de fatores de risco, pode diluir as fronteiras entre doentes e supostamente saudáveis.

O modelo dos “determinantes sociais de saúde” de Dahlgren e Whitehead (1991) foi internacionalizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), influenciou a concepção de saúde proposta na CF (Brasil, 1988) e orientou a Lei 8.080 (Brasil, 2013), mas impõe, para Sevalho (2021), um questionamento epistemológico relativo ao foco epidemiológico na interação entre “estilos de vida” e “fatores de risco”. A fundamentação operacional do modelo fragmenta a visão de contexto e traz consigo uma intencionalidade conservadora, “compondo a dominação pelo saber biomédico e evitando o desconforto da vinculação crítica da questão social com a ordem política neoliberal imperante” (Sevalho, 2021, p. 5631).

Sevalho (2021) observa que a ideia dos determinantes de saúde contextualizada na epidemiologia dos fatores de risco, tal como conceitos que lhe servem de fundamento como o da transição epidemiológica, são ancorados em uma concepção linear de tempo histórico que tem início na modernidade europeia e evolui desde sociedades consideradas primitivas para aquelas desenvolvidas, modelada segundo uma gradação desenvolvimentista fundamentada nos padrões civilizatórios ocidentais. Sevalho (2021) entende que a criação deste tipo de temporalidade, assinalada na teorização decolonial de Quijano (2005) em sua revelação do apagamento dos saberes, culturas e existências ancestrais latino-americanas, submete o conhecimento epidemiológico a uma relação epistemológica de colonialidade do saber.

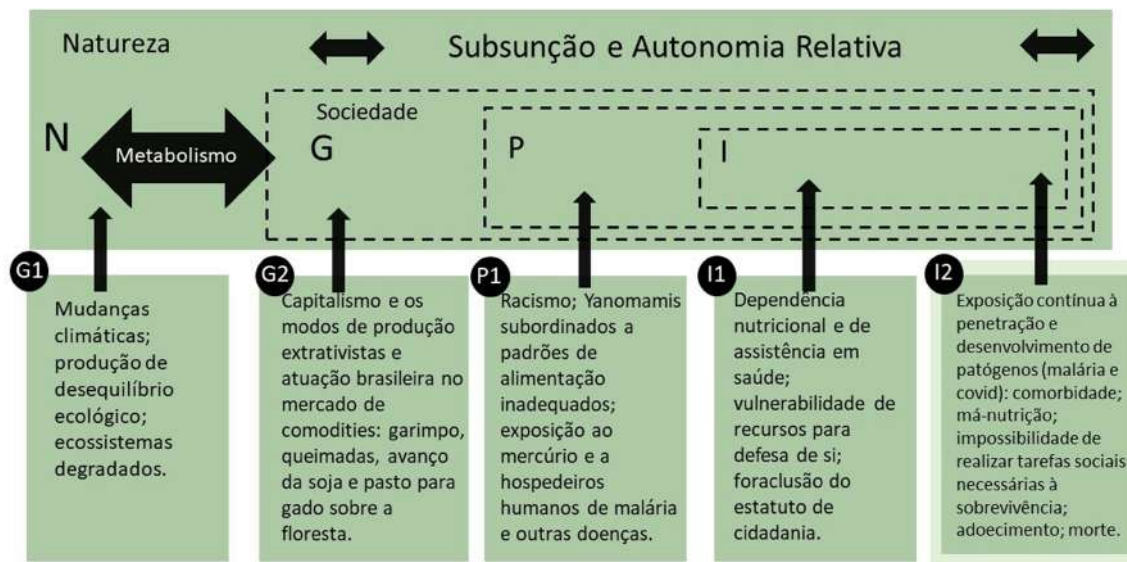
Desde o contexto da Medicina Social Latino-Americana, em interação com a Saúde Coletiva brasileira, o epidemiologista equatoriano Jaime Breilh (2006, 2020a, 2020b, 2023) construiu a compreensão crítica de uma dialética da determinação social da saúde, contraposta à fragmentação funcionalista, cartesiana, atribuída ao modelo hegemônico. A ênfase na dimensão social do complexo saúde-doença-cuidado é fundamental para o desenvolvimento da interdisciplinaridade crítica do campo da Saúde Coletiva.

A dialética da determinação social breilhiana entende a relação complexa, em permanente movimento, da saúde com as macroestruturas sociopolíticas e econômicas. Enfatiza a centralidade da iniquidade em saúde como perversidade, sustentada pela vontade política que a mantém, e enfatiza também a tríplice iniquidade de classe, gênero e etnoculturalidade.

O modelo de Breilh (2006, 2020a, 2020b, 2023) revela múltiplas determinações percorrendo o processo saúde-doença, segundo um modelo dialético relacional com três dimensões: Geral, Particular e Individual. A dimensão geral é a da reprodução social. A particular corresponde aos modos de vida, às relações que se dão no território, correspondendo em parte ao arbítrio dos coletivos na perspectiva dos estilos de vida e em parte aos modos de vida que condicionam conjuntural e historicamente comunidades e populações. A dimensão individual traz o que é da inserção da família, do corpo, do genótipo, do fenótipo, do psicológico, do espiritual do indivíduo. A multidimensionalidade dá complexidade e movimento às relações entre elementos e processos protetores e destrutivos da saúde.

É relevante a contribuição de Breilh (2020a, 2020b, 2023) na consideração de uma “ciber-determinação social da vida e da saúde”, no contexto mundial onde são incessantes e crescentes as interferências na natureza realizadas pela nova realidade agro-rural, pela manipulação genética e participação das tecnologias digitais no megaextrativismo capitalista complexo e poderoso. Amparado em uma infodemia, ressaltada por Breilh, o megaextrativismo capitalista corrompe o cotidiano de mentes e corpos e retira das pessoas a capacidade de suprir necessidades estratégicas de vida.

O modelo da dialética da determinação social da saúde de Breilh foi por nós utilizado, e na representação esquemática produzida pelo autor procuramos introduzir a especificidade da situação Yanomami, como é apresentado na Figura 1.



Fonte: Reprodução de esquema representativo fundamental de Jaime Breilh (2020a, p. 37) com modificações introduzidas pelos autores.

Figura 1. Processos de exposição, vulnerabilidade e virulência nos domínios: G geral / P particular / I individual

Breilh (2006) desenvolve uma epidemiologia crítica e intercultural que afirma a necessidade de redefinição epistemológica que incorpore conhecimentos indígenas na perspectiva de uma negociação de saberes entre etnias, gêneros e classes. A dialética da determinação social de Breilh deve ser aplicada à questão dos povos Yanomamis, tendo-se atenção para o racismo estrutural presente em nossos dias, com suas matrizes coloniais. Cabe, então, nossa ênfase na consideração da matriz de colonialidade que compõe a cooptação neoliberal do Estado pelo capital, com direta repercussão na determinação social da saúde.

No caso do Povo Yanomami, podemos observar um conjunto de fatores inter-relacionais, em níveis restritos e amplos, em que se expressam o racismo, o modelo de desenvolvimento econômico, a exploração predatória de recursos naturais, a violência, a invasão do território e a desterritorialização, a insegurança alimentar, a agressão contra a dinâmica social e cultural das populações tradicionais. Decorrem deste contexto a ocorrência de problemas de saúde, produzindo vulnerabilidade, sofrimento, adoecimento, morte.

O garimpo desenvolvido na Terra Indígena Yanomami é atividade criminosa e devastadora que impõe condições de trabalho igualmente criminosas para os trabalhadores garimpeiros, que também figuram como população submetida à opressão colonizadora. Os trabalhadores do garimpo provêm do desemprego e da opressão social, grande parte

agenciados por facções criminosas – narcogarimpo – e empresas de capital nacional e internacional, trocando sua força de trabalho por promessas de enriquecimento que, de fato, não se concretizam, haja vista as condições de precariedade, degradação e marginalização nas quais são mergulhados. No caso das empresas agenciadoras, estas têm relação com o capital estrangeiro que disputa no mercado internacional a exploração de territórios e riquezas em países onde prevalecem estruturas sociais e políticas subalternizantes. Nesta realidade também os indígenas são forçados a trabalhar no garimpo em troca de alimentos e outros itens de sobrevivência, submetidos a regimes análogos à escravidão, expostos à insalubridade, perdendo o vínculo com a terra e com a cultura original.

De acordo com Stotz e Pina (2017, p. 9), “ao efetivar o consumo produtivo da força de trabalho, a exploração capitalista realiza o consumo das forças físicas, psíquicas e intelectuais do trabalhador” produzindo “desgaste, sofrimento e danos à saúde”. A dominação imposta pelo capital “se expressa nos perfis de morbimortalidade das classes trabalhadoras” e é confrontada pela “luta de classes, enraizada na resistência dos trabalhadores à exploração”.

A questão da população indígena, que envolve a degradação da vida, do trabalho, da cultura, é de fundamental relevância para a ética e os direitos que devem estruturar a humanidade. Os direitos contidos na Declaração Universal de Direitos Humanos são baseados na ideia central de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que nenhuma pessoa deve sofrer discriminação de raça, sexo, religião, classe social ou de qualquer outra categoria semelhante. Santos (2013), no entanto, observa que a concepção dos Direitos Humanos, tal como formulada na Declaração Universal, se inscreve no discurso institucional que serve à continuidade do sistema hegemônico. Ao contemplar o ponto de vista do Norte Global e não resolver tensões entre o universal e o singular, o individual e o coletivo, igualdade e diferença, ou entre desenvolvimento neoliberal e autodeterminação indígena, são produzidas exclusões radicais que contribuem para preservar a manutenção do colonialismo histórico. O direito à saúde deve ser compreendido a partir da afirmação de Santos de que “a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo” (p. 54).

Segundo Oliveira *et al.* (2018), as violações aos direitos humanos criam um cenário de risco para pessoas com deficiências, populações indígenas, profissionais do sexo, pessoas que usam drogas, crianças e adolescentes, transgêneros e outros tantos discriminados, seja por gênero, sexualidade, raça/etnia, opção religiosa. À medida que seres humanos não são tratados em condições de justiça social, sofrendo violações de toda ordem, reforça-se a necessidade de luta pelos direitos de todos os humanos e outras formas de vida.

A tragédia Yanomami, com toda a visibilidade que teve à cena pública, desnuda e evidencia a grave violação dos direitos humanos. O acontecimento da pandemia de covid-19 mostra que o direito de existir do povo indígena foi violado, sua dignidade

vilmente ferida, a gente dizimada, sobretudo os mais frágeis, idosos e crianças, abandonados à própria sorte pelo poder público. Portanto, falar em genocídio, então, é procedente.

O Estado democrático deve garantir saúde e assistência social como direitos de todos, principalmente dos grupos vulnerabilizados. No contexto de um Estado que oferece o mínimo para o social e o máximo para o capital, direitos são reduzidos, saberes são apagados, culturas e existências são invisibilizadas.

A questão do Povo e da Terra Indígena Yanomami atesta a perversidade da estrutura de um sistema político que impõe agressivamente sua hegemonia. A globalização capitalista traz a migração, as trocas internacionais, a comunicação, através de tratados e outros ordenamentos que, na consideração de Mignolo (2017), demonstram que a modernidade europeia não poderia ter existido sem a colonialidade que lhe dá suporte. Dispositivos jurídicos, econômicos, tecnológicos, políticos, culturais e a conformação de um saber científico excludente promovem a exploração da natureza, transformada em fonte de “recursos” para a devastação do ambiente, e o avanço capitalista prossegue, alicerçado na continuidade do processo de opressão e colonização de povos, na busca imediata pelo lucro.

Cabe ressaltar questões importantes que, na conjuntura recente, tangenciam a argumentação adensada no texto. Nesse sentido, destaca-se a repercussão nacional e internacional do drama vivido pelo Povo Yanomami, constituindo pauta da 76ª Assembleia Mundial da Saúde, organizada pela OMS no ano de 2023, na qual o Brasil retomou o protagonismo como representante nas Américas. Pela primeira vez esta questão foi trazida em uma assembléia dos países membros, sendo dada a devida importância à Saúde Indígena e aos povos originários, bem como às suas vozes de representação.

No complexo jogo de poder da política brasileira, e em atenção à preservação do planeta, da natureza e dos povos tradicionais, deve ser acompanhada, de forma crítica, a discussão do chamado “marco temporal”. O marco temporal é uma tese jurídica falaciosa que limita o direito dos povos indígenas às terras ocupadas por eles somente a partir da promulgação da Constituição de 1988. A tese é conduzida por forças políticas conservadoras ligadas a interesses especulativos do capital internacional nas terras dotadas de recursos, sobretudo minerais, e deve ser confrontada. Em 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou a tese, sendo no mesmo ano, em uma reação da chamada “bancada ruralista”, editada e aprovada no formato de Lei (número 14.701), em meio à derrubada de vetos presidenciais impostos ao texto. Setores da sociedade civil, partidos de esquerda e entidades como a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) questionaram a limitação imposta pela Lei, levando o STF a suspender no país os processos judiciais que envolvem o tema e a promover audiências de conciliação para discutir o assunto (Portela; Menezes Júnior; Silva, 2024).

Considerações finais

O protagonismo dos povos originários nas decisões que dizem respeito a sua existência, deve ser afirmado e assegurado. A incorporação de cosmovisões e modos de vida indígenas no arcabouço institucional do Estado brasileiro praticamente inexistente, e, se, e quando houver, não será mais que o cumprimento do respeito e do direito. É parco, lento e complexo o aperfeiçoamento democrático do Estado e das relações institucionais, e, certamente, há muito a ser tratado na discussão da Saúde Indígena e nas ações que lhe dão concretude.

Consideramos o drama do Povo Yanomami inserindo a discussão da Saúde Indígena na teorização crítica da determinação social da saúde e na especificidade do respeito aos direitos dos povos originários, com o propósito de contribuir para o conhecimento em Saúde Coletiva. Com este sentido, a argumentação construída pensa a Saúde dos Povos Indígenas na perspectiva da crítica decolonial e de seu conceito fundamental, a colonialidade.

Procuramos evidenciar no ensaio o enredamento que envolve a existência do Povo Yanomami, cuja abordagem investigativa só pode ser realizada na perspectiva epistemológica da complexidade e da interdisciplinaridade. Além do que, não há como tratar da questão humanitária sem o alimento da comoção e da crítica.

Lembremos que a teorização de Breilh (2006, 2020a, 2020b) revela a essência da iniquidade social como perversidade, e esta compreensão orientou esta reflexão sobre a tragédia Yanomami e a determinação social da saúde. O episódio da pandemia de covid-19 e a tragédia do Povo Yanomami marcam a contemporaneidade. A injustiça prossegue e deve ser denunciada e combatida. O sistema capitalista perpetua a opressão e (re)produz colonialidades em contextos de tempo longo em que os povos originários sofrem, resistem e lutam. A dignidade e a saúde do Povo Yanomami devem ser promovidas e defendidas.

Contribuições dos/as autores/as: os/as autores/as participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica..

Referências

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: ADORNO, T. W. *Notas de Literatura 1*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003. p. 15-45.

BASTA, P. C. Garimpo de ouro na Amazônia: a origem da crise sanitária Yanomami. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 12, p. 1-6, 2023.

BRASIL. Assessoria de comunicação/Funai. *Informativo do Governo Federal reúne detalhes sobre a realidade dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana*. 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/informativo-do-governo-federal-reune-detalhes-sobre-a-realidade-dos-povos-indigenas-yanomami-e-ye2019kwana>. Acesso em 07 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.864, de 24.09.2013. Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30045029/imprensa_nacional. Acesso em 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. 201-?. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 20 out. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: *Senado Federal*, 1988. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 20 de abril de 2023.

BREILH, J. SARS-CoV2: rompiendo el cerco de la ciencia del poder: escenario de asedio de la vida, los pueblos y la ciencia. In: *POSNORMALES: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemia*. Buenos Aires: ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020a. p. 31-89.

BREILH, J. COVID-19: *Determinación social de la catástrofe*: el eterno presente de las políticas y la oportunidad de repensarnos. Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, n. 2, p. 8-14, 2020b.

BREILH, J. *Epidemiología crítica y la salud de los pueblos*: ciencia ética y valiente en una civilización malsana. Tradução: Maria Cristina Breilh Ayora. 1. Ed. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador, 2023.

BREILH, J. *Epidemiologia crítica*: ciência emancipadora e interculturalidade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

CABRAL, U.; GOMES, I. *Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal*. Agência de notícias IBGE, censo 2022, publicado em 07 ago. 2023, atualizado em 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em 07 abr. 2024.

DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. *Policies and Strategies to promote social equity in health*. Stockholm: Institute for Future Studies; 1991.

GONÇALVES, L. A. P.; OLIVEIRA, R. G. DE; GADELHA, A. G. DOS S.; MEDEIROS, T. M. DE. Saúde coletiva, colonialidade e subalternidades: uma (não) agenda? *Saúde debate*, v. 43, n. spe 8, p. 160-174, 2019.

MACHADO, A. M.; BEDINELLI, T.; BRUM, E. 'Não estamos conseguindo contar os corpos'. *Sumaúma*, 20 de janeiro de 2023, versão online. Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>. Acesso em: 15 de abr. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. MALDONADO-TORRES, N. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ*, n. 32, p. 123-151, 2016.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, v. 94, p. 1-18, 2017.

OLIVEIRA, M. H. B. DE; VIANNA, M. B.; SCHÜTZ, G. E.; TELES, N.; FERREIRA, A. P. Direitos humanos, justiça e saúde: reflexões e possibilidades. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe4, p. 9-14, 2019.

OLIVEIRA, M. H. B. DE; VIANNA, M. B.; TELES, N.; MACHADO, F. R. DE S.; FERREIRA, A. P.; TELLES, F. S. P.; SOUTO, L. R. F. Direitos humanos e saúde: 70 anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 12, n. 4, p. 370-374, 2018.

OLIVEIRA, R. G. DE; CUNHA, A. P.; GADELHA, A. G. DOS S.; CARPIO, C. G.; OLIVEIRA, R. B. DE; CORRÊA, R. M. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 9, p. 1-14, 2020.

PORTELA, R. C.; MENEZES JÚNIOR, E. E. de; SILVA, S. D. e. Marco temporal: o projeto político do agronegócio e a ameaça aos direitos dos povos indígenas. *Serviço Social & Sociedade*, v. 147, p. 1-22, 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005. p. 107-130.

RAMOS, A. R. O paraíso ameaçado: sabedoria Yanomami versus insensatez predatória. Bogotá: *Antípoda: Revista de Antropología y Arqueología*, n. 7, p. 101-117. 2008.

RAMOS, A. R. *O papel político das epidemias: o caso Yanomami*. Série Antropologia, n. 153. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

SANTOS, B. DE S. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. In: SANTOS, B. De S.; CHAUI, M. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 41-133.

SANTOS, B. DE S. *La refundación del estado en América Latina*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y sociedad. 2010. p. 281-297.

SEVALHO, G. A colonização do saber epidemiológico: uma leitura decolonial da contemporaneidade da pandemia de COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 11, p. 5629-5638, nov. 2021.

STOTZ, E. N.; PINA, J. A. Experiência operária e ciência na luta pela saúde e a emancipação social. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 42, p. e12, 2017.

Os Centros de Referência da Assistência Social no Brasil: notas sobre sua distribuição espacial e força de trabalho

Social Assistance Reference Centers in Brazil: notes on their spatial distribution and workforce

Adriana de Andrade Mesquita* 

Cristiano Luís Turbino de França e Silva** 

Rita de Cássia Santos Freitas*** 

Mônica de Castro Maia Senna**** 

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo examinar a distribuição espacial e as características da força de trabalho nos Centros de Referência da Assistência Social, no Brasil. Para isso, recorreremos à base de dados quantitativos do Censo Suas, de 2021, triangulando com procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica, documental e engenharia e análise de dados. Nos últimos anos, a assistência social se tornou política pública de relevância na agenda governamental. Os Cras ganharam destaque devido a sua capilaridade no território nacional e à condição de “porta de entrada” aos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelo Suas. Todavia, o processo de constituição do Suas tem enfrentado limites e contradições, postos por elementos de ordem estrutural relativos à acumulação capitalista dependente, pela trajetória histórica da política social e pela conjuntura social, política e econômica do país.

Palavras-chave: Assistência Social; Suas; Cras; Serviço Social.

ABSTRACT

This work aims to examine the spatial distribution and characteristics of the workforce in Social Assistance Reference Centers in Brazil. To do this, we used the quantitative database of the 2021 SUAS Census, triangulating with methodological procedures of bibliographical, documentary and engineering research and data analysis. In recent years, social assistance has become a relevant public policy on the government agenda. CRAS gained prominence due to their capillarity across the national territory and their status as a “gateway” to the services, programs, projects and benefits offered by SUAS. However, the SUAS constitution process has faced limits and contradictions, posed by structural elements relating to dependent capitalist accumulation, the historical trajectory of social policy and the country’s social, political and economic situation.

Keywords: Social Assistance; SUAS; CRAS; Social Work.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91750>

* Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais, Brasil. E-mail: adriana.mesquita@ufop.edu.br

** Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. E-mail: cristiano.silva@ufop.edu.br

*** Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: ritacsfreitas13@gmail.com

**** Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora CNPQ. E-mail: monica_senna@id.uff.br

Como citar: MESQUITA, A. A.; SILVA, C. L. T. F.; FREITAS, R. C. S.; SENNA, M. C. M. Os Centros de Referência da Assistência Social no Brasil: notas sobre sua distribuição espacial e força de trabalho. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 159-172, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91750>.

Recebido em 05 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 09 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Nas últimas décadas, a assistência social se tornou política pública de relevância na agenda governamental brasileira. Esta relevância se ampliou frente à recente conjuntura de crise econômica, social, política, agravada pela pandemia de Covid-19. Isso tem impactado as ações desenvolvidas pela rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (Suas), especialmente pelos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), devido a sua capilaridade nos territórios e por serem caracterizados como a “porta de entrada” aos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pelo Suas.

Desde 2005, por meio do Suas, novos marcos regulatórios para a assistência social têm sido implantados no país, com a construção de processos democráticos e a qualificação da proteção social brasileira no que tange ao acesso a direitos. Ao introduzir uma lógica integrada, o Suas deu materialidade à previsão constitucional de um sistema descentralizado e participativo, expandindo suas ações, seja em termos de infraestrutura e número de unidades, seja na oferta de benefícios, serviços, programas e projetos, o que contribuiu para incorporar segmentos sociais anteriormente excluídos ou com enormes dificuldades de acessar direitos sociais. Além disso, permitiu o processo de expansão do mercado de trabalho para diversas formações profissionais, com destaque para as/os profissionais do Serviço Social, tornando-se num dos principais espaços sócio-ocupacionais para essa categoria, ainda que em condições precarizadas, como aponta Raichelis (2011).

No entanto, o processo de constituição do Suas tem enfrentado limites e contradições, postos tanto por elementos de ordem estrutural relativos à acumulação capitalista dependente em seu estágio atual quanto por um conjunto de aspectos político-institucionais. De um lado, conforme Boschetti e Behring (2021), o Golpe de 2016 fez com que o país avançasse em direção à exacerbação do neoliberalismo, a partir dos processos de contrarreformas e privatizações. E, de outro, a pandemia revelou que “[...] o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas pelos sucessivos ajustes fiscais deixaram o Brasil imensamente vulnerável diante da devastação do acelerado processo de contágio” (Boschetti; Behring, 2021, p. 76). Isso acaba por desaguar na política de assistência social, a partir da desestruturação do trabalho e dos direitos sociais, na medida em que as dimensões da vida (econômica, social e cultural) são fortemente afetadas.

Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE (2022), no ano de 2021, 62,5 milhões de brasileiros (ou 29% da população) estavam na pobreza, dos quais 17,9 milhões viviam em situação de extrema pobreza. O aumento do número de pessoas vivendo na pobreza e extrema pobreza foi considerado recorde desde o ano de 2012. Com isso, vemos que o contexto de pandemia agudizou a crise estrutural e sistêmica (Mészáros, 2011) do capitalismo dependente brasileiro e tem contribuído para o aumento das mazelas e desigualdades sociais de parte expressiva da sociedade brasileira. Nesse contexto, a assistência social participa ativamente da reprodução ampliada da força de trabalho, na garantia dos

mínimos sociais para o consumo e reprodução social da vida. E, neste sentido, “[...] os programas assistenciais de ‘transferência de renda’ são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência de trabalhadores(as) [...]” (Boschetti; Behring, 2021, p. 79).

Dessa forma, é preciso reconhecer que a centralidade assumida pela assistência social possibilitou o acesso de amplos contingentes populacionais aos mecanismos públicos de proteção social, com efeitos positivos na redução das desigualdades de renda (Soares et al., 2007) e no reconhecimento dos direitos sociais de segmentos até então no limbo da proteção social pública. Trata-se de um campo de disputas e lutas sociais, cujo ciclo expansionista experimentado nas últimas décadas tem sido desmontando, sobretudo após o golpe que destituiu a presidente eleita Dilma Rousseff e possibilitou a subida de grupos ultraneoliberais, ultraconservadores e fascistas ao centro do poder republicano do país.

Diante desse cenário, há urgência para que se tenha conhecimento do complexo e conflituoso cotidiano da atuação profissional no âmbito do trabalho no Suas, a partir da mediação entre o conhecimento produzido na academia e as intervenções que acontecem nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Dada a importância estratégica dos Cras na gestão da proteção básica no território e suas potencialidades na garantia de direitos, torna-se relevante analisar essas unidades enquanto parte integrante do Suas. Assim, este artigo tem como objetivo examinar a distribuição espacial e características da força de trabalho nos Cras, no Brasil. Para alcance do objetivo proposto, foram adotados procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica, documental e engenharia e análise de dados. Utilizamos fontes primárias de dados públicos quantitativos dos Cras disponíveis na plataforma digital do Censo Suas 2022 (bases e resultados), construídos por meio dos formulários eletrônicos preenchidos pelas Secretarias e pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados e Municípios, do ano 2021, publicados no site da Secretaria Nacional de Assistência Social (Brasil, 2022).

Desse modo, organizamos a apresentação deste escrito do seguinte modo: inicialmente, realizamos um breve debate sobre os Cras como parte do Suas; em seguida, apresentamos uma análise dos dados do Censo Suas que caracterizam a distribuição espacial e da força de trabalho nos Cras no Brasil; e, por fim, tecemos as considerações finais.

Os Centros de Referência da Assistência Social como parte do Suas

A assistência social, garantida pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência (Lei 8742 de 1993), é política pública não contributiva que compõe o tripé da Seguridade Social brasileira. Conforme o artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas (1993), a assistência social “[...] é Política de Seguridade

Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Isso trouxe novo significado político e social à área, possibilitando a compreensão da assistência social como direito social a ser garantido pelo Estado e buscando romper com o viés caritativo e filantrópico até então existente. A assistência social, portanto, passa a ser reconhecida como responsabilidade do Estado, produzindo um campo de direitos – e de lutas – que são acessados por uma parcela da população até então excluída dos mecanismos públicos de proteção social.

Dando materialidade a essa previsão constitucional, o Suas possui o modelo de gestão descentralizado, participativo e articulado, cuja responsabilidade de execução se dá pelas três esferas governamentais (municípios, estados, DF e federação), em parceria com a sociedade civil, através do chamado controle social. Tem a função de gestão e organização das ações da assistência social em todo território nacional, considerando, contudo, as particularidades de cada território em que se encontram. O acesso às ações do Suas se dá por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído em 2001. O CadÚnico é uma ferramenta do governo federal, formado por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, que possibilita a identificação e a seleção de beneficiários de programas sociais, bem como a integração de programas do Governo federal que têm como público prioritário, famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em síntese, tem como objetivos a unicidade das informações cadastrais; a integração, por meio do cadastro, dos programas e políticas públicas que o utilizam; e a racionalização do processo de cadastramento pelos diversos órgãos. As ações da assistência social se organizam por meio da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE). Para fins da discussão pretendida neste artigo, o recorte se dará no âmbito da proteção social básica, especificamente, nos Cras.

Os Cras são unidades públicas descentralizadas consideradas como a porta de entrada dos serviços socioassistenciais do Suas, sendo importante mediador para articulação com os demais serviços setoriais. Estruturam suas ações focadas em dois grandes eixos: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. A matricialidade sociofamiliar coloca a família como eixo fundamental para efetivação das ações e serviços dos Cras. Essa perspectiva é assumida no sentido de ampliar o foco tradicional centrado no indivíduo, compreendendo, a partir das relações sociais, que a família precisa ser protegida; entretanto, ao mesmo tempo possibilita reatualizar concepções conservadoras que imputam à família a responsabilidade por suas ações.

A territorialização centraliza as suas ações no território, esfera mais próxima da população usuária, como forma de enfrentamento às situações de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2009). O indivíduo está inserido em uma comunidade e a articulação com esta é ressaltada para estabelecimento e fortalecimento de vínculos possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas. Por tal motivo, o conceito de territorialidade é tão importante para a política de assistência, visto que as ações socioassistenciais, para o planejamento, necessitam conhecer

as particularidades de cada comunidade. O território é um campo, sempre em movimento, de relações sociais e de poder, que articulam múltiplos determinantes, sendo estratégico para identificação das demandas e necessidades sociais. É por meio da territorialização que o Suas propõe o planejamento e a execução dos projetos, programas e benefícios.

Cabe ressaltar que o Brasil é um país de dimensões continentais, marcado por inúmeras desigualdades sociais e regionais. As múltiplas expressões da questão social são materializadas de várias formas em cada região e, portanto, são diversas as respostas dadas pela política de assistência social, que devem considerar essas especificidades. A fim de concretizar a territorialização, a vigilância socioassistencial se encarrega de identificar as incidências de vulnerabilidades e riscos no panorama de cada cidade, estado e no país. É através dela que é possível a formulação de ações de prevenção e monitoramento de riscos. A garantia de direitos se dá a partir dos serviços e unidades instalados. Assim, consideramos fundamental conhecer essas ações e serviços, bem como os sujeitos que dão concretude ao trabalho realizado.

Caracterização das unidades e da força de trabalho dos Cras no Brasil

Os dados examinados são resultados parciais do projeto de pesquisa *A (Re)Configuração da Política de Assistência Social Brasileira na Cena Contemporânea*, cujo objetivo central é analisar a configuração institucional da política de assistência social brasileira diante da atual conjuntura de retração de direitos na área social. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida de forma interinstitucional e interdisciplinar com pesquisadoras/es de diversas universidades federais do Brasil (Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop, Universidade Federal Fluminense - UFF, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e profissionais que atuam como técnicas e gestoras no Suas. Para geração e análise dos dados, foram realizados *downloads* de todos os arquivos do Cras disponíveis no site da vigilância socioassistencial do governo federal, que foram armazenados no banco de dados criados pela pesquisa¹, que permitiu a consulta aos dados selecionados e a elaboração de gráficos e tabelas².

- 1 Para o banco de dados, foi utilizado o Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), o PostgreSQL, instalado em um servidor na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Após a carga no banco de dados, que foi feita pelo bloco “*Table output*” no Apache HOP, utilizou-se o “PGAdmim 4” para verificar os dados presentes nas tabelas criadas no banco de dados, fazendo uma inspeção visual e utilizando comandos SQL.
- 2 Com o banco de dados pronto, foram realizadas as consultas, em linguagem “SQL” dentro de um código com a linguagem “R” onde foram gerados os “*dashboards*” com gráficos e tabelas, utilizando a biblioteca “*Plotly*” e “*R markdown*” juntamente com o *Shiny*. Esses “*dashboards*” interativos gerados, foram disponibilizados em sites na internet para consultas.

A partir da pesquisa, vemos que a expansão do número de unidades de Cras no Brasil é fato. Isso representa um importante avanço do Suas, haja vista que até então eram irrisórias as instituições públicas no campo da assistência social. Os Cras estavam presentes em 5.520 dos 5.568 municípios brasileiros, no ano de 2021. Isso confirma a capilaridade dessas unidades e ratifica a importância das mesmas no atendimento mais aproximado às famílias em situação de maior risco social. Para Raichelis (2011, p. 61), a presença do Estado nos territórios, através de unidades como o Cras, é condição necessária para a “[...] efetivação do Suas e criação de um campo de tensionamento que aprofunda as contradições que podem estimular a organização popular, ao tornar visível os critérios restritivos de acesso a serviços e benefícios socioassistenciais para toda a população que deles necessitar [...]”.

É a partir do entendimento da assistência social como campo de disputas que orientamos nossa análise. Compreendemos que ao se tornar a porta de entrada para a população usuária, os Cras têm a potencialidade de garantir serviços e, por implicação, atuar de forma a assegurar direitos e o acesso a dimensões mais amplas de cidadania para grande parcela da população. Concordamos com Pereira (2004, p. 27), que refletir sobre a política social significa compreendê-la como “um conjunto de ações deliberadas, coerentes e confiáveis, assumidas pelos poderes públicos como dever de cidadania” e que podem produzir impactos positivos sobre os recursos dos indivíduos e de suas famílias.

Em 2021 havia 8.471 Cras, distribuídos pelas cinco regiões brasileiras, sendo o Sudeste a região com a maioria dessas unidades (2.958 Cras ou 34,9% do total); em segundo lugar, vem a região Nordeste com 2.696 (31,8%) dos Cras no país; em seguida a região Sul com 1.549 (18,2%); a Norte com 641 (7,5%); e, por fim, a região Centro-Oeste com 627 (7,4%) das unidades. A maior quantidade de Cras nas regiões Sudeste e Nordeste é compatível com a alta concentração populacional nessas regiões, que, juntas, representam aproximadamente 70% da população brasileira (IBGE, 2018) e apresentam elevados índices de desigualdades sociais. Isso não implica em desconsiderar as necessidades sociais nas demais regiões do país.

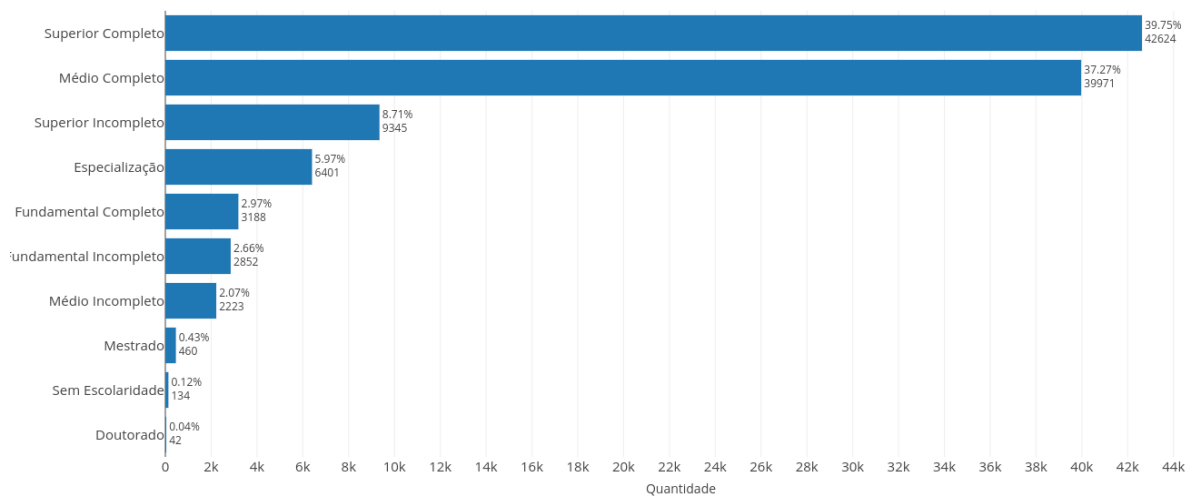
A distribuição por porte populacional mostra predominância em municípios de pequeno porte I (até 20 mil hab.), com 47,7% do total de Cras no país. Os municípios de pequeno Porte II (de 20.001 a 50.000 hab.) contam com 17,6% do número total de Cras. Nos municípios de médio porte (entre 50.001 e 100.000 hab.), o percentual de Cras corresponde a 10,1% do total, enquanto nos municípios de grande porte (entre 100.001 e 900.000 hab.) e nas metrópoles (acima de 900 mil hab.), os percentuais são de 19,7% e 4,9%, respectivamente. Vale dizer que, segundo Calvo *et al.* (2016), a partir de dados do IBGE, que em torno de 88% dos municípios brasileiros são de pequeno porte, concentrando 32% da população brasileira, o que é compatível com o maior número de Cras nesses municípios, ao passo que as metrópoles somam 0,3% dos municípios brasileiros (17), mas concentram 22% da população total do país. O fato é que quanto maior

o porte populacional, maior tende a ser a necessidade de oferta de unidades, de modo a garantir a cobertura desses serviços, especialmente quando se considera a tendência de metropolização da pobreza (Montali; Lessa, 2016).

Assim sendo, o número de Cras aumentou e se distribui no país. Mas ainda restam questionamentos: como se estruturam essas unidades? Quem são os profissionais que ali trabalham? De acordo com a Nob/Suas – RH (2014), os Cras em municípios de Pequeno Porte I devem ter uma equipe composta por dois técnicos de nível superior (um assistente social e preferencialmente um psicólogo) e dois técnicos de nível médio. As unidades nos municípios de Pequeno Porte II devem ter três técnicos de nível superior (dois assistentes sociais e um psicólogo) e três técnicos de nível médio. E, os Cras em municípios de médio e grande e em metrópoles devem ter uma equipe formada por quatro técnicos de nível superior (dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o Suas) e quatro técnicos de nível médio. Ou seja, a equipe deve ser composta por profissionais 50% de nível superior e 50% de nível médio.

O gráfico 1 apresenta a distribuição de profissionais atuantes nos Cras por nível de escolaridade. Um ponto positivo é o fato de que trabalham cerca de 107.240 profissionais nos Cras distribuídos pelos territórios brasileiros, o que parece apontar para uma tendência de profissionalização provocada pela implantação do Suas, em contraponto ao legado de voluntariado e da descontinuidade que marca a trajetória da assistência social no país.

Gráfico 1 – Distribuição de profissionais atuantes nos Cras por nível de Escolaridade - Brasil – 2021



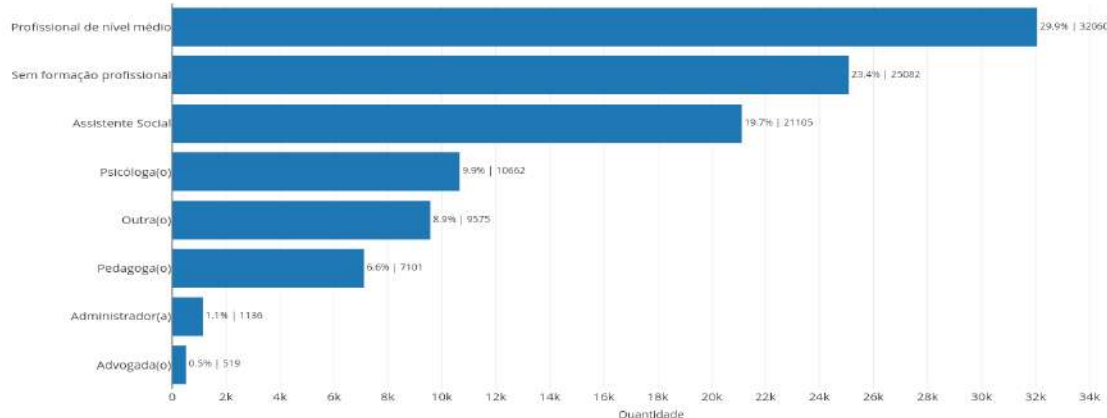
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Suas/MDS (2021).

Com base no gráfico acima, vemos que, em 2021, do total de trabalhadores do Suas a maior parte (ou 53,8%) era constituída por profissionais com nível fundamental (completo ou incompleto) ou nível médio (completo ou incompleto). Ao segmentar esses dados temos que a maior parte (37,27%) era formada por trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto (8,71%); ao passo que os trabalhadores com

fundamental completo representavam 2,97% do total; além de 2,66% com fundamental incompleto; e 2% com ensino médio incompleto, totalizando 7,63%. Essa diferença se mostra ainda desfavorável se considerada a distribuição dos trabalhadores do Suas pelas regiões Nordeste e Norte. O número de profissionais com nível fundamental (completo ou incompleto) e nível médio (completo ou incompleto) é de 62,5% no Norte e 60% no Nordeste. Cabe colocar que identificamos um percentual de 7,63% de profissionais com ou sem ensino fundamental, formação essa não prevista no aparato normativo da Nob/Suas – RH, mas que pode estar relacionada a funções que exigem menor qualificação profissional, como o trabalho de limpeza e segurança.

Quanto aos profissionais de nível superior, o Censo Suas 2021 registra 42.624 profissionais com ensino superior completo, ou seja, 46,19% do total de profissionais dos Cras, abaixo do recomendado pela Nob-RH/Suas. Quando verificamos o número de profissionais com pós-graduação *stricto e latu sensu*, esse dado é pouco expressivo. Do total de profissionais com nível superior, apenas 6% possuem especialização *latu sensu* enquanto 0,4% possuem mestrado e 0,04% doutorado. Dos profissionais com pós-graduação, boa parte está localizada na região Sudeste, reforçando a manutenção de uma profissionalização maior nesta região – onde é maior o percentual de profissionais de nível superior e com pós-graduação.

Gráfico 2 – Número de profissionais atuantes nos Cras por tipo de Formação - Brasil – 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Suas/MDS (2021).

Entre as profissões de nível superior, destacam-se as/os profissionais formadas/os em Serviço Social (21.105), seguidos de Psicologia (10.662), em Pedagogia (7.101), 1.136 em Administração, 519 em Direito e 507 em Educação Física. Registram-se também 7.985 profissionais de nível superior de outras áreas em menor número. Importante pontuar que a Resolução nº 17/2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, ampliou as categorias profissionais que podem compor a equipe de referência do Suas, conforme o artigo 3º, as categorias profissionais de nível superior são “[...] Assistente Social,

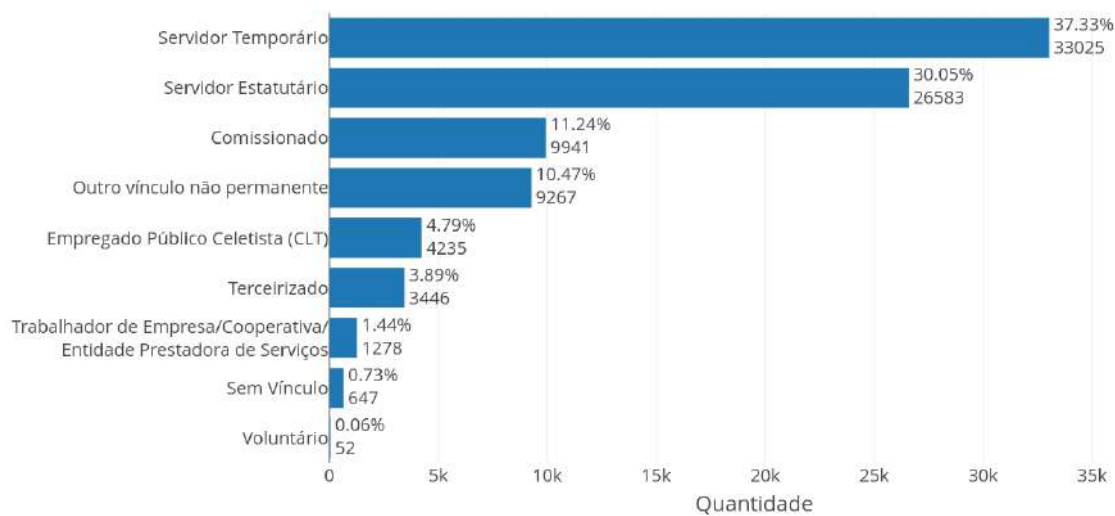
Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional”. Logo, há a presença de formações profissionais que não possuem respaldo normativo para atuação nos Cras. São elas 507 profissionais de educação física, 164 nutricionistas, 135 administradores público, 132 enfermeiros, 119 fisioterapeutas, 61 analistas de sistemas, 41 geógrafos, 32 programadores, 14 cientistas político e 12 musicoterapeutas. Tal realidade deve ser investigada e pode ter relação com o passado filantrópico da profissão, mas também as formas clientelistas que caracterizaram a assistência historicamente no Brasil (Pereira, 2004).

Outro dado importante é a presença obrigatória de assistentes sociais e psicólogos em todos os Cras. Conforme a Resolução nº 17/2011, no artigo 1º, devem compor, obrigatoriamente, as equipes de referência da Proteção Social Básica Assistente Social e Psicólogo. Na pesquisa, verificamos que dos 8.741 Cras brasileiros, as/os assistentes sociais compõem as equipes de referência em 8.335 unidades, ou seja, em 406 Cras não há assistente social como parte da equipe de referência. Essa diferença aumenta quando analisamos o número de psicólogas/os por equipamento. Existem cerca de 7.514 Cras com psicóloga/os, logo, em 1.227 Cras não há psicólogos na equipe de referência. A questão é que não basta a existência de legislação e documentos normativos da política; mas é necessária vontade e força política para que essas ações e serviços sejam implementados devidamente.

Em relação à questão do sexo das/os trabalhadoras/es, verificamos que as profissionais do sexo feminino fazem parte da maioria da equipe técnica nos Cras, no Brasil. Do total de 107.240 profissionais que trabalham nos diversos Cras brasileiros, 88.474 são mulheres trabalhadoras e apenas 18.766 homens. Estamos falando que 83% da força de trabalho são mulheres. Isso aponta para o lugar que as mulheres ocupam na assistência social, espaço esse historicamente feminino, configurado a partir da divisão social e sexual do trabalho. Não podemos esquecer o fato de que as dimensões do cuidado – e, conseqüentemente, das profissões ligadas ao cuidado – são socialmente reconhecidas como um espaço de mulheres.

Segundo Faleiros (2013, p. 84), o cuidado está associado ao “*care*” que tem uma relação histórica com as relações de gênero, esfera do privado, vida cotidiana. Ou seja, o cuidado tem uma relação direta com o trabalho feminino, da esfera privada, com profissões que são consideradas como de mulheres, desvalorizadas socialmente, como é o caso do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia. Profissões que são associadas ao voluntariado e à doação pessoal. Isso implica uma análise mais aprofundada da complexa relação que existe entre profissionais e contexto institucional nas relações que são dinâmicas e complexas do sistema do capitalismo dependente brasileiro. Essa dimensão é explicitada com o dado que analisamos a seguir.

Gráfico 3 - Vínculo Profissional das Trabalhadoras dos Cras - Brasil - 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Suas/MDS (2021).

Como se pode ver, o tipo de vínculo empregatício das trabalhadoras dos Cras é bastante diversificado e importante de ser problematizado. Segundo a Nob/Suas – RH (2011, p. 17), a indicação é que a gestão do trabalho no Suas deve “garantir a ‘desprecarização’ dos vínculos dos trabalhadores do Suas e o fim da terceirização”. No entanto, com base nos dados de 2021, verifica-se que, do total de funcionárias dos Cras, a maior vinculação é de profissionais temporárias, totalizando em 33.025 (ou 37,33%). A região Nordeste se destaca por possuir quase 60% de suas profissionais com vínculos temporários. Apesar de a política estabelecer o “fim da terceirização”, o número de profissionais precarizadas é relativamente alto, totalizando 58.005 profissionais ou 54,1% das trabalhadoras dos Cras.

O segundo maior vínculo é de servidoras públicas, que chegam a 32.522 das profissionais e representam 30% do total. As regiões com maior número de servidoras públicas são, em primeiro lugar, a Sudeste com 11.510 (35,4%) profissionais, em seguida a Sul com 7.730 (23,8%), e, depois, a região Nordeste com 7.293 (22,4%). Vinculação essa muito baixa, uma vez que, segundo a Nob/Suas – RH (2011), o concurso público deve ser a forma de ingresso na carreira como condição de contratação das/os trabalhadoras do Suas. O fato de ter 30% como estatutária é um bom indicador, mas não obscurece o fato de que majoritariamente trata-se de vínculos mais precarizados. Isso tem relação direta com a discussão que estabelecemos acima, acerca da precarização dos serviços ligados aos cuidados e ao cotidiano feminino. A garantia de vínculos a partir de concursos pode significar maior autonomia profissional e continuidade – ou não – dos serviços oferecidos.

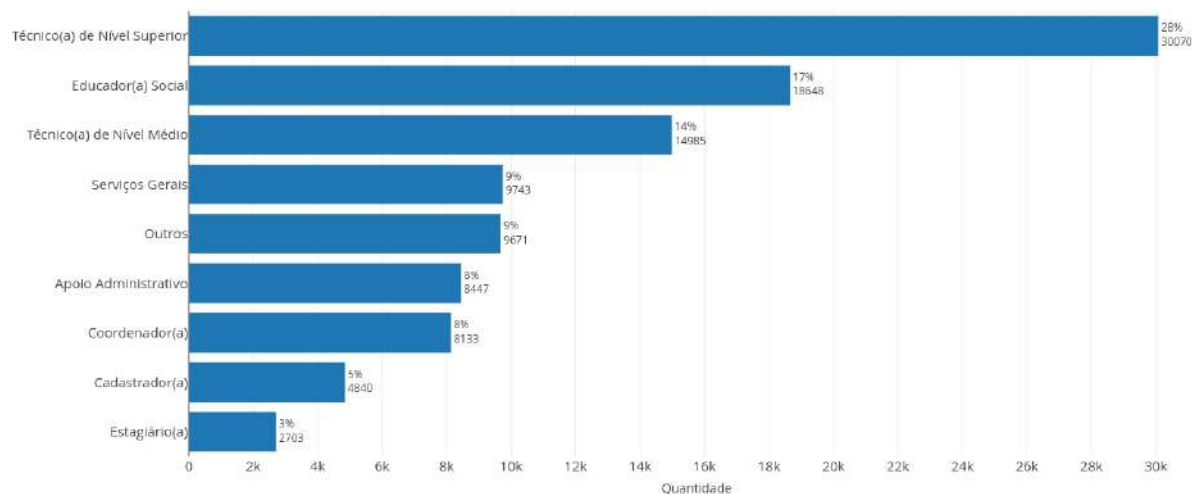
Com isso, fica a questão da importância de se ter a ampliação dos serviços, programas, projetos e benefícios dos Cras conjuntamente à qualificação profissional e à vinculação desses profissionais que, em sua maioria, vivenciam condições precárias de trabalho com

vínculos flexíveis, baixos salários e precários direitos trabalhistas. Nessa direção, concordamos com Raichelis (2011, p. 46), quando a autora afirma que

A implantação do SUAS exige novas formas de regulação, organização e gestão do trabalho e, certamente, são condições essenciais a ampliação do número de trabalhadores pela via do concurso público, ao lado de processos continuados de formação e qualificação, definição de planos de carreiras, cargos e salários, de processos de avaliação e progressão, de perfis das equipes e dos serviços, além de remuneração compatível e segurança no trabalho.

Vejamos agora as funções desenvolvidas nos Cras.

Gráfico 4 – Função desenvolvidas nos Cras - Brasil - 2021



Fonte: Pesquisa direta (2022) com dados do Censo Suas/MDS (2021).

Dentre as funções desenvolvidas no Cras, 30.070 (ou 28%) profissionais trabalham na função de Técnico de Nível Superior, 18.648 (ou 17,4%) profissionais como Educador Social e 14.985 (ou 14%) como Técnico de Nível Médio. A função de técnico de nível superior é a mais desenvolvida nas unidades e se destaca em todas as regiões analisadas. Como Técnico de Nível Superior, no Brasil, predominam as seguintes formações profissionais: 16.162 (53,7%) são assistentes sociais, 9.264 (ou 30,8%) são psicólogos e 2.355 (ou 7,8%) são pedagogos. Outro destaque a ser dado é quanto à função de coordenação nos Cras. Conforme a Nob/Suas – RH (2011, p. 31), a coordenação deve ser exercida, independente do porte do município, por “[...] um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais”. No papel de Coordenação dos Cras, temos 8.133 profissionais de nível superior. Destes, predominam as seguintes formações profissionais: em primeiro lugar, 3.596 (ou 44,2%) dos coordenadores são formados em Serviço Social. Em seguida, temos 1.478 (ou 18,2%) de profissionais formados em Pedagogia. E, 1.083 (13,3%) são de outros profissionais de nível superior.

Todavia, detectamos profissionais que se encontram na coordenação que não possuem nível superior e vínculo como não concursada/o. De um lado, identificamos 418 com formação profissional de nível médio e sem formação profissional na coordenação de Cras. De outro, do total de profissionais que estão na função de coordenação (8.133 profissionais), 5.284 profissionais não são concursadas/os e 2.849 são concursadas. Ou seja, a maior parte das profissionais que estão na função de coordenação, não são concursadas, o que pode apontar para a continuidade de práticas clientelistas, uma vez que esses cargos são compreendidos como cargos de confiança das gestões. Quando recortamos esses dados em relação às assistentes sociais, vimos que 2.049 assistentes sociais não são concursadas e 1.547 são concursadas.

Por fim, vale dizer que as análises aqui realizadas consideraram apenas o ano de 2021, sendo necessário ampliar em termos de série histórica para examinar as tendências da política de assistência social, ao longo do tempo, sobretudo em face das tendências de desmonte verificadas desde 2016, quando nova coalizão política impôs severas perdas aos trabalhadores e impôs medidas draconianas de austeridade.

Considerações finais

A efetivação do Suas remete ao reconhecimento da política pública de assistência social, a partir de marcos regulatórios que dão sustentação legal para o reconhecimento de direitos socioassistenciais, com vistas ao enfrentamento das desigualdades e mazelas sociais provocadas pelo caráter dependente do capitalismo brasileiro. Mas é importante enfatizar que o SUAS apresenta limites, potencialidades e desafios, pois “a implantação do SUAS em todo território nacional abre um campo de novas possibilidades, tensas e contraditórias, ao trabalho social exercido pelas diferentes profissões que o constituem” (Raichelis, 2011, p. 61).

Com base na pesquisa apresentada, é inegável a expansão do número de unidades e de trabalhadoras/es nos Cras no Brasil, confirmando a sua capilaridade no território nacional, haja vista sua presença em quase todos os municípios. Embora não seja possível afirmar que o número dessas unidades seja suficiente ou não em relação às necessidades e demandas dos territórios, observa-se que sua distribuição é compatível com os diferentes portes populacionais. Representam, assim, importante presença da atuação estatal e um campo de intervenção até então marcado pela presença quase exclusiva de entidades sociais de caráter filantrópico.

Além disso, apesar da PNAS estabelecer um campo de trabalho multiprofissional e interdisciplinar, ela se constitui como espaço privilegiado de atuação das/os assistentes sociais, sobretudo no âmbito dos Cras. Associado a essa questão, percebe-se que essas ações são majoritariamente executadas por mulheres, persistindo a naturalização da visão da assistência como um espaço do cuidado; logo de mulheres para mulheres, demonstrando

uma clara divisão sexual da assistência social. E isso tem impacto considerável ao se analisarem os vínculos empregatícios. Esse é um ponto sensível da política de assistência social, na medida em que, diferente do que prega a Nob-RH, ocorre a tendência de precarização dos vínculos e condições de trabalho, o que, certamente, compromete o alcance dessa política.

Para finalizar, compreendemos a potencialidade estratégica dos Cras na difusão de direitos sociais, de organização política e de consciência e de luta da classe trabalhadora. Como sinalizado por Boschetti (2016, p. 27), o Suas “mais do que favorecer a integração social nos marcos do capitalismo, pode se constituir como uma mediação para questionar os mecanismos de conformação à ordem da superexploração e da destruição de direitos”. Afinal, a análise das condições precarizadas do trabalho e a intensificação das demandas no Suas não podem ser desvinculadas da dinâmica macrosocietária e contraditória do capitalismo dependente brasileiro, que se sustenta na superexploração da força de trabalho e na miséria da classe trabalhadora. Tal realidade impacta ainda mais profundamente o cotidiano das mulheres, seja como usuárias, seja como profissionais, como pudemos perceber.

Contribuições dos/as autores/as: Todos os autores trabalharam integralmente na concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: CNPq, Ufop e UFF.

Agência financiadora: CNPq.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. À Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.140, p.66-83, jan./abr. 2021.

BOSCHETTI, I. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. *Argumentum*, Vitória, v. 8, n.2, p. 16-29, maio/ago. 2016.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social. Censo SUAS: bases e resultados*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. *NOB-RH Anotada e Comentada* – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

- BRASIL - *Resolução nº 17/2011*, do Conselho Nacional de Assistência Social, 2011.
- BRASIL. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: MDS; 2009.
- BRASIL. *Orientações Técnicas Centro de Referencias de Assistência Social*. Brasília, DF: MDS; 2009.
- BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, DF: MDS; 2004.
- BRASIL. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF: MDS; 1993.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CALVO, M. C. M. et al. Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 25, n. 4, p. 767–776, out. 2016.
- FALEIROS, V. P. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. *Revista Katálisis*. Florianópolis, v.16, n.esp., p.83-91, 2013.
- IBGE. *Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 10 out. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabelas 2021. *Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência até 1º de julho de 2021*. 07/ 2021.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)*. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/estudo-diz-que-sudeste-reune-maior-numero-de-residentes-422>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MÉZSAÁROS, I. *A crise estrutural do capital* / István Mészáros; [Tradução Francisco Raul Cornejo [et al.]. 2.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MONTALI, L.; LESSA, L. H.. Pobreza e mobilidade de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 36, p. 503–533, jul. 2016.
- PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar In: *Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos* (org. Mione Apolinário Sales et al.), São Paulo: Cortez, 2004.
- RAICHELIS, R. O Trabalho e os Trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na Assistência Social. In: Brasil, MDS. *Gestão do Trabalho no Âmbito do Suas: Uma contribuição Necessária*. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
- SOARES, F.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007. Pp. 87-92.

Classe, raça e gênero na Reforma Psiquiátrica: particularidades da formação social brasileira

Class, race and gender in Psychiatric Reform: particularities of brazilian social formation

Tahiana Meneses Alves* 

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar a Reforma Psiquiátrica (RP) Brasileira a partir do lastro colonial, dependente, racista e sexista que marca a formação social do país. Com base em pesquisa e revisão bibliográfica, busca-se apontar que há um nó, um vínculo entre capitalismo, patriarcado e racismo na particularidade da formação social brasileira, que determina as experiências de sofrimento e/ou adoecimento mental, especialmente das classes trabalhadoras. Este mesmo vínculo ainda é determinante no desenvolvimento da política de saúde mental no país, cuja maioria de seu público-alvo também pertence às classes trabalhadoras. Conclui-se que os desafios impostos à RP extrapolam o próprio campo da Saúde Mental, pois remontam à formação social brasileira, exigindo uma análise crítica e o enfrentamento de seus determinantes históricos.

Palavras-chave: RP; Classe; Gênero; Raça; Formação Social Brasileira.

ABSTRACT

The objective of the article is to analyze the Brazilian Psychiatric Reform from the colonial, dependent, racist and sexist background that marks the country's social formation. Based on research and bibliographical review, we seek to point out that there is a knot, a link between capitalism, patriarchy and racism in the particularity of Brazilian social formation, which determines the experiences of suffering and/or mental illness, especially among the working classes. This same link is still decisive in the development of mental health policy in the country, whose majority of its target audience also belongs to the working classes. It is concluded that the challenges imposed on PR go beyond the field of Mental Health itself, as they date back to Brazilian social formation, requiring a critical analysis and the confrontation of its historical determinants.

Keywords: Psychiatric Reform; Class; Gender; Race; Brazilian Social Formation.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91752>

*Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fortaleza – CE e Rio de Janeiro – RJ, Brasil.
E-mail: tahiana.meneses@uece.br.

Como citar: ALVES, T. M. Classe, raça e gênero na Reforma Psiquiátrica: particularidades da formação social brasileira. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 173-187, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91752>.

Recebido em 29 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 06 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo trazer à tona as relações de classe, raça e gênero, que se expressam de modo particular na formação social brasileira e repercutem no campo da Reforma Psiquiátrica (RP). Parte da perspectiva que o sistema capitalista que se desenvolveu no Brasil, é um sistema de caráter racista e patriarcal, tendo em vista as marcas históricas da formação social do país. Considera ainda que a particularidade de nossa formação social (Fernandes, 2005; Oliveira, 2003) constitui uma determinação importante seja no adoecimento mental, seja no desenvolvimento da política de saúde mental.

Uma das frentes da RP no Brasil consiste na compreensão do sofrimento/adoecimento para além de seus aspectos biológicos e psicológicos. No campo da saúde mental, a atitude epistemológica ancorada em Franco Basaglia (1972) – a de pôr a doença entre parênteses para absorver o sujeito e suas experiências – tem desdobramentos importantes. O sofrimento e/ou a doença deixaram de ser reduzidos aos seus componentes individuais e orgânicos, sendo considerados também na sua relação com o corpo social. Saúde mental também depende da posição social que o sujeito ocupa na estrutura social, do seu acesso à habitação, ao trabalho, à educação, à renda mínima, à alimentação, ao lazer, à cultura, à posse da terra, aos serviços sanitários e à forma como neles se é atendido/a, entre outros aspectos.

Desde a década de 1970, a RP tem encaminhado avanços concretos. Mas não basta reconhecer as determinações socioeconômicas da saúde mental, implantar serviços/cuidados humanizados, leis, portarias e decretos. Não basta a mudança no imaginário social sobre a loucura e lutar para que o manicômio desapareça. Isso porque não há garantia, na sociabilidade que vivemos, de que as pessoas em sofrimento mental tenham uma vida material e espiritualmente digna. Não basta, portanto, uma política de direitos “concedidos” e viabilizados numa ordem capitalista. É insuficiente conceber o sujeito como portador de direitos se o que conduz a vida social mais ampla são várias formas de exploração e opressão (Passos, 2015).

Em que pese o seu mérito, lutas circunscritas à saúde mental serão insuficientes se não se unem com outras lutas como a anticapitalista, a antirracista, a feminista. Segundo Passos (2015), todas as lutas, apesar de suas demandas e agendas específicas, precisam construir uma pauta única de enfrentamento, que é a busca pela emancipação humana.

O estudo foi realizado a partir de pesquisa e revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica foi mobilizada previamente para levantar materiais propícios à definição do objeto investigado. Já a pesquisa bibliográfica foi o procedimento adotado para responder à seguinte questão: “como as relações de classe, raça e gênero estruturantes da formação social brasileira repercutem sobre a RP?”. As informações foram selecionadas a partir de livros,

artigos científicos, dissertações e teses localizados em bases de dados online como o *SciELO* e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. O estudo está estruturado em duas seções. A primeira aborda a fusão entre capitalismo, racismo e patriarcado como particularidade da formação social que repercute no campo da saúde mental. A segunda seção desenvolve o argumento de que o nó entre classe, raça e gênero determina as experiências de sofrimento/adoecimento mental, em especial nas classes trabalhadoras e atravessa as políticas de saúde mental no Brasil, inclusive a própria RP.

Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica e Formação Social Brasileira

A formação social do Brasil está inscrita no projeto civilizatório da Modernidade Ocidental que englobou a expansão marítima e a conquista de territórios. Tal projeto iniciou no “longo século XVI¹” (Grosfoguel, 2016, p. 26) com a invasão das Américas e impulsionou a nova ordem capitalista mundial. Nossa colonização aconteceu principalmente por Portugal, havendo a submissão de diferentes povos como os indígenas e os africanos. A colonização deu origem à colonialidade, que é o assujeitamento de países e suas economias, e de indivíduos/grupos e suas marcas, idiomas, culturas, linguagens, sotaques, fenótipos, indumentárias, religiões (Ortegal, 2018).

As tensões raciais entre europeus, indígenas e africanos constituíram um dos grandes genocídios do longo século XVI (Grosfoguel, 2016). Colonizados foram considerados animais – pacíficos ou agressivos – desprovidos de racionalidade. Esta ideia foi sustentada por argumentos médicos, biológicos e religiosos abrindo precedentes para explorar, violentar e exterminar (Ortegal, 2018). Os dois polos da relação colonial construíram uma dicotomia. De um lado, o dominante, correspondente ao modelo universal e abstrato de ser humano (o homem branco, europeu, cristão, burguês, heterossexual, racional). De outro, os dominados e as dominadas, sem aquelas características.

Entre os séculos XIX e XX, o Brasil se tornou “independente”, aboliu formalmente a escravidão, entrou no período republicano, vivenciou regimes ditatoriais, redemocratizou-se. Mas a relação entre dominantes e dominados/as permaneceu sob novas roupagens. Isso porque a colonialidade é uma lógica global de desumanização que reproduz efeitos materiais, simbólicos e epistêmicos, sendo capaz de existir mesmo na ausência de colônias formais (Maldonado-Torres, 2019). Sob essa lógica, o vínculo entre classe, raça e gênero acirra as hierarquias entre as pessoas. Afinal, há uma discrepância no que diz respeito ao controle da economia, da natureza, da autoridade, do gênero, da sexualidade e até da

1 O “longo século XVI” corresponde ao período entre 1450-1650, que foi o de formação da economia-mundo europeia capitalista (Wallerstein, 1974 apud Grosfoguel, 2016).

subjetividade. São naturalizados o extermínio, a expropriação, a dominação, a exploração, a morte prematura e condições como a tortura e o estupro (Maldonado-Torres, 2019).

Saffioti (2004) usa a metáfora do nó para ilustrar como a nossa sociedade está fundada nos eixos de classe, raça e gênero. O patriarcado entrou em todas as esferas da vida social para além da doméstica. O capitalismo mercantilizou todas as relações sociais, incluindo as de gênero. E o racismo também constitui o corpo social, numa fusão com os eixos anteriores. Dependendo das condições históricas e existenciais específicas, cada componente deste nó pode assumir um relevo distinto. Mas, na totalidade da vida social, não há prevalência de um componente sobre o outro.

A fusão entre capitalismo, racismo e patriarcado assume particularidades no Brasil. Aqui, o Estado foi fundamental no tráfico de negros/as que articulava, simultaneamente, escravidão e latifúndio (Gomes, 2018). Sentimos hoje a herança colonial, escravocrata e patrimonialista. Vivemos a dependência econômica/ideológica face às potências estrangeiras, compensada por uma classe trabalhadora superexplorada e, predominantemente, não branca. Mulheres, principalmente as negras, são subalternizadas. Nessa fusão, as mulheres servem como: mão-de-obra para o trabalho; reprodutoras de herdeiros, de mais mão-de-obra ou de novas reprodutoras; objeto sexual (Saffioti, 2004).

O capitalismo dependente e subdesenvolvido que reina aqui mistura estruturas arcaicas e modernas num processo de contrarrevolução constante por parte de uma autocracia burguesa (Fernandes, 2005). Tudo isto é visível nas estatísticas: basta pensar nos perfis marcantes de quem acessa o poder político, conquista mais vagas nas universidades públicas e nos cursos de maior concorrência, ocupa os postos mais altos no mercado de trabalho, tem acesso à terra, espera ou morre na fila do Sistema Único de Saúde (Sus), morre mais com a violência rural e urbana ou em decorrência de abortos, vive na rua, é assassinado/a enquanto brinca na calçada de casa, está encarcerado/a ou é psiquiatrizado/a, etc.

O nó entre patriarcado, racismo e capitalismo existe também na saúde mental. A determinação mais profunda da significação da loucura enquanto doença foi a sociedade capitalista industrial do século XVIII para o XIX, na Europa ocidental. Passou a predominar uma ideologia da produção para a qual a loucura representava uma forma de improdutividade. Loucos eram não úteis e, logo, segregados e excluídos (Bastide, 1965). Segundo Rosa (2003), isto foi profícuo tanto para a sociedade burguesa quanto para a medicina da época: a primeira delegou o problema da loucura à segunda. A sociedade ficava “livre” dos loucos, que foram enclausurados numa instituição exclusiva para tratá-los: o manicômio.

Até hoje, apesar da roupagem técnica da prática psiquiátrica, a violência perpetrada no manicômio é parte da violência da sociedade capitalista, pois possui função social e

política: disfarçar o conflito entre capital e trabalho ao ocultar uma parcela das classes trabalhadoras privadas de vender a sua força de trabalho. Para Basaglia (1972, p. 287 - tradução livre), “a psiquiatria sanciona e justifica a exclusão do louco”. Seus critérios não são apenas clínicos, mas também de produtividade em conformidade com o sistema de dominação-exploração capitalista. Mas, como dito, o capitalismo jamais existe sem o racismo e o sexismo.

Nessa discussão, merece destaque Frantz Fanon, psiquiatra negro da Martinica e de ascendência francesa e africana. Para ele, o hospital psiquiátrico é um dos agentes que prolonga o colonialismo. Fanon (2020, p. 20) estabelece a relação entre medicina e colonialismo desde o caso da Argélia. A presença do médico europeu francês é uma das faces da ocupação colonizadora no país africano, pois “aparece sempre como um elo da cadeia colonialista, como porta-voz da potência ocupante”.

No geral, os colonizados eram tratados pela medicina ocidental/europeia/colonizadora como animais. Costumavam empreender uma atitude de fuga das consultas e dos tratamentos médicos. Rejeitavam a internação e duvidavam da natureza humanitária dos médicos dominantes, que comumente realizavam experimentos de cunho racista nos hospitais, colaborando com as forças coloniais. Como, por exemplo, as convulsões epiléticas provocadas nos argelinos e nos policiais da África Negra com o objetivo de analisar que reações específicas cada “raça” teria. Outro procedimento utilizado por médicos psiquiatras era a aplicação de choques elétricos em acusados para logo depois serem interrogados quando ainda estavam voltando à consciência e ainda em estado de confusão mental.

Fanon destaca que a desconfiança do grupo colonizado poderia se estender aos seus próprios membros que utilizassem técnicas ou formas de comportamentos típicas do conquistador. Por exemplo, havia médicos “autóctones” empurrados para o lado inimigo, pois eram influenciados por processos de europeização e ocidentalização. Com a entrada do médico autóctone no universo racional/dominante/europeu, a tendência era a de que ele se afastasse das práticas básicas de seu povo. Também, do ponto de vista econômico, era interessante para o médico argelino “autóctone” a manutenção da opressão colonial (Fanon, 2020).

No Brasil, a prática médica/psiquiátrica também tem uma relação histórica com a colonização e a colonialidade. Originou-se uma psiquiatria construída principalmente por homens brancos a partir de parâmetros ocidentais/cartesianos/pretensamente universais, mas destinada majoritariamente a segmentos que não correspondiam àquelas características.

Franco Basaglia veio ao Brasil pelo fim da década de 1970 e visitou o então Hospital de Barbacena (MG). Estarrecido com as cenas vistas, comparou-as com o holocausto nazista. Basta ler o livro de Daniela Arbex (2013) para entender a comparação: maus tratos, estupros, mortes, “prisão perpétua” (muitos/as morreram ali). Porém, resgatamos a provocação de Passos (2018): será que o caso de Barbacena não parece mais com um

navio negreiro? Sem pretensão de comparar os estragos causados pelos dois genocídios (na Europa e na América), o que a autora propõe é apreender a realidade da assistência psiquiátrica no Brasil através dos eixos estruturantes da nossa formação social.

Por diversas vezes, a psiquiatria europeia/ocidental do século XIX associou o corpo feminino com a loucura. Muitos tratamentos eram físicos, como a injeção de água gelada no ânus, a introdução de gelo na vagina, a extirpação do clitóris ou de órgãos sexuais internos. Estas técnicas de cura não deixam de representar uma regulação da sexualidade feminina (Cunha, 1989). Muitas chegaram ao Brasil, mas com particularidades: no início do século XX, uma ideia frequente na psiquiatria brasileira era a de que, entre as mulheres, as negras eram mais frágeis e propensas à loucura devido à sua condição biológica (Cunha, 1989).

Nessa época, no Hospital do Juquery (SP), a atribuição de diagnósticos para mulheres negras também era mais rigorosa que para outras categorias de mulheres. O critério marcante eram suas características raciais, agregando “as rubricas de imbecilidade ou da degeneração inferior, como se nelas a inferioridade do ‘espírito’ estivesse inscrita em suas peles escuras, em seus narizes achatados ou em seus cabelos duros” (Cunha, 1989, p. 138-139). As mulheres de classes marcadas pela “respeitabilidade” recebiam outras classificações nosográficas. Costumavam ser descritas com adjetivos que simbolizavam o “exagero” na execução de algumas características “femininas” como, por exemplo, ter vaidade, sensibilidade ou imaginação demais (Cunha, 1989).

Mas será que as mulheres negras eram realmente mais vulneráveis, biologicamente, ao adoecimento? Por que não pensar em termos de condições materiais? Por que não considerar as condições precárias de existência que muitas gerações delas vivenciaram e vivem? Sob este prisma, a loucura, o transtorno mental e o sofrimento são determinados/condicionados pelo contexto social e econômico. Ou, como aponta Souza (1983, p. 19), a sujeição, a negação e o massacre da identidade histórico-existencial produzem um custo emocional. A emocionalidade de pessoas negras é um elemento particular subordinado ao conjunto mais amplo de injunções da história da formação social onde ela se inscreve.

A determinação material da loucura e do diagnóstico psiquiátrico também se manifesta em outros aspectos. Por exemplo, quando há a submissão de segmentos sociais específicos (como as mulheres negras) ao poder psiquiátrico, baseada mais em padrões classistas, sexistas e racistas do que no sofrimento/adoecimento em si. Tais segmentos são mais facilmente capturados/etiquetados pelas práticas científicas/psiquiátricas. São mais submetidos aos tratamentos violentos, às internações compulsórias, à leitura mais tendenciosa ou apressada de sinais e sintomas, ao enquadramento em determinados diagnósticos e à cronificação.

Agora, voltemos à provocação de Passos (2018): Barbacena parece mais com o holocausto nazista ou com um navio negreiro? Concordamos com a autora que parece

mais com um navio negreiro! E por que só agora estamos começando a reconhecer isto? Uma possível razão é o fato de sermos ainda epistemologicamente colonizados. Nossas lentes analíticas não nos permitiam um olhar mais completo e complexo. Também porque no Brasil vivenciamos o racismo todos os dias sem reconhecer que somos racistas. Por aqui resiste o mito da convivência pacífica ou da democracia racial, ativado inclusive em situações de crise social para encobrir os componentes estruturais geradores de tanta violência. Há a reprodução de uma ideologia meritocrática que oculta as desigualdades sociais, inclusive no seu peso sobre o adoecimento e o sofrimento, reduzindo-os ao âmbito individual.

É comum o argumento de que situações violentas são casos isolados, em geral, justificadas pela ideia de que o/a agressor/a em questão é alguém “ruim” ou “vítima de transtorno mental”, quando, na realidade, são motivadas por racismo, sexismo, lgbtfobia etc. São exemplos os atos de racismo e homofobia, ocorridos em 2020 em São Paulo, contra um entregador de comida por aplicativo e contra padeiros. Ambos os casos foram amplamente divulgados na mídia e, nas duas situações, a defesa dos agressores justificou seus atos como sintomas de transtorno mental (CNN, 2020; G1, 2022).

Por aqui, o racismo de denegação, isto é, o racismo disfarçado, pautado nas teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial, típico em sociedades latinas, é uma realidade (González, 2020). É aquele que muitos sentem, mas poucos admitem ou se dão conta de que existe, pois, afinal, vivemos num país “miscigenado”. E é ele, o racismo, numa totalidade capitalista e sexista, que também obscurece as desigualdades sociais no campo da saúde mental.

Desafios para a Reforma Psiquiátrica brasileira num capitalismo racista e sexista

Considerando os aspectos da nossa formação social, dois argumentos enformam nossa discussão: 1) O nó entre classe, raça e gênero determina as experiências de sofrimento/adoecimento, em especial nas classes trabalhadoras; 2) O nó entre classe, raça e gênero atravessa as políticas de saúde mental no Brasil, inclusive a própria RP, das quais o grande público-alvo são sujeitos das classes trabalhadoras.

Sobre o primeiro argumento, estudos brasileiros no campo das ciências humanas e sociais, mesmo não tratando diretamente de categorias como raça, classe ou gênero, destacaram as desigualdades sociais nas trajetórias de vida de pessoas em sofrimento. A maioria abordou situações de mulheres das classes trabalhadoras, com baixa escolaridade, muitas delas negras, de várias regiões do país. Seu sofrimento estava associado com: as decepções amorosas, a pobreza multidimensional, as diversas modalidades de violência que sofreram e que foram cometidas por homens de seu convívio, a vivência afetivo-sexual “fora dos

padrões” de gênero e sexualidade, a objetificação sexual do corpo, a autoimagem corporal, a maternidade, o aborto, a sobrecarga de trabalho (dentro e fora de casa), o uso prejudicial de drogas por familiares, o assassinato de seus filhos, muitas vezes pelo próprio Estado, no contexto de guerra às drogas (Alves, 2019; Campos; Zanello, 2017; Passos, 2023; Silva; Garcia, 2019).

Outros estudos focalizaram situações de homens das classes trabalhadoras, com baixa escolaridade, muitos deles negros, de várias regiões do país. Aqui, o sofrimento esteve relacionado com os desafios no mundo do trabalho rural ou urbano, a impossibilidade de prover financeiramente o grupo familiar, a violência vivenciada no campo ou na cidade, a perda da vitalidade física e da virilidade sexual, a identidade de gênero e a orientação sexual “fora dos padrões” cisheteronormativos e o uso de drogas (Alves, 2019; Bezerra, 2017; Zanello; Bukowitz, 2012; Zanello et al., 2015a; Zanello et al., 2015b).

Argumentamos, com base em Fisher (2020), que a saúde mental não é um fato natural, reduzido às reações químicas do cérebro, ou responsabilidade dos indivíduos. O sofrimento e o adoecimento são efeitos político-econômicos do sistema capitalista. Para o autor, o sistema produz uma espécie de depressão coletiva, um sentimento de inferioridade ontológica, manifestado na aceitação de que as coisas vão piorar para todos, com exceção de uma pequena elite. Argumenta ser necessário repolitizar a saúde mental na medida em que se desafia o realismo capitalista, isto é, o sentimento generalizado de que não é possível viver sob outro sistema que não o do capital (Fisher, 2020).

Este é um desafio extremo num capitalismo como o do Brasil. Como dizia Oliveira (2003), se o Brasil fosse um animal, seria um ornitorrinco: um ser improvável na escala de evolução darwiniana, mas que dentro da lógica capitalista sustenta uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão. No atual contexto, a predominância do ultraneoliberalismo, amalgamado com o neoconservadorismo e o neofascismo, reatualiza estruturas de dominação autocrática, tal como visto durante o Governo Bolsonaro, cujo projeto derrotado nas últimas eleições presidenciais no Brasil, segue vivo reiterando as marcas retrógradadas da nossa formação social.

Depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, diversas políticas sociais foram universalizadas e descentralizadas, chegando nos menores municípios. Entretanto, tais políticas sempre estiveram ameaçadas pela agenda econômica em favor do capital financeiro, cuja face superior era, até recentemente, um projeto ultraneoliberal, que tinha na sua contraface um projeto ultraneoliberal (Borges; Matos, 2020). Isto implicou em ataques aos trabalhadores tanto na redução do acesso aos direitos por eles conquistados quanto no controle das suas formas de pensar e agir (Borges; Matos, 2020). Exemplos concretos desses ataques, especialmente a partir de 2016, são a Emenda Constitucional nº 95, a Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência em 2019. Soma-se a isso,

a forma intencionalmente negligente do Governo Bolsonaro na condução das medidas de combate e contenção da pandemia Covid-19. Esse grave contexto impôs diversos desafios ao governo de Luís Inácio Lula da Silva para os próximos anos.

Sobre o segundo argumento, destacamos a presença do nó entre classe, raça e gênero no desenvolvimento das políticas de saúde mental brasileiras. Infelizmente, o navio negreiro não é uma metáfora que serve para entender apenas os manicômios no passado. Continua perceptível nos discursos e práticas reorganizadores da arcaica lógica manicomial, mas também no âmbito da própria RP e da Luta Antimanicomial.

Muitos desafios se passam no interior da própria RP, ainda mais quando atacada pela lógica ultraneoliberal e ultraneoliberalizadora que não raro reproduz uma “manicomialização das políticas públicas” (Passos, 2020, p. 126). Todos não deixam de ter relação com determinações estruturais, típicas da nossa formação social e econômica, que impactam as políticas sociais e as classes trabalhadoras (Gomes, 2018). Arriscamos dizer que o perfil da maioria de usuários/as interfere no planejamento e execução das políticas. Nossa formação social é classista, sexista, racista e manicomial. Se quem acessa a saúde mental é predominantemente pertencente à classe trabalhadora, negro/a, pobre. Como tem se dado o desenvolvimento dessa política?

Quanto à saúde, para Cruz, Gonçalves e Delgado (2020), este foi um período extremamente conturbado que só agravou o já golpeado Sistema Único de Saúde (Sus), englobando medidas também sobre a saúde mental. Entre elas, a nomeação de parlamentares conservadores para a gestão da área; alterações na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e na Rede de Atenção Psicossocial (Raps); normativas e notas técnicas que reformularam o desenho, a metodologia e o financiamento da política. Estes últimos contemplaram a inclusão de hospitais psiquiátricos, o investimento nas comunidades terapêuticas e a restauração de hospitais-dia e de ambulatorios psiquiátricos – todos serviços de base não territorial e não comunitária –, a nova política sobre drogas, entre outros. Inequivocadamente, estas medidas sugeriram o retorno do modelo manicomial. Apesar de o Ministério da Saúde e a coordenação de Saúde Mental do atual governo Lula apontarem para a defesa da RP e a revogação de algumas dessas medidas, os desafios ainda são imensos.

Nessa esteira, há questões relacionadas com o corporativismo médico que acaba ofuscando o peso de outras determinações sociais da saúde mental como aqueles relacionados com classe, raça e gênero. Pode ainda simplificar as respostas dadas para a diversidade das pessoas em termos de tratamento/cuidado, pois, afinal, se o adoecimento é algo predominantemente fisicalista/individual, as alternativas para ele também tendem a ser, como nos processos de medicalização e medicamentação, sobretudo de mulheres. O primeiro é uma absorção de “problemas da vida cotidiana” pela medicina. O segundo são as amplas prescrição e ingestão de medicamentos como alternativa para aqueles

problemas, amplamente determinados pela sociabilidade que vivemos. Como questiona Passos (2023), quem cura o sofrimento das mulheres negras, periféricas, que perderam seus filhos para a violência policial, mas que têm, por vezes, como única alternativa a sua psiquiatrização?

A possibilidade (e gravidade) do sofrimento é real, bem como a eficácia de certos medicamentos. Contudo, até que ponto as pessoas, principalmente as mulheres, não estão tendo suas experiências de vida medicalizadas? No Brasil, este fenômeno acomete cada vez mais mulheres de classes trabalhadoras que vivem em contextos rurais, negras, indígenas e até adolescentes pobres e/ou lésbicas em cumprimento de medida socioeducativa.

A medicalização e a medicamentação podem acontecer em serviços da atenção básica ou especializada no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), inclusive nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), considerados carros-chefes da RP. Estar enquadrado na Reforma não conduz automaticamente a uma lógica antimanicomial. Afinal, o manicômio é mais que um espaço físico. É social, pois está “introjetado e reproduzido nas relações sociais” (Passos, 2018, p. 13). Além disso, a violência manicomial é parte da violência da totalidade capitalista. Mesmo fora dos manicômios, pessoas com transtornos mentais – especialmente as negras das classes trabalhadoras –, sofrem essa violência.

Um exemplo disso foi o caso midiático ocorrido em maio de 2022. Homem negro, trabalhador, nordestino de Sergipe, com diagnóstico de esquizofrenia: Genivaldo de Jesus, 38 anos, foi covardemente asfixiado com gás lacrimogêneo, spray de pimenta, jogado numa viatura e morto por policiais rodoviários federais que justificaram sua ação para conter um suposto surto psiquiátrico.

Outro desafio diz respeito à dimensão técnico-assistencial da RP. Não apenas na atenção psicossocial estratégica que engloba os Caps, mas em qualquer ponto de atenção da Raps, há o desafio de os próprios profissionais e gestores estarem cientes dos aspectos de classe, raça e gênero na existência-sofrimento dos/as usuários/as. Pergunta-se: quem são eles/as? São homens que possuem ou não uma trajetória no mundo do trabalho? São mulheres donas de casa que precisam deixar tudo limpo, passado, cozinhado antes de irem para o Caps? São pessoas trans que vivenciam diversas situações discriminatórias? São pessoas com uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas que, para além do estigma mais profundo em torno de algumas substâncias (como o crack), ainda enfrentam a violência do processo de guerra às drogas? Como o racismo arrasa a saúde mental? E a violência contra mulheres?

Outro desafio abarca as Comunidades Terapêuticas (CT's). Muitas têm um programa religioso/fundamentalista que moraliza os usos de drogas e quem os pratica. Paralelamente, trazem como principal saída a abstinência. Isso desvia dos objetivos das políticas públicas de álcool e drogas, especialmente sob a perspectiva da Redução de Danos, que tem como princípio a pessoa parar o uso quando queira e/ou quando seja

possível e atenta para os contextos sociais dos usos de drogas, o que envolve aspectos de raça, classe, gênero. O atual governo Lula, logo nos primeiros dias de mandato, anunciou um Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas fora da política de saúde numa resposta ao setor conservador, mas o dissolveu em junho, conforme orientações e protestos de atores ligados à RP.

Passos e Pereira (2017) resgatam os resultados de relatórios produzidos por entidades como o Conselho Federal de Psicologia, que sistematizou denúncias contra as CT's em 2011. Na ocasião, foram apuradas situações como as de pessoas contidas fisicamente (amarradas ou trancadas), punidas com agressões físicas, submetidas a trabalhos forçados e à medicalização generalizada, a falta de projetos terapêuticos singulares. Situações de mulheres sem acesso aos seus objetos pessoais (como maquiagem e salto alto); proibidas de se relacionarem com outras mulheres, dentro ou fora das CT's; sem possibilidade de contato pelo telefone ou tendo suas correspondências lidas por profissionais antes de terem acesso a elas; contato limitado com os familiares; com problemas relacionados à guarda de seus filhos/as. Também não são incomuns os casos nos quais mulheres (muitas negras) com uso prejudicial de drogas têm seus bebês tomados compulsoriamente – nada de novo se lembrarmos, conforme Passos (2020), que, desde o regime escravista, o sequestro de crianças de mulheres negras era algo “normal”.

Outro desafio para a Reforma consiste num maior cuidado com as múltiplas identidades e expressões de gênero e da orientação sexual. Corpos, desejos e comportamentos fora do binário de gênero incomodam. Pessoas trans, travestis, intersexo, com diferentes desejos/práticas afetivo-sexuais fora da cisheteronormatividade tiveram suas vivências patologizadas até 2018 na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (Cid), da Organização Mundial da Saúde (OMS). No plano mais amplo das relações sociais, ainda são alvo de violência, inclusive no âmbito da saúde mental. Internações compulsórias, terapias de “cura” ou de reversão sexual, discriminação e negligência em torno de suas reais demandas são alguns exemplos.

Também vale destacar que o cuidado ofertado por ações estatais no âmbito da RP é desempenhado pelos/as trabalhadores/as é perpassado por questões de raça, classe e gênero. Passos (2017) informa que, antes, eram as escravas e africanas livres que desempenhavam as funções de cuidado nos hospícios brasileiros. Atualmente, na realidade do Rio de Janeiro, as trabalhadoras de serviços substitutivos como as residências terapêuticas são, em sua maioria, negras, sem formação, pertencentes às camadas subalternizadas. As residências têm formato de casa, o que contribui para essencializar o trabalho das cuidadoras negras como invisível e subalterno, embora mercantilizado pelas políticas sociais. Elas não são detentoras de um saber “técnico”, por isso, fazem o trabalho “sujo”, lavam e passam roupa, cozinham, alimentam, dão banho (Passos, 2017).

Por fim, no cenário da pandemia por covid-19, as desigualdades sociais já existentes se acirraram e afetaram de forma distinta diversos segmentos da população. Con-

vém investigar mais profundamente como a maior crise sanitária resvalou nas políticas de saúde mental, nas condições de trabalho e de saúde (mental) dos profissionais que atuaram na linha de frente, nas pessoas com transtornos mentais (inclusive relacionados com o uso de substâncias e nas políticas de redução de danos) e nos segmentos das classes trabalhadoras em geral.

Considerações finais

São inegáveis os avanços empreendidos pela RP brasileira ao longo dos seus mais de quarenta anos. Seus princípios ético-políticos estão bem definidos e repudiam a histórica violação dos direitos humanos reproduzida pela lógica manicomial. Mas a disputa ainda é longa. A Reforma esbarra em limites estruturais e conjunturais. Está inscrita numa sociabilidade capitalista, patriarcal e racista que tem avançado nos últimos anos. A pandemia por covid-19 escancarou e acirrou as históricas desigualdades sociais que, por sua vez, rebateram também no campo da saúde mental. É preciso avançar a compreensão e a execução da Reforma a partir das particularidades da formação social brasileira.

Usuários/as dos serviços públicos de saúde mental não são apenas pessoas em sofrimento e/ou com o diagnóstico psiquiátrico. Os usuários/as pertencem às classes trabalhadoras, possuem diversas raças e culturas, expressam variadas identidades de gênero e sexualidades, pertencem a diversas gerações, professam ou não algum credo etc. Tampouco o sofrimento é algo que existe independente da estrutura e da conjuntura socioeconômica. A forma como o sofrimento é vivenciado pelas pessoas, pensado pelas políticas públicas e tratado/cuidado nos serviços é atravessada pela totalidade capitalista. Isto também se aplica ao acúmulo teórico sobre a RP e a Luta Antimanicomial, pois a lacuna existente nesta produção teórica quanto à formação sócio-histórica brasileira não invalida os grandes avanços tecidos, porém, é necessário investir mais na análise dos elementos estruturantes de classe, raça e gênero.

Contribuições dos/as autores/as: a autora participou integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito

Agradecimentos: não se aplica

Agência financiadora: não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica

Conflito de interesses: não se aplica

Referências

- ALVES, T. *Questões de gênero e saúde mental: experiências de homens e mulheres diagnosticados/as com doença mental*. [Tese de Doutorado] Braga: Universidade do Minho, 2019, 518p.
- ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial; 2013.
- BASAGLIA, F. *La institucion negada*. Informe de um hospital psiquiátrico. Barcelona: Barral Editores, 1972.
- BASTIDE, R. *Sociologia das doenças mentais*. Lisboa: Publicações Europa América, 1965.
- BEZERRA, E. *Saúde mental masculina: prevalência e vulnerabilidades aos transtornos mentais comuns no contexto rural e urbano*. [Tese de Doutorado] João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017, 325p.
- BORGES, B.; MATOS, M. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, M. I. *et al.* (Orgs.). *Políticas sociais e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 71-88.
- CAMPOS, I.; ZANELLO, V. Sofrimento psíquico, gênero e violência: narrativas de mulheres atendidas em um Centro de Atenção Psicossocial II (Caps II). In: STEVENS, C. *et al.* (Orgs.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília: Tecnopolitik, 2017, p. 505-522.
- CNN. Família afirma que agressor de entregador tem doença mental. São Paulo: CNN, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/familia-afirma-que-agressor-de-entregador-tem-doenca-mental/>. Acesso em: 20 jul 2023.
- COSTA, M. G.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. Estratégias de cuidado e suporte em saúde mental entre mulheres assentadas. *Revista Colombiana de Psicologia*, vol. 24, n. 1, p.13-29. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Enero-Junio, 2015.
- CRUZ, N.; GONÇALVES, R.; DELGADO, P. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*, vol. 18, n. 3, p.1-20. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, jul. 2020.
- CUNHA, M. C. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, vol. 9, n. 18, p.121-144. São Paulo: Associação Nacional de História, Ago.-Set. 1989.
- FANON, Frantz. *Medicina e colonialismo*. Editora Terra Sem Amos: Brasil, 2020.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- G1. Mulher que fez ofensas racistas e homofóbicas em padaria de SP tem ‘transtorno de personalidade’, diz laudo. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao->

paulo/noticia/2022/03/29/mulher-que-fez-ofensas-racistas-e-homofobicas-em-padaria-de-sp-tem-transtorno-de-personalidade-diz-laudo.ghhtml . Acesso em: 20 jul 2023.

GOMES, T. Reforma Psiquiátrica e formação socio-histórica brasileira: elementos para o debate. *Argum.*, Vitória, vol. 10, n. 3, p.24-34, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, set./dez., 2018.

GONZÁLEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, F.; RIOS, M. (Orgs.) – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, p. 25-49, Brasília: Universidade de Brasília, jan./abr. 2016.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, p. 27-53. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. *Serviço Social & Sociedade*, s/v, n. 133, p. 413-431, São Paulo: Cortez Editora, set./dez. 2018.

PASSOS, R. G. Caminhos da consciência de si no movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira: notas iniciais à luz de Marx e Lukács. *Trab. Educ. Saúde*, vol. 13 (supl. 1), p. 11-22, Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2015.

PASSOS, R. G. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. *O Social em Questão*, Ano XX, n. 38, p. 77-94. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, maio/ago., 2017.

PASSOS, R. G. “Holocausto ou navio negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argum*, vol. 10, n. 3, p. 10-22, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Set.-Dez. 2018.

PASSOS, R. G. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. *Em Pauta*, vol. 18, n. 45, p.116 – 129, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1º semestre, 2020.

PASSOS, R. G. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. São Paulo: Hucitec, 2023.

PASSOS, R.; PEREIRA, M. Desafios contemporâneos na luta antimanicomial: comunidades terapêuticas, gênero e sexualidade. In: PEREIRA, M.; PASSOS, R. (Orgs.). *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a RP brasileira*, p. 110-126. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

ROSA, L. *Transtorno mental e o cuidado na família*. São Paulo: Cortez, 2003.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, A. M. *Gênero e Saúde Mental: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea*. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS - Araraquara SP. [Dissertação de Mestrado] São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008, 180p.

SILVA, T.; GARCIA, M. Mulheres e loucura: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental. *Psicologia em pesquisa*, vol. 13, n. 1, p. 42-52, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora/Programa de Pós-graduação em Psicologia, jan./abr., 2019.

SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ZANELLO, V.; BUKOWITZ, B. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. *Revista Labrys – estudos feministas*, vol. 20, n. 21, s/p. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/Instituto de Estudos de Gênero, jun./jul. 2012.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, Humberto. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal, Revista Psicologia*, vol. 27, n. 3, p. 238-246. Niterói: Universidade Federal Fluminense, set./dez., 2015a.

ZANELLO, V.; SILVA, L.; HENDERSON, G. Saúde mental, gênero e velhice na instituição geriátrica. *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*, vol. 31, n. 4, p. 543-550. Brasília: Universidade de Brasília, out./dez. 2015b.

A maconha frente ao flagelo do proibicionismo

Marijuana in the face of the scourge of prohibitionism

Marcílio Dantas Brandão* 

Luzania Barreto Rodrigues** 

Paulo Fraga*** 

RESUMO

Com base em revisão bibliográfica e análise documental, o presente artigo analisa a história de quase um século de proibicionismo nacional em relação à maconha. Promulgada sob a ditadura varguista no ano de 1932, a legislação que proíbe especificamente transações com maconha em todo o território brasileiro consolidou o paradigma do proibicionismo em relação a esta substância. Postula-se que esta proibição obstaculiza uma alternativa econômica viável e com utilidades terapêuticas reconhecidas, sendo, portanto, um verdadeiro flagelo nacional. Em vez de ser legalmente regulada e aproveitada, ao longo do século XX, a maconha se tornou objeto de ações estatais desproporcionais que produzem efeitos adversos no país. Contudo, observa-se a emergência de interesses biomédicos, jurídicos, econômicos, de administração pública e de movimentos sociais, que convergem em favor de alterações menos restritivas ao tema nestes primórdios de século XXI.

Palavras-chave: maconha; Brasil; proibição; mudança de normas.

ABSTRACT

Based on bibliographic review and documentary analysis, this article analyzes the history of almost a century of national prohibitionism regard to marijuana. Enacted under the Vargas dictatorship in 1932, the legislation that specifically prohibits marijuana transactions throughout Brazilian territory solidified the prohibitionist paradigm regarding this substance. We posit that this prohibition hinders a viable economic alternative with recognized therapeutic utilities, thus constituting a true national scourge. Instead of being legally regulated and utilized, marijuana became the target of disproportionate state actions throughout the 20th century, producing adverse effects in the country. Based on a literature review and document analysis, this text critically analyzes nearly a century of national prohibitionism regarding marijuana and then highlights the emergence of biomedical, legal, economic, public administration, and social movement interests that converge in favor of less restrictive changes to the issue in the early 21st century. However, there is an emergence of biomedical, legal, economic, public administration and social movement interests, which converge in favor of less restrictive changes to the topic in these early 21st century.

Keywords: marijuana; Brazil; prohibition; change of norms.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91801>

*Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: marcilio.brandao@univasf.edu.br.

**Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, Bahia, Brasil. E-mail: luzania.rodrigues@univasf.edu.br.

***Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: paulo.fraga@ufff.edu.br.

Como citar: BRANDÃO, M. D.; RODRIGUES, L. B.; FRAGA, P. A maconha frente ao flagelo do proibicionismo. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 188-202, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91801>.

Recebido em 27 de outubro de 2023.

Aprovado para publicação em 05 de abril de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Em diferentes dicionários, o termo “flagelo” está presente e denota desgraça e dor. No Brasil, ele foi aplicado para descrever muitos males, inclusive o uso de drogas. Em estudo recente sobre o trabalho de juízes de direito e promotores públicos, Rodrigues, Brandão e Fraga (no prelo) analisam processos judiciais que reiteram a produção, o comércio e o uso de drogas como um “flagelo do século”, que atenta contra a saúde pública e a paz social. Neste artigo, invertemos a postulação no que tange à maconha e questionamos se o flagelo que a ação humana no século XX legou para os dias de hoje não seria justamente o proibicionismo. Discutimos a partir do caso brasileiro. Apesar de conhecermos a relação dessa questão com outros problemas, como o racismo e a revigoração da moral religiosa em tempos recentes, focalizamos o proibicionismo em relação à maconha e as alternativas que vêm se desenvolvendo neste campo em nosso país. Sabemos que, em determinadas circunstâncias e em contextos específicos, o consumo de maconha pode gerar danos à saúde, mas o risco se agrava sob o estatuto da proibição legal (Karam, 2008; MacRae, 2021).

Conforme se depreende de estudos da jurisprudência nacional (Boiteux; Pádua, 2013), a tipificação criminal de transações com drogas está prevista desde o primeiro Código Penal da República, de 1890, enquanto a legislação específica de crimes relacionados à maconha se faz a partir de 1932 e, até o presente – apesar de diversas alterações legislativas sobre o tema – nossas leis ainda fundamentam perseguição a quem produz e comercializa esta planta e seus derivados, bem como oneram as despesas públicas com medidas de erradicação de plantios e policiamento de um comércio que, se não fosse tão restrito pela legislação, poderia gerar mais dividendos para o Estado e dinamizar a economia.

Este texto tem duas seções principais. A primeira focaliza a síntese dos resultados da revisão da literatura sobre o tema da maconha e de sua proibição no Brasil, bem como discute fatores que nos levam a postular uma nova constelação de interesses em relação ao tema. A segunda seção destaca os resultados da análise documental de peças legislativas e judiciárias, resoluções da administração pública nacional, estudos econômicos e de movimentos sociais, que fundamentam o argumento do proibicionismo como flagelo em relação à maconha e ratifica a emergência de uma constelação de interesses que abrem possibilidades de alterações menos proibitivas neste campo.

Histórico e alguns efeitos deletérios da proibição da maconha no Brasil

Em 1932, por meio do Decreto-Lei 20.930, da Presidência da República, oficializou-se a proibição de transações com maconha (e outras drogas) em todo o território nacional. Apesar das Ordenações Filipinas estenderem suas restrições às drogas também

ao Brasil desde o século XVII, e proibições pontuais a transações com *cannabis* terem sido observadas em várias partes do país no século XIX, a nacionalização do proibicionismo em relação específica à maconha só veio a se concretizar sob a égide de um regime ditatorial. Tal regime contou com massivo apoio de militares e instaurou Getúlio Vargas no poder logo depois de fechar o Congresso Nacional em 1930, dando-lhe condição de, a um só tempo, governar e legislar.

O referido instrumento legal (Brasil, 1932) permitia “fabricar, importar, exportar, reexportar, vender, trocar, ceder, expor ou ter para um desses fins” desde que o interessado obtivesse “licença especial da autoridade sanitária competente [Departamento Nacional de Saúde Pública]”. Conforme analisado por Brandão (2014a, 2014b, 2016, 2017, 2023), os principais empreendedores desta nova legislação foram profissionais da medicina, operadores de Direito e militares que consolidaram o entendimento nacional de que o principal remédio para supostos males relacionados à *cannabis* deveria ser o remédio jurídico e, para tanto, desenvolveram uma legislação com o amargo sabor proibicionista.

Nos termos do Decreto, a exposição, circulação e posse do psicoativo – mesmo que bastante restritas – ainda eram permitidas, mas sua produção era totalmente proscrita. A vigência da nova lei foi o ponto de partida para a organização de serviços de repressão às transações com drogas. Assim, criou-se em 1936 a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), que operou sem regulamentação formal até que se afirmasse, em 1939, sua finalidade de “fixar a cooperação de todos os órgãos encarregados da fiscalização do comércio e uso de entorpecentes e da repressão do seu tráfico e uso ilícitos” (Castro, 2009, p. 375). Em seus primeiros anos, a CNFE organizou inspeção no Nordeste e identificou pouca atenção das autoridades sanitárias e policiais à fiscalização desta proibição. No relato da inspeção, afirma-se que apenas o estado de Pernambuco mantinha um serviço de repressão policial de “fumadores inveterados e vendedores de maconha” (Farias, 1958 [1943]).

A CNFE implementou ações de erradicação. Rosa e Fraga (2023) mapearam essas ações e identificaram quatro momentos entre 1947 e 1981. Apesar da proibição legal ter se materializado em 1932, a repressão e erradicação de cultivos ilícitos de maconha só passariam a ser mais sistemáticos nos anos 1980 (Fraga, 2019), quando as ações de erradicação dos plantios por parte dos órgãos de segurança estatais se intensificaram sob justificativa de que seu cultivo também havia crescido devido à ampliação do mercado interno brasileiro (Iulianelli, Fraga, 2011). Os estudos de Fraga (2006) e Rodrigues (2012) identificaram que as crescentes políticas repressivas para erradicação de plantios ilícitos têm flagrantes violações aos direitos e à dignidade humana.

Devido à proibição dos plantios e às profundas restrições das demais transações com maconha e derivados, desenvolveram-se muitas práticas de corrupção de agentes públicos

e privados que se engajaram com a produção e o comércio de maconha em áreas rurais e urbanas do país. No estado onde a repressão foi apontada como excepcional na primeira inspeção realizada pela CNFE, esta rede de corrupção motivou, algumas décadas depois, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (Alepe, 2000) que identificou diversos beneficiários da legislação proibitiva. Como afirmam Iulianelli e Fraga (2011), além de plantadores e comerciantes, há muitos que extorquem os trabalhadores da maconha, alimentando o que Michel Misse (1997) classifica como “ligações perigosas” e caracterizando um “mercado de proteção” que parasita trabalhadores e propaga violência.

Além da violência que afeta o trabalhador envolvido no cultivo, outros segmentos populacionais são fortemente alvejados pelo proibicionismo. Entre a proibição inicial e a atual legislação nacional sobre drogas há muitas diferenças, mas se mantém a lógica proibicionista em relação à maconha com agravamento de penas para os casos de tráfico, conforme analisaram Boiteux e Pádua (2013) em apreciação comparada das dez mais recentes legislações gerais do país sobre o tema.

Atualmente, o ato de fumar maconha constitui um “crime de menor potencial ofensivo”, tipificado na Lei 11343/2006¹. A sanção a este ato não prevê privação de liberdade, mas aplicação de penas alternativas, o que, todavia, não caracteriza a descriminalização. A diferença entre “consumir” e “tráfico” produz uma grande mudança nas penalidades associadas a cada uma destas transações. Não há critérios objetivos na legislação para qualificar o que é consumo e quais suas diferenças com o tráfico; nenhum destes crimes está devidamente caracterizado. Uma mesma quantidade de maconha pode ser considerada para “consumo próprio” de uma pessoa em determinada situação ou como “tráfico” em muitos outros casos.

Na prática, até a decisão pelo STF do RE 635659 (em junho de 2024), a condição física (aí incluídas características fenotípicas, vestimentas e higiene) se soma às condições discursiva e financeira do portador, bem como se associam às circunstâncias de flagrante, apreensão e registro pela autoridade competente para – juntas – conformarem o amplo conjunto que possibilita um primeiro julgamento a que são submetidas as pessoas detidas por um destes motivos. Tal julgamento é operado por agentes policiais, podendo ser revertido ou não, a critério de juízes de direito; o efeito prático da nova jurisprudência decorrente da referida decisão pelo STF ainda carece de investigações.

1 Apesar de não haver mudança substancial na legislação sobre o tema desde 2006, vale destacar que uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal instaurou nova jurisprudência nacional que, na prática, descriminaliza o porte de até 40 gramas de maconha, assim como a posse de até seis plantas fêmeas. Trata-se da decisão sobre o Recurso Extraordinário nº 635.659, iniciado em fevereiro de 2011 e finalmente julgado em junho de 2024 (cf. <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145>).

Por outro lado, a mesma Lei (Brasil, 2006) elevou a pena mínima de três para cinco anos de reclusão em caso de tráfico, bem como manteve o enquadramento deste crime no rol dos “hediondos”, ou seja, aqueles que não são passíveis de fiança e têm, dentre outros prejuízos, maiores restrições para progressão de regime e redução de pena. Conforme destacou Brandão (2017, p. 117), enquanto as penalidades para o tráfico cresciam, aquelas relacionadas com o “consumo de substâncias ilícitas seguiam o caminho oposto até chegar à atual legislação [...] em que a ‘posse para uso pessoal’ e o próprio ‘uso’ de drogas ilícitas deixou de ser uma conduta tipificável como crime passível de privação de liberdade”.

Em decorrência dessas alterações legislativas, estima-se que a abordagem policial para detenção de indivíduos por porte de maconha para uso pessoal tenha decaído. A “luta contra os fumadores de maconha” perdeu força e a repressão ganhou um novo foco: o comércio. Nos anos imediatamente posteriores à promulgação da Lei 11.343, cresceu 111% o número de pessoas privadas de liberdade pelo crime de tráfico de drogas no país entre 2007 e 2012, passando de 15,5% para 25,2% do total da população carcerária nacional (Boiteux, Pádua, 2013, p. 25-26). Curiosamente, as taxas de consumo de drogas ilícitas, no Brasil e no mundo, permaneceram estáveis (UNODC, 2013), levando-nos a inferir a possibilidade de um número maior de usuários passarem a ser classificados como traficantes.

Assim, após as alterações legislativas em relação à criminalização de transações com drogas, tem se revelado cada vez mais a seletividade punitiva do sistema policial e penal, de modo que uma defensora pública da Bahia recentemente afirmou que a proibição do consumo e da comercialização de drogas ilícitas, sobretudo, em locais públicos, só acontece “para uma parcela da população escolhida conforme marcadores de raça, classe social e território. Isso significa que o viés repressivo da Política Pública de Droga atinge e criminaliza, quase que exclusivamente, a população negra, pobre, marginalizada e desprovida de poder” (Cardoso, 2022, p. 83).

Além dos referidos efeitos adversos da proibição, ainda é importante destacar que ela retardou estudos sobre o potencial terapêutico (Carlini, 2005), obstaculizou o desenvolvimento de um ciclo econômico que poderia ter se concretizado em torno da cadeia produtiva de *cannabis* (Rosa, 2019; Souza, 2021) e produziu más práticas no aparato jurídico-policial nacional (Campos, 2015; Lambert; Martins, 2018; Veríssimo, 2010). Este sistema jurídico-policial opera uma política punitivista desproporcional em relação às drogas (Boiteux; Pádua, 2013) e constitui um dos elementos fundamentais no surgimento de novas condições que apontam para uma possível virada legislativa em relação à maconha no Brasil.

Uma nova constelação de interesses no alvorecer do século XXI

Seguindo o disposto por Weber (2008 [1956]) em seu trabalho sobre dominação, reconhecemos os três tipos puros de dominação legítima que derivam do afeto, do costu-

me e da constelação de interesses diversos que funda a lei e estabelece as rotinas burocráticas. Neste início de século, uma nova constelação deste tipo vem se conformando em relação à maconha. A ideia weberiana de constelação de interesses pode integrar forças previamente conflitantes originando uma forma de dominação que acomoda agentes e pretensões distintas. Em contraponto à dominação tradicional e carismática, a constelação de interesses diversos dá lugar ao que Weber denominou de dominação legal, em que o utilitarismo da análise de vantagens e inconvenientes se sobrepõe às demais variáveis que geram obediência.

Esta nova constelação de interesses relativos à maconha se deve, sobretudo, à redescoberta de seu potencial terapêutico associada a outros dois fatores correlatos: o *déficit* econômico decorrente da proibição e os efeitos sociais deletérios das políticas públicas proibicionistas, que vêm se revelando mais prejudiciais que possíveis danos gerados pelo consumo de maconha (Karam, 2008; MacRae, 2021). Esses três fatores se associam à novidade de *fin de siècle*, que é a pressão popular por medidas liberais de comportamento social. Esta novidade corresponde ao que – tanto pesquisadores quanto ativistas – consideram como antiproibicionismo. Nesta segunda seção, sintetizamos nossa compreensão sobre todos estes fatores, tentando demonstrar como eles convergem de modo a caracterizar as primeiras décadas do século XXI como a “hora da virada” em relação à maconha no Brasil.

O primeiro fator está na base de uma possível “revolução da medicina”, segundo Malcher-Lopes e Ribeiro (2007). Esta revolução representa uma reviravolta no contexto médico-científico que ao longo de um século foi dominado por visão extremamente contrária à maconha, o que coincide com o século de proscrição das práticas homeopáticas no Brasil (Luz, 1996; Brandão, 2017a e 2023). Segundo Carlini (2005), o debate médico-científico sobre maconha no Brasil começou a mudar nos anos 1960 a partir de pesquisas iniciadas em São Paulo para identificar e medir efeitos da planta por meio de experimentos em animais. Nesse cenário, o próprio Carlini teve uma participação fundamental, desenvolvendo e orientando muitas pesquisas, bem como coordenando o grupo que entre os anos 1970 e 1980 publicou mais de 40 trabalhos sobre maconha em revistas científicas internacionais (Carlini, 2005). Em meio às descobertas deste grupo, apontam-se efeitos positivos da administração de *cannabis* para redução de dores, náuseas e vômitos decorrentes de quimioterapia, bem como potencial favorável ao tratamento da caquexia em pacientes de Aids e diversos tipos de câncer. Malcher-Lopes (2014) destaca aplicações eficazes no tratamento de autismo e epilepsia. Outros médicos têm observado o papel auxiliar da maconha em terapias de substituição a opiáceos (Labigaline *et al.*, 1999; Silveira; Moreira, 2006). Pamplona (2014) faz uma síntese bastante ampla da conceituação e aplicação dos medicamentos à base de *cannabis*.

Contudo, há aspectos ainda mais impactantes nas recentes investigações biomédicas. Um destaque muito especial se deve ao potencial neuroprotetor de algumas substâncias presentes na maconha e atualmente conhecidas como canabinóides. Malcher-Lopes e Ribeiro 2007, p. 8) afirmam que “neste início de século XXI, acredita-se que os canabinóides possam estar envolvidos na remodelação dos circuitos neuronais, na extinção de memórias traumáticas, na formação de novas memórias e na proteção de neurônios”.

Nesta aplicação crescente de derivados de *cannabis*, uma empresa especializada em análise de mercado para o setor de *cannabis* identificou dezenas de condições médicas em que derivados desta planta têm gerado benefícios a pacientes (Kaya Mind, 2022, p. 43). A mesma empresa mapeou em agosto de 2022 – via informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – 91.161 importações de medicamentos à base de *cannabis*, 26.400 aquisições em farmácias brasileiras e dispensação pelas associações de pacientes a 70.000 indivíduos; estimando a existência de mais de 180 mil usuários de *cannabis* para fins terapêuticos neste país (Kaya Mind, 2022, p. 37) e “mais de mil médicos prescritores” deste tipo de medicação (Kaya Mind, 2022, p. 45). Vale ressaltar que este número de prescritores representa apenas 0,2% do contingente de médicos atuantes no país.

A argumentação biomédica que afirma e propaga potenciais favoráveis da *cannabis* vem se destacando nos processos legislativos que autorizam organismos da administração brasileira a adquirir produtos derivados da substância, a exemplo do estado de Pernambuco, que recentemente aprovou o Projeto de Lei 3098/2022, que “Dispõe sobre o cultivo e o processamento da cannabis sativa para fins medicinais, veterinários, científicos e industriais” (Alepe, 2022) e do município de Salvador, que sancionou a Lei Municipal 9663/2023, que prevê a distribuição gratuita de “medicamentos nacionais e/ou importados à base de cannabis medicinal que contenham em sua fórmula a substância Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC)” (Salvador, 2023).

A utilidade terapêutica também é a tônica predominante no debate sobre o principal projeto de lei sobre o tema em âmbito federal, o Projeto de Lei 399/2015 (PL), de autoria de Fábio Mitidieri (PSD/SE), que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Analisando os registros de audiências públicas voltadas a subsidiar a tramitação deste PL, Rezende, Fraga e Sol (2022) indicam que esta iniciativa continua inscrita no bojo do proibicionismo, representando uma possibilidade de reforma legislativa que mantém esse paradigma no que se refere ao debate mais amplo sobre política de drogas. Apesar do PL não avançar no sentido de uma descriminalização do uso, a iniciativa legislativa prevê a distribuição pelo Sistema Único de Saúde (Sus) de medicamentos à base de *cannabis*. Este PL está parado na Câmara desde 2021, onde enfrenta resistência de setores conservadores (Rezende, Fraga, Sol, 2022). O último despacho do Projeto é datado de março de 2018 e não há previsão de sua tramitação ao Senado. Assim, o Congresso Nacional inibe o avanço da matéria.

Em que pese a pressão do denominado ativismo canábico (Policarpo, 2019; Fraga; Prado, 2025) para mudanças legais que vislumbram menor repressão e maior acesso de pessoas que necessitam da *cannabis* para fins terapêuticos, essas mudanças ainda são tímidas e se concentram em ações judiciais e resoluções administrativas. As fortes evidências de melhoria da vida de usuários de derivados de *cannabis*, refratários a tratamentos com diversas outras medicações, têm levado a autoridade sanitária nacional a reduzir as exigências e normatizar a autorização da aplicação destes derivados, a exemplo do que se expressa nas Resoluções 17, 327 e 335, da Anvisa, respectivamente publicadas em 2015, 2019 e 2020 (Brasil, 2015, 2019, 2020). Além disso, algumas famílias vêm conquistando, na Justiça, a autorização legal para cultivar a planta (Policarpo; Martins, 2019) ou receber do Sus produtos derivados de *cannabis*. Em ampla análise de processos judiciais recentes, Portela *et al.* (2023) concluem que os pareceres técnicos que deram suporte aos magistrados para tais decisões estavam, em sua maioria, em conformidade com evidências científicas.

Deste modo, percebemos que falta uma legislação geral que garanta a todo o território nacional pelo menos uma brecha ao proibicionismo e autorize o aproveitamento dos potenciais terapêuticos desta droga. Para remediar esta ausência, alguns Poderes Legislativos de âmbito estadual (Assembleias de Deputados) e municipal (Câmaras de Vereadores), o Poder Judiciário (via concessão de *habeas corpus* para cultivo, beneficiamento, circulação e aplicação de medicamentos derivados de *cannabis*) e o Executivo (notadamente por meio da Anvisa) vêm criando alternativas para utilização de *cannabis* em casos em que os benefícios terapêuticos são bastante evidentes.

Com a proscrição de muitas atividades relacionadas à maconha também se perde um grande potencial econômico. Uma parcela importante dos dividendos gerados pelas transações com maconha circula em uma economia ilícita que não gera arrecadação para o Estado nacional e, pelo contrário, impacta as despesas públicas porque a administração federal e dos Estados continuam dispendendo muitos recursos com medidas de repressão. Neste tocante, além das já mencionadas teses em economia (Rosa, 2019; Souza, 2021) que discutem o problema, ressaltamos um estudo empreendido no âmbito estatal por meio da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (Silva; Lima; Teixeira, 2015, p.7). Este estudo afirma que “mais de trinta países cultivam o cânhamo como uma commodity agrícola, comercializada no mercado global”, sendo a China um dos maiores produtores.

Incorporando dados demográficos e análises de prevalência do consumo de drogas em nosso país, os autores estimam “de forma conservadora” que no ano de 2015 havia mais de 2,7 milhões de pessoas utilizando maconha no país. Com base em suas estimativas, os benefícios econômicos da regulamentação da maconha no Brasil se elevariam anualmente a, aproximadamente, “[...] R\$ 5,7

bilhões, não contabilizado o mercado de maconha medicinal e a possibilidade de expansão do mercado com a comercialização de novos produtos derivados da erva” (Silva; Lima; Teixeira, 2015, p. 6). Ademais, estimaram uma redução de custos da ordem de R\$ 1 bilhão / ano no sistema prisional que, em 2014, registrava a presença de 45.553 pessoas cumprindo penas decorrentes de porte e tráfico de maconha, segundo os autores. O estudo do Poder Legislativo é, portanto, bastante conclusivo quanto à consideração positiva do impacto econômico do fim da proibição e da persecução devida a transações com maconha.

Em estudos mais atuais, a estimativa de movimentação econômica de derivados de *cannabis* se eleva bastante, atingindo a projeção de R\$ 26,1 bilhões para o ano de 2022 apenas com os usos já regulamentados pelas Resoluções da Anvisa (Kaya Mind, 2022, p. 117), com arrecadação tributária estimada em oito bilhões de reais. A projeção do mesmo estudo em um mercado menos restritivo é mais de dez vezes superior.

Além dos efeitos positivos para a saúde humana e a economia nacional, destacamos a já mencionada desproporcionalidade das leis de drogas. Retomando esse debate na perspectiva dos juristas Boiteux e Pádua (2013), frisamos que eles recuperam questões caras a diversas teorias do Direito, refletindo sobre a relevância de punir, bem como sobre as formas e medidas da punição. Aplicando suas reflexões à análise da legislação penal relativa às drogas no Brasil, os autores apontam que “as normas penais sobre (algumas) drogas, na realidade, geram encarceramento em massa, prisões de cidadãos cumpridores das leis como traficantes, e uma verdadeira tragédia humana quando se trata de mulheres” (Boiteux, Pádua, 2013, p. 08). Para elucidar tais afirmações, os autores relatam a existência em nosso país de penas mais altas para o tráfico de drogas do que para outros crimes mais danosos para a sociedade, como aqueles contra a vida. Discorrem sobre as alterações legislativas, afirmando que as normas relativas a drogas têm sido as que mais mudam no Brasil e as punições têm aumentado.

Nesta discussão, Boiteux e Pádua (2013) testam o princípio da proporcionalidade das leis de drogas em seus aspectos empírico e normativo. Em outros termos, estes estudiosos do direito buscam responder, por um lado, se a normatização criminalizante e punitiva é eficaz para evitar determinadas práticas. Por outro lado, tentam responder se a forma e a quantidade de pena aplicada a partir desta normatização é coerente com o potencial de dano decorrente das práticas criminalizadas. Assim, os autores analisam, de um lado, as leis de drogas ao longo da história nacional e, do outro, investigam a aplicação destas leis na prática judiciária brasileira, os perfis das pessoas condenadas e a condição de cumprimento das penas. Os resultados são “chocantes”, como os próprios autores afirmam desde a apresentação da obra (Boiteux; Pádua 2013, p. 08).

A longa história da legislação nacional sobre o tema tem se deteriorado em termos sociais e econômicos, levando os autores a concluir que

[...] as leis de drogas no Brasil, e a Lei 11.343/2006 em especial, são completamente desproporcionais, seja abstratamente, seja concretamente. A concepção jurídica da lei representa um desastre normativo e a sua aplicação um ainda maior desastre social. Mais do que qualquer outra lei penal, a Lei de Drogas é seletiva, estigmatizante, ambígua e autoritária. Ela atinge especialmente pessoas já pobres e vulneráveis e aplica a estas pessoas penas mais graves do que aquelas aplicadas a estupradores, corruptos e, em alguns casos, até homicidas. Enquanto faz isso, ela destrói famílias, casas, vidas e ainda gera uma sangria injustificável nos cofres públicos, destinada a sustentar um aparato prisional que nada traz de bom para a vida dos condenados. Esse dinheiro, concentrado num investimento podre, deixa de ser aplicado em investimentos claramente frutíferos para a sociedade, tais como colocação e manutenção de crianças no ensino fundamental (Boiteux; Pádua, 2013, p. 39).

Sob denominações diversas, os efeitos desta desproporção estão na base de muitas análises de impactos das políticas públicas proibicionistas que resultam na denúncia do mau uso do aparato estatal (Campos, 2015; Lambert; Martins, 2018; Veríssimo, 2010) e no *déficit* econômico do proibicionismo (Rosa, 2019; Souza, 2021). Ecoando outra jurista renomada no debate sobre o tema, relembramos a afirmação de Karam (2008) de que a legislação nacional relativa às drogas continua a violar princípios do Estado de Direito, negando garantias fundamentais aos indivíduos que realizam transações de produção, distribuição e consumo de determinadas substâncias tornadas ilícitas.

Estes fatores se encontram também na invenção de um novo movimento social, que tem sido denominado de antiproibicionismo e pretende abolir penas relativas a drogas. Sem nos prolongarmos na discussão da história deste movimento, relembramos que ele representa agentes e ações que se orientam pelo paradigma político de abolição penal para transações com drogas, não apenas maconha, mas qualquer droga. Reproduzindo o entendimento de outros abolicionistas penais, este movimento ratifica que a proscrição de certas substâncias é um equívoco jurídico que amplia os riscos e danos das próprias drogas.

Sob este ideário, o antiproibicionismo englobou agentes que organizavam manifestações públicas em favor de transações com maconha. As análises das origens dessas manifestações divergem, mas é fato que ao longo dos anos 2000 elas vêm ganhando repercussão e encontram nas Marchas da Maconha uma de suas principais formas de expressão (Brandão, 2017a, 2020, 2025). Este movimento contribui para reverter o estigma (Brandão, 2017b) e reúne os demais argumentos terapêuticos, econômicos, jurídicos e administrativos que reforçam nossa postulação de que há interesses diversos

constelados na cena atual favorável à abolição de penas em decorrência de transações com maconha.

Considerações finais

Pelo exposto, postulamos que a proibição de transações com maconha foi um verdadeiro flagelo produzido pela ação humana no Brasil há quase um século. Promulgada em contexto ditatorial, a legislação que consolidou o paradigma proibicionista em relação à maconha no país ainda não foi significativamente alterada. Assim, esta droga – que se mostra como uma alternativa econômica viável e com utilidades terapêuticas destacáveis – em vez de ser legalmente regulada e aproveitada, tornou-se objeto de ações estatais desproporcionais que produzem efeitos adversos por parte de autoridades nacionais que visam erradicá-la.

Ao longo do texto, sistematizamos as razões que nos levam a afirmar a existência contemporânea de interesses biomédicos, jurídicos, econômicos, de administração pública e de movimentos sociais que convergem em favor de alterações menos restritivas às transações com maconha no Brasil. Até o presente, a argumentação biomédica tem obtido maior destaque no âmbito legislativo, mas a presença de interesses muito diversos no momento atual nos faz postular também a existência de uma nova constelação de interesses que apontam para uma alternativa menos restritiva em relação ao tema.

Nosso país superou a ditadura varguista que consolidou a legislação proibicionista da maconha no território nacional. Além disso, suplantamos o interstício de governo antidemocrático imposto pelos militares em 1964. E, no presente, temos sinais de que será abolida (pelo menos parcialmente) a proibição de transações com maconha, extirpando mais um dos males legados por nossas tristes experiências nacionais de ditadura. Como não temos nenhuma pretensão de futurologia, não podemos prever se a mudança virá pela via legislativa clássica (Congresso Nacional), pela ampliação de exceções administrativas (a exemplo das mencionadas Resoluções da Anvisa) ou por mais alguma deliberação do Supremo Tribunal Federal que reduza proibições em relação às transações com *cannabis* e derivados.

Está evidente que a hora da virada do proibicionismo em relação à maconha está chegando no Brasil, mas – para encerrar de modo heterodoxo – concluímos com um questionamento. Trata-se da principal pergunta que nos resta sobre o tema: até quando o flagelo da proibição ainda nos açoitará? Em outras palavras, esta pergunta reconhece que, mesmo que identifiquemos a proximidade de uma importante virada, ainda não é possível prever até quando a lógica proibicionista dificultará o tratamento de quem precisa de derivados de maconha e manterá obstáculos a uma alternativa de desenvolvimento.

Contribuições dos/as autores/as: os/as autores/as participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ALEPE, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. *Relatório final da CPI do Narcotráfico*. Recife: Diário Oficial do Estado, 2000.

ALEPE, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. *Projeto de Lei Ordinária 3098/2022*. Recife: Alepe, 2022.

BOITEUX, L; PÁDUA, J. P. *A desproporcionalidade da lei de drogas*: os custos humanos e econômicos da atual política do Brasil. Rio de Janeiro: CEDD, 2013.

BRANDÃO, M. D. O problema público da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. *Dilemas*, v. 7, 2014a, p. 703-740.

BRANDÃO, M. D. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. *Revista da Biologia*, v. 13, 2014b, p. 1-10.

BRANDÃO, M. D. Os ciclos de atenção à maconha e a emergência de um problema público no Brasil. In: MACRAE, E; ALVES, WC (Org.). *Fumo de Angola*: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 103-132.

BRANDÃO, M. D. *Dito, feito e percebido*: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha. Tese de Doutorado em Sociologia. Recife/Paris: UFPE/EHESS, 2017a.

BRANDÃO, M. D. Em Marcha: maconha e a reversão de um estigma. *Praça*, v.1, n.1, 2017b, p. 47-69.

BRANDÃO, M. D. Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a Marcha da Maconha em Recife. *Teoria e Cultura*, v. 15, n. 2, 2020, p. 74-91.

BRANDÃO, M. D. A maconha na jurisdição médica brasileira. In: FRAGA, P; ROSA, L; REZENDE, D (org.). *De maconha à cannabis*: entre política, história e moralidades. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023, p. 21-39.

BRANDÃO, M. D. De muitos maconhismos a um único antiproibicionismo no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 34, n. 1, 2025. DOI: 10.1590/S0104-12902025240339pt.

BRASIL. *República Federativa do. Decreto 20.930*, de 11/01/1932. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1932.

BRASIL. *Lei 11343, de 23/08/2006*. Brasília: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 17, de 6 de maio de 2015. *Define os critérios e os procedimentos para a importação, em caráter de excepcionalidade, de produto à base de canabidiol*. Brasília, DF: Anvisa, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0017_06_05_2015.pdf. Acesso: 22 abr. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). “Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 327, de 9 de dezembro de 2019”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 dez. 2019. seção 1, p. 194.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 335, de 24 de janeiro de 2020. *Define os critérios e os procedimentos para a importação de Produto derivado de Cannabis, por pessoa física*. Brasília, DF: Anvisa, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/RDC_335_2020_.pdf. Acesso: 22 abr. 2025.

CAMPOS, M. S. *Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo*. Tese (Sociologia). São Paulo: USP, 2015.

CARLINI, E et al. *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo: CEBRID, 2005.

CARDOSO, T. A. L. Proibido para quem? Uma análise do viés criminalizante da política de drogas à luz do conceito de seletividade penal. *Campo Minado*, v2, n3, 2022, p. 55-86.

CASTRO, F. M. O. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

FARIAS, R. C. Uso da maconha (cannabis sativa L.) no Brasil. In: BRASIL, Ministério da Saúde. *Maconha, coletânea de trabalhos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1958 [1943], p. 295-306.

FRAGA, P. C. P. Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no Polígono da Maconha. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, 9(15), 2006, p. 95-118.

FRAGA, P. C. P. A economia do plantio extensivo de cannabis no Brasil e as estratégias de repressão. In: FRAGA, PCP; CARVALHO, MC (Orgs.). *Drogas e sociedade: estudos comparados Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p. 140-154.

FRAGA, P.; PRADO, M. The construction of a right: The regulation of medicinal cannabis in Argentina and Brazil. *Saúde e Sociedade*, v. 34, n. 1, 2025. DOI: 10.1590/S0104-12902025240624en.

IULIANELLI, J. A. S; FRAGA, P. C. P. Plantios ilícitos de ‘cannabis’ no Brasil: desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. *Dilemas*, v. 4, n. 1, 2011, p. 11-39.

- KARAM, M. L. A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: LABATE, BC et al. (orgs.). *Drogas e cultura: novas perspectivas*. Salvador: UDUFBA, 2008, p. 105-120.
- KAYA MIND. *Anuário da cannabis no Brasil*. S/l: Kaya Mind, 2022.
- LABIGALINE, E. et al. Therapeutic use of Cannabis by crack addicts in Brazil. *Journal of Psychoactive Drugs*, v. 31, n. 4, p. 451-455, 1999.
- LAMBERT, L.; MARTINS, L. O Poder Judiciário como balcão de direitos: reflexões sobre as estratégias jurídicas para a garantia do uso medicinal da maconha. *Em Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 190-207, 2018.
- LUZ, T. M. *Arte de curar versus a ciência das doenças: história social da homeopatia no Brasil*. São Paulo: Dynamis, 1996.
- MACRAE, E. *A questão das drogas: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos*. Salvador: EDUFBA, CETAD/UFBA, 2021.
- MALCHER-LOPES, R. Canabinoides ajudam a desvendar aspectos etiológicos em comum e trazem esperança... *Revista da Biologia*, v. 13, n. 1, p. 43-59, 2014.
- MALCHER-LOPES, R; RIBEIRO, S. *Maconha, cérebro e saúde*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2007.
- MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Contemporaneidade e Educação*, v. 1, n. 2, p. 93-116, 1997.
- PAMPLONA, F. Quais são e pra que servem os medicamentos à base de Cannabis? *Revista da Biologia*, v. 13, n. 1, p. 28-35, 2014.
- POLICARPO, F. O debate em torno da maconha no Brasil: um breve panorama das controvérsias e disputas atuais. In: FRAGA, P; CARVALHO, MC. *Drogas e Sociedade: estudos comparados Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, p. 109-123.
- POLICARPO, F; MARTINS, L. “Dignidade”, “doença” e “remédio”: uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. *Antropolítica*, n. 47, 2020, p. 143-166.
- PORTELA, R et al. Judicialização de produtos à base de canabidiol no Brasil: uma análise de 2019 a 2022. *Cadernos de Saúde Pública*, 39(8):e00024723, 2023.
- REZENDE, D. L.; FRAGA, P; SOL, A. Audiências públicas sobre maconha/cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, 1997-2020. *Opinião Pública*, v. 28, n. 2, 2022, p. 425-461.
- RODRIGUES, T. *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino, 2012.
- RODRIGUES, L. B; BRANDÃO, M. D; FRAGA, P. C. P. O flagelo do século: argumentos em defesa da saúde nos processos judiciais relativos ao plantio de Cannabis no Polígono da Maconha. In: MACRAE, E (org.). *Maconha*. Salvador: Edufba: no prelo.
- ROSA, L. *Terra e ilegalidade: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981)*. [Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico] Campinas: Unicamp, 2019.

ROSA, L; FRAGA, P. C. P. Ações policiais de combate à Cannabis nas páginas do Diário de Pernambuco (1938-1981). *História Unisinos*, v. 27, n. 1, 2023, p. 188-201.

SALVADOR, Prefeitura Municipal do. *Lei 9663, de 06/03/2023*. Dispõe sobre a Política Municipal de uso da cannabis para fins medicinais... Salvador: Prefeitura Municipal, 2023.

SILVA, A. N.; LIMA, P. G. C.; TEIXEIRA, L.S. (coord.). *Impacto econômico da legalização da cannabis no Brasil*. Estudo abril/2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

SILVEIRA, D. X.; MOREIRA, F. G. *Panorama Atual de Drogas e Dependências*. São Paulo: Atheneu, 2006.

SOUZA, T. S. *Economia das Drogas e encarceramento em massa no contexto de capitalismo atrasado e dependente....* [Tese de doutorado em Desenvolvimento Econômico]. Campinas: Unicamp, 2021.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. *World Drug Report, 2013*. Viena: UNODC, 2013.

VERÍSSIMO, M. A nova lei de drogas e seus dilemas... *Civitas*, v. 10, n. 2, p. 330-344, 2010.

WEBER, M. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). *Weber: Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 2008 [1956], p. 128-141.

A (des)proteção de mulheres usuárias de substâncias psicoativas no Brasil

The (de)protection of women users of psychoactive substances in Brazil

Indira Aragão* 

Sofia Laurentino Barbosa Pereira** 

RESUMO

Este artigo analisa a proteção social para as mulheres usuárias de substâncias psicoativas, com ênfase na conjuntura brasileira entre 2016 e 2022. Trata-se de uma revisão teórico-bibliográfica que examina a trajetória histórica e conceitual da proteção social no Brasil, com foco nas mulheres que usam substâncias psicoativas e que necessitam de amparo tanto do Estado quanto da sociedade, assim como as implicações do contexto neoliberal e conservador vigente no país na proteção destinada a esse segmento. Verifica-se que a trajetória de proteção social dessas mulheres configura-se como uma (des)proteção, pois tem esbarrado nos cortes e desmontes das políticas públicas e, ainda, no caráter conservador entranhado nas estruturas do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Proteção Social; Mulher; Substâncias Psicoativas.

ABSTRACT

This article analyzes social protection for women who use psychoactive substances, with an emphasis on the Brazilian situation between 2016 and 2022. This is a theoretical and bibliographical review that examines the historical and conceptual trajectory of social protection in Brazil, focusing on women who use psychoactive substances and who need support from both the State and society, as well as the implications of the neoliberal and conservative context in force in the country on the protection provided to this segment. It is clear that the trajectory of social protection for these women is configured as a (de) protection, as it has been hindered by the cuts and dismantling of public policies and, furthermore, by the conservative nature ingrained in the structures of the Brazilian State.

Keywords: Social Protection. Women. Psychoactive Substances.

Introdução

No Brasil, o sistema de seguridade social, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, foi estruturado numa perspectiva de garantia da proteção social integral aos brasileiros, e reorientado a

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91802>

*Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI - Brasil. E-mail: indiraaragao@gmail.com.

**Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI - Brasil. E-mail: sofialaurentino@ufpi.edu.br.

Como citar: ARAGÃO, I.; PEREIRA, S. L. B. A (des)proteção de mulheres usuárias de substâncias psicoativas no Brasil. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 203-217, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91802>.

Recebido em 28 de julho de 2023.

Aprovado para publicação em 27 de agosto de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

partir de direitos de cidadania e com base na centralidade da responsabilidade do Estado. No contexto de proteção social às necessidades sociais, o uso prejudicial de substâncias psicoativas (SPA) traz à tona a necessidade de um olhar mais específico para um segmento que demanda tal proteção: as mulheres usuárias. Mulheres que, vivendo numa sociedade permeada pela histórica e estrutural relação desigual de gênero, encontram-se submetidas à uma série de vulnerabilidades que, associadas ao uso prejudicial, são intensificadas, ou mesmo ganham uma nova conformação pelo contexto de proibição e estigma do uso.

Nos últimos anos, o país tem vivenciado contrarreformas no âmbito da proteção social que tem afetado, em especial, as políticas que compõem a seguridade social. Tal cenário afeta a garantia de direitos, a qualidade dos serviços públicos prestados à população e o cuidado destinado àqueles(as) que necessitam da intervenção e proteção do Estado. Nessa direção, analisa-se a proteção social para as mulheres usuárias de substâncias psicoativas, com ênfase na conjuntura brasileira entre 2016 e 2022, período no qual esteve fortemente instalado no Brasil governos com bases neoliberais e conservadoras. Para tanto, realizou-se uma revisão teórico-bibliográfica que analisou a realidade a partir do método dialético crítico.

O artigo se organiza em três partes: inicialmente aborda a Proteção Social no Brasil, com suas principais características; em seguida, discorre sobre as interfaces da questão de gênero e o uso de psicoativos por mulheres e porque protegê-las; posteriormente, analisa a desproteção vivida por essas mulheres em face dos retrocessos dos governos Temer e Bolsonaro, especialmente no tocante à questão das políticas sobre drogas.

A proteção social no Brasil

Para Pereira (2016), mesmo nos primórdios da humanidade a produção, a acumulação e distribuição de bens materiais estiveram movidas pela necessidade de proteção frente às situações de carências, buscando-se uma abundância isenta de privações. Com o avanço do capitalismo, da intensa exploração do trabalho e do progressivo avanço tecnológico, o acesso à riqueza passou a coexistir socialmente com as formas ampliadas de pobreza. Tal fato inspirou concepções e ensejou práticas cada vez mais elaboradas de proteção social.

Os sistemas de proteção social podem ser entendidos como as formas que as sociedades utilizam para proteger partes ou o conjunto de seus membros, aqueles que venham a passar por vicissitudes da vida natural ou social, tais como velhice, doença, infortúnio e privações (Giovanni, 1998). Esta não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força viva de trabalho humano. Suas ações constituem-se como respostas à necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal próprias da condição humana (Sposati, 2013).

Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, bem como as respostas que obtém, seja no âmbito público ou privado, decorrem de valores mais ou menos igualitários da sociedade para com seus cidadãos (Sposati, 2013). Ou seja, não basta o comprometimento do Estado no atendimento às necessidades dos cidadãos; é necessária uma abordagem multideterminada que inclua os valores constitutivos da sociedade. Para Di Giovanni (1998), os sistemas de proteção mais relevantes foram desenvolvidos nas sociedades capitalistas européias no pós-Segunda Guerra Mundial, que ofereceram tendências universais aos sistemas de seguridade social produzidos, organizados e geridos pelo Estado.

A partir dos anos 1980, há uma mudança no significado de “proteção social”, quando os países centrais, de capitalismo avançado, passam a reformar as políticas clássicas de Seguridade Social, como parte da agenda de restrição de gastos, impulsionadas pela crise fiscal. Esse processo, cuja origem está na crise do capital, faz com que a proteção social seja reduzida a um conjunto de ações e programas para enfrentar o aumento da pobreza e vulnerabilidade (Vaitsman; Andrade; Farias, 2009). No Brasil, país periférico de capitalismo tardio, a trajetória da proteção social é marcada por particularidades. Até então, as formas de proteção destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade eram caracterizadas por uma assistência fragmentada e pontual, ofertada sobretudo pela Igreja católica, além de ações no campo da saúde e previdência, atreladas ao trabalho formal.

Esse “padrão de proteção social” foi mantido na ditadura militar que, ao tempo em que impulsionava as políticas sociais – embora restritas –, as utilizava como estratégia política e abria espaço para o mercado privado nas áreas da saúde, previdência e educação, estabelecendo um sistema dual de acesso, entre os que podiam e os que não podiam pagar. Tal padrão foi alterado no final dos anos 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que foi fruto das lutas sociais, intensificadas no final dos anos 1970 e início de 1980, e que contribuíram para a transição do regime ditatorial para a abertura democrática. Várias bandeiras de luta dos movimentos sociais convergiram na nova Carta Magna que, expressando as disputas e a correlação de forças daquela conjuntura, instituiu avanços significativos no campo das políticas sociais.

A referida Constituição vai representar, portanto, uma transformação no padrão de proteção social brasileiro, inaugurando-se um modelo da seguridade social, em busca da universalização da cidadania. Neste novo modelo, busca-se romper com as noções de cobertura restrita a setores inseridos no mercado formal e alargar os vínculos entre contribuições e benefícios, gerando mecanismos mais solidários e redistributivos (Fleury, 2004). Somente então que se pode falar em Proteção Social no Brasil.

Yazbek (2014) esclarece que a noção de seguridade social estabelecida pela Constituição de 1988 garante aos cidadãos um conjunto de direitos e seguranças para cobrir,

reduzir e prevenir situações de risco e vulnerabilidades sociais¹, abrangendo a cobertura de diferentes contingências sociais, que não dependem do custeio individual direto. A autora aponta ainda algumas inovações no sistema protetivo brasileiro, como a centralidade da responsabilidade do Estado na regulação, normatização, proposição e implementação de políticas públicas no âmbito da proteção social; a descentralização e participação da sociedade a partir do controle social; e a perspectiva de articulação e integração entre as políticas.

Entretanto, a nova estrutura da proteção social criada pela Carta Magna é também objeto de esvaziamentos e desqualificações em seu processo de implementação no país, haja vista a despolitização e refilantropização do enfrentamento à pobreza. A permanência de práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas, evidência a fratura entre direitos e possibilidades de acesso às políticas sociais (Yazbek, 2014), remetendo a trajetória do sistema de (des)proteção social brasileiro. Sob o ponto de vista de Pereira (2016), essa proteção, historicamente residual e subserviente aos ditames das elites, embora proporcione alívios aos seus beneficiários, perde ainda mais seu potencial benéfico sob o viés da servidão financeira, fruto da condição de capitalismo dependente.

Deste modo, embora experimentados alguns avanços, esses esvaziamentos e fraturas tornam-se mais evidentes após o golpe de 2016, a partir do qual instaura-se no país um direcionamento mais neoliberal e conservador do que antes presenciado na política nacional. Este direcionamento reverberou nas políticas sociais, atingindo a política de saúde e, conseqüentemente, as políticas de atenção aos usuários(as) de drogas no Brasil, como será visto.

O uso de drogas por mulheres: porque proteger?

O gênero é uma dimensão central das relações sociais e da cultura, que diz respeito à justiça, identidade e sobrevivência. Ser um homem ou uma mulher não é um estado, mas uma condição ativamente em construção (Connell; Pearse, 2015). Para as mulheres, em especial, as relações sociais com base no gênero são, além de determinantes de condutas e comportamentos, também fontes de injustiças e desigualdades. Scott (1991) norteia que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e é uma forma primeira de significar as relações de poder. O gênero se torna, aliás, um modo de indicar as “construções sociais” - a criação social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.

1 É importante fazer destaque ao debate crítico em torno das concepções de risco e vulnerabilidade, especialmente em torno de definições individualizantes, em contraponto à concepção mais ampla de proteção social e cidadania. Entretanto, estes ainda são conceitos que têm sido utilizados dentro da literatura das políticas públicas brasileiras, sobretudo nas políticas de Saúde e Assistência Social.

Na sociedade construída com base no patriarcado, as mulheres estão sempre em desvantagem em relação aos homens. São, portanto, mais vulneráveis socialmente, pois são colocadas como sujeitos sem autonomia e sem o controle do próprio corpo, devendo viver sob a proteção masculina. É necessário, portanto, considerar toda a desigualdade historicamente construída nas relações sociais entre homens e mulheres, presentes nas estruturas de poder e tradições culturais. Além disso, as “hierarquias de gênero assumem formas diferentes segundo a posição de classe e raça das mulheres” (Biroli, 2018, p.23).

As desigualdades tomam novas formas diante da realidade vivenciada pelas mulheres. Assim, há condições que afetam diretamente a saúde mental das mulheres, e associam-se de forma tênue às questões de emprego e renda, em especial, às atividades designadas conforme os papéis socialmente determinados para o “ser mulher” (Barata, 2009). O gênero naturaliza e cobra condutas, baseadas unicamente no sexo. E as mulheres usuárias de substâncias psicoativas se estabelecem enquanto desviantes das condutas moralmente destinadas ao “ser mulher”. Constituem-se, ainda, como grupo submetido a uma série de vulnerabilidades e preconceitos decorrentes de sua condição de “mulher drogada”, cercadas de estereótipos de maior vulgaridade, promiscuidade e descuido com os papéis sociais e familiares.

O fenômeno do uso prejudicial tem desafiado as políticas públicas na busca por alternativas de garantir um cuidado integral às pessoas vulnerabilizadas por essa condição e que demandam atenção do Estado. Entretanto, Rosa e Alves (2013) apontam que é um erro comum supor que esse uso envolve as mesmas medidas para homens e mulheres, oferecendo uma resposta social inadequada para as mulheres, tendo em vista que não há atenção voltada aos usos femininos e ignorando as especificidades de cada grupo.

Conforme o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (III Lenad), embora o uso de substâncias ilícitas ainda seja mais reportado por homens, o Brasil ocupa um padrão intermediário entre sociedades ditas como afluentes, em que há uma tendência crescente relacionada à homogeneidade dos padrões de uso de substâncias ilícitas por sexo. Outro aspecto importante, refere-se ao uso de medicamentos de forma não-prescrita, que foi frequentemente reportado em maioria entre as mulheres. O III Lenad mostra ainda que as usuárias de crack e/ou similares possuíam, em sua ampla maioria, baixa escolaridade. Mais de 80% das mulheres haviam cursado somente até o Ensino Fundamental (85,54%) e cerca de um quarto apenas até a 3ª série do Ensino Fundamental (23,88%); e quase a totalidade das mulheres referiu não estar estudando no momento da entrevista, demonstrando o fato de que ainda é presente na população feminina a baixa escolaridade e que o uso pode acarretar o abandono escolar (Bastos *et al.*, 2017).

Como citado, as relações desiguais de gênero, associadas à condição de mulheres usuárias de SPA, colocam estas em condições de extrema vulnerabilidade, sejam com seus

corpos ou mesmo nas relações de parentalidade ou afetividade. Mulheres são comumente responsabilizadas pelo abandono ou negligência com os filhos e submetidas às violências diversas e distintas daquelas vividas por homens na mesma condição. Fica claro, portanto, que as mulheres se constituem como grupo heterogêneo e, como tal, têm demandas próprias a serem atendidas pelas políticas públicas.

A apreensão de que o uso prejudicial de SPA é uma questão que transcende a dimensão puramente biológica e patológica, traz a tona o entendimento de que, para um tratamento mais aguçado da questão, é imprescindível a confluência das diversas políticas de proteção social no atendimento às necessidades desse público, numa perspectiva intersetorial. Nesse sentido, a atuação junto às mulheres usuárias de psicoativos, com vistas ao atendimento às demandas inerentes à condição vulnerável a qual podem encontrar-se submetidas, pressupõem articulações dessas políticas de proteção, o que não vem ocorrendo historicamente no Brasil.

A (des)proteção social à mulheres usuárias de SPA no Brasil: o contexto contemporâneo ultraneoliberal e conservador

Boschetti e Bering (2021), ao analisar o atual contexto brasileiro apontam que desde o golpe de 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, o país direciona-se a uma exacerbação do neoliberalismo, permeado pelo avanço de contrarreformas e privatizações, intensificadas pela eleição de Jair Bolsonaro em 2018, com um governo de extrema direita e ultraneoliberal. Sua programática, celebrada pela maioria dos empresários, culminou na destruição de direitos sociais e evidenciou discursos e ações de criminalização das lutas sociais, negligenciando direitos humanos e as conquistas no campo da cidadania.

Ao explicar como o ultraneoliberalismo se transforma em um novo paradigma em governos autoritários, como o caso vivenciado no Governo Bolsonaro, Castilho e Lemos (2021) destacam que, vivencia-se atualmente uma retirada quase total de direitos historicamente conquistados e a centralização e fortalecimento do poder nas mãos do executivo. Tal gestão adotou um conjunto de medidas totalitárias sob o pretexto de garantir a proteção de seu governo, transformando uma emergência em regra e dando uma roupagem de legalidade jurídica a um conjunto de práticas sem regramento constitucional.

As repercussões do ultraneoliberalismo que tem sido instalado no país nos últimos anos, especialmente entre 2016 e 2022, trouxeram implicações para as políticas públicas, refletindo numa série de retrocessos aos direitos da população. Entretanto, a crise gerada pelas políticas sociais neoliberais e pela recessão econômica mundial trouxe principalmente graves consequências aos mais vulneráveis. Castilho e Lemos (2021) apontam que, no Brasil, a aceleração das políticas ultraconservadoras e ultraneoliberais encontraram no go-

verno Bolsonaro um solo fértil para se intensificar. Os sucessivos cortes e privatização na saúde pública, na previdência e assistência social fizeram a diferença nas ações do Estado para conter ou não a pandemia em terras brasileiras.

No campo da previdência, houve um verdadeiro desmonte da ideia de Seguridade Social, refletida no aumento de idade para tempo de aposentadoria, cortes para pensionistas e incentivo à seguros privados. Essa teve centralidade nas contrarreformas dirigidas pelo governo que, entretanto, não deixou as demais políticas públicas de seguridade social fora do alvo das contrarreformas. Muito pelo contrário, foram uma a uma sendo desmontadas e refuncionalizadas sob a ótica neoliberal (Castilho; Lemos, 2021).

Somado a isso, no campo do trabalho, viu-se como as reformas das leis trabalhistas afetaram sobremaneira a vida das classes mais baixas. No governo de Michel Temer foram evidentes as ações voltadas para atender a demanda capitalista, consolidar a autorregulação do mercado, enfraquecer as forças sindicais e favorecer a privatização indiscriminada (Pereira; Cabral, 2019). Foram intensificados os ataques contra a classe trabalhadora que assistiu o aprofundamento do desemprego, a deterioração das condições de trabalho e desmonte dos direitos, a exemplo das Leis nº 13.429 e 13.467² de 2017 (Pereira; Cabral, 2019).

No governo Bolsonaro, viu-se a intensificação desse quadro, refletindo no intenso crescimento da informalidade, altos índices de desemprego, insegurança dos trabalhadores e famílias. Pereira e Cabral (2019) apontaram que, em 2019, o número de empregados sem carteira assinada, de trabalhadores por conta própria e de subocupados seguiam um movimento crescente no país. Apresentado um percentual de 41,3% trabalhadores informais no grupo da população ocupada, configurando-se como a maior taxa desde 2012.

Outro dado relevante é o elevado índice de insegurança alimentar que o Brasil vivencia nos últimos anos. Em pesquisa recente lançada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), foi demonstrado que em 2022, 33,1 milhões de pessoas encontravam-se sem ter o que comer, e que 58,7%, ou seja, mais da metade da população brasileira, conviveu com a insegurança alimentar em algum grau. A pesquisa apontou ainda que a fome tem gênero e as diferenças são muito expressivas entre os lares chefiados por homens e por mulheres. Em casas onde a mulher é “chefe da família”, apresentou-se um índice de insegurança alimentar de 19,3%. Bem maior se comparada aos lares onde os homens cumprem esse papel, que apresentaram um percentual de 11,9%, acentuando-se as desigualdades de gênero. A insegurança alimentar foi verificada também na maioria dos lares cuja pessoa de referência estava desempregada

2 A Lei 13.429/2017 traz alterações da lei anterior, sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. A Lei 13.467/2017 representa a Reforma Trabalhista e traz novas regras relativas à remuneração, plano de carreira, jornada de trabalho, e outras.

(36,1%), demonstrando que os domicílios com chefes desempregados (as) enfrentava a fome (Penssan, 2022).

Ao analisar a política de saúde no atual contexto, são observadas intensas desigualdades entre as unidades da federação nos indicadores de saúde, fruto da política de austeridade fiscal, que enfraquece a política de saúde e coloca em risco a continuidade do Sistema Único de Saúde (Sus). Observa-se ainda, a restrição ao crescimento real dos gastos na área de saúde no período, sendo um dos menores dos últimos anos. Além disso, com a EC-95, que congelou os gastos públicos durante 20 anos, acarretou retrocessos nos serviços públicos de saúde ainda no governo Temer (Castro, 2020).

A pandemia da Covid-19, causada pelo Novo Coronavírus, trouxe, além do medo – em face de um vírus desconhecido e com rápida transmissão– diversas repercussões sociais, econômicas e políticas. No Brasil, o cenário pandêmico revelou os desmontes enfrentados pelo Sus, com a deficiência de recursos materiais e estruturais, a crise causada pela falta de oxigênio em unidades de saúde e ainda atraso nas compras de vacinas. O governo Bolsonaro, ao resistir em assumir a responsabilidade de assegurar os recursos públicos favoreceu a multiplicação e intensificação das desigualdades estruturais do país. A classe trabalhadora foi a mais afetada, ao enfrentar as dificuldades de acesso ao Sus, desemprego e medidas federais retardatárias, com poucos recursos de auxílio emergencial (Boschetti; Behring, 2021).

No campo da assistência social, além dos sucessivos cortes à Política de Assistência Social, destaca-se a Portaria nº 2.362/2019 publicada pelo então Ministério da Cidadania, com o objetivo de “estabelecer procedimentos para a equalização do financiamento” da política, que na verdade resultou numa intensa insegurança orçamentária aos municípios, em face dos cortes de até 40%. A pandemia da Covid-19 e a crise a ela relacionada deixaram ainda mais evidentes as desigualdades sociais, de classe, raça e gênero presentes no país, e seus impactos no mundo do trabalho trouxeram desafios expressivos para a Política de Assistência. A implementação do auxílio emergencial, mesmo como uma medida de proteção social, foi conquistada à duras penas e aprovada com um valor bem aquém do proposto. Todos os beneficiários do Programa Bolsa Família foram atendidos “automaticamente” pelo auxílio. Fato este que, inclusive abriu portas para uma nova alteração na Política de Assistência, na qual o Programa Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil, no ano de 2021.

Retomando os dados do III Lenad em relação à da renda dos usuários, é demonstrado que a maioria das usuárias entrevistadas apresenta renda familiar de R\$751,00 a R\$1.500,00 reais, ou seja, pouco mais que um salário mínimo (Bastos *et al.*, 2017). Evidencia-se como este grupo, apenas pelo fator da renda, já se configura como público alvo da Política de Assistência Social, necessitando, deste modo, da proteção social advinda desta. E que do mesmo modo, encontra-se comprometida pelos avanços neoliberais.

Associado a todo o contexto de repercussões neoliberais direcionadas para as políticas de proteção social, tem-se ainda a frente conservadora e de extrema direita presente no governo Bolsonaro, o qual posicionou-se explicitamente contra os movimentos feministas e as discussões de gênero. Promoveu-se a aversão a qualquer debate crítico que estivesse baseado na discussão sobre gênero, sob o argumento de uma ideologia prejudicial às futuras gerações.

Em 2022, ao ser verificado o orçamento destinado às políticas voltadas às mulheres, mesmo sua maioria relacionada à violência de gênero, somando um valor de R\$ 29,4 milhões; 74% desse recurso foi alocado para pagamento do Disque 100 e do Ligue 180, que são serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. Isso demonstra que, ao priorizar recursos para o Ligue 180/100 em 2022, ao invés de políticas mais abrangentes, tem-se uma visão simplificada da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, ao investir apenas em ações na área de segurança pública ou justiça (Silva, 2022). Esse dado revela como os recursos para as mulheres apresentaram pouca utilização e carece de ações efetivas.

Ao analisar como o governo instaurado em 2019 alterou o perfil da política brasileira no que diz respeito às agendas de gênero, raça, sexualidade e direitos humanos, Kyrillos e Simioni (2022) destacam que os discursos oficiais proferidos por Bolsonaro estiveram marcados por uma reapropriação do mito da democracia racial e a prática de desmonte das instituições e políticas voltadas às populações negras e indígenas. Além de uma constante cruzada moral contra a “ideologia de gênero”, com a negação da questão de gênero, como vias a uma articulação de interesses e propósitos neoconservadores e neoliberais. As reivindicações por igualdade de direitos, por direitos de cidadania são consideradas meramente como uma imposição do léxico do politicamente correto.

Como ressaltam Castilho e Lemos (2021), o governo de Bolsonaro, do ponto de vista subjetivo, representou uma ação reacionária, patriarcal, misógina, racista e lgbtfóbica aos parâmetros de direitos conquistados por populações que historicamente tiveram seus direitos invisibilizados. Para Biroli (2018), embora as relações de gênero tenham tido alterações na vida afetiva, universo familiar, relações de trabalho e política, ainda não existem igualdade nesses espaços, pois o machismo não foi superado, e a despolitização e privatização continuam centrais no contexto político em que o horizonte da democracia é reduzido e os espaços da vida são gradualmente ocupados pela lógica econômica concorrencial.

E, assim, os reflexos sentidos são tanto nos campos do desinvestimento de políticas públicas, que tragam em voga a consideração da categoria de gênero e suas relações constitutivas da sociedade, como também através do conservadorismo nas suas implementações, haja vista a política nacional sobre drogas e as reformulações, que afetam diretamente o cuidado destinado às mulheres usuárias. Quando se fala de políticas conservadoras,

a questão das drogas, nos últimos anos, parece ter sido a mais afetada pelos retrocessos, principalmente relacionados ao cuidado destinados às pessoas usuárias de substâncias psicoativas, para as quais, boa parte das ações esteve no campo do proibicionismo com investimentos em Comunidades Terapêuticas (CTs).

Cabe destacar que, no campo das políticas de atenção aos usuários (as) de drogas no Brasil, a atuação do Estado se desenvolveu tendo como base principal a lógica proibicionista, de controle, punição e repressão de usuários (as). Porém, a partir dos anos 1990, passou a apresentar mudanças, com a assunção da Redução de Danos como forma de cuidado. Tal perspectiva, que visa a uma abordagem não centrada no produto/substância, mas, na visão do (a) usuário (a) como sujeito de direitos, e, portanto, nos fundamentos dos direitos humanos, na promoção da liberdade e autonomia, tornou-se indispensável para pensar a proteção e o cuidado destinado às usuárias. Mesmo considerada um avanço, esta estratégia enfrentou retrocessos no contexto atual brasileiro, do mesmo modo que as demais políticas de proteção.

No âmbito da Política de Álcool e outras Drogas, vivenciou-se uma invasão de propostas conservadoras que colocam em risco os direitos conquistados, sobretudo a partir dos governos Temer e Bolsonaro, sob a ordem de um neoliberalismo ortodoxo. Este neoliberalismo se constitui com o retorno das principais teses neoliberais, construídas mundialmente na década de 1970 e no Brasil na década de 1990, o qual defende uma política econômica voltada para um duro ajuste fiscal, diminuição da intervenção estatal para as políticas sociais e privatização (Silva; Silva, 2020).

Ainda no governo de Michel Temer, em 2018, foi instituída a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, a qual, já no art. 1º, aprova o realinhamento e fortalecimento da Política Nacional sobre Drogas (PNAD), de seus programas e ações, a partir da premissa básica de considerar aspectos legais, culturais e científicos e, em especial, a posição contrária quanto às iniciativas de legalização de drogas.

Já no início do governo de Jair Bolsonaro, todos os processos referentes às ações de cuidados, prevenção e reinserção social das Políticas sobre Drogas, que antes ocorriam no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), no Ministério da Justiça, foram designadas à Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred), no âmbito do Ministério da Cidadania. As primeiras ações das pastas relacionadas à questão das drogas estiveram voltadas para as CTs, a exemplo das Portarias nº 562, 563 e 564 que criam respectivamente o plano de fiscalização e monitoramento de CTs, o cadastro de credenciamento destas e a certificação de qualidade dos Cursos de Capacitação para CTs. Todas lançadas na mesma data, em março de 2019.

Vê-se que as primeiras ações do governo quanto às Políticas sobre Drogas, estão voltadas para CTs que, já no início da gestão, passaram a ter mais espaço, sobretudo no

que se refere ao repasse de recursos do fundo público para o financiamento de tratamento às pessoas usuárias, atendidas nestas instituições. Ainda nesta direção, o Ministério da Cidadania esteve financiando em 2022, 16.963 vagas em 684 CTs em todo o país (Brasil, 2022). São altos valores em recursos públicos destinados a instituições privadas, em detrimento dos serviços da rede Sus que sofreu um processo de sucateamento e deficiência de recursos.

Mais adiante, no mês de abril, houve a aprovação do Decreto nº 9.761 de abril de 2019, que instituiu a “Nova” Política Nacional sobre Drogas. As reformulações concedem um caráter mais conservador ao trato da problemática das drogas, tendo em vista tanto as alterações relacionadas à inclusão das CTs, declarada como um importante espaço para cuidado dos usuários, bem como a não valorização da perspectiva da redução de danos nas suas ações, adotando claramente a abstinência como abordagem preferencial do tratamento.

Em junho do mesmo ano, tem-se a Lei nº 13.840, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e financiamento das políticas sobre drogas, alterando a lei anterior. O fortalecimento dessas instituições regride à lógica manicomial e proibicionista combatida pelos princípios da Reforma Psiquiátrica. Escancaram o investimento em serviços privados em detrimentos de serviços da Rede de Atenção Psicossocial do Sus e descon sideraram a perspectiva da Redução de Danos como prática de cuidado. Práticas estas que tem como principal premissa o reconhecimento da singularidade dos sujeitos envolvidos no processo terapêutico, cabendo citar, então, as mulheres e todas as suas particularidades.

Localizando as CTs no contexto atual e ainda na discussão de gênero, estas instituições vêm sendo fortemente utilizadas como mecanismo oficial de intervenção do Estado para diversos grupos marginalizados, sendo inclusive acionadas para internação compulsória de mulheres pobres e negras, travestis e transexuais, com a proposta de cura para os comportamentos considerados desviantes. Nas CTs com leitos femininos, algo que aparece em destaque é a proibição do uso de produtos de beleza, ou estética, tais como bijuterias, acessórios de cabelo, maquiagens, sapatos de salto, ou até a restrição quanto à vestimenta de shorts ou saias curtas (Pereira; Passos, 2017). Esse aspecto reflete claramente o caráter confessional adotado pela maioria dessas instituições, as quais adotam como um dos pontos do “tratamento” a cura através do divino e viés moralizante.

Em março de 2023, já no atual governo de Lula, foi lançada a Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas, evento que visou o lançamento da Portaria interministerial para propor medidas voltadas à promoção do acesso a direitos para mulheres no âmbito da política sobre drogas. Entretanto, mesmo acenando para uma visão mais progressista sobre a pauta, o governo criou dentro do Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome, um Departamento de Apoio às CTs, reforçando no âmbito do Estado o mesmo molde conservador.

Verifica-se que o modelo proibicionista baseado na repressão, reclusão e amedrontamento, que defende uma sociedade livre das drogas, é o que tem recebido maior investimento público, e ao mesmo tempo, se mostrado mundialmente menos eficaz, pois não apresenta resultados quando à redução do uso de SPA (Duarte, 2015). Neste ponto, os fatos até agora demonstrados, remontam ao tema destacado no subtítulo que se inicia nesta secção. Como, em face de todos os desmontes e do avanço neoliberal e conservador colocado para as políticas públicas, em especial para a Seguridade Social brasileira, será garantida à proteção social das mulheres em condição de uso prejudicial de substâncias psicoativas?

O que fica evidente, portanto, é que o cenário que se apresentou nos últimos anos para essas mulheres foi de desproteção por parte do Estado. A proteção integral às necessidades e vulnerabilidades postas às mulheres usuárias de substâncias psicoativas tem esbarrado não apenas nos cortes e desmontes das políticas que compõem esse sistema, mas principalmente no caráter conservador entranhado nas estruturas do Estado brasileiro atual.

Considerações finais

Apesar dos avanços no campo dos direitos sociais com a Constituição de 1988, nos últimos anos, o Brasil presidido pela extrema direita sofreu uma série de contrarreformas direcionadas às políticas públicas de seguridade social, e que compõem a proteção social brasileira. A ofensiva ultraneoliberal e conservadora, presente nas estruturas do Estado, impactou sobremaneira as políticas de saúde, assistência e previdência, e resultou na ampliação das desigualdades sociais impostas à classe trabalhadora e às camadas sociais mais desfavorecidas. O desmonte das instituições públicas se deu por meio de privatizações irrestritas, redução de orçamento para programas e serviços, desmobilização e enfraquecimento das instâncias de participação social.

No que se refere às Políticas sobre Drogas, foram incentivadas práticas conservadoras de remanicomialização, impactando deste modo, na proteção destinada às mulheres usuárias. Mulheres estas que, como demonstrado, requerem um cuidado integral às vulnerabilidades que são postas tanto pela condição de mulher nunca sociedade desigual e patriarcal, como pela condição de pessoas em uso prejudicial de SPA. Diante da complexidade do tema, o que fica posto é a urgente necessidade de reestabelecimento dos trilhos daquilo que foi preconizado na Constituição de 1988, dos princípios de Reforma Psiquiátrica e, ainda, o grande desafio de organizar os serviços e sistemas de cuidados aos usuários e usuárias de SPA, a partir da compreensão da heterogeneidade destes indivíduos. Visando, portanto, o fortalecimento de ações que estejam pautadas na singularidade do cuidado destinado às mulheres, evitando práticas permeadas de visões equivocadas sobre como lidar com a questão do uso de psicoativos, e pautadas numa perspectiva uniformizante de atenção.

Contribuições: Ambas as autoras participaram da concepção, elaboração e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica

Agência financiadora: Não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

- BARATA, R. B. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Ed. Fiocruz, 2009.
- BASTOS, F. I. P. M. *et al.* (Org.). *III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017.
- BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.
- BRASIL. *Resolução Conad nº 01, de 09 de março de 2018*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-9-de-marco-de-2018-6285971>. Acesso em: 25 ago 2022.
- BRASIL. *Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019*. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9761.htm. Acesso em: 27 ago 2022.
- BRASIL. *Portaria Nº 562 de 19 de março de 2019*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/obid/legislacao>. Acesso em 02 jan 2023.
- BRASIL. *Portaria Nº 563 de 19 de março de 2019*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/obid/legislacao>. Acesso em 02 jan 2023.
- BRASIL. *Portaria Nº 564 de 19 de março de 2019*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/obid/legislacao>. Acesso em: 02 jan 2023.
- BRASIL. *Lei 13.840 de 05 de junho de 2019*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13840.htm. Acesso em: Acesso em 02 de jan de 2023.
- BRASIL. *Portaria Nº 2.362 de 20 de dezembro de 2019*. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.362-de-20-de-dezembro-de-2019-234966986>. Acesso em 05 de jan de 2023.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. *Notícia: Seminário expõe ações do Governo Federal na prevenção e tratamento à dependência química*, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/seminario-expoe-acoes-do-governo-federal-na-prevencao-e-tratamento-a-dependencia-quimica>. Acesso em: 09 jan 2023.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021.

CASTILHO, D.; LEMOS, E. L. de S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálisis*, v. 24, p. 269-279, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun 2023.

CASTRO, J. A. de. Proteção social em tempos de Covid-19. *Saúde em debate*, v. 44, p. 88-99, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/4VYSSSLsmZ4754Cv6tsfJDy/?lang=pt>. Acesso em: 01 abr 2023.

CONNELL, R.; PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

DUARTE, M. J. O. Da lógica manicomial à rede de atenção psicossocial: a questão das drogas no campo da saúde mental e as internações forçadas. In: FERNANDEZ, O. F. R. L., ANDRADE, M. M., FILHO, N. A. (Orgs). *Drogas e políticas públicas: educação, saúde coletiva e direitos humanos*. Salvador, Brasília: EDUFBA, ABRAMD, 2015.

FLEURY, S. A seguridade social inconclusa. In: FLEURY, S. *A era FHC e o governo Lula: transição*, 2004, p. 121-150.

GIOVANNI, G. di. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, M. A. de (Org.). *Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil*. Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

KYRILLOS, G. M.; SIMIONI, F. Raça, gênero e direitos humanos na política externa brasileira no governo bolsonaro (2019-2021). *Revista Direito e Práxis*, v. 13, p. 1874-1896, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/W8gJ3X7rMdggH9jjrjddffg/>. Acesso em: 01 maio 2023.

PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. *Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PEREIRA, C. P. *Proteção Social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, S. O. G.; CABRAL, J. P. C. Informalidade e crise do emprego no Brasil. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 18, p. 92-102, 2019.

PENSSAN, R. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. *II Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo- SP, 2022.

ROSA, L. C. S. ALVES, T. M. E quando são elas? Interfaces entre saúde mental, substâncias psicoativas e gênero: observações preliminares sobre a condição das mulheres diagnosticadas com o transtorno mental devido ao uso nocivo de substância psicoativa. In: *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, v. 13, n. 2. Niterói: Ed. da UFF, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, 1991.

SILVA, V. R. Matéria: *Má execução do orçamento ameaça políticas de enfrentamento à violência contra mulheres para 2022*, 23 nov. 2021. Disponível em:

<https://www.gereronumero.media/orcamento-mulheres-2022/>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, B. L. da; SILVA, A. X. da. A Política Nacional de Saúde Mental: uma reflexão acerca dos retrocessos nos governos Temer e Bolsonaro. *Serviço Social em Revista*, v. 23, n. 1, p. 99-119, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/38697> Acesso em: 11 jan 2023.

SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B. de; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 731-741, 2009.

YAZBEK, M. C. Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T. de; SOUZA, R. G. de. *A intersetorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas: Papel Social, p. 21-39, 2014.

A internacionalização e os programas de pós-graduação em Serviço Social

The internationalization and postgraduate programs in Social Work

Valeria Forti* 

É com muita satisfação e profundo agradecimento que a *Revista Em Pauta* da faculdade de Serviço Social - Uerj entrevista a Profª Maria Lúcia Teixeira Garcia.

A entrevistada, conhecida como Lúcia Garcia, possui graduação em Serviço Social e História e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Concluiu seu doutoramento em Psicologia Social na Universidade de São Paulo (USP). É professora titular em exercício na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Com relevante experiência na realização de pesquisas em cooperação internacional, a entrevistada generosamente compartilhou, com a *Em Pauta* e seus leitores, instigantes reflexões sobre os processos e as políticas de internacionalização nas instituições de ensino superior (IES), considerando, em particular, o Serviço Social brasileiro.

Em Pauta – Por que você afirma que, em princípio, o Serviço Social brasileiro é internacional?

Lúcia Garcia – Excelente a tua pergunta e difícil de respondê-la em poucas palavras. Com o risco de ser aqui limitada a alguns aspectos em relação a outros, vamos lá. Primeiramente, a resposta requer estabelecermos o que cada um de nós entende por ser internacional. Usualmente, a dimensão internacional envolve um processo de construção de relações continuadas, no plano do ensino, da pesquisa e da troca de experiências profissionais com centros de pesquisa e universidades no exterior. E defendemos que isso se faz presente na trajetória do Serviço Social no Brasil, contribuindo para a criação dos primeiros cursos de mestrado no início dos anos 1970 e do doutorado nos anos 1980 e expansão dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) nos anos 2000.

ENTREVISTA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91803>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ - Brasil.
E-mail: vforti17@gmail.com.

Como citar: FORTI, V. A internacionalização e os programas de pós-graduação em Serviço Social. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 218-229, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91803>.

Recebido em 15 de abril de 2025.

Aprovado para publicação em 22 de março de 2025.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Podemos ver que as relações internacionais são constitutivas da trajetória do Serviço Social no Brasil e no mundo (nas décadas de 1950/1960, seja pelo intercâmbio entre profissionais brasileiros e americanos, que ocorria por meio de instituições como Serviço Social da Indústria, conferência internacional) ou também pelo diálogo no contexto latino-americano a partir das décadas de 1960/1970 do século XX na América Latina.

A tradução de muitos livros e materiais didáticos da área de Serviço Social e o intercâmbio de professores e estudantes de serviço social com os Estados Unidos, países da América Latina e Europa, a partir dos anos 1950, também são indicadores dessa relação.

Se olharmos o currículo de algumas companheiras, veremos que Maria Ozanira Silva e Silva fez seu mestrado nos Estados Unidos (*Master of Social Work - Western Michigan University*, em 1976), Marida Iamamoto foi pesquisadora no Centro Latinoamericano de *Trabajo Social*, Celats, Peru, em fins dos anos 1970, Nobuco Kameyama fez especialização, mestrado e doutorado na França, entre 1972 e 1978, apenas como alguns exemplos. O Conselho Federal de Assistentes Sociais (hoje Conselho Federal de Serviço Social - CFESS) fez os primeiros contatos para afiliação à Federação Internacional de Trabalho Social (Fits), ainda no final dos anos 1970, mas somente se concretiza na década de 1990. A participação de Joaquina Barata na Fits (compondo o Comitê Executivo da *International Federation of Social Workers - IFSW* e co-coordenadora do Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social), a realização do Congresso Internacional da IFSW em Salvador, as propostas da América Latina no debate sobre a definição de Serviço Social, são ações articuladas e provocativas para o posicionamento do Serviço Social na defesa do projeto ético-político e na disputa entre as diferentes correntes e perspectivas presentes no mundo.

Essa interlocução com o Serviço Social ao redor do mundo intensifica as análises, as pesquisas, os intercâmbios e os processos de formação de novos profissionais desde uma perspectiva internacional, mas que, ao mesmo tempo, reafirma o projeto ético-político do Serviço Social no Brasil e o coloca no debate e disputas em torno da concepção de Serviço Social¹; a publicação de um número especial em 2021 sobre a Tradição Radical do Serviço Social na América Latina, entre outras...

No livro *Serviço Social global em um contexto político: perspectivas radicais*, Iain Ferguson, Vasilios Ioakimidis e Michael Lavalette nos agradecimentos reconhecem:

[...] os muitos representantes inspiradores que conhecemos das associações de serviço social na Espanha, Argentina e Brasil. Em particular, lembramos com carinho da reunião que coordenamos na conferência *Global Social Work*, na Suécia, para tentar estabelecer uma rede internacional juntos; a reunião foi

1 Ver artigos como McPherson, 2014, Heitman, 2016, Haanwinckel; Fawcett; Garcia, 2018, ou o capítulo de Wellen, 2022.

bem frequentada e estava prestes a começar quando os colegas brasileiros chegaram. A presença deles foi notável por dois motivos: primeiro, havia muitos deles! Segundo, todos eles queriam debater conosco sobre a relevância contínua do marxismo para o serviço social — algo que não vivenciamos com muita frequência! (Ferguson; Iakimidis; Lavalette, 2018, p. v).

Assim, essa dimensão internacional acompanha a trajetória do Serviço Social no Brasil. Negar isso é deixar-se aprisionar pela dimensão e critérios avaliativos postos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) aos Programas de Pós-Graduação. Essa avaliação é baseada em critérios urdidos ao longo dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). No quarto PNPG (1994-2002 - que não chegou a ser promulgado), destacaram-se, entre outros, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação, a busca pela flexibilização do modelo de pós-graduação e a inserção internacional do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A discussão em torno da internacionalização da educação superior no Brasil ganhou força com a intensificação da internacionalização das atividades científicas medida pelo crescimento da produção científica em colaboração internacional. Mesmo presente na agenda da ciência, a internacionalização ganhou maior impulso a partir do final do século XX, momento marcado pela globalização e pelo neoliberalismo, instrumentais do capitalismo financeiro cujas estratégias, dentre outras, envolvem a transformação de bens sociais em serviços comercializáveis e a quebra de barreiras nacionais para sua livre circulação.

Como conceito e estratégia, a internacionalização é um fenômeno relativamente recente que emergiu nos anos 1980, impulsionado por questões econômicas, socioculturais, políticas e acadêmicas (De Wit, 2019). A implementação de políticas neoliberais, o processo de globalização e mundialização do capital; o atendimento às demandas de formação requeridas pelo mercado; vão definindo uma dada perspectiva de internacionalização (Dias Sobrinho, 2010; Barreyro; Rothen, 2006).

No PNPG 2011-2020 o termo internacionalização da pós-graduação aparecia como ferramenta para que o país se colocasse em posição de destaque no mercado econômico mundial, produzindo tecnologia e inovação (o termo apareceu no documento 154 vezes e, entre eles, foca o papel da Pós-Graduação na formação de recursos humanos para as empresas). Mas, inovação aparece registrado desde o I PNPG (1975-1979) e o foco na expansão do sistema — nesta temporalidade, existiam nas universidades brasileiras cerca de 57 programas de doutorado; em 1985, havia mais de 300, com cerca de uns outros 800 para formação em nível de mestrado -, e estruturação de um sistema de avaliação — formação de comitês encarregados de avaliar e classificar cada programa, nas diversas áreas do conhecimento (momento em que o Serviço Social é estabelecido na Capes e a área denominada Programas Sociais (com a presença de Margareth Jenks — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Puc/Rio, em 1976).

Neste processo, a internacionalização foi urdida com parâmetros orientadores a todas as áreas de conhecimento e de avaliação. E Barata (2019) nos alerta que o uso acrítico dos indicadores quantitativos; a tendência de avaliar o desempenho dos programas por meio do desempenho individual dos docentes, ao invés de tomar o programa em si como unidade de análise; o engessamento dos programas que se guiam mais pelo alcance dos critérios do que pela busca permanente da qualidade devem ser combatidos.

Em se tratando da questão do mercado, como indicadores de internacionalização, este valoriza a produção científica internacionalizada em língua inglesa (dominada por grandes empresas editoriais como *Elsevier*, *Black & Wiley*, *Taylor & Francis*, *Springer Nature* e *SAGE*). Como indústria, estas editoras são únicas em termos de rentabilidade, gerando grandes lucros líquidos (a *Elsevier* tem uma margem de lucro em torno de 40%, superior à *Microsoft*, *Google* e *Coca-Cola*), mobilidade, que representa a criação de centros de excelência, entre outros. Mas essa perspectiva de internacionalização requer problematização. Internacionalizar para que? Para quem? Por quê? Com quem?

Dentro disto, o *status* atribuído às áreas de conhecimento, influenciou (e influencia) como essa internacionalização chega às IES, com definição das áreas prioritárias por parte das agências de fomento e das IES, direcionando as cooperações e colaborações com as grandes universidades estrangeiras ranqueadas e orientadas por assimetria na relação, e centralidade do idioma inglês. Por fim, esse processo de conhecimento orienta-se por uma distribuição desigual dos recursos e bolsas. As regras estabeleceram exigências de produção, geração de conhecimento, publicações em parceria, organização de eventos, e a consequente avaliação quanto à internacionalização do saber e inserção internacional não consideram as particularidades das áreas de conhecimento.

E este debate requer muito cuidado: Knight (2012, p. 17) advertiu que a dimensão internacional do ensino superior (Graduação e Pós-Graduação) nas últimas décadas tornou a palavra *internacionalização* algo abrangente e ligada a quase tudo (intercultural, global ou internacional), perdendo o sentido semântico e a direção do que se fala.

A internacionalização da educação superior é ocidentalizada, em grande parte anglo-saxônica, e predominantemente de língua inglesa. Há pressão para pesquisas e publicações internacionais, recrutamento de estudantes e acadêmicos internacionais, e sobre o uso do inglês como língua de pesquisa. Por outro lado, a Capes indica que para cada 5 estudantes brasileiros/as enviados/as ao exterior, o país recebe 1 estudante estrangeiro/a. Estes desafios e pressões entram em conflito com uma abordagem mais inclusiva e menos elitista da internacionalização.

Por isso defendemos a perspectiva de que o Serviço Social é internacional. Mas defender isso não nos exime de outras problematizações, entre elas, a compreensão das limitações e implicações presentes no processo de internacionalização, a barreira linguística

que requer ser enfrentada na interação com o mundo. E aqui o desafio do espanhol, do inglês, do francês e do português.

Este é um debate que requer aprofundamento e saudamos a iniciativa da Em Pauta.

Em Pauta – Qual a sua compreensão acerca da internacionalização nos nossos programas de pós-graduação?

Lúcia Garcia – A internacionalização dos PPGs na área de Serviço Social, inserida neste contexto acima descrito, e vivendo um processo de expansão de seus PPGs (principalmente a partir dos anos 2000), sofreu pressões definidas por parâmetros e indicadores orientados pelas agências nacionais e internacionais, por competitividade, e por adoção de acordos de cooperação entre universidades com perspectivas diferentes em relação à profissão (vide as experiências e direções impostas pelo edital Capes PrInt). Outro aspecto é se a internacionalização é individual – do docente, do PPG – ou da instituição. Por isso, é mister compreendê-la sob diferentes dimensões.

Primeiro, vemos ao longo da trajetória dos PPGs ações de internacionalização que se individualizam em uma ou mais de uma professora. E isso é internacionalização de pessoas, e não institucional. Por isso, este tipo de internacionalização é restrita aos sujeitos envolvidos.

Entendemos a internacionalização como um processo continuado de aprofundamento de relações entre o PPG, a Instituição de Ensino Superior e parceiros internacionais, que possui centralidade na disseminação e troca de conhecimento, mas que requer uma política institucional de internacionalização e linhas de fomento à sua concretização.

Se a dimensão internacional é parte integral da educação em nível superior (especialmente da Pós-Graduação) e da pesquisa científica, esta requer a recusa de uma educação superior modelada por um padrão de poder colonial (Quijano, 2005) e o compromisso ético-político na construção de solidariedades, a fim de resistir aos efeitos homogeneizadores e normalizadores da globalização e para descentralizar as epistemologias ocidentais.

O que se expressa no interior dos relatórios dos PPGs (Capes, 2007; Capes, 2010; Capes, 2014; Capes, 2017; Capes, 2021) torna mister reconhecer as assimetrias existentes em termos intrarregionais e internacional e entre as áreas de conhecimento. Ou seja, o debate deve ser politizado e reconhecer que o subfinanciamento não assegura a realização das ações exigidas. E a consequente recusa ante a responsabilização e restrições do processo ao Programa de Pós-Graduação.

As IES brasileiras requerem estruturação e consolidação de suas Políticas de Internacionalização e o país precisa de uma política pública nacional de internacionalização. A internacionalização não se caracteriza como um fim em si (Van der Wende, 2001), mas um processo no qual o norte seria o fortalecimento e a consolidação de um conhecimento comprometido com um projeto societário.

A internacionalização, tal como defendida pela Capes, está representada por várias dimensões:

- Mobilidade internacional de docentes, discentes e técnicos, que requer apoio por meio de editais ou linhas de financiamento. Atração de estudantes e pesquisadores estrangeiros. A mobilidade *in* e *out* é confrontada com os custos do deslocamento e a exiguidade de linhas de financiamento. Em termos de mobilidade de estudantes estrangeiros ao Brasil, Adefila *et al.* (no prelo) identificaram que as/os estudantes internacionais que estudavam no país em 2021 (em todas as áreas de conhecimento) vieram de 45 países diferentes, sendo 42,9% da América do Sul (24,5% eram colombianos).
- Acordos de cooperação. A assinatura de Termos de cooperação deve ser acompanhada de recursos que possibilitem a realização de pesquisas conjuntas e intercâmbio. Neste processo, o entendimento das relações e condições de trabalho das parcerias estrangeiras é mister para o sucesso na realização das atividades.
- A captação de recursos é necessária, mas, na maioria das vezes, restritiva para propostas oriundas da Grande Área Ciências Sociais Aplicadas (como o Serviço Social);
- A realização e a disseminação de resultados de pesquisas conjuntas, decorrentes de parcerias internacionais, são apresentadas em eventos nacionais e internacionais.
- Proficiência em língua estrangeira é uma questão que requer política com investimentos desde o Ensino Fundamental. Apesar dos PPGs adotarem exames de proficiência, o foco muitas vezes está na habilidade de leitura e não de conversação.
- Consolidação de parcerias e redes internacionais existentes e construção de novas parcerias e projetos de cooperação em pesquisa, ensino e extensão. Essas redes de pesquisa vêm possibilitando: publicações em coautoria internacional, apresentação de trabalhos em conferências e reuniões científicas internacionais; captação de recursos com foco em cooperações internacionais; visibilidade do PPG que resulta em novas articulações.
- Cotutela e dupla titulação descrita nos relatórios de alguns PPGs.

Cabe destacar que, deste processo, emergem outras dimensões:

- atração espontânea de estudantes estrangeiros ou por editais com este objetivo;
- teses e dissertações cujos objetos têm como foco a dimensão internacional.

Nos dados dos PPGs registrados na Plataforma Sucupira, vemos que a cooperação se dá, prioritariamente, com a América Latina, África e, na Europa, com Portugal e Espanha, mesmo com crescimento recente para países na América do Norte, Europa e Ásia. A mobilidade de docentes e discentes é limitada, pelo exíguo número de bolsas para o exterior e a atração de estudantes estrangeiros (principalmente, América Latina e África)

com garantia de bolsa no Brasil, bolsas e recursos distribuídos desigualmente entre as IES e entre as regiões.

Em Pauta – Quando e por que a internacionalização se tornou dimensão avaliativa na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes?

Lúcia Garcia – Ao buscar referências sobre a questão internacional nos Boletins da Capes, observamos que entre os textos analisados, aparece pela primeira vez em 1994 a exigência de “nível internacional”, com referência à produção intelectual de um curso de conceito A (conforme padrão de avaliação à época). Naquela época, o “nível internacional” foi a forma encontrada para diferenciar os cursos de pós-graduação, tendo em vista que um grande número desses havia atingido o nível mais alto da escala de avaliação.

O termo “inserção internacional” aparece pela primeira vez no volume 6, número 2, do InfoCAPES de 1998. Na primeira referência ao termo, ele aparece relacionado à discussão sobre a avaliação da produção intelectual, mais especificamente sobre a diferença entre o que é produção de nível internacional de produção de circulação internacional. A agência defendia que era necessário estabelecer parâmetros para medir a inserção internacional dos programas. Ou seja, era mister estabelecer indicadores que discriminassem os programas nas escalas de avaliação existentes.

Esses indicadores, como a internacionalização, se defrontam como dois aspectos: a) a mesma agência que acredita e avalia, é também a que financia. E isto determina os limites da avaliação, condicionada a variável orçamentária.

Em termos de financiamento da Capes, este indica um sistemático processo de redução de seu orçamento. Em termos de comparação, os valores orçamentários da Capes de 2024 são próximos aos de 2009. Por outro lado, a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação da agência foi de 2718, em 2009, para 4559 cursos, em 2023 (crescimento de 63%). Crescem os cursos, reduzem-se os recursos orçamentários e aumentam as pressões sobre os PPGs.

A pressão da Capes sobre os PPGs por internacionalização é parte de uma agenda de incremento da posição brasileira nos *rankings* internacionais. Em termos de publicações científicas, os *rankings* utilizam bases como *Scopus/Elsevier*, com publicações em língua inglesa. As plataformas, de modo amplo, dão suporte ou estrutura para processos, produtos e serviços, mas não produzem nada por si mesmas, contudo fornecem uma infraestrutura para mediar as relações – no contexto acadêmico ou científico (como *Elsevier*, *Taylor & Francis*). Historicamente, os periódicos presentes nestas plataformas não têm sido espaços de publicação de autoras/es brasileiras/os do Serviço Social, em geral por questões vinculadas à linha editorial dos periódicos. No relatório da quadrienal 2021 da área 32 consta que:

[...] o Brasil, como alguns países da Europa, tem uma forte tradição científica de produção de conhecimento em sua língua nativa. No caso específico do Brasil, há uma tradição cultural da produção de conhecimento da pós-gradua-

ção da grande área de Humanidades em português. Ademais, verifica-se baixa cobertura dos indexadores internacionais como WOS e Scopus em Ciências Humanas, Ciências Sociais e Sociais Aplicadas, dificultando o exercício de uma comparação da produção científica nacional com a internacional.

Essa é uma dimensão, mas há outras, como as dificuldades em termos de linha editorial e as diferenças em termos de perspectiva teórica.

Por fim, defendemos que o processo de internacionalização pressupõe políticas e planos de internacionalização nas IES. Debater como tarefa exclusiva de um PPG é perder de vista que sem uma política institucional, as ações realizadas sofrerão as limitações por ser uma ação isolada.

Em Pauta – Qual o rumo que os Programas de Pós-Graduação da nossa área vêm adotando, prioritariamente, visando à implementação da internacionalização?

Lúcia Garcia – Em análise dos dados dos PPGs da área, as cooperações e colaborações internacionais registradas são prioritariamente Sul-Sul, com destaque para América Latina e África. Mais recentemente houve crescimento de cooperações norte-sul. Entretanto, na análise das produções bibliográficas dos PPGs, verificamos que nem sempre há correspondência entre as cooperações listadas e as produções bibliográficas vinculadas ao PPG.

Mas a internacionalização aparece registrada nos relatórios dos PPGs, desde os com nota 3 e 4 – como tarefa para ascender na avaliação quadrienal – até os com nota 5, 6 e 7 (exigência de serem e permanecerem em parâmetros internacionais).

Como dito no início, é urgente aprofundarmos o debate em torno da internacionalização inscrita dentro de uma Política institucional e amparada pelo setor responsável na IES (recebendo suporte e subsídios para conhecer e entender os editais internacionais) até a ampliação de ações de parcerias entre os PPGs brasileiros e estrangeiros. Mas tudo isso só é possível se acompanhada de aporte financeiro que subsidie o processo pautado em princípios e diretrizes de reciprocidade.

Em Pauta – Qual o significado e qual a importância da cooperação internacional de pesquisa?

Lúcia Garcia – A experiência de pesquisa com uma equipe internacional possibilita desenvolver estilos e formas de pesquisa, aprimorando a comunicação e organização do trabalho científico, fundindo as experiências das partes em um resultado concretizado em um melhor método de trabalho para a pesquisa social. A internacionalização do conhecimento e do saber, a partir de diferentes referências e paradigmas científicos, possibilita ainda a identificação de pontos de encontro e desafios para avançar na investigação. Além disso, a socialização de experiências e projetos em diferentes contextos com objetivos comuns possibilita a reflexão e o avanço do conhecimento. O desenvolvimento das Ciências Sociais, desde que em uma perspectiva crítica da realidade, contribui para o

desenvolvimento dos pesquisadores participantes, tornando-os melhores profissionais e seres humanos.

A formação em uma perspectiva internacional nos possibilita articular conhecimentos, estranhar algumas práticas, conhecer outras experiências, autores, análises e socializar conhecimentos acumulados. Por outro lado, a manutenção das parcerias não se resume a métricas, mas não podemos nos esquecer que essas métricas (artigos em periódicos internacionais com fatores de impacto e em língua inglesa) comparecem quando os colegas estrangeiros (europeus, asiáticos e norte-americanos) necessitam da anuência institucional para manutenção dessas parcerias.

O processo de cooperação e colaboração internacional é, assim, um processo que nos permite refletir sobre nossas realidades e repensar os caminhos pelos quais a pesquisa e a formação em Recursos Humanos, em nível internacional, tem caminhado, bem como propor algumas recomendações.

Precisamos definir, coletivamente, os novos rumos e desafios da cooperação internacional.

Em Pauta – Podemos conjugar as ações de internacionalização, o financiamento das pós-graduações brasileiras e as condições concretas das universidades mundialmente?

Lúcia Garcia – Este é um aspecto central no contexto atual. Como destacamos se vivemos com uma histórica retração no orçamento da Capes nos últimos 10-12 anos, há também do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Ribeiro, Oliveira, Denadai e Garcia (2020) indicaram que, entre 2011 e 2014, dos 130 editais de apoio ao pesquisador do CNPq analisados pelas pesquisadoras, foram submetidas 90.342 propostas das quais 24.660 foram aprovadas, ou seja, um atendimento de 27,3% da demanda. Em apresentação da representação da área de Serviço Social no CNPq no Enpess de 2024, esta apontou que o atendimento às demandas da área gira em torno deste percentual (próximo a 30%). Ou seja, como pesquisador/as vivemos mais sem recursos (2/3 da demanda) do que com recursos (1/3), sem considerar o reduzido aporte para garantia de ações de internacionalização.

Acompanhamos o corte orçamentário da Ciência e Tecnologia (C&T). As despesas da União com C&T em 2020, corresponderam a 41% dos 16,1 bilhões investidos em 2013. Tais cortes atingiram o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (FNDCT), a Capes e o CNPq. E, no período pandêmico, esses cortes se aprofundaram (Dellagostin, 2021). Se olharmos, em específico, a questão das bolsas de Mestrado e Doutorado, os dados de 2018 a 2021 demonstram que, mesmo nos anos de pandemia da covid-19, houve aumento do número de matrículas de estudantes de mestrado e diminuição das bolsas tanto da Capes quanto do CNPq. No caso do mestrado, em 2018, antes do início da pandemia, 43,7% dos mestrandos possuíam bolsa de estudo (Capes e CNPq). Nos anos seguintes seguiu uma tendência de queda (2019 - 40,4%; 2020 - 37,8%), che-

gando, em 2021, com apenas 32,9% dos estudantes cobertos com bolsas. E, em 2023 o percentual foi de 34,2%.

No doutorado não foi diferente. É possível verificar a elevação de matrículas entre 2018 e 2021. Em 2020, por exemplo, havia 124.530 doutorandos matriculados e, em 2021 (ano de pandemia) este número subiu para 131.832. Em 2018, 46,3% dos doutorandos tinham bolsa, em 2021 esse número passou para 41,8% e em 2023 o percentual foi de 40,75% (dados da Capes, disponíveis no GeoCapes).

Em termos das bolsas de doutorado *sanduíche* da Capes, houve uma redução de 21% entre 2017 (4988 bolsas) e 2023 (3962). Considerando a distribuição das bolsas por países, Estados Unidos, Portugal, França, Espanha e Reino Unido concentraram um pouco mais de 60% das bolsas. Destaque para os Estados Unidos (variou entre 26 e 22% das bolsas do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior - PDSE entre 2016 e 2023). Considerando as bolsas PDSE alocadas ao Serviço Social, o corte entre 2017 e 2023 foi de aproximadamente 45%.

Ou seja, essa retração no financiamento afeta de forma diferente as distintas áreas de conhecimento. Assim, nossa área perde com os cortes orçamentários, mas também perde com a realocação diferenciada dos recursos das agências (maior para as áreas agrárias e tecnológicas).

Enfim, os cortes impostos à política de educação e de ciência, tecnologia e inovação, com destaque à situação das bolsas, fazem parte de um projeto de educação que revelou uma crise mais profunda que a crise sanitária: a crise do modo de produção capitalista.

A crise que vem passando as universidades no Reino Unido e Estados Unidos, por exemplo, mostra cortes orçamentários, listas anuais de demissão de docentes, instabilidade, sobrecarga de trabalho, estresse e a relação entre financiamento e carga horária de pesquisa, o que afeta as relações entre pesquisadoras/es do Brasil com cooperações com pesquisadoras/pesquisadores britânicos e estadunidenses. Almer (2018) refletiu sobre as transformações estruturais implementadas nas universidades e como essas afetaram as condições de trabalho e resultam em intensificação e extensão do trabalho, confusão entre trabalho e tempo livre, precarização, auto-exploração e *automarketing* (algo que vemos sinalizado no novo Qualis no qual o fator de impacto será do artigo). Os efeitos negativos para a saúde de docentes universitários, vemos no nosso cotidiano: estresse, depressão e insegurança. Por isso, nacional e internacional, a preocupação e o cuidado com a saúde mental é parte do processo de cooperação. Assim, as cooperações são mediadas por condições e relações de trabalho diferentes entre as/os parceiras/os.

A internacionalização vive duplo e contraditório fluxo: todas as IES incorporam a internacionalização em seus documentos, mas o financiamento regride e não acompanha a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

As cooperações internacionais realizadas pela área, mesmo neste cenário adverso, reafirmam o compromisso com o fortalecimento do Serviço Social.

Referências

ADEFILA, A.; LEITE, YLR; GARCIA, MLT; CARDOSO, PA. *Internationalization; international student surveys; international student experience; support programmes; student Mobility*. No prelo.

ALMER, T. Precarious, Always-On and Flexible: A Case Study of Academics as Information Workers. *European Journal of Communication*, v. 33, n. 4, p. 381-395, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323118783794>. Acesso em: 5 maio 2023.

BARATA, R. B. Mudanças necessárias na avaliação da pós-graduação brasileira. *Interface*, Botucatu, n. 23, e180635, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.180635>. Acesso em: 5 fev. 2024

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. “SINAES” contraditórios: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 27, p. 955-977, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/k4GvPgqGxKXNKJ85ZMySjnL/> Acesso em: 13 jun. 2021.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2004. Brasília: Capes, 2004.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2007. Brasília: Capes, 2007.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2010. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/SERVI%C3%87O-SOCIAL-RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-FINAL-jan11.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Trienal 2013. Brasília: Capes, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-trienal-2013/03022022_SevioSocial.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Quadrienal 2017. Brasília: Capes, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-servico-social-quadrienal-pdf>. 5 fev. 2024.

CAPES. *Relatório de avaliação da área de Serviço Social*. Quadrienal 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaServioSocial.pdf. Acesso em: 5 fev. 2024.

DELLAGOSTIN, O. A. Análise do fomento à pesquisa no país e a contribuição das agências Federais e estaduais. *Revista Inovação e Desenvolvimento*, volume II, n. 06, 2021.

DE WIT, H. (2019). Internationalization in Higher Education, a Critical Review. *SFU Educational Review*, v. 12, n. 3, p. 9–17. Disponível em: <https://doi.org/10.21810/sfuer.v12i3.1036>. Acesso em: 5 fev. 2025.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, Avaliação: do SINAES a Índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/284>. Acesso em: 2 mar. 2025.

FERGUSON, I; IOAKIMIDIS, V; LAVALETTE, M. *Global Social Work in a Political Context: radical perspectives*. Bristol: Policy Press, 2018.

HAANWINCKEL, B. Z.; FAWCETT, B.; GARCIA, J. A. B. Contrasts and reflections: Social work fieldwork supervision in Brazil and England. *International Social Work*, v. 61, n. 6, p. 943-953, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020872817695395>. Acesso em: 5 fev. 2025.

KNIGHT, J. Five Truths about Internationalization. *International Higher Education*, v. 69, p. 4–5, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.6017/ihe.2012.69.864>. Acesso em: 5 fev. 2025.

MCPHERSON, J. ‘Human Rights Practice in Social Work: A US Social Worker Looks to Brazil for Leadership’, *European Journal of Social Work*, v. 18, n. 4, p. 599–612, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142, Disponível: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

RIBEIRO, D. B.; OLIVEIRA, E. F. A.; DENADAI, M. C. V. B.; GARCIA, M. L. T. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *Rev Katálysis*, v. 23, n. 3, p. 548–61, set./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p548>. Acesso em: 5 fev. 2025.

WELLEN, H. Marxism and social work in Brazil. In: WEBB, S. A. *The Routledge Handbook of International Critical Social Work: New Perspectives and Agendas*. Londres, Routledge, 2022, 14p.

VAN DER WENDE, M. Internationalisation policies: about new trends and contrasting paradigms. *High Educ Policy*, v. 14, p. 249–259, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0952-8733\(01\)00018-6](https://doi.org/10.1016/S0952-8733(01)00018-6). Acesso em: 5 fev. 2025.

Previdência Social e a luta por direitos: um século de história para contar

Social Security and the fight for rights: a century of history to tell

Monica de Jesus Cesar* 

Resenha do documentário *Previdência Social: 100 anos de lutas*, realizado pelo Curso de Graduação e pelo Programa de pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O documentário *Previdência Social: 100 anos de lutas* foi organizado, em 2023, pelo Curso de Graduação e pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP com recursos da Capes/Proex e patrocínio do Sindsprev-RS e Sinsprev-SP. Produzido pela Rico Filmes, com direção de Bruno Rico. A obra teve como produtora executiva a assistente social e professora da PUC-SP, Maria do Socorro Reis Cabral.

Com base em uma pesquisa histórica e de imagens primorosa, o documentário evidencia as conquistas e os desafios enfrentados para a consolidação dos direitos previdenciários ao longo dos últimos 100 anos no país, com o objetivo de informar e divulgar a história das lutas em torno da Previdência Social brasileira e fomentar o debate sobre essa política pública.

O documentário tem o mérito de abordar a Previdência Social com uma linguagem clara e direta, expondo algumas de suas determinações históricas, sociais e políticas e destacando sua importância na constituição dos direitos sociais no Brasil, através da luta de classes inerente às relações sociais capitalistas. O documentário analisa criticamente a trajetória da política previdenciária, em uma perspectiva de totalidade, considerando o movimento histórico e suas contradições e pontuando as conjunturas econômico-políticas que atravessaram a realidade brasileira e suas repercussões na previdência.

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91804>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: CESAR, M. J. *Previdência Social e a luta por direitos: um século de história para contar*. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 230-235, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91804>.

Recebido em 20 de março de 2025.

Aprovado para publicação em 28 de março de 2025.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A Previdência Social – uma das primeiras áreas de atuação do Serviço Social no Brasil – é apresentada com esmero em três curtos episódios, que abordam as mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras em busca de seus direitos no Brasil no decurso de um século. Reunindo depoimentos de figuras expoentes na política, pesquisadores e estudiosos, o documentário explora as transformações históricas da Previdência Social, seus progressos e retrocessos, mediante às lutas da classe trabalhadora pela conquista de direitos e à sua resistência aos processos contrarreformistas que vêm assolando essa política.

O primeiro episódio, intitulado *A conquista dos primeiros direitos*, coloca inicialmente a seguinte questão: – Você sabe o que é a Previdência Social no Brasil? A resposta é a de que essa política representa o conjunto de regras constitucionais e legais que criam um sistema protetivo para atender às necessidades sociais. O documentário enfatiza que, em 100 anos, a política previdenciária brasileira se desenvolveu tendo como marca uma concepção de política de proteção social ao trabalho, porém, com avanços e recuos, forjados na luta de classes.

Ao expor o surgimento dessa política no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a narrativa coloca a Previdência Social como resultado de um intenso processo de lutas da classe trabalhadora, que configurou a chamada questão social. A questão social, como uma esfera passível de intervenção, emerge com o desenvolvimento industrial e a expansão urbana no Brasil, concomitante à constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial. Está relacionada, deste modo, “ao processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto; Carvalho, 1998, p. 77).

Cabe salientar aqui que o desenvolvimento da questão social apresenta duas dimensões interligadas: uma delas está relacionada à condição objetiva da classe trabalhadora frente às modificações no modo capitalista de produzir e de se apropriar do trabalho excedente, bem como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na busca de satisfação de suas necessidades de sobrevivência. A outra se refere às “diferentes maneiras de interpretá-la e intervir sobre ela, propostas pelas classes dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado” (Iamamoto; Carvalho, 1998, p. 79). Nessa dinâmica contraditória, a Previdência Social tem importância tanto para as demandas da acumulação capitalista quanto para as demandas postas pelas lutas da classe trabalhadora.

A partir dessas premissas, a narrativa aborda o surgimento e desenvolvimento da política previdenciária brasileira e demarca que, desde a organização e luta dos trabalhadores têxteis e ferroviários no início do século XX, a classe trabalhadora assumiu seu protagonismo político na sociedade brasileira. O documentário sublinha a criação da legislação

previdenciária com a Lei Eloy Chaves, em 1923, numa conjuntura de acirramento dos conflitos entre as classes, em que o Estado combina a repressão ao movimento operário com concessões legais. Principalmente a partir de 1930, o Estado buscou exercer o controle sobre o movimento sindical, estendendo a cobertura previdenciária para trabalhadores de modo seletivo, para estabelecer o suposto “colaboracionismo” entre as classes em prol do desenvolvimento do país.

Essa combinação de repressão e assistência também ocorreu no regime ditatorial instaurado com o Golpe civil-militar de 1964. Nesse contexto, a ampliação da cobertura previdenciária para algumas categorias de trabalhadores foi utilizada como um meio de amortecer a supressão dos direitos civis e políticos e a intensificação da exploração da força de trabalho. A narrativa destaca o período entre 1964 e 1984 como de retrocesso nos direitos sociais, embora os trabalhadores, ainda que violentamente reprimidos pelas prisões, torturas e mortes, tenham desencadeado diversos movimentos de resistência e lutas, com o soerguimento do movimento popular e sindical.

No segundo episódio intitulado *Avanços e retrocessos*, o documentário aponta uma inflexão na proteção social, a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira, que desembocou na consolidação de um conjunto de direitos na Constituição Federal de 1988, inaugurando o conceito de seguridade social, composto pelas políticas de Saúde, Assistência e Previdência Social. A narrativa realça que, no Brasil, o processo de redemocratização foi deslanchado pela organização, luta e fortalecimento dos sindicatos, com o surgimento do “novo sindicalismo”, bem como dos movimentos populares que se articularam em favor da chamada “abertura política”. Houve inúmeras mobilizações, sendo as mais representativas, as greves do ABC paulista, que cravaram um importante marco na história do movimento operário no país.

A “Constituição Cidadã” refletiu a disputa de projetos societários e instituiu avanços no campo dos direitos sociais, civis e políticos. No entanto, antes de ser plenamente implementada, ela se tornou alvo de violentos ataques das forças conservadoras e neoliberais que, por meio de mecanismos de revisão constitucional pautados na década de 1990, buscaram reverter os avanços sociais alcançados. Assim, a Constituição de 1988 foi duramente atacada pelas forças sociais alinhadas com as diretrizes das agências multilaterais encarregadas das decisões estratégicas do capital internacional. Nesse contexto, foram implementadas as contrarreformas no Brasil condizentes com as estratégias de restauração do capital e redimensionamento do Estado na direção da privatização, mercantilização e financeirização das políticas sociais.

As contrarreformas da previdência – desencadeadas pelo governo Collor de Melo e intensificadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso – são exemplos do retrocesso dos direitos, com o corte e a diminuição de benefícios e a elevação dos critérios de elegibilidade para a sua concessão, forçando parte dos trabalhadores a buscarem fundos

de pensão ou planos de previdência complementar no mercado financeiro. Diminuir e/ou dificultar o acesso de trabalhadores à cobertura previdenciária tem como pano de fundo a contenção do gasto público para fazer valer o ajuste fiscal no país e minar a Previdência Social pública.

O terceiro e último episódio, intitulado *Jogando na defesa*, trata dos governos de centro-esquerda e de ultradireita no Brasil que deram prosseguimento às contrarreformas na Previdência Social. Num contexto de acirramento da crise estrutural do capitalismo mundial, a ascensão do Partido do Trabalhadores (PT) ao poder, através dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff também acentuou as tendências regressivas na política previdenciária. A continuidade da orientação neoliberal e do ajuste fiscal limitou o crescimento da economia, comprimiu o mercado de trabalho, desvinculou os recursos do orçamento da seguridade social, eliminou direitos e restringiu os investimentos públicos nas políticas sociais, a despeito da expansão da assistência social com os programas de transferência de renda focalizados no combate à pobreza. A narrativa indica ainda que, no contexto político-institucional em que as forças progressistas se moviam por coalizões, os movimentos sociais passaram a adotar estratégias defensivas, esvanecendo a sua combatividade.

O governo Dilma Rousseff enfrentou uma grande ofensiva político-partidária, jurídica e econômica, com os bloqueios à agenda governista no Congresso Nacional e no Senado Federal, e com os ataques da Operação Lava Jato e o fracasso das estratégias desenvolvimentistas. Essa ofensiva culminou no *impeachment* da presidenta, baseado em acusações de crime de responsabilidade, relacionadas à prática das chamadas “pedaladas fiscais” e à edição de decretos orçamentários sem autorização do Congresso Nacional.

Michel Temer, então vice-presidente, assumiu a presidência num governo instaurado por um golpe político e implementou uma série de “reformas” e medidas de austeridade, como a “Reforma” Trabalhista e a Emenda Constitucional do Teto de Gastos. Uma das medidas do governo foi a extinção do Ministério da Previdência Social, indicando que seria executado mais um desmonte da política previdenciária, inclusive, com a tentativa de (contra)reforma entre 2016 e 2017 que não se efetivou. Todavia, a contrarreforma pretendida por Temer, foi levada à cabo de forma ainda mais regressiva em 2019, por seu sucessor Jair Bolsonaro.

O governo de ultradireita de Jair Bolsonaro aprovou a Emenda Constitucional nº 103, impondo graves reduções nos direitos previdenciários, bem como mecanismos dificultadores do acesso, como o aumento da idade e do tempo de contribuição para a aposentadoria. O documentário assinala que a emenda nº 103 representou um contundente ataque à classe trabalhadora, mas, em especial, às trabalhadoras, pois, pela primeira vez, a distância de cinco anos entre mulheres e homens para a obtenção da aposentadora foi reduzida.

A narrativa destaca que a tramitação da contrarreforma da Previdência Social exigiu uma intensa luta dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras que, em razão de sua mobilização, conseguiram minimizar as perdas, pois a proposta inicial do governo Bolsonaro era a adoção de um regime de capitalização, que quebra a solidariedade entre as gerações, devido à individualização da contribuição/renda, e aprofunda a privatização e a financeirização da previdência. Então, mais uma vez, a luta e resistência de trabalhadores foram fundamentais para impedir que maiores retrocessos ocorressem, destruindo os direitos sociais conquistados.

O documentário também sinaliza as refrações sofridas pelo Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), devido aos ataques aos direitos sociais e às contrarreformas realizadas na previdência, sobretudo, a partir de 2016. Novas ofensivas foram desfechadas contra o Serviço Social com o esvaziamento de suas funções pela introdução do INSS digital e outras inovações, além de ingerências políticas e técnicas sobre o trabalho desenvolvido, com a finalidade de submeter e extinguir o Serviço Social da previdência. Todavia, esses desafios foram enfrentados pela força das lutas coletivas. A direção ético-política do Serviço Social na política previdenciária, assumida a partir dos anos 1980, favoreceu sua legitimidade e seu reconhecimento por parte da classe trabalhadora, estabelecendo alianças, individual e coletivamente, “o que favoreceu a sua defesa e permanência na previdência social brasileira ao longo dos últimos trinta anos de ataques neoliberais mais brutais” (Jesus, 2023, p. 549).

A obra cinematográfica aqui resenhada, portanto, é singular não só pela riqueza de informações sobre a Previdência Social, resgatando seu desenvolvimento histórico no Brasil ao longo de 100 anos, mas, sobretudo, porque expõe as batalhas e mobilizações que produziram os avanços dos direitos previdenciários e a sua conservação em meio à ataques e retrocessos. É uma peça fundamental na narrativa da resistência popular e se constitui como uma memória viva das lutas por direitos, tendo por objetivo a socialização dessas informações aos trabalhadores e às trabalhadoras em todo país, para instigar e incrementar ainda mais essas lutas.

É, certamente, uma obra de extrema importância para pesquisadores da política previdenciária, para professores e estudantes, para assistentes sociais e outras categorias profissionais e, em especial, para os movimentos sociais que defendem uma previdência pública, universal e de qualidade, que garanta à classe trabalhadora o acesso à proteção social.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, 2019.

IAMAMOTO. M. V.; R. CARVALHO. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1998.

JESUS, J. C. L. O Serviço Social na previdência social brasileira: as ofensivas do capital e as resistências coletivas. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

PREVIDÊNCIA Social: 100 anos de lutas. Direção de Bruno Rico. Produção Rico Filmes. São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2023. Disponível em: <https://www.federacaofapesp.org.br/noticia/676318/assista-o-documentario-previd%C3%Aancia-social-100-anos-de-lutas>. Acesso em: 08 mar. 2025.

O “passado que foi, mas não se foi”: uma reflexão sobre a herança escravocrata e a desigualdade racial no Brasil

The “past that was, but is not gone”: a reflection on the legacy of slavery and racial inequality in Brazil

Keila Oliveira* 

Resenha do livro *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro*, de José Amilton de Almeida

No livro *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista – bases agrárias do racismo brasileiro*, o autor José Amilton de Almeida aborda uma temática fundamental para compreender a formação social brasileira e o racismo no nosso país. A obra, fruto da pesquisa de doutorado do autor, é dedicada a analisar como o modo de produção escravista moldou as bases da sociedade brasileira.

José Amilton é um jovem professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que se destaca pela genialidade na produção de uma obra tão densa com profunda criticidade. A trajetória do intelectual é marcada também por sua militância política, reforçando seu compromisso revolucionário.

O objetivo principal da obra é conduzir o leitor a compreender a estruturação das relações sociais e escravistas, bem como o papel central da exploração da terra e do trabalho escravizado no modo de produção escravista. O autor expõe como esse sistema impunha leis, contradições e formas de alienação que permitem pensar como se dão, atualmente, a divisão racial do trabalho, a expropriação da terra e a exploração racial e social. José Amilton articula obras das ciências sociais e econômicas para demonstrar a centralidade do escravismo na formação das estruturas sociais brasileiras.

A obra se destaca por correlacionar o passado ao presente ao evidenciar que práticas e dinâmicas do sistema escravista, como a con-

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91805>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: keilaoliveira_s@yahoo.com.br.

Como citar: OLIVEIRA, K. O
“passado que foi, mas não se foi”:
uma reflexão sobre a herança
escravocrata e a desigualdade racial
no Brasil. *Em Pauta: teoria social e
realidade contemporânea*,
Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 236-
240, maio/ago., 2025. Disponível
em: [https://doi.org/10.12957/
rep.2025.91805](https://doi.org/10.12957/rep.2025.91805).

Recebido em 24 de março de 2025.

Aprovado para publicação em 30 de
março de 2025..



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

centração fundiária e a exploração da mão de obra, foram reproduzidas e adaptadas ao contexto contemporâneo, especialmente ao agronegócio. Assim, José Amilton não apenas elucida as origens históricas do racismo no Brasil, mas também incita reflexões sobre como essas questões ainda moldam a sociedade atual. Como pontua o autor esse é “um passado que se foi, mas não se foi”, enfatizando que as consequências do modo de produção escravista e colonial resultaram em um capitalismo dependente, sustentado por uma economia agroexportadora, em grandes latifúndios, na superexploração dos trabalhadores e na produção de uma grande massa de pessoas, sobretudo negra, sem-terra e sem teto.

Ao longo do livro o autor realiza a análise de quatro pontos fundamentais: o papel econômico do monopólio da terra para o escravismo colonial e o desenvolvimento do capitalismo mundialmente; as relações sociais de produção entre senhores e escravos; o processo de alienação do trabalho e a dimensão ideológica que garantem a base moral para o modo de produção; e as manifestações atuais do movimento de apropriação de terras no Brasil.

José Amilton percorre obras fundamentais para as ciências sociais e econômicas, tendo como principal referência para analisar a relação capital, terra e trabalho a obra de Karl Marx. A teoria marxiana serve como alicerce para o desenvolvimento da análise, trazendo o conceito de renda fundiária para compreender a função da terra; as determinações da lei do valor, para examinar o trabalho escravizado; e os conceitos de alienação e fetichismo da mercadoria, para analisar as relações de produção. Apesar de Karl Marx ser o principal autor referenciado, Jacob Gorender e Clóvis Moura também recebem destaque por fornecerem embasamento teórico para as hipóteses desenvolvidas na obra.

O livro está estruturado em quatro capítulos, que seguem uma progressão gradual no desenvolvimento do pensamento e na profundidade da análise, com o objetivo de alcançar a finalidade proposta pela obra. Cada capítulo é estruturado para responder a uma questão específica. O primeiro capítulo examina a formação do monopólio da terra dentro do modo de produção escravista brasileiro. O segundo capítulo analisa o trabalhador escravizado, enquanto uma categoria econômica nesse sistema, e qual a sua função na valorização do valor. O terceiro capítulo investiga o processo de alienação das relações sociais escravistas, com ênfase em suas manifestações ideológicas e leis. Por fim, o quarto capítulo aborda os impactos acumulativos desses processos na questão agrária, nas dinâmicas sociais e no racismo persistente na sociedade brasileira.

O primeiro capítulo, intitulado *A Terra: teoria do valor e função da terra no modo de produção escravista*, e examina a consolidação do monopólio da terra no contexto do modo de produção escravista brasileiro, enfatizando como a estrutura fundiária favoreceu os grandes latifúndios e a concentração de terras nas mãos de uma elite proprietária. Essa concentração foi essencial para sustentar o sistema escravista, ao mesmo tempo em que criou barreiras para o acesso à terra por outros grupos sociais, especialmente os traba-

lhadores escravizados e seus descendentes. O capítulo também reflete sobre os impactos históricos dessa estrutura fundiária, que contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

O segundo capítulo, intitulado *O trabalho: “contribuição da crítica da economia política” da escravidão moderna*, aborda a caracterização do trabalhador escravizado como uma categoria econômica central no modo de produção escravista brasileiro. O autor explora o papel fundamental dos trabalhadores escravizados na sustentação econômica desse sistema, destacando como suas vidas eram completamente subordinadas às necessidades do capital e da produção agrária. Além disso, o capítulo analisa as condições de trabalho e a desumanização a que eram submetidos, tratando o trabalhador escravizado como um “meio de produção”. Essa perspectiva econômica foi essencial para consolidar e perpetuar o sistema escravista, deixando marcas profundas nas relações sociais e econômicas do Brasil.

O terceiro capítulo, denominado *A Alienação do “escravo” e a “teoria” alienada da “escravidão”*, tem como foco principal o processo de alienação presente nas relações sociais do sistema escravista. O autor investiga como essas relações foram construídas e sustentadas por meio de formas ideológicas e teorias que legitimam a exploração e desumanização dos trabalhadores escravizados. Ademais, o capítulo analisa como essas ideologias moldaram as estruturas sociais e culturais da época, criando bases que influenciam o pensamento e as relações sociais no nosso país até os dias de hoje.

O quarto capítulo, chamado *A terra e o trabalho: questão agrária e expressões contemporâneas da divisão racial do trabalho*, representa o ponto fundamental de fechamento do pensamento do autor e elucida sobre as consequências sociais e econômicas do modo de produção escravista na sociedade brasileira. Este capítulo detalha como os processos de monopólio da terra, alienação social e exploração do trabalho escravizado impactaram a questão agrária, a desigualdade social e o racismo no Brasil contemporâneo. O autor reflete sobre como essas estruturas históricas ainda influenciam as relações sociais e econômicas atuais, evidenciando a permanência de um sistema que favorece a concentração de riqueza e poder.

Considerando os pontos expostos, entende-se que a obra de José Amilton se fundamenta na teoria marxista para desvendar como o sistema escravista brasileiro estruturou as relações sociais, econômicas e raciais ao longo da história. O autor demonstra em sua análise que o monopólio da terra, a exploração da mão de obra escravizada e as ideologias legitimadoras do escravismo formaram as bases das desigualdades estruturais na sociedade brasileira. Dessa forma, ele inicia sua obra examinando a estrutura fundiária, avança para a compreensão da relação econômica com o trabalhador escravizado, discute os aspectos ideológicos que sustentaram essas dinâmicas e conclui com os reflexos dessas estruturas na atualidade. Assim, José Amilton constrói uma reflexão sólida sobre a continuidade histórica dessas desigualdades no país.

Um dos pressupostos da obra de José Amilton é a centralidade do modo de produção escravista na formação das estruturas sociais, econômicas e raciais no nosso país. O sistema escravocrata não esteve relacionado tão somente com a mão de obra utilizada no período colonial e imperial, mas se tornou a base da nossa economia. O trabalho escravizado sustentou a produção econômica, bem como, consolidou a acumulação de riquezas nas mãos de uma elite proprietária. Esse acúmulo de riquezas só foi possível a partir da relação entre terra, capital e trabalho, que permitiu a consolidação dos monopólios e a existência de grandes proprietários de terra. Além disso, o trabalho escravizado só pôde ser estabelecido graças à legitimação que encontrava na sociedade, que permitia a exploração e desumanização desse trabalhador escravo.

Insta salientar, entretanto, que os negros foram escravizados, porém, esse processo não ocorreu sem uma importante resistência da população negra. José Amilton busca desconstruir a perspectiva que compreende a abolição da escravidão exclusivamente como uma concessão da população branca. Tal entendimento sugere que a elite agrária brasileira controlou o processo abolicionista de maneira a preservar seus interesses e que a população negra apenas assistiu de forma passiva a sua libertação. No entanto, o autor argumenta que a abolição também não foi unicamente resultado da luta promovida pela população negra escravizada. Conforme apontado por José Amilton, negros, indígenas, escravos, abolicionistas e emancipacionistas gradualmente construíram o caminho em direção à liberdade, de acordo com as condições reais impostas pelo contexto social. Para o autor, a abolição é fruto de um embate, envolta em contradições e antagonismos, resultado da correlação de forças presente.

A abolição foi, portanto, o resultado de uma construção histórica, de uma luta que se deu de forma gradual, permeada por avanços e retrocessos. Entretanto, assinada a abolição, esta se consolidou sem nenhum tipo de reparação para a população outrora escravizada. Dessa forma, mantiveram-se no país a superexploração da população trabalhadora, a segregação social e racial e a manutenção dos grandes monopólios da terra, sustentados por uma postura autoritária do Estado. Para o autor, o período escravocrata definiu os rumos da economia, da sociedade e da política no Brasil, deixando marcas que continuam a influenciar os modelos adotados até os dias de hoje.

José Amilton assinala que o Brasil vive um capitalismo dependente, marcado por características antidemocráticas, antinacionais e, desde sempre, racista. A divisão racial do trabalho e a exploração racial da classe trabalhadora, iniciadas no modo de produção escravista, foram apropriadas pelo modo de produção capitalista, garantindo a superexploração da classe trabalhadora, especialmente da população negra. Nesse sentido, conforme aponta o autor, a luta contra o racismo em uma perspectiva emancipatória é, necessariamente, uma luta contra o próprio capitalismo. Ou seja, o racismo só encontrará o seu fim em uma sociedade sem classes, sem preconceitos ou discriminação, em que não haja

exploração do trabalho. Assim, a luta antirracista é também a luta anticapitalista e desempenha um papel imprescindível na problematização sobre o monopólio da terra no Brasil.

O autor considera que o racismo no Brasil teve seu nascedouro no modo de produção escravista que, ao longo do tempo, foi reinterpretado e ressignificado, garantindo as bases para a superexploração de uma classe trabalhadora racializada, no contexto do capitalismo. A superação desse modelo econômico exige não apenas a união dos segmentos subalternizados, mas também que a luta anticapitalista ou anticlassista incorpore a luta antirracista e que esta, por sua vez, abarque a luta por uma sociedade sem classes.

A obra de José Amilton apresenta uma análise crítica, densa e profunda, que aborda, pela raiz, as bases estruturais do sistema escravista e suas implicações nas desigualdades sociais e econômicas do Brasil contemporâneo. Ao discutir a relação entre a terra, o capital e o trabalho, o autor não só evidencia a centralidade da exploração racial no desenvolvimento econômico do país, como também destaca a necessidade de estudar o racismo não apenas como um tema marginal, mas como um elemento central para compreender a formação social brasileira

A obra de José Amilton apresenta uma análise indispensável para compreender o racismo e a exploração racial enraizados na sociedade brasileira. Ao relacionar o modo de produção escravista ao capitalismo contemporâneo, o autor ressalta que as desigualdades sociais e raciais não são apenas resquícios de um passado distante, mas continuam latentes em nossa sociedade. Assim, o livro não só desafia o leitor a revisitar a história sob um novo olhar, como também oferece reflexões cruciais para entender o panorama atual do país e reconhecer que a luta pelo fim do racismo está intrinsicamente ligada à luta contra a exploração de uma classe pela outra, ao combate às desigualdades sociais e, por fim, a superação do capitalismo.

Referências

ALMEIDA, J. A. *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro*. São Paulo: Dialética Editora, 2025

“Femenagem” a Leila Lima Santos

“Femage” to Leila Lima Santos

Maria Inês Souza Bravo* 

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.*

Bertolt Brecht

Leila foi uma assistente social brechianamente imprescindível para o giro conservador do Serviço Social no Brasil e para o Movimento de Reconceituação da profissão na América Latina nos anos 1970 e 1980. Esta experiência constituiu-se num dos momentos mais relevantes de revisão crítica da profissão e teve em Leila uma inspiração na luta contra as desigualdades sociais e na construção de perspectivas de emancipação política e humana.

Leila graduou-se em Serviço Social na Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Católica (UC), atualmente Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Minas Gerais (MG). Fez sua pós-graduação em Sociologia do Trabalho, no Instituto de Sociologia do Trabalho de Paris, em um período de manifestações significativas na França, ou seja, de 1966 a 1969, tendo participado do Maio de 1968. Foi aluna de Althusser e outros intelectuais franceses da resistência de esquerda.

Voltou ao Brasil em 1970 e foi trabalhar na mesma Escola de Serviço Social onde se graduou. Sua inserção se deu na condição de docente, no período entre 1970 e 1975, sendo de 1972 a 1975, diretora. Sob sua gestão, coordenou uma proposta teórico-metodológica que buscava romper com Serviço Social tradicional que ficou conhecida como Método BH. Experiência relevante para a reestruturação do projeto de formação profissional do assistente social e que será ressaltada posteriormente.

HOMENAGEM DE VIDA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91806>

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: msouzabravo@gmail.com.

COMO CITAR: BRAVO, M. I. S.
“Femenagem” a Leila Lima Santos sobre os fundamentos do Serviço Social com base na teoria social de Marx. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 241-246, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91806>.

Recebido em 19 de novembro de 2024.
Aprovado para publicação em 28 de novembro de 2024.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Após 1977, com a demissão coletiva dos professores em 1975, face a uma greve dos estudantes e pressão aos docentes para identificar quem eram as lideranças do movimento estudantil, nossa homenageada foi coordenadora acadêmica e diretora do Centro Latino-americano do Trabalho Social (Celats) em Lima, Peru, de 1976 até 1983. Este Centro também foi fundamental, pois, adensou e contribuiu de diversas formas com o Movimento de Reconceituação, marco incontestável na história do Serviço Social latino-americano e da Renovação do Serviço Social brasileiro e que será explicitado adiante.

Após estas atividades, Leila foi funcionária das Nações Unidas por mais de vinte anos em diversos países, como México, Honduras, El Salvador, Guatemala e Colômbia. Esta atividade foi realizada no Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (AC-NUR), exercendo a difícil tarefa da diplomacia internacional em áreas de conflitos na perspectiva da defesa dos direitos humanos, uma experiência pioneira na área do Serviço Social brasileiro, na chamada comunidade internacional.

Exerceu também a função de professora coorientadora do Curso de Pós-graduação sobre Conflitos e Fluxos Forçados de População, em Castellon, Valencia, Espanha, em 2002. Vai-se ressaltar nesta "femenagem" a participação fundamental de Leila na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG) e no Celats.

Estas ações ocorreram durante o Movimento de Reconceituação da profissão que expressa, conforme colocam Alayón (1976; 2005) e Iamamoto (1998), um questionamento da profissão com relação às teorias importadas e à pretensa neutralidade bem como a afirmação do compromisso com a luta dos oprimidos e com a transformação social.

A categoria de assistentes sociais vai assumir o desafio de contribuir na organização, capacitação e transformação dos trabalhadores da região, tendo em Leila uma referência como intelectual orgânica da classe trabalhadora.

Estas propostas ocorrem porque, na América Latina, a conjuntura dos anos 1950 e 1960 era de crescente nacionalismo e antiamericanismo. Disseminou-se pelo continente latino-americano, na esteira do triunfo da Revolução Cubana (1959), uma forte identificação com a experiência revolucionária daquele país rumo a um desenvolvimento alternativo.

Aprofundou-se o ideário anticapitalista e difundiu-se na região a crença nas possibilidades reais da revolução socialista. Destaca-se que, no final dos anos 1960, também existiam sujeitos adeptos desta luta, como Leila Lima Santos.

Segundo Alayón (2005), diversas experiências exitosas influenciaram à Reconceituação Latino-americana a saber: a Revolução Cubana, em 1959, conforme já citada; o Maio de 1968, na França; o Cordobazo, na Argentina, em 1969; e a vitória de Salvador Allende, no Chile, em 1970.

Leila participou da manifestação de maio de 1968, na França, enquanto aluna de pós-graduação e assimilou várias de suas lições.

O projeto da ESS da então UCMG ocorreu a partir dos anos 1970, em plena ditadura empresarial militar no Brasil, ficando como uma expressão isolada da Reconceitualização latino-americana no país, até final da década de 1970.

Segundo Santos (2007), a proposta citada acima, contou com um grupo valoroso de docentes de Serviço Social e Ciências Sociais que comungavam dos ventos de transformação da Reconceitualização latino-americana, inspirados nos postulados do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios da educação de base de Paulo Freire, nos processos críticos, na época, das Ciências Sociais e na perspectiva de mudança da Revolução Cubana. A proposta liderada por Leila era a de romper com o Serviço Social tradicional, mudando os fundamentos teóricos da formação profissional, enriquecendo-os com as concepções críticas das Ciências Sociais e a de dar ênfase na busca de novos campos de trabalho profissional que ampliasse os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais e assistencialista da profissão, influenciados pela orientação europeia e norte-americana.

A experiência da Escola estava, segundo Santos (2007), orientada por um novo marco teórico-metodológico que ficou conhecido como Método BH, que se referia a relação intrínseca entre conhecimento, processo de pesquisa e intervenção com instituições ou grupos de população. Enquanto o Serviço Social tradicional não enfatizava a questão social, o método BH partia do pressuposto de que os indivíduos partiam em função de seu momento histórico e das grandes variáveis econômicas e sociais que estavam relacionadas às relações de classe e externas. A pesquisa era construída através de aproximações sucessivas entre conhecimento e prática, indivíduo e sociedade.

O conhecido método BH, conforme Santos (2007), permitiu uma tomada de consciência política da intervenção profissional sob o ponto de vista da esquerda e da identidade com os movimentos de mudança social e política. Nos anos 1970, em plena Ditadura, essa foi uma proposta muito ousada, em tempos de um Brasil sombrio, e ocorreu sob a liderança firme e delicada de nossa "femenageada".

A interrupção desta proposta, conforme relatada por Santos (2007), foi em função de uma greve estudantil convocada por um grupo que queria mudanças mais profundas na Escola, mas que, no contexto da Ditadura, complicou o quadro político. As autoridades nacionais solicitaram à direção da Universidade os nomes das lideranças do movimento com previsão de penalidades para estudantes e docentes. Com a preocupação de proteger os estudantes, mais de trinta docentes pediram demissão. Segundo Santos (2007), os docentes pensavam que a renúncia poderia fortalecer o movimento e que retornariam à Escola, fato que não ocorreu, pois, a experiência foi criticada pelas autoridades daquele momento, só ressurgindo na proposição do Celats, que será abordada a seguir.

O denominado método BH influenciou o grupo de professores na Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess), atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), que procuravam alterar a formação profissional tradicional da profissão de Serviço Social. Nesta direção, Leila foi convidada para as Convenções da entidade, realizadas em São Luís, no Maranhão, em 1973, para expor a experiência de BH, bem como na de Piracicaba, em São Paulo, em 1976. Esses encontros contribuíram para a mudança do Currículo do Serviço Social, aprovado na Convenção da ABESS realizada em Natal, no Rio Grande do Norte, em 1979, e aprovado em 1982 pelo Ministério da Educação e Cultura (Mec), atualmente Ministério da Educação.

Outra atuação marcante de Leila foi na direção do Celats, organismo acadêmico da *Asociación Latinoamericana de Trabajo Social* (Alaets). O Celats surge em 1974, em Costa Rica, iniciando suas atividades de implementação de programas e projetos de investigação e formação profissional na América Latina, a partir de fevereiro de 1975. Em 1976, foi reconhecido pelo governo peruano como organismo de cooperação técnica internacional, sendo financiado pela democracia cristã alemã que defendia a social democracia, ou seja, uma via possível entre o capitalismo dilacerante e o socialismo. Os grandes eixos do Celats foram a investigação, a capacitação continuada e a comunicação.

Com relação à investigação foram realizadas diversas pesquisas, mas o período mais fecundo foi entre 1978 e 1980, quando se destacaram as pesquisas com relação à história do Serviço Social articulada às relações sociais, ou seja, a análise da profissão na história no âmbito das relações entre as classes.

Considera-se que os estudos feitos pelo Celats são absolutamente inovadores e antecipatórios perante as produções acadêmicas realizadas pela Reconceitualização do Serviço Social Latino-americano (Iamamoto; Raichelis; Bravo, 2021). Nesta direção, não se pode esquecer a contribuição de Leila Lima Santos. Como produções nesta perspectiva, destaca-se a realizada por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, publicada em 1982, no Brasil, e a de Maguiña e Manrique (1980) sobre a história da profissão no Peru.

Importante ressaltar que as pesquisas tratam de temas fundamentais e eram enfocados em duas vertentes: a da natureza do Serviço Social e a dos setores populares da América Latina.

Com relação à capacitação continuada, o Celats efetuou um relevante trabalho de promoção de cursos presenciais e à distância bem como de seminários e oficinas.

O investimento de maior porte, entretanto, foi a realização da primeira *Maestría Latinoamericana em Trabajo Social* em convênio com a Universidad Autónoma de Honduras, em Tegucigalpa (Santos, 1984). O projeto começou a ser pensado em 1975 e teve início em 1978, sob a direção de Boris Lima, tendo três edições: 1978-1980, 1980-1982 e 1982-1984. Tinha como finalidade preparar profissionais com a visão de totalidade da

realidade social e atitude crítica, além de identificar possibilidades da política social para converter recursos institucionais em serviços que possibilitassem desenvolver processos de organização e participação popular.

Com relação à comunicação, foi criado o selo editorial Celats/Alaets, com intensa produção, destacando-se a revista *Acción Crítica* que obteve significativa recepção acadêmica e profissional no Movimento de Reconceituação do Serviço Social da América Latina e Caribe.

Outra importante contribuição do Celats que teve a predominância de Leila foi o financiamento e a realização de diversos eventos no Brasil, alguns em 1979, ano do III Congresso Brasileiro de Serviço Social, organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que possibilitou a virada crítica no Brasil. Entre estes eventos destaca-se o I Encontro de Capacitação Continuada, ocorrido no Rio de Janeiro e o III Encontro das Entidades Sindicais, ocorrido em São Paulo, uma semana antes do referido Congresso.

Outras atividades foram realizadas posteriormente, com a finalidade de adensar a perspectiva de renovação do Serviço Social brasileiro, a saber: o encontro prévio à Assembleia Geral da Alaets e o Curso de Política Social, em julho de 1980, em São Paulo; o Seminário Taller sobre Análise da Prática Profissional, em 1983, em Vitória, no Espírito Santo; e o Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social, realizado em Salvador, na Bahia, em 1986.

Percebe-se, assim, que o Celats deu uma contribuição inestimável à maioria científica do Serviço Social latino-americano e brasileiro, em tempos de obscurantismo e ditadura do grande capital, e que Leila Lima Santos foi uma brechtianamente imprescindível para que tudo isto ocorresse.

Referências

- ALAYÓN, N. (Org.) *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1976.
- ALAYÓN, N. (Org.) *Trabajo social latinoamericano*. A 40 años de la reconceptualización. Buenos Aires: Espacio, 2005.
- IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da Reconceituação no Serviço Social: Ampliação e aprofundamento do marxismo. In: IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 201-249.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, M. V.; RAICHELIS, R. R.; BRAVO, M. I. S. Articulação latino-americana em Serviço Social: Raízes e atualidade. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Org.)

A história pelo avesso: Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez; CNPq, 2021, p. 219-244.

MAGUIÑA, A. L.; MANRIQUE, M. *Problema Urbano y Trabajo Social*. Lima (Peru): Ed. CELATS, 1980.

SANTOS, L. L. Una parte de la historia del trabajo social: Seis años en el CELATS. *Nuevos Cuadernos CELATS*, Lima, n. 2, 1984.

SANTOS, L. L. Serviço Social na América Latina: 1970-1980. Entrevista Memória. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 163-179, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/167/193>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Da Baixada a Buenos Aires: olhar político sobre os territórios que habito

*From Baixada to Buenos Aires: a political look at
the territories I inhabit*

Igor Freitas Lima*

Meu nome é Igor Freitas Lima, sou fotojornalista/fotógrafo documental, nascido e criado no bairro do São Bento em Duque de Caxias.

Comecei a dar meus primeiros cliques do cotidiano com um celular *Sony-Ericsson* por volta de 2011, após ver uma exposição sobre a Índia no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, na qual me inspirou a ser fotógrafo. Hoje estou cursando o último ano da carreira de fotojornalismo em aRGra (Asociación de Reporteros Gráficos de la República Argentina).

Busco manter vivos os valores sociais de um olhar de quem veio, nasceu, vive e interage com a periferia do Rio de Janeiro, criando, assim, uma relação com a terra e é isso que se pretende compartilhar aqui: territorialização, discussão de espaços, pauta popular, cultura, política etc.

A vida está escapando pelos lados, transbordando e cabe a nós compartilharmos nossas experiências e organizarmos o agora e o passado através de memórias.

Nós, como indivíduos coletivizados, vamos construindo a própria narrativa e o protagonismo na construção identitária.

A Baixada Fluminense é cruel, e a nossa América Latina também.

É tudo uma grande Baixada da qual tento participar de alguma forma, nesse caso com a fotografia. Vivo com a vontade de construir memórias, não apenas para mim, mas também para o povo, seja ela da Baixada, Buenos Aires ou de toda América Latina.

MOSTRA FOTOGRAFICA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91807>

* Asociación de Reporteros Gráficos de la República Argentina (aRGra), Buenos Aires, Argentina.
E-mail: igoracidade@gmail.com.

COMO CITAR: LIMA, I. F. Da Baixada a Buenos Aires: olhar político sobre os territórios que habito. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 247-257, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91807>.

Recebido em 21 de fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação 26 de fevereiro de 2025.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Foto 1 - Rap Free Jazz – 2018

Gaby abraça seu amigo no evento Rap Free Jazz na Praça do Galo, Parque Fluminense, Duque de Caxias - RJ. Organizado pelo Coletivo FALA (Fabrica de apoio a linguagem artística), o Rap Free Jazz era um evento de Hip-Hop que fomentava a cultura local. Os eventos eram realizados entre Duque de Caxias e Belford Roxo no Rio de Janeiro.



Foto 2 - Chimbra e seu filho trabalhando na obra no São Bento, Duque de Caxias - RJ (2020 – Pandemia).

Chimbra é figura carimbada do São Bento, dono de um bar pelas redondezas, ele também faz trabalhos como pedreiro, assim contribuindo para o crescimento do bairro.



Foto 3 - Marinalva servindo um copo de licor de canela. São Bento, Duque de Caxias – RJ (2020 – Pandemia).

O bar da Marinalva é um bar popular entre os moradores do São Bento, mas vem sendo prejudicado assim como os outros bares com a expansão e popularização do serviço de aplicativo do Zé Delivery.

Apelo: contribuam com o comércio local.



Foto 4 - Día del Orgullo LGBTQ+. Ciudad Autonoma de Buenos Aires (2024).

No mes de novembro é celebrado o “Día del Orgullo LGBTQ+” na cidade de Buenos Aires. Na fotografia uma mulher trans posa para a foto enquanto duas pessoas se beijam ao fundo.

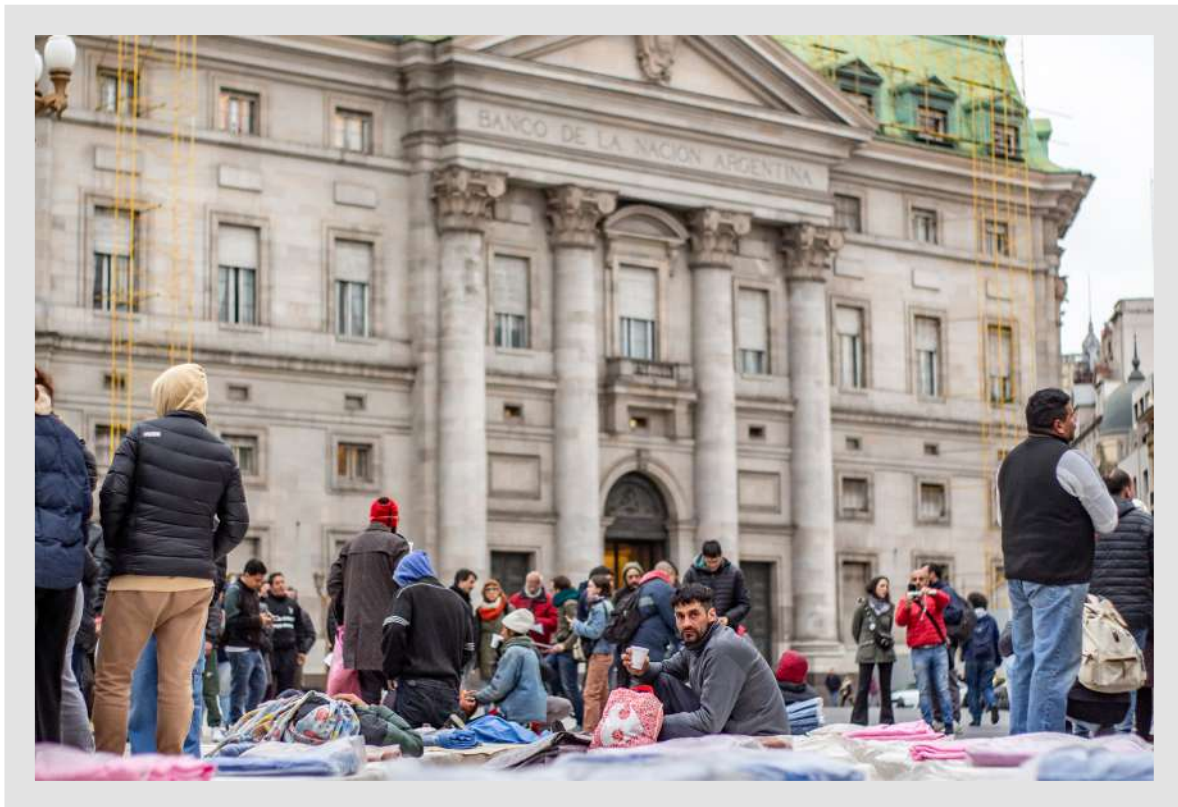


Foto 5 - Colchonazo. Ciudad Autonoma de Buenos Aires (2024)

Moradores de ruas e organizações sociais fazem protestos na frente da Casa Rosada e do Banco de La Nación na Plaza de Mayo em contra os brutais ajustes da agenda neoliberal do governo de Javier Milei. Segundo o INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censo de la República Argentina) 52% da população da Argentina se encontra na pobreza. As organizações sociais distribuíram colchões novos para os moradores de rua.



Foto 6 - Manifestantes x Polícias. Entre a Capital Federal (CABA) e a Provincia de Buenos Aires (2024)

Manifestantes vão as ruas em contra as políticas de cortes e neoliberais de Javier Milei. Do outro lado o “Governo de La Ciudad” manda as forças policiais para reprimir a manifestação pacífica.



Foto 7 - Paula Arraigada olhando a foto de Evita Perón na sede da agrupação La Nelly Omar no Parque Chacabuco, Buenos Aires (2022)

Eva Paula Arraigada é militante peronista, feminista, ativista trans, secretária do PJ Diversidad e representante da agrupação La Nelly Omar. Paula Arraigada é importante para muita gente, ela acolhe, ajuda e ensina, e comigo não foi diferente. Conheci a Paula quando fiz um trabalho pra ela na “Marcha del Orgullo LGBTQI+” em 2021 na Ciudad de Buenos Aires, daí pra frente comecei a acompanhá-la fazendo coberturas fotográficas. Eu meio que recém-chegado a Buenos Aires, foi ela me fez conhecer muitas coisas sobre a histórias da cidade, além de me integrar. Paula me ajudou com trabalhos, vínculos sociais, aprendi muito sobre a política da Argentina com ela. Uma vez ela me disse que não era uma líder, mas eu tive que dizer que sim, que ela é uma líder, pra mim e pra muita gente. Procurem saber mais sobre Paula Arraigada tem muita coisa na internet sobre ela, além do seu instagram: @paulaarraigada.



Foto 8 - Nora Cortiñas ou Norita. Castelar, Provincia de Buenos Aires (2023).

Norita foi cofundadora de “Las Madres de la plaza de mayo” ou em português, “Mães da Praça de Maio”. Na ocasião da foto, Norita estava em sua casa em Castelar, bairro da província de Buenos Aires e mostrava a foto do seu filho Gustavo Cortiñas que foi preso e desaparecido em 1977 pelas forças armadas na ditadura militar na Argentina. Norita também foi psicóloga social, militante e defensora dos direitos humanos. Norita veio falecer em 30 de maio de 2024, aos 94 anos. Ela militava nas ruas até os últimos dias de sua vida.



Foto 9 - Nortita Cortiñas. Ciudad Autonoma de Buenos Aires (2023).

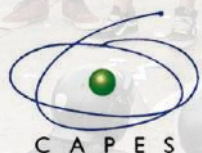
Nortita militando nas ruas no 8M.



Foto 10 - Lula & Pepe Mujica na CGT. Ciudad Autonoma de Buenos Aires (2021).

Em uma visita a Buenos Aires, Lula se encontra com Pepe Mujica na CGT para falar sobre como combater o avanço do fascismo na América Latina.

ZUFRIATEGUI



Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social da UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.

Bairro Maracanã - 20.550-013 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - 2º quadrimestre de 2025,

mai./ago. 2025, n59, v. 23

ISSN 2238-3786

Graziela Scheffer

Marilda Villela Iamamoto

Juan Tapiro

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto

Seabra Eiras

Alzira Maria Baptista Lewgoy

Cláudia Mônica dos Santos

Kathiúscia Aparecida Freitas Pereira Coelho

Virginia Alves Carrara

Rosana de Matos-Silveira

Miguel Ángel Oliver

Maria Beatriz Costa Abramides

Maria Lúcia Duriguetto

Maria Rosângela Batistoni

Maria Helena Elpídio

Sandra Regina Vaz da Silva

João Paulo da Silva Valdo

Isaura Gomes de Carvalho Aquino

Inez Rocha Zacarias

María Fernanda Ecurra

Elziane (Ziza) Olina Dourado

Juan Pablo Sierra-Tapiro

Nora Liliana Guevara-Peña

Sergio Andrés Quintero-Londoño

Leidy Alexandra Torres-Romero

Patrick Almeida Soares

Marianna Carvalho Martins Albergaria

David da Silva Monsorens

Aline Possa Silva Anjos

Jéssica Barreto dos Santos

Gil Sevalho

Adriana de Andrade Mesquita

Cristiano Luís Turbino de França e Silva

Rita de Cássia Santos Freitas

Mônica de Castro Maia Senna

Tahiana Meneses Alves

Marcílio Dantas Brandão

Luzania Barreto Rodrigues

Paulo Fraga

Indira Aragão

Sofia Laurentino Barbosa Pereira

Valeria Forti

Monica de Jesus Cesar

Keila Oliveira

Maria Inês Souza Bravo

Igor Freitas Lima